O guia da

esperança equilibrista

As melhores (e as piores) respostas dos aprovados no CACD 2019

Turma do Instituto Rio Branco

2020 - 2021

Turma do Instituto Rio Branco
2020 - 2021

Arthur Lomonaco Beltrame
Bárbara Policeno Pereira
Bruna Verissimo Lima Santos
Bruno Berrettini Camponês do Brasil
Bruno Rolim
Carolina Moreira da Costa Oliveira
Gabriel Clemente de Oliveira Bellato
Ivan Abdalla Sá Fortes Clavery
João Paulo Melo Nacarate
Joaquim Pedro Strunck da Silva Pinto
Jonathan de Assis Paz Braga
Lawrence Benaventana Póvoas
Luis Felipe Yonezawa Fernandes
Luiz Carlos Keppe Nogueira
Paulo Henrique de Sousa Cavalcante
Rodrigo Lara Pinto
Roman Leon Gieburowski Neto
Ronney Almeida e Silva Filho
Taciano Scheidt Zimmermann
Thayana Stocco do Amaral

Diplomatas intercambistas
Adilson Manuel José (Angola)
Darkhan Torekhanov (Cazaquistão)
Fernando Mourón (Argentina)
Julia Romalda Paijo (Timor-Leste)
Juliana Grace Bendezú Quispe (Peru)
Ricardo Zarratea Herreros (Paraguai)
Vanessa Takdira Abubakar Timóteo Mavimbe (Moçambique)

Crédito de imagens
Capa: Patrícia Abbott
Fotografia: Arthur Max/MRE

T 945
Turma do Instituto Rio Branco 2020-2021

O Guia da Esperança Equilibrista: as melhores (e as piores) respostas dos aprovados no CACD 2019. Turma do Instituto Rio Branco 2020 – 2021

109 p.

1. Instituto Rio Branco 2. Diplomacia 3 Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata. I. Título

Sumário

Introdução 1

Sobre o guia 2

Perfil dos aprovados 3

Preferências pessoais 4

Língua portuguesa 5

Redação 6

Exercício 1 11

Exercício 2 13

Língua inglesa 14

Composition 15

English-Portuguese 19

Portuguese-English 21

Summary 23

História do Brasil 26

Questão 1 27

Questão 2 32

Questão 3 36

Questão 4 39

Geografia 42

Questão 1 43

Questão 2 48

Questão 3 52

Questão 4 54

Política Internacional 57

Questão 1 58

Questão 2 62

Questão 3 66

Questão 4 69

Economia 72

Questão 1 73

Questão 2 77

Questão 3 80

Questão 4 82

Direito e DIP 84

Questão 1 85

Questão 2 88

Questão 3 92

Questão 4 94

Espanhol e Francês 97

Español - Resumen 98

Español - Versión 101

Français - Résumé 103

Français - Version 106

Carta às vítimas do COVID-19 108

Introdução

O aparecimento de um exemplar de *Tettigonia viridissima*, inseto popularmente conhecido como "esperança", é considerado prenúncio de boa sorte. Esperamos que a publicação do *Guia da Esperança Equilibrista*, no momento em que surgem as primeiras notícias concretas do Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata de 2020, seja vista como um sinal de bons augúrios pelos ceacedistas. O projeto de tornar-se diplomata, afinal, exige esperança. Não qualquer esperança: uma esperança equilibrista, nas poéticas palavras de Aldir Blanc. Há que se fazer como os artistas circenses que, corajosa e obstinadamente, atravessam a corda bamba: manter o foco no destino e seguir caminhando. A rotina de estudos deve prevalecer em meio às ventanias que tentam nos desequilibrar – dúvidas sobre nossas próprias capacidades, pressões sobre nossa saúde física e mental, eventuais fracassos nos primeiros certames e, como se não bastasse, dificuldades impostas por uma pandemia. Por vezes, sentimo-nos, todos, como equilibristas que assumem o desafio extra de percorrer o caminho com os olhos vendados. Sem que consigamos vislumbrar o fim da jornada, temos de seguir em frente.

Nós, os integrantes da turma 2020-2021 do Instituto Rio Branco, que tivemos a felicidade e o privilégio de concluir a travessia do "Liso do Sussuarão", representado pelo CACD, e de chegar à desejada "terceira margem do rio", buscamos, por meio deste guia, ajudá-los e incentivá-los a realizar essa mesma passagem. O auxílio vem na forma da publicação das melhores respostas, o que pode contribuir para o entendimento de quais argumentos, conceitos e linguagens são apreciados pelas bancas examinadoras.

Para incentivá-los, podemos dizer o seguinte: vale a pena. Mesmo em um momento atípico, a aprovação no concurso, a posse no cargo de diplomata e as primeiras experiências na carreira corresponderam, em larga medida, às expectativas e aos sonhos que fomos construindo ao longo de todo o processo de preparação. É muito gratificante conviver com nossos colegas de turma, ter aulas com diplomatas e acadêmicos experientes, estudar novos temas e idiomas e aprender as regras escritas (e não escritas) do Ministério. O caminho muda o caminhante – concluída a travessia, a esperança se renova.

Bons estudos!

Sobre o guia

Desde 2013, as turmas de aprovados no Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata (CACD) lançam uma coletânea de suas melhores e piores respostas nas fases discursivas do concurso, com o intuito de oferecer aos candidatos ferramentas para sua preparação. O *Guia da Esperança Equilibrista* dá continuidade a essa tradição, com alguns ajustes de rota.

Ao estabelecer o formato do guia, buscou-se algo prático e fácil de manusear, em um layout com menos páginas. Todas as questões do guia são estruturadas da seguinte maneira: enunciado, com as médias e os desvios padrão das notas; pelo menos três das melhores notas (em alguns casos, visando a uma maior oferta de estratégias de resposta, há um número maior de boas respostas), seguidas da menor nota dentre todas as questões dos aprovados. Algumas questões, por decisão de seus autores, vêm acompanhadas de comentários para que os candidatos futuros possam identificar caminhos para a fase recursal do CACD.

Em relação a 2018, houve alteração significativa na seção do perfil dos candidatos aprovados. Há estatísticas sobre: idade, formação acadêmica, estado de origem e estado de preparação, além do tempo de estudo necessário para a aprovação. Como complemento, com a intenção de deixar o guia mais humano e pessoal – e para descontrair um pouco também –, há uma lista de preferências pessoais, como filmes, séries, músicas e times de futebol preferidos, além do signo de cada um.

Quanto à capa, optou-se por uma ilustração de produção própria, elaborada gentilmente pela Patrícia Abbott. No desenho, a esperança (*Tettigonia viridissima*) equilibra-se em uma fina corda, o que simboliza a dificuldade enfrentada pelos candidatos no caminho que leva de uma margem à outra, na travessia em direção ao Instituto Rio Branco. Seu nome simbólico revela a crença em algo que nos faz seguir em frente. A esperança foi o sentimento que nos fez resistir até o final, a aprovação no concurso – dançando na corda bamba que nos trouxe até aqui. Na cultura popular, há a crença de que o pouso deste inseto, que se assemelha ao grilo, é um sinal de bons augúrios.

A escolha da esperança dá-se também pelo fato de que, ao mesmo tempo em que é uma palavra que integra o léxico do postulante à carreira diplomática desde os primeiros dias de preparação, contribui para que se mantenha a tradição zoológica no batismo dos guias: *Filhote de Gnu* (2013), *Calango Lumbrera* (2014), *Orlando Lagartixa* (2015), *Texugo Melívoro* (2016), *Canarinho Pistola* (2017) e *Capivara Cética* (2018). A *Esperança Equilibrista* dá continuidade a uma linhagem de guias que, ao longo do tempo, se tornaram instrumentos fundamentais não somente à preparação intelectual mas também ao reforço da motivação dos candidatos que seguem equilibrando-se nos estudos para o concurso.

Assim, no complexo ecossistema riobranquino, é necessário atentar-se para a esperança. Mais do que resiliência nos estudos, ela é uma alegoria em tempos sombrios de Coronavírus. Em referência à canção de Aldir Blanc, a mensagem principal desse guia é o otimismo: a esperança equilibrista sabe que o show de todo artista tem que continuar.

"Mas sei que uma dor assim pungente
Não há de ser inutilmente
A esperança
Dança na corda bamba de sombrinha
E em cada passo dessa linha
Pode se machucar

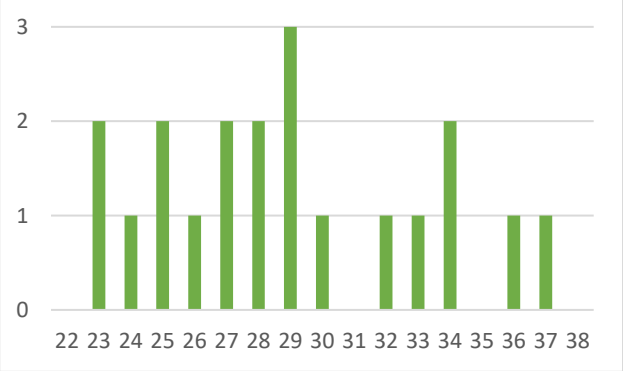
Azar!
A esperança equilibrista
Sabe que o show de todo artista
Tem que continuar"

Perfil dos aprovados

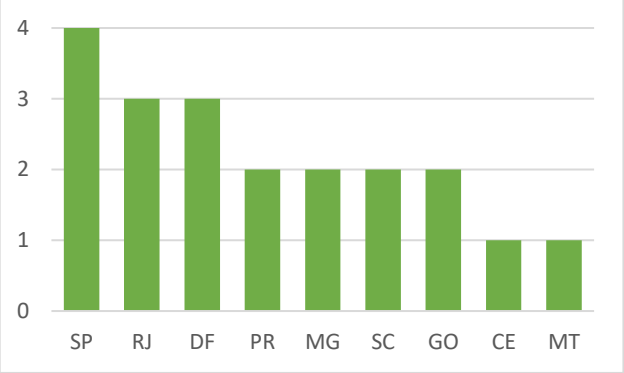
À medida que conhecemos nossos colegas de turma, confirmamos que não há receita para a aprovação. De todos o concurso exigiu equilíbrio e esperança. Cada um, porém, respondeu à sua própria maneira. Os métodos de estudo foram bastante diversificados. Alguns trabalharam durante a preparação, outros não. Um de nós, aliás, foi pai de gêmeos dois meses antes do TPS. E todos nós estamos aqui. Não há receita, não há atalho, não há fórmula pronta. E mais: cada um o fez ao seu tempo. Para alguns, levou apenas 8 meses de estudos. Para a maioria, demorou alguns anos. Se há um sentimento comum, é o de que, independentemente de como chegamos até aqui, valeu a pena.

A turma de 2020 do Instituto Rio Branco é composta de vinte pessoas, das quais apenas quatro mulheres (20%). A idade média, no momento da aprovação, foi de 29 anos. Os mais jovens ingressaram com 23 anos, sete pessoas ingressaram com 30 anos ou mais. O mais velho da turma passou com 37 anos. A origem dos aprovados é diversificada. Nove estados são representados. São Paulo tem a maior participação, com quatro aprovados, seguido de Rio de Janeiro e Distrito Federal, com três representantes cada. O Sudeste segue sendo a principal região de origem dos aprovados, com nove representantes (45%). O tempo médio de estudo foi de 4,25 anos. A principal formação acadêmica dos aprovados é Relações Internacionais, com nove pessoas (45%). Em segundo lugar, vem Direito, com oito pessoas (40%). Do ponto de vista astrológico, os principais signos dos aprovados são Touro, Libra e Capricórnio (três pessoas cada), com ninguém dos signos de Gêmeos e Câncer.

Aprovados por idade:

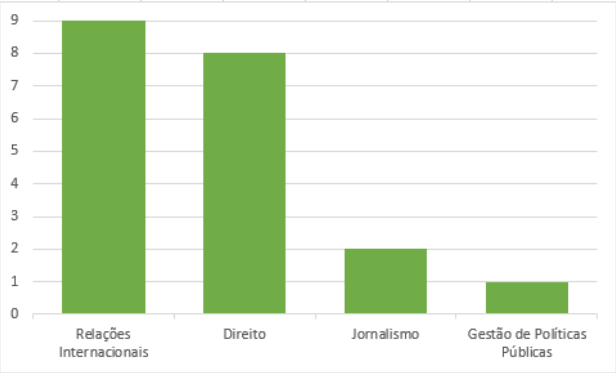


Aprovados por estado de origem:

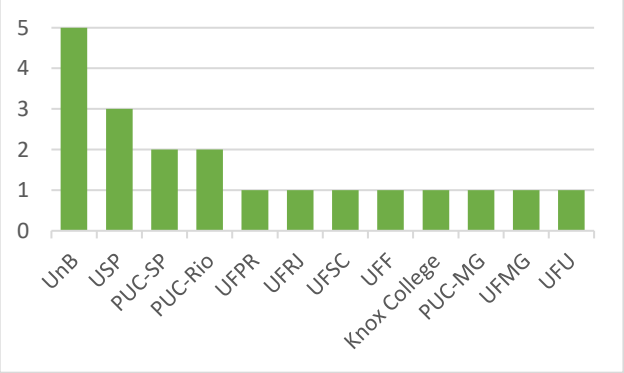


Aprovados por estado de preparação:

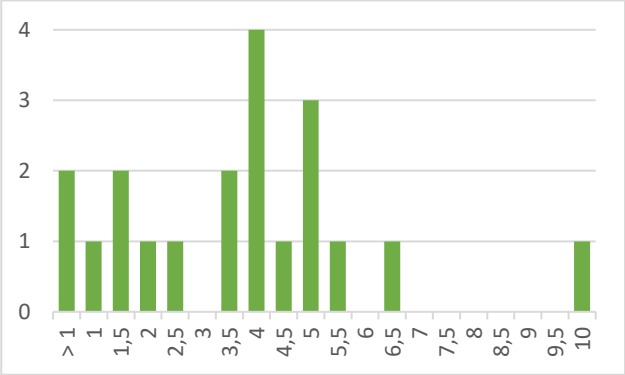
Aprovados por formação acadêmica:



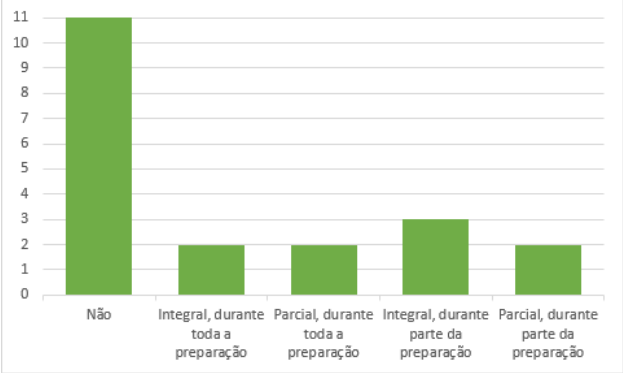
Aprovados por universidade:



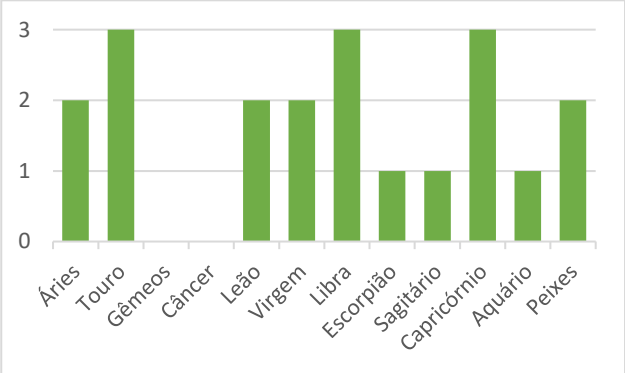
Aprovados por anos de estudo:



Trabalho durante estudos:



Aprovados por signo:



Preferências pessoais

Futebol

O Flamengo tem o maior número de torcedores entre os aprovados, com seis. Em segundo lugar, o Vasco, ao lado de São Paulo e Atlético Mineiro, com dois cada. Athletico Paranaense, Corinthians, Figueirense e Grêmio contam com um torcedor cada, enquanto quatro aprovados não declaram torcida a nenhum time.

Séries

Mad Men, com três menções, foi a série mais citada entre os aprovados como favorita. Breaking Bad e Friends foram mencionadas por dois aprovados. Foram citadas ainda Blackadder, Pose, Downton Abbey, Gossip Girl, Dark, Sex Education, Curb Your Enthusiasm, The Big Bang Theory, How I Met Your Mother, Game of Thrones e Gosto Médio.

Cinema

O único filme mencionado duas vezes foi O Poderoso Chefão (uma indicação para a primeira produção e outra para sua sequência). Foram citados, ainda, Cisne Negro, Bastardos Inglórios, Otto e Mezzo, As Branquelas, À Procura da Felicidade, Snatch, Titanic, Stalker, A Trilogia do Antes, Na Natureza Selvagem, O Fabuloso Destino de Amélie Poulain, O Senhor dos Anéis, A Lista de Schindler, Cidade dos Sonhos, Ilha do Medo e A Preguiça e o Coco.

Livros

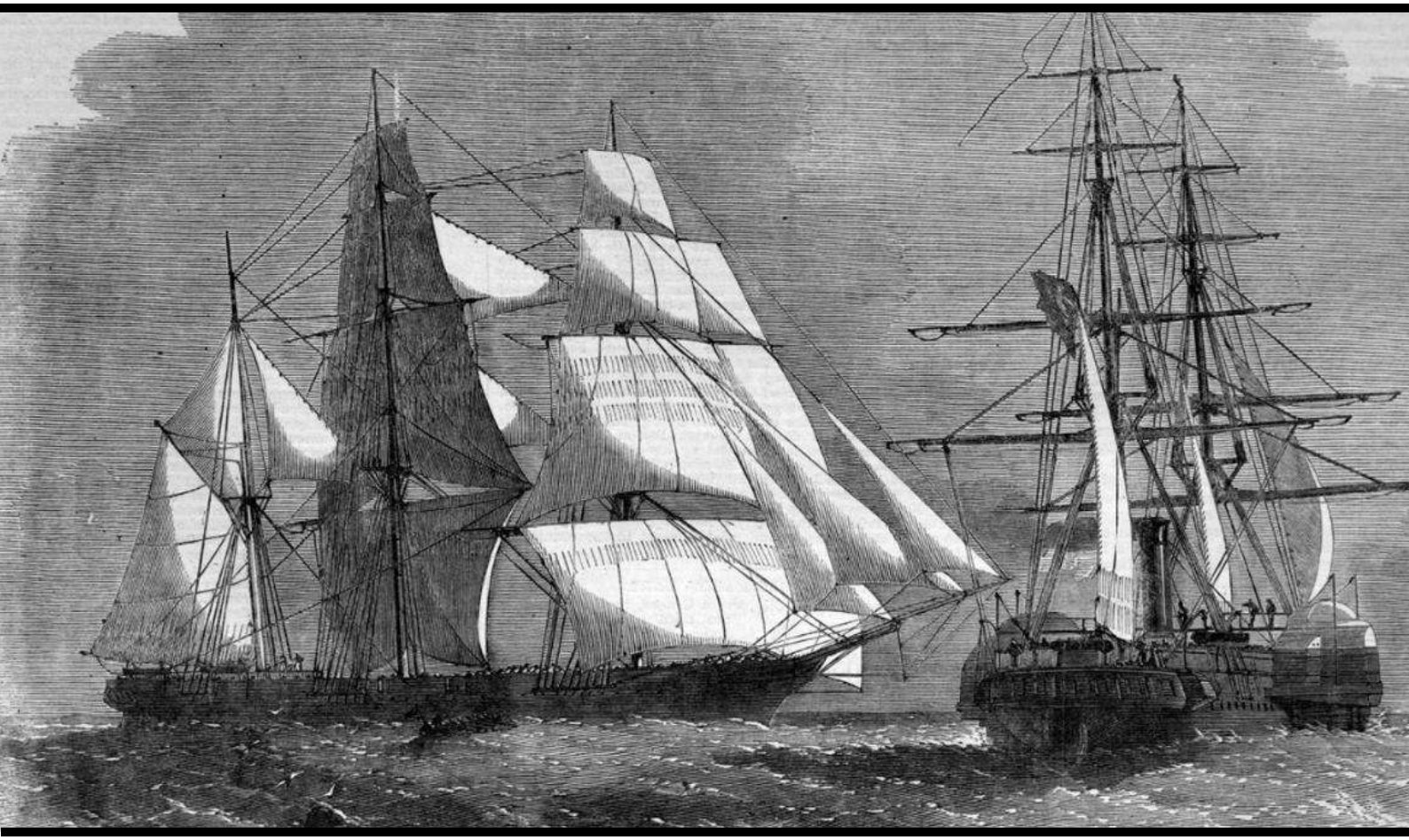
Machado de Assis teve duas menções às Memórias Póstumas de Brás Cubas, assim como Guimarães Rosa e seu Grande Sertão: Veredas. Foram as únicas obras indicadas como favoritas de mais de um aprovado. Gabriel García Márquez também foi citado duas vezes, mas com obras diferentes: O Amor nos Tempos do Cólera e Cem Anos de Solidão. Foram também mencionados Hiroshima (John Hersey), A Insustentável Leveza do Ser (Milan Kundera), a Bíblia Sagrada, a Ilíada (Homero), Caderno H (Mário Quintana), Les Misérables (Victor Hugo), On the Road (Jack Kerouac), Anna Karenina (Leo Tolstoi) e Angústia (Graciliano Ramos).

Música

A turma 2020-2021 do IRBr tem um gosto musical bastante eclético, com oito citações para MPB e rock, além de três citações para samba, pop e jazz. Figuram também gêneros que variam do heavy metal até o k-pop, além da música clássica, funk e indie.

Entre álbuns e canções mencionadas estão Batuque (Alberto Nepomuceno), Metropolis Pt.2: Scenes from a Memory (Dream Theater), Landslide (Fleetwood Mac), Hoppípolla (Sigur Rós), Zooropa (U2), João Gilberto in Tokyo, A Tábua de Esmeralda (Jorge Ben), Mar de Sophia (Maria Bethania), Fix You (Coldplay), Californication (Red Hot Chilli Peppers), Greenfields (The Brothers Four), Unthought Known (Pearl Jam), Não Identificado (Gal Costa) e O Vencedor/Ventura (Los Hermanos).

Língua portuguesa



Redação

Uma das obras do embaixador Alberto da Costa e Silva tem por título *Um rio chamado Atlântico*.

SILVA, Alberto da Costa e. *Um rio chamado Atlântico*. A África no Brasil e o Brasil na África. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

O escritor Guimarães Rosa escreveu um conto intitulado *A terceira margem do rio*.

ROSA, J. Guimarães. A terceira margem do rio. *In: Primeiras estórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011. P. 14-48.

Combine as duas metáforas observadas nos títulos apresentados e discorra a respeito do que, em sua opinião, seria a "terceira margem" do Atlântico Sul.

Extensão do texto: 65 a 70 linhas.
Valor: 60 pontos.
Média: 56,28 (total); 56,37 (ampla); 56,00 (cotas/PNE)
Desvio padrão: 1,465 (total); 1,567 (ampla); 1,212 (cotas/PNE)

Luiz Carlos Keppe Nogueira – 58,75

Alberto da Costa e Silva, embaixador e imortal da Academia Brasileira de Letras, realizou diversos estudos sobre a África. Uma de suas obras tem o título de Um rio chamado Atlântico, o qual pode ser considerado metáfora da proximidade histórica, social e cultural entre o Brasil, localizado na margem ocidental do oceano, e os países da África, com destaque para aqueles que têm territórios na margem oriental. A relação entre Brasil e África não apenas influenciou os territórios brasileiros e africanos, mas também resultou na criação de uma "terceira margem do rio", segundo os termos utilizados por João Guimarães Rosa. Formou-se uma perspectiva comum a respeito do Atlântico Sul, baseada na defesa da paz e do desenvolvimento.

No período da Pangeia, os litorais do Brasil e da África faziam parte da mesma unidade geofísica, a qual foi posteriormente separada pelo oceano Atlântico. O denominado "Mar Oceano" viabilizou os processos responsáveis pelo estabelecimento das primeiras relações entre as duas margens oceânicas: a colonização europeia e a escravidão. Um implicou o desenvolvimento de características religiosas e linguísticas semelhantes. O outro transformou o Brasil no país com a segunda maior população negra do mundo. A violência da ocupação colonial e da escravização de africanos e indígenas resultou em problemas comuns longevos, como a desigualdade e a onipresença do que Maria Sylvia de Carvalho Franco denominou "ajuste violento". A população de origem africana teve grande influência sobre a cultura brasileira. A arquitetura dos engenhos coloniais assemelhava-se ao desenho dos "agbo-ilês" dos chefes tribais africanos – nas duas margens do Atlântico, predominavam relações patriarcais. No que diz respeito à linguagem, estudo da Universidade Federal da Bahia indica que a repetição do advérbio de negação em frases, como "não quero não", e a forte entonação das vogais são evidências da influência africana. No âmbito da arte, as obras dos compositores Nelson Cavaquinho e Clementina de Jesus evidenciam a proximidade entre os cantos das religiões iorubás e o samba.

O Brasil tem importância considerável para a África. No período colonial, o alto valor das trocas comerciais aproximou as duas margens oceânicas, o que, depois da independência do Brasil, resultou na proposta africana de unificação política. Após séculos de esquecimento, as relações foram retomadas na década de 1950. A perspectiva lusotropicalista foi, paulatinamente, substituída pelo reconhecimento da dívida histórica do Brasil em relação aos negros. Nas últimas décadas, os contatos foram aprofundados, como exemplificado pelo aumento do comércio, dos intercâmbios culturais e da cooperação. São notáveis, nesse sentido, a construção de fábrica de medicamentos em Maputo e o interesse por novelas e músicas brasileiras em Angola.

A relação entre os países situados nas duas margens do Atlântico Sul resultou na criação da "terceira margem do rio", baseada nos valores da paz e do desenvolvimento. América do Sul e África foram reconhecidas como zonas livres de armas nucleares pelos tratados de Tlatelolco e Pelindaba. A fundação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), em 1986, livrou essa região oceânica desse tipo de armamento. Os membros da ZOPACAS combatem a "securitização" do Atlântico, como descrito por Barry Buzan. Ainda que se valorizem os intercâmbios militares – a cooperação naval entre Brasil e Namíbia, por exemplo, aumentou -, reforçam-se as ações e os discursos favoráveis ao desenvolvimento. Apoiador da Agenda 2063 africana, o Brasil tem projetos para a identificação do potencial petrolífero da costa ocidental da África e oferece vagas a estudantes por meio dos programas PEC-G e PEC-PG. A "terceira margem", portanto, fundamenta-se na busca comum de uma "paz positiva", a qual combina ausência de guerras com proteção a direitos básicos.

A "terceira margem" do Atlântico Sul é uma construção conjunta, baseada em importantes relações históricas, sociais e culturais. Trata-se da prova de que a diplomacia, por meio de projetos bilaterais e multilaterais, tem o potencial de dar concretude aos valores e objetivos comuns, contribuindo para a paz e para o desenvolvimento da sociedade internacional.

1A: 9,75. 1B: 9,75. 1C: 9,75. Erros: 0.

Arthur Lomonaco Beltrame – 58,35

As duas metáforas, observadas nos títulos da obra do embaixador Alberto da Costa e Silva, Um rio chamado Atlântico, e do escritor João Guimarães Rosa, no conto "A terceira margem do rio", referem-se às nossas percepções e expectativas em relação àquilo que nos separa e ao ponto de chegada de nossa trajetória. Se, nos termos propostos pelo primeiro, é possível identificar transformações na percepção da "distância" entre Brasil e África, na metáfora do segundo, é sugerido que uma travessia não envolve necessariamente dois pontos fixos, mas uma terceira possibilidade. Ao se tratar das relações Brasil-África, a "terceira-margem" do Atlântico Sul representa, em minha opinião, um destino entrelaçado, que envolve a compreensão de nossa proximidade e a da existência de desafios comuns, de modo que a cooperação representaria o grande vetor rumo ao desenvolvimento.

Ao longo da história, as relações entre Brasil e África perpassaram do infame tráfico negreiro a um nível de afastamento político e econômico, até que, a partir da década de 1970, o oceano que os separam foi, progressivamente, reduzido a um "rio chamado Atlântico". Por séculos, ainda que os laços históricos, étnicos e culturais estivessem

intensamente presentes na vida cotidiana brasileira, o país insistiu em minimizá-los, o que resultou no "alargamento" do Atlântico. Nas décadas de 1970, 1980 e seguintes, no entanto, essa percepção foi transformada por iniciativas de aproximação, nas quais se destacam a mudança de postura em relação ao colonialismo português, ao reconhecimento de independências nacionais, como em Angola e Moçambique, a condenação do regime de "apartheid" e a criação de uma zona de cooperação no Atlântico Sul com a ZOPACAS. Com o tempo, o oceano transformou-se em rio, e as duas margens passaram a identificar não somente elementos do passado comum, mas, também, desafios futuros.

Brasil e África localizam-se em regiões marcadas, ainda, por consideráveis limitações em termos de desenvolvimento econômico e social. O passado colonial e a inserção precária na divisão internacional do trabalho contribuíram para que ambas as regiões permanecessem periféricas e dependentes na ordem mundial arquitetada no século XX. Nessa condição de limitações, o Brasil e países africanos de descolonização recente identificaram a necessidade de uma atuação multilateral mais intensa em conjunto com o chamado "terceiro mundo", a exemplo da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD) ou na atuação para a formação do G77 para o tratamento de questões relacionadas ao comércio em uma nova ordem econômica. Na atualidade, desafios relativos ao desenvolvimento e à democratização da governança internacional permanecem nas duas "margens", o que reforça a existência de um destino entrelaçado, amparado na cooperação.

A "terceira margem" do Atlântico Sul envolve, necessariamente, a percepção de uma trajetória com um ponto de chegada comum, caminho este pautado pela cooperação para o desenvolvimento. Como duas partes que partilham **intereses** e desafios, Brasil e África buscam envidar esforços conjuntos para um futuro melhor. Para tanto, **pode-se** identificar iniciativas de cunho político, como a Cúpula América do Sul-África, de cunho cultural e linguístico, como a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), e outros juntos às Nações Unidas. Paralelamente, a solidariedade entre as margens deste "rio" está presente nas iniciativas de cooperação para o desenvolvimento capitaneadas pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) ou nos escritórios da Embrapa e da Fiocruz no continente. Essa realidade atesta proximidade e cumplicidade únicas para trilhar um caminho partilhado rumo a um objetivo comum, aqui entendido como a "terceira margem" do Atlântico Sul.

As metáforas presentes nas obras de Alberto da Costa e Silva e de Guimarães Rosa permitem interpretações que se relacionam e se complementam. No caso específico da relação entre Brasil e África, enquanto o diplomata paulista remete às transformações na percepção de uma suposta "distância" entre o Brasil e o continente africano, o título do escritor mineiro torna possível o entrelaçamento dessas duas margens do Atlântico em seus esforços para produzir uma nova realidade, uma "terceira margem" do Atlântico Sul.

1A: 10. 1B: 9,25. 1C: 10. Erros: 2.

Luis Felipe Yonezawa Fernandes – 58,05

Em Um rio chamado Atlântico, o embaixador Alberto da Costa e Silva enaltece os fluxos recíprocos de bens, serviços, ideias e pessoas entre o Brasil e a África, bem como defende sua intensificação. No contexto do paradigma universalista que marcou a Política Externa Independente ("PEI"), tratava-se do esforço de diversificar as parcerias internacionais do Brasil e de corrigir o alheamento que historicamente configurou as relações entre o País e o continente. A metáfora do rio, todavia, é mais complexa do que aparenta: como indica o conto "A terceira margem do rio", de Guimarães Rosa, é possível haver mais limites ao curso de um rio do que suas duas margens físicas; fatores históricos, sociais e culturais também interpõem-se entre a nascente e a foz. Para lograr uma circulação fluida no Atlântico Sul e eliminar essa "terceira margem", o Itamaraty deve continuar empreendendo uma política ativa de cooperação com países africanos.

A aproximação entre os países do Atlântico Sul e o Brasil somente se deu, de forma expressiva, a partir de meados da década de 1970, em virtude de impedimentos históricos complexos. Para lograr o reconhecimento da Independência, o governo imperial comprometeu-se a não interferir nas colônias lusitanas na África. Essa promessa foi respeitada por mais de um século. Não houve, por exemplo, protesto enérgico e eficaz contra a "partilha da África", na Conferência de Berlim. Na PEI, a retórica a favor da descolonização tornou-se vigorosa, a exemplo da obra em epígrafe, do embaixador Costa e Silva, ou do "Discurso dos 3Ds", do embaixador Araújo Castro; a contundência das palavras, todavia, não ensejou demonstrações concretas de solidariedade, uma vez que os valiosos vínculos com Portugal desautorizavam engajamento real: lusotropicalismo, em detrimento de africanismo. Foi somente após o Primeiro Choque do Petróleo, em 1973, que o discurso pôde conformar a conduta. Não obstante, ainda restam dessemelhanças políticas, culturais e econômicas, as quais dificultam a superação da "terceira margem" do Atlântico Sul.

As diferenças persistentes entre Brasil e África são de múltiplas ordens e dificultam – embora não impeçam – **a**[1] cooperação no Atlântico Sul. A projeção internacional do Brasil não decorre apenas da orientação política do Governo; conformadas pelos princípios do art. 4º da Constituição Federal, as parcerias internacionais do País pressupõem o respeito aos direitos humanos, a valorização da autodeterminação dos povos e o repúdio ao racismo. Até 1994, por exemplo, a vigência do apartheid na África do Sul frustrava a intensificação das relações bilaterais e promovia graves tensões, como a imposição de sanções a esse Estado, pelo Brasil. As diferenças linguísticas, ademais, podem dificultar a formação de vínculos interpessoais entre os nacionais, exceção feita aos países lusófonos. Não obstante, o Itamaraty tem envidado esforços para superar essas discrepâncias e, com base em uma postura cooperativa consistente, tem logrado êxito em fomentar fluxos no "rio chamado Atlântico".

As ações brasileiras para a aproximação com a África abrangem iniciativas exitosas no âmbito de comércio internacional, defesa e educação, as quais devem ser estimuladas ainda mais, para melhor integrar o Atlântico Sul. O intercâmbio comercial, em anos recentes, ultrapassou os 25 bilhões de dólares, e investimentos brasileiros em países como Angola geram empregos e sofisticam a infraestrutura local. Em matéria de combate à miséria, a parceria do Brasil com a África do Sul, no Fórum Índia-Brasil-África do Sul, permite um diálogo eficaz para superar a marginalização social e aprimorar a representatividade democrática. Há, ainda, diversas outras iniciativas, todas conducentes a integrar as "margens" físicas do Atlântico, a exemplo da promoção da Língua Portuguesa, por meio da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, ou da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, que promove a solução pacífica de controvérsias internacionais. A multiplicação de instâncias de contato institucional prefigura relações cada vez mais numerosas entre os agentes privados, o que permitirá elidir, eventualmente, os desafios históricos à parceria no Atlântico Sul.

A concepção metafórica do Atlântico como "rio" é um recurso retórico útil para demonstrar as possibilidades de interação através desse oceano. A sua "terceira margem", ideia que explicita as limitações imateriais ao contato entre os povos, é uma decorrência histórica, conjugada de desafios presentes. A África não deve ser avaliada como pária nas relações internacionais, conforme sugerido por descrições etnocêntricas, como em Coração das Trevas, de Joseph Conrad. Representa, ao revés, um conjunto de oportunidades de parcerias para o Brasil, em virtude do histórico comum de colonização e das crescentes complementariedades sociais, econômicas e culturais. O Itamaraty deve prosseguir contribuindo no sentido de promover eventos e projetos que interliguem os múltiplos povos envolvidos. A orientação presente do Ministério, de esmerar-se para consolidar e aprimorar parcerias internacionais eficazes e coerentes com os princípios basilares da Política Externa Brasileira, é, portanto, consistente com a metáfora do embaixador Alberto da Costa e Silva.

1A: 9,50. 1B: 9,50. 1C: 9,50. Erros: 1.

1 Marcado pela banca como erro de correção gramatical e propriedade de linguagem. A banca circulou "- a" e sinalizou, com uma flecha, que "a" deveria vir entre "não" e "impeçam". Argumentei que não era caso de colocação pronominal, mas o recurso foi indeferido.

João Paulo Melo Nacarate – 58,05

Alberto da Costa e Silva valeu-se da metáfora de um rio para dar título a uma de suas obras sobre as relações históricas entre o Brasil e a África: Um rio chamado Atlântico. O autor evitou o termo oceano, pois ele traz a ideia de distância e de separação, optando pelo termo rio, que transmite a ideia de proximidade e intercâmbio. Guimarães Rosa, por sua vez, escreveu um conto intitulado "A terceira margem do rio". As duas primeiras margens do rio foram criadas pela natureza ao passo que a terceira é criação humana. Ela não existe fisicamente, mas funciona como uma ponte, levando coisas de um lado ao outro e criando vínculos entre as duas primeiras margens. A combinação das duas metáforas resulta na criação da terceira margem do Atlântico Sul, que é o que há da África na América do Sul, o que há de América do Sul na África e os vínculos entre os dois lados do Atlântico Sul.

Há muito da África na América do Sul devido à migração forçada de africanos para esse continente nos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX. Muitas das atividades econômicas que contribuíram para a formação dos estados sul-americanos, como a pecuária em campos abertos, a mineração de aluvião e a fundição do ferro, foram feitas com técnicas trazidas por africanos e desconhecidas pelos povos indígenas e pelos europeus. A influência dos africanos, também, é percebida em manifestações culturais como o Candomble[2], no Uruguai, e a Capoeira, no Brasil. São manifestações culturais sul-americanas, mas que têm origens africanas. Essas tradições sofreram o que o geógrafo Milton Santos denomina desterritorialização e reterritorialização. Nesse processo, há a preservação de alguns elementos originais aos quais são adicionados elementos novos do local em que há a reterritorialização. O resultado é uma manifestação cultural híbrida.

Há, também, um pouco de América do Sul na África. Muitas das produções culturais de países sul-americanos são apreciadas na África, com destaque para as telenovelas e para as músicas brasileiras. A literatura brasileira, também, é apreciada na África. Mia Couto, um dos principais escritores moçambicanos vivos, por exemplo, reconhece que a obra de João Guimarães Rosa teve significativa influência em sua produção literária. O planejamento territorial brasileiro foi outra influência sul-americana na África. Em 1960, Brasília, a nova capital brasileira, foi inaugurada. Até então, a capital era o Rio de Janeiro, uma cidade litorânea, e o país tinha dificuldades de integração do território. A nova capital deveria ajudar a interiorização do povoamento do país. Décadas depois, a Nigéria, tendo Brasília como inspiração, criou a cidade de Abuja no interior, para ser a nova capital do país, substituindo Lagos, que é uma cidade litorânea. Além disso, a Constituição brasileira de 1988 serviu de modelo para Guiné-Bissau elaborar a sua constituição.

Os vínculos entre os dois lados do Atlântico Sul, também, são parte da terceira margem. Vínculos políticos, militares e de cooperação unem países sul-americanos e africanos. Nas décadas de 2000 e 2010, foram realizadas algumas cúpulas América do Sul-África (ASA), o que indica a importância política de uma região para a outra. Além disso, há cooperação militar entre os países ribeirinhos do Atlântico Sul. O Brasil, por exemplo, já fez exercícios militares com a África do Sul e tem, também, amplo programa de cooperação militar com a Namíbia. O Brasil contribuiu para a criação da marinha desse país, ajudou na elaboração de cartas náuticas e, ainda, forma parte dos oficiais do país. São muitos os projetos de cooperação entre países africanos e sul-americanos, como o Pró-savana e o Cotton-4. No primeiro, o Brasil transfere tecnologia que foi, inicialmente, desenvolvida para a produção agrícola no Cerrado brasileiro, para a produção agrícola em Moçambique, com algumas adaptações. O segundo programa de cooperação, também, inclui o Brasil e inclui, ainda, países do Shael. Trata-se de cooperação para a produção de algodão.

Desse modo, mesmo que não exista fisicamente, a terceira margem do Atlântico Sul é uma realidade, pois esse rio chamado Atlântico funciona como uma ponte, ligando os dois continentes que estão em suas duas primeiras margens. Evidências disso são a influência sul-americana na África, a influência africana na América do Sul e os vínculos entre esses continentes.

1A: 9,50. 1B: 9,50. 1C: 9,50. Erros: 1.

Paulo Henrique de Sousa Cavalcante – 58,00

A civilização brasileira conforma-se por matrizes de ameríndios, africanos e europeus, de maneira que o Atlântico, em alguma medida, apartou o povo pátrio de suas raízes. Com efeito, ante as contribuições legadas pelos diferentes grupos étnico-raciais, a nova nação logrou constituir um arquétipo[3] inédito, que não é só americano, europeu ou africano; o Brasil representa a "terceira margem do rio Atlântico", portanto[4]. É forçoso discutir, nesse sentido, a validade de associação da identidade pátria a um construto inacabado com influências de ambos os lados do Atlântico Sul; consequentemente, debate-se a contribuição da África para o processo contínuo de constituição da subjetividade brasileira. Além disso, revela-se fundamental questionar-se a percepção coeva acerca da participação indígena na autodeterminação do povo pátrio.

Em "A terceira margem do rio", o protagonista, pai de uma família ribeirinha, em uma decisão insólita, opta por viver no meio do rio. Há especulações acerca dos motivos da ação do personagem; porém João Guimarães Rosa, o autor, termina o conto, sem desvelar as motivações do ato, que repercute o pré-consciente[5] do protagonista. Utilizando-se a alegoria fluvial roseana, é possível notar que o brasileiro, como o protagonista do conto, ora aproxima-se de uma, ora abeira-se da outra margem do Atlântico Sul, motivado pelo anseio de alcançar a intelecção de sua formação identitária. Joaquim Nabuco[6], ao discorrer sobre a intermitência do povo pátrio entre os dois lados do oceano, afirmou que a subjetividade nacional ressentia-se da ausência de um quando se aproximava do outro, e vice-versa; é necessário notar, contudo, que a condição de "terceira margem" confere múltipla presença de povos à sociedade brasileira. Desse modo, a construção da identidade coletiva informa-se de matrizes indígenas e africanas.

2 O correto seria Candombe.

3 Ler algo de filosofia, linguística e psicologia, por exemplo, pode-lhe ser muito útil na prova de Língua Portuguesa. Não perca o foco do concurso, mas uma pesquisa lacônica de conceitos centrais dessas áreas pode conferir originalidade à sua abordagem sobre o tema.

4 Apenas quando fui passar a limpo, percebi a falta de um elemento de coesão entre as duas orações que se coordenavam! E o pior: já havia posto o ponto final após "atlântico". Lembrou-me a lição acerca da "posição das conjunções coordenativas"(p. 595) de Cunha e Cintra, que me deram essa alternativa de transformar o ponto final em vírgula e acrescentar "portanto". Que má impressão causariam duas linhas taxadas logo na introdução. Moral da história: domine gramática, para que você flua com liberdade pelo conteúdo.

5 Mesmo comentário da nota 2. Nessa passagem, lancei mão do conceito de "pré-consciente" ensinado por Sigmund Freud, que parece não haver utilizado o popularizado termo "subconsciente".

6 Como diria Machado, "allegro ma non troppo". Digo: "diferentão", mas nem tanto. Hehe Apesar de flertarmos com autores que possam distinguir nossos textos dos demais (e.g. Jung, Heidegger, Conceição Evaristo), achei por bem manter conhecimento sólido acerca também das leituras básicas para a prova de português, como Joaquim Nabuco e Darcy Ribeiro, que invoquei em meu texto.

A "terceira margem do Atlântico Sul", representada pelo Brasil, beneficiou-se, intensamente, da contribuição de povos africanos nas artes, na culinária e na agricultura; no entanto indaga-se a legitimidade da apropriação dos esforços negros pela sociedade pátria. Nesse sentido, Conceição Evaristo explica que, por mais de três séculos, a experiência da população afro-brasileira foi reduzida à "escrevivência", mecanismo por que o indivíduo é privado da plena realização de ser humano, tornando-se apenas meio produtivo. Igualmente, o negro não figurou, na maior parte da história doméstica, no "rol dos retratáveis", de modo que, quando ocorreu a exposição do retrato "O intrépido marinheiro Simão", de José Correia de Lima, em 1851, abaixo do quadro, se[7] colocou um informativo acerca de seu bravo feito, o resgate de treze sobreviventes do naufrágio do vapor Pernambucana, a fim de justificar-se a presença do retrato de um negro no salão. Ante esse histórico, mostra-se vital promover, atualmente, a cultura afro-brasileira e "as memórias solitárias do que ficou no outro lado do mar", nos termos de Raul Bopp, em seu poema negro "Urucungo", a fim de alcançar-se a igualdade material entre negros, índios e brancos.

Historicamente, as contribuições das matrizes africanas e indígenas foram alijadas da história pátria, de maneira que é forçoso propugnar o aperfeiçoamento da legislação acerca da preservação dos modos de vida e dos elementos essenciais à plena realização da subjetividade dos povos das florestas. O indivíduo e o espaço conformam uma entidade única, de modo que, mediante a concepção heideggeriana de "ser-aí" ("*Dasein*")[8], um não pode alcançar a plenitude de sua existência sem o outro. Ante o grave contexto de queimadas e de garimpos clandestinos em reservas indígenas, deve-se resguardar o direito dos povos ameríndios ao território, que, como escreveu Darcy Ribeiro, em Maíra, constitui elemento fundamental para a perpetuação da cultura indígena, sem a qual o Brasil não pode ser compreendido como a "terceira margem do Atlântico Sul".

"Se o mais bonito do mundo é isto: as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas", para parafrasear João Guimarães Rosa, o Brasil, como "terceira margem", também, revela-se resultado inacabado de um processo perene, que é informado pelos dois lados do Atlântico Sul. Mediante o aperfeiçoamento do tratamento das questões negras e indígenas, como a alta mortalidade de afrodescendentes e o desrespeito às terras de ameríndios[9], o país pode lograr função relevante na consecução de uma ordem internacional mais inclusiva e justa.

1A: 10,00. 1B: 9,00. 1C: 9,00. Erros: 0.

Taciano Scheidt Zimmermann – 57,00

O Atlântico Sul é, a um só tempo, elemento de separação e de união entre o Brasil e a África. Essa região, estratégica para os países do seu entorno, é definida pelo Embaixador Alberto da Costa e Silva, no título de uma de suas obras, como Um rio chamado Atlântico. O imenso oceano, de fato, parece ser apenas um rio, quando compreendido à luz da intensa proximidade histórica entre os seus dois extremos. Para fins analíticos, pode-se afirmar que a sua primeira margem corresponde à África no Brasil; a segunda, ao Brasil na África. Guimarães Rosa, no entanto, possibilita o aprofundamento dessa análise, por meio do título de um de seus contos: "A terceira margem do rio". Aplicada ao Atlântico Sul, a ideia da "terceira margem" seria, em minha opinião, equivalente ao Brasil e à África no mundo. Representaria, assim, a inserção global conjunta, como síntese da maturação das relações sul-atlânticas no decorrer da história, à medida que os padrões assimétricos do passado evoluíram para uma parceria pautada pela igualdade, o que possibilita, atualmente, maior alcance e relevância mundial.

No passado, as relações entre Brasil e África foram amplamente determinadas por padrões assimétricos relacionados, sobretudo, à escravidão e à colonização. Os primeiros séculos da presença da África no Brasil – associada à primeira margem do "rio chamado Atlântico – foram mediados basicamente pela importação de escravos africanos por parte da América portuguesa. As relações, ainda assim, alcançaram grande intensidade, principalmente no âmbito do tráfico e do comércio de escravos, mas a exploração do povo e do continente africano era a tônica da interação. Um novo relacionamento seria possível somente após a abolição da escravidão, que ocorre em 1888. A África, porém, nessa época, permanecia subjugada pelas potências coloniais, realidade que não se alteraria significativamente até os anos 1960. A "segunda margem" das relações, nesse contexto, ocorreria com o movimento do Brasil na direção da África, inicialmente limitado pelo apoio que o governo brasileiro oferecia ao colonialismo português na região, até a década de 1970. A despeito da história comum, portanto, as condições do relacionamento e as hesitações recíprocas que elas gerariam impediram que os laços culturais entre esses povos dessem origem a uma interação mutuamente benéfica, o que só seria possível com a mudança de postura do Brasil nos anos 1970.

Na transição para a "terceira margem" do Atlântico Sul, assim, encontra-se uma nova disposição, de ambas as partes, mas especialmente do Brasil, de aprofundar o relacionamento em bases de igualdade, independência e benefícios mútuos. A questão do colonialismo e do apartheid deixa de ser uma dificuldade no governo Médici, durante o qual as relações são alçadas a um novo patamar. O reconhecimento das independências de Angola e Guiné-Bissau, sob Geisel, são marcos da nova fase. Pela primeira vez, as conexões que cruzavam o "rio" do Atlântico Sul eram simétricas. A maior sintonia entre as duas margens levou, por exemplo, à criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), em 1986. Iniciou-se intensa cooperação técnica do Brasil na África, sem pretensão assistencialista, mas voltada à promoção de um desenvolvimento africano autônomo. Outras iniciativas, como a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), de 1986, fortaleceram a aproximação e diminuíram cada vez mais as distâncias entre os dois lados do Atlântico. Formavam-se, nesse processo, as bases de uma nova configuração das relações, agora voltadas para o mundo.

Como parceiros iguais e independentes, Brasil e África puderam investir em uma inserção conjunta no cenário global, na direção de uma "terceira margem" do Atlântico Sul: as relações conjuntas dos dois parceiros com os demais países do mundo. Atualmente, a atuação brasileiro-africana no sistema internacional abrange amplo conjunto de temas, entre os quais se inclui a cooperação no âmbito dos BRICS, sobretudo por meio da iniciativa do agrupamento no sentido de aproximar-se da África (Africa Outreach). Nesse domínio, Brasil e África colaboram, lado a lado, para a obtenção de uma reforma na governança global, especialmente na área econômica. A projeção em direção ao mundo também se evidencia na significativa convergência entre as propostas brasileira e africana para a reforma do Conselho de Segurança da ONU. Observa-se, assim, que a expansão da atuação de Brasil e África em direção à "terceira margem" do Atlântico Sul pode ter repercussões importantes sobre as instituições internacionais. Por meio da união de seus esforços, os parceiros ampliam seu alcance global e aprofundam suas relações.

7 Recordo-me de revisar esse trecho para precisar a colocação pronominal. O termo gerador de próclise está longe do pronome, o que parece gerar duas possiblidades corretas: próclise e ênclise, conforme a hipótese de atração remota. Cuidado com colocação pronominal.

8 Aplica-se novamente o escrito da nota 2.

9 Busquei elaborar uma conclusão propositiva, que provocasse inquietação no leitor e que dialogasse com o restante do meu texto. Evitei repetições do que já havia sido exposto, bem como não me demorei nas ideias da conclusão, o que, caso contrário, poderia originar outro texto de 69 linhas.

O relacionamento histórico entre Brasil e África, mediado pelo "rio" do Atlântico Sul, não cessa de avançar. Se, inicialmente, uma interação mais profícua entre os dois lados era complexa devido às conjunturas que a influenciavam, a história das últimas décadas evidencia que a superação dos desafios é possível e que não há limites para a formação de uma parceria sólida e simétrica. Aproximadas, as duas margens do Atlântico Sul se movem em direção a uma "terceira margem", representada pela inserção coordenada dos dois parceiros no cenário mundial. Trata-se de uma oportunidade renovada de lidar com os desafios comuns, por meio da soma de esforços em prol do desenvolvimento. Em discurso de 2019, o chanceler Ernesto Araújo reafirmou que o processo de reencontro do Brasil consigo mesmo passa pelo reencontro com a África; pode-se acrescentar que o reencontro com a África, por sua vez, conduz ao reencontro de ambos com o mundo.

1A: 9,00. 1B: 9,00. 1C: 9,00. Erros: 0.

Joaquim Pedro Strunck da Silva Pinto – 54,00 (pior resposta)

Em "A terceira margem do rio", João Guimarães Rosa revela que há, simbolicamente, uma dimensão entre a vida e a morte. Quando um personagem desse conto decide, metaforicamente, sair do plano da vida, a primeira margem do rio, sem adentrar o plano da morte, a segunda margem, ele aponta para uma nova possibilidade, a terceira margem. Dessa maneira, propõe-se a ir a um novo plano, um lugar em que se possa manter contato com o que existiu, sem desaparecer. A "terceira margem" simbólica do Atlântico Sul, no sentido de "A terceira margem do rio", de Guimarães Rosa, existe, no Brasil, nos movimentos culturais e nas políticas públicas de valorização e de desenvolvimento do legado cultural dos povos africanos, ações que se coadunam com o reconhecimento dessa herança cultural por Alberto da Costa e Silva, em Um rio chamado Atlântico.

A "terceira margem" do Atlântico Sul existe nos esforços de reconhecimento e de divulgação da história dos afrodescendentes brasileiros. O esforço do Itamaraty para que o Cais do Valongo, no Rio de Janeiro, fosse reconhecido como patrimônio mundial da humanidade pela UNESCO é um importante exemplo de ação pública nesse sentido. Ao tornar um sítio arqueológico mais conhecido, o Estado contribui para a denúncia da escravidão e para o repúdio ao racismo. Dessa forma, permite que os brasileiros possam atestar a existência da "terceira margem" do Atlântico Sul, porquanto revaloriza o legado cultural africano, o rio que aproxima Brasil e África, como propõe Alberto da Costa e Silva, e incentiva o respeito às manifestações culturais de matriz africana no presente.

A combinação entre reconhecimento da herança cultural africana e seu contínuo desenvolvimento, sintetizada na ideia de "terceira margem" do Atlântico Sul, também se verifica na produção acadêmica brasileira. O sociólogo Fernando Henrique Cardoso, em Pensadores que inventaram o Brasil, afirma que, desde que Gilberto Freyre escreveu Casa-grande & senzala, houve contínuo aprimoramento das pesquisas acerca da função social do negro no Brasil. Assim sendo, a academia brasileira tem contribuído para a construção simbólica de um "terceira margem" no Atlântico Sul, ao valorizar, por exemplo, a influência negra na alimentação e na fala brasileiras.

A constituição de uma "terceira margem", no Atlântico Sul, também se dá de modo espontâneo. Atualmente, manifestações culturais, nas mais diversas áreas, demonstram a crescente importância dada à herança cultural africana. Em Uma história do samba, de Lira Neto, por exemplo, revela-se que o samba, um dos principais símbolos da cultura nacional, tem origem nas batucadas africanas trazidas pelos escravizados. Em termos de produção artística, pode-se pensar em quão representativo da cultura brasileira esse ritmo é. No Brasil, a "terceira margem" do Atlântico Sul segue fortalecendo-se, a cada ano, em festas nacionais em que o samba é a principal música. O carnaval é o maior exemplo desse fenômeno.

A contínua valorização do legado cultural africano no Brasil, a "terceira margem" do Atlântico Sul, também se materializa em políticas públicas que visam ao estreitamento de laços culturais entre o Brasil e a África. Por intermédio de sua política externa, o Estado brasileiro tem buscado estabelecer meios para ampliar o contato entre brasileiros e africanos. O recente anúncio de que o Instituto Guimarães Rosa, um dos futuros vetores de exposição da cultura brasileira no exterior, terá uma sede em Luanda, em Angola, destaca a importância que se tem dado à "terceira margem" do Atlântico Sul, em âmbito estatal.

A "terceira margem", a possibilidade de manter-se em contato com o passado e de ressignificá-lo no presente, de modo constante, deve ser identificada, metaforicamente, nos esforços públicos e privados do povo brasileiro no sentido de valorizar a influência africana em sua cultura nacional. Constitui-se, dessa maneira, a "terceira margem" do Atlântico Sul, no sentido que Guimarães Rosa atribui à expressão. Trata-se de contínuo esforço de reconhecimento, promoção, valorização e desenvolvimento do legado cultural de matriz africana. Dessa forma, ainda que de modo simbólico, os brasileiros têm fortalecido o "rio chamado Atlântico", as históricas influências mútuas que existem entre Brasil e África, a que se refere Alberto da Costa e Silva.

1A: 8,00. 1B: 8,00. 1C: 8,00. Erros: 0.

Exercício 1

O direito à literatura

Chamarei de literatura, da maneira mais ampla possível, todas as criações de toque poético, ficcional ou dramático em todos os níveis de uma sociedade, em todos os tipos de cultura, desde o que chamamos folclore, lenda, chiste, até as formas mais complexas e difíceis da produção escrita das grandes civilizações. Vista deste modo, a literatura aparece claramente como manifestação universal de todos os homens em todos os tempos. Não há povo e não há homem que possam viver sem ela, isto é, sem a possibilidade de entrar em contato com alguma espécie de fabulação, a mola da literatura, em todos os seus níveis e em todas as suas modalidades, está presente em cada um de nós, analfabeto ou erudito - como anedota, causo, história em quadrinhos, noticiário policial, canção popular, moda de viola, samba carnavalesco. Assim, os valores que a sociedade preconiza, ou os que considera prejudiciais, estão presentes nas diversas manifestações da ficção, da poesia e da ação dramática. A literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas.

CANDIDO, Antonio. O direito e a literatura. *In: Vários escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 1995, com adaptações.

A questão da hibridação cultural em Néstor García Canclini

Na América Latina, a abrupta interpenetração e coexistência de culturas estrangeiras e dissímiles gerou processos de mesclagem que, em diferentes momentos do século 20, serão chamados de ocidentalização, aculturação, transculturação, heterogeneidade cultural, globalização e hibridismo. Tais terminologias desenvolveram-se no afã de designar os novos processos e produtos resultantes das ordens simbólicas, que, desde o final do século 15, concorreram para a formação dos países latino-americanos.

Ao propor um debate sobre as teorias da modernidade e da pós-modernidade para a América Latina, Canclini se ocupa tanto dos usos populares quanto do culto, tanto dos meios massivos de comunicação quanto dos processos de recepção e apropriação dos bens simbólicos. O entrelaçamento desses elementos veio a engendrar o que ele designou como "culturas híbridas". Canclini identifica, nos países latino-americanos, o entrecruzamento de diferentes tempos históricos que coexistem num mesmo presente de forma desarticulada, fenômeno que designou como "heterogeneidade multitemporal" (1995, p.72).

GAGLIETTI, Mauro; BARBOSA, Márcia Helena Saldanha. *A questão da hibridação cultural em Néstor García Canclini*. Com adaptações.

No texto *O direito à literatura*, o crítico literário brasileiro Antonio Candido afirma que a literatura em sentido amplo tem de ser vista como um direito básico do ser humano. No texto *A questão da hibridação cultural em Néstor García Canclini*, o pensamento dos pesquisadores ressalta o aspecto híbrido das culturas latino-americanas observado por Canclini. Com base nessas leituras, discorra, de forma crítica e sucinta, acerca da relação entre a consciência de unidade – a identidade – e a consciência da diferença – a alteridade – na cultura brasileira contemporânea no contexto das relações internacionais.

Extensão do texto: 15 a 20 linhas.
Valor: 20 pontos.
Média: 18,84 (total); 18,88 (ampla); 18,71 (cotas/PNE)
Desvio padrão: 0,745 (total); 0,847 (ampla); 0,309 (cotas/PNE)

Luiz Carlos Keppe Nogueira – 20,00

Antonio Candido afirma que todos os indivíduos têm capacidade de fabulação e necessidade de entrar em contato com a literatura. Trata-se, portanto, de direito universal. O direito internacional reconheceu essa perspectiva universalista: a Convenção de Viena, de 1993, afirma, em seu quinto artigo, que os direitos humanos valem para todos, ainda que existam diferenças culturais. Efetivamente, a consciência da unidade é essencial, uma vez que a relativização cultural irrestrita pode resultar no que Habermas define como "contradição performativa", a qual ocorre quando a ausência de valores e regras básicas impede as condições de diálogo e convivência. Portanto, a projeção internacional da cultura brasileira deve respeitar os limites impostos pelos direitos humanos.

Para Néstor García Canclini, a relação entre "usos populares" e "uso culto" produz "culturas híbridas", nas quais diferentes tempos históricos coexistem. Mário de Andrade defendeu duas formas de resolução das tensões resultantes da grande diversidade cultural brasileira. A primeira é a de considerar as influências históricas como "tradições móveis", as quais precisam ser atualizadas e repensadas continuamente. A segunda consiste em reconhecer-se que cultura popular e erudita são inseparáveis. Essas duas ideias podem ser aplicadas à consciência da diferença na projeção cultural do Brasil, uma vez que o que distingue o país é, justamente, sua capacidade de integrar e de reinterpretar a cultura global de modo criativo.

ADT: 10,00. Erros: 0.

Luis Felipe Yonezawa Fernandes – 20,00

Em "O direito à literatura", Antonio Candido ressalta que a produção literária está indissociavelmente atrelada aos valores da sociedade na qual se insere. Por fomentar o debate acerca dos múltiplos problemas de um povo, a literatura logra conformar uma identidade cujos efeitos transcendem a cultura, ao contribuir até mesmo para a projeção internacional do Brasil. A lição do sociólogo é especialmente valiosa para os países latino-americanos, cujas peculiaridades históricas e sociais levaram Néstor García Canclini a qualificá-los de "culturas híbridas". Em virtude da coconstituição entre alteridade e identidade em países como o Brasil, tem-se um grupo de Estados credenciados ao diálogo e ao pacifismo.

Conforme analisado por Gilberto Freyre em Casa-Grande & Senzala, a identidade nacional brasileira fundamentou-se no "equilíbrio de antagonismos", isto é, no convívio social turbulento de grupos sociais opostos. Não há, no Brasil ou nos outros países latino-americanos, uma identidade étnica, cultura ou religiosa unívoca, como alhures; a brasilidade não decorre de um arquétipo racial, mas dos valores, da história e da cultura comum do povo. Há uma vocação especial, portanto, à tolerância, que se evidencia na defesa diuturna da paz, do respeito universal aos direitos humanos, do repúdio ao racismo e da promoção do diálogo entre os povos, como preconiza o art. 4º da Constituição Federal. A relação indissociável entre alteridade e identidade na cultura brasileira, portanto, credencia o Brasil a engajar-se virtuosamente em suas relações internacionais.

ADT: 10,00. Erros: 0.

* Observação do autor: as notas, por quesito, foram: 9.75/10 (ADT); NE: 0. Após recurso – transcrito abaixo –, obteve-se pontuação integral em ADT (10/10).

Recurso. "*Solicita-se, respeitosamente, a atribuição de pontuação integral no quesito de apresentação do tema. O candidato agradece a nota atribuída pela banca (9.75/10), porém sustenta que pode ter ocorrido subavaliação – especialmente ao verificar textos de outros candidatos com níveis gerais de apresentação textual aparentemente similares, porém com pontuações superiores. Pede-se, assim, o acréscimo de 0.25, perfazendo a mesma nota atribuída na primeira correção.*

Observa-se que o texto é legível, coerente, coeso, objetivo e sistemático, além de estabelecer visão original a respeito do tema apresentado pelos excertos motivadores. Com desenvolvimento sucinto – porém suficiente – discutiu-se o par dicotômico identidade/alteridade na cultura contemporânea, no contexto específico das relações internacionais.

Em sintonia com o padrão de resposta, destacou-se a conformação de uma identidade por meio da literatura (linha 4) e um processo de coconstituição entre identidade e alteridade nos países latino-americanos, com ênfase para o caso brasileiro. A referência à obra de Gilberto Freyre (linha 10), além de ser pertinente, foi apresentada para corroborar a tese de uma idiossincrasia identitária na América Latina, em contraposição às percepções culturais de outros países. Ademais, a resposta analisa os reflexos dessa matriz conceitual para o engajamento internacional de países como o Brasil, enfatizando suas credenciais virtuosas para o diálogo e o pacifismo."

Resposta da banca. "*DEFERIDO*".

Lawrence Benaventana Póvoas – 20,00

A formação cultural da sociedade influencia as relações internacionais do país. Segundo Antonio Candido, em O direito à literatura, a produção literária e cultural reflete os valores predominantes de uma sociedade, bem como projeta as características que considera nocivas. Dessa maneira, a formação da identidade nacional proporciona, por meio das expressões artísticas, um imaginário comum, pelo qual a sociedade pode identificar-se como pertencente a um grupo e diferenciar-se dos outros. Segundo o texto A questão da hibridação cultural em Néstor García Candini, verificam-se peculiaridades nesse processo antitético, na América Latina, pois a região experimentou enorme variedade de aportes culturais. Nesse contexto, a cultura brasileira contemporânea constitui-se pela diversidade, o que afeta as relações internacionais.

A configuração da cultura brasileira pela mesclagem de modelos, ideários e paradigmas torna o Brasil interlocutor privilegiado no contexto internacional, na medida em que, pelas próprias características da sociedade brasileira, tem vocação natural para o diálogo, a conciliação e a busca de consensos. Nessa perspectiva, a cultura brasileira contemporânea condiciona a ação externa do país, porquanto a cultura inclusiva e tolerante da sociedade deve ser refletida em âmbito internacional. Em sentido diverso, a predominância de uma perspectiva cultural pode limitar a margem de ação diplomática em um contexto de crescente interdependência. No entanto, prevalece a visão universalista do Brasil, o que se coaduna com a cultura brasileira contemporânea.

ADT: 10,00. Erros: 0.

Pior resposta – 17,15

A relação entre a consciência da diferença e a consciência de unidade é importante aspecto da cultura brasileira contemporânea, sobretudo no que tange ao contexto das relações internacionais. A identidade brasileira é relevante fator na determinação da forma como ocorre a inserção internacional do país. A consciência de unidade na cultura brasileira permite a apreensão da identidade como algo coeso, embora a consciência da diferença traga a percepção da diversidade das formas de manifestação que são abrangidas pelo conceito de cultura brasileira.

Nesse sentido, é a relação dialética entre essas duas percepções que permite a apreensão da identidade brasileira por meio da cultura. A consciência da diferença está presente na ideia de Néstor Canclini de que as culturas latino-americanas **tem** aspecto híbrido. Na cultura brasileira contemporânea, tempos históricos diferentes coexistem, assim como influências variadas são congregadas. A consciência de unidade, por sua vez, relaciona-se ao resultado único dessa diversidade no território brasileiro, de modo que, não importando o tipo de manifestação, Antonio Candido afirma que o ser humano não pode viver sem literatura.

ADT: 7,50. Erros: 1.

Exercício 2

O alimento representa o povo que o consome numa imagem imediata e perceptiva. Dá a impressão confusa e viva do temperamento e maneira de viver, de conquistar os víveres, de transformar o ato da nutrição numa cerimônia indispensável de convívio humano.

A cozinha dos povos colonizadores não erradicou a cozinha dos povos colonizados. Houve, naturalmente, uma interdependência tanto maior quanto o grau de assimilação seja mais alto. [...] A população nascida dessas raízes étnicas possuirá uma cozinha participante de ambas as influências.

A feijoada, simples ou "completa" (sempre incompleta, no julgamento dos entendidos), é o primeiro prato brasileiro em geral. Inútil tentar divulgá-la como atração turística. Será mesmo que oferecer caracóis e rãs a um sertanejo velho. Demasiadamente nutritiva, indigesta, estarrecedora. Certos alimentos exigem a capacidade conterrânea do consumo e do gosto, intransmissível ao estrangeiro, mesmo curioso de originalidades anômalas. Todos esses visitantes possuem suas maravilhas locais que escapam ao nosso gabo sincero. [...] O paladar não é tão universal como a fome. Há distinções, resistências, peculiaridades, imposições misteriosas para o entendimento. A feijoada é uma dessas obras-primas, obrigando iniciação nacionalizante.

CASCUDO, Luís da Câmara. *História da alimentação no Brasil*. São Paulo: Global Editora, 2016 (1ª edição digital), com adaptações.

Com base na leitura dos trechos apresentados, comente a afirmação a seguir: "O alimento representa o povo que o consome."

Extensão do texto: 15 a 20 linhas.
Valor: 20 pontos.
Média: 17,98 (total); 17,73 (ampla); 18,70 (cotas/PNE)
Desvio padrão: 1,15 (total); 1,057 (ampla); 1,224 (cotas/PNE)

Thayana Stocco do Amaral – 20,00

A culinária é elemento relevante da identidade de um povo. O Romantismo foi o primeiro paradigma literário que buscou enfatizar as singularidades da nação brasileira. José de Alencar, um autor desse movimento, afirmou que o brasileiro, "dado à fruição do caju", deveria distinguir-se do português, "dado a comer pêra". De fato, isso corrobora a frase de Luís da Câmara Cascudo de que "o alimento representa o povo que o consome".

Conquanto Luís da Câmara assevere que certos alimentos sejam intransmissíveis ao estrangeiro, a culinária brasileira, por sua variedade, pode satisfazer diferentes gostos. A miscigenação, a qual é conformadora da identidade nacional, influenciou uma gastronomia diversificada, igualmente. A feijoada, considerada um prato típico do Brasil, é exemplificativa disso, uma vez que mistura distintos sabores. Outrossim, refeições introduzidas pelos negros africanos, pelos indígenas nativos e pelos imigrantes europeus, árabes e asiáticos podem agradar visitantes de distintos continentes.

ADT: 10,00. Erros: 0. Total de linhas: 20.

Jonathan de Assis Paz Braga – 19,65

Os hábitos alimentares estão diretamente relacionados à cultura do povo que os pratica, o que permite identificar características de unidade e de diferenciação entre povos diversos. Trata-se de um meio de **analizar** os diferentes tratamentos conferidos aos produtos locais e de compreender os elementos que compõem a identidade coletiva. Além disso, pode-se perceber as diferentes heranças culturais de um povo sobre determinada sociedade, uma vez que a cozinha não elimina práticas anteriores. Os hábitos alimentares fazem parte da representação das influências culturais diversas, mantendo-se costumes por diferentes gerações.

No Brasil, país caracterizado pela miscigenação e pela diversidade, a cozinha reforça o aspecto multicultural da sociedade brasileira, sem impedir que o país desenvolva uma alimentação própria de seu povo. Com os indígenas, aprendeu-se sobre a cultura da mandioca, a qual permanece como um produto central da cozinha nacional, respeitando-se os diferentes usos regionais. A feijoada, prato tipicamente brasileiro, remete tanto a influências africanas quanto a hábitos portugueses, o que representa a capacidade de assimilação da cultura nacional. Os hábitos alimentares brasileiros reforçam a multidiversidade da identidade nacional, em um processo que reconhece as influências estrangeiras e possibilita a criação de uma cultura coletiva que não se confunde com as heranças culturais

ADT: 10,00. Erros: 1. Total de linhas: 20.

Taciano Scheidt Zimmermann – 19,50

Luís da Câmara Cascudo, em sua obra História da Alimentação no Brasil, afirma que "o alimento representa o povo que o consome", ao enfatizar a íntima relação que estabelecem entre si a cultura e a culinária. Embora a fome seja global, o paladar não o é, sublinha o autor. De fato, a cozinha de um povo é formada pela interação de inúmeras variáveis, entre elas a eventual herança de colonizadores, a disponibilidade de certos alimentos e a diversidade das técnicas de preparo. Esse processo tem como resultado sabores únicos, próprios a cada país ou região. Nas nuances de tempero, revela-se o paladar das populações que cozinham os alimentos, de modo que estes se tornam representações culturais importantes.

No Brasil, a culinária é tão diversa quanto a cultura. Apesar de certas unanimidades, como a feijoada, o cardápio difere bastante entre as regiões – nem mesmo a feijoada mineira é igual à nordestina, por exemplo. As diferenças ocorrem também dentro das regiões. A cozinha de áreas de colonização açoriana no Sul do país, em que predominam os frutos do mar, é bastante distinta da gaúcha, na qual é central a tradição do churrasco, com forte componente identitário. Das diferenciações e imbricações entre todas essas práticas alimentares resulta a cozinha brasileira, diversa como o seu povo, que nela se vê representado com seus sabores e dissabores.

ADT: 9,50. Erros: 0. Total de linhas: 20.

Pior resposta – 16,25

Luís da Câmara Cascudo afirma que o alimento representa o povo que o consome. A afirmação do autor é explicada pelo fato de que são as idiossincrasias do povo de determinado lugar que influenciam seu paladar. Nesse sentido, o alimento representa o povo que o consome na medida em que é a materialização dos elementos gustativos que são de preferência de determinado povo. Por essa razão, não se pode esperar que povos muito distintos gostem de alimentos semelhantes. Em geral, o paladar daqueles que são acostumados com um tipo de alimento não será compatível com os alimentos preferidos por outros povos, por mais que sejam deliciosos para os locais.

Como consequência, os alimentos consumidos por um povo podem dizer muito sobre ele. Os diferentes ingredientes e sensações preferidos refletem seus hábitos e as características do local onde vivem, como vegetação e clima. Nesse sentido, o alimento representa não somente o gosto de um povo, mas também tudo aquilo que lhe dá coesão e unidade.

ADT: 6,25. Erros: 0. Total de linhas: 20.

Língua inglesa

Composition

Text 1

How can he explain to him? The world is not run from where he thinks. Not from his border fortresses, not even from Whitehall. The world is run from Antwerp, from Florence, from places he has never imagined; from Lisbon, from where the ships with sails of silk drift west and are burned up in the sun. Not from castle walls, but from counting houses, not by the call of the bugle but by the click of the abacus, not by the grate and click of the mechanism of the gun but by the scrape of the pen on the page of the promissory note that pays for the gun and the gunsmith and the powder and shot.

Mantel, Hilary. (2010) *Wolf Hall:* a novel. Picador, p. 349.

Text 2

[Diplomats] need to understand JPMorgan Chase or Google's diplomatic machinery in the way that they understand China's. They should be competing with the best technology they can lay their hands on. They should be on a digital war footing.

I often ask people who they think will have the greatest influence on the twenty-first century – Google or Britain? Increasingly, most say Google. I want to show in this book how they can be proved wrong. Google has been a technological superpower for a decade. Britain has been one for at least 250 years.

Fletcher, Tom. (2017) William Collins, p. 17, with adaptations.

Discuss whether and to what extent technological and economic changes over the past few decades have transformed the intrinsic nature of diplomacy and (or) international politics. Draw connections between the ideas in the two texts.

Extensão do texto: 45 a 50 linhas.
Valor: 50 pontos.
Média: 40,01 (total); 40,477 (ampla); 38,6 (cotas/PNE)
Desvio padrão: 3,967 (total); 4,277 (ampla); 2,729 (cotas/PNE)

Bruno Berrettini Camponês do Brasil – 46,13

In the realm of Political Science and International Relations there has been a debate about whether it is the individual or the state that has a more prominent role in shaping historical events. Those who focus on the individual present arguments that are similar to those laid out by Hilary Mantel, whereas Tom Fletcher's remarks are the quintessential reasoning of the defenders of state power. Although international politics and diplomacy have undeniably been influenced by technological and economic changes, the advent of social media and the rise of China do not, and will not, undermine the state.

When it comes to the impacts caused by the widespread use of social media, such as Twitter and Facebook, on a global scale, it must be recognized that Hilary Mantel and those who share such views do have a point. In fact, international politics is not only the by-product of relations between and among states, but also between individuals and private entities. Though this has always been so, the recent revolution in **communication** technology has given individuals a bigger say in politics. In this regard, nowhere was this clearer than in the United Kingdom during the Brexit referendum. Had it not been for Twitter, Facebook, and Cambridge Analytica, which catalyzed voters' discontent, the European Union and British Parliament would not have been stuck in a quagmire for so long.

This does not mean, however, that states have become obsolete. The twenty-first century will go down in history as a time when China re-emerged as an economic power house and as a major power that can rival, or threaten, the United States. This was achieved through commercial and economic liberalization combined with the visible hand, or some may say, an iron fist, of the Chinese state. Such is the concern of Chinese authorities about the disruptive impact of social media on internal stability that the central government has banned Twitter and Facebook outright. It has created, instead, several state-run companies, such as Weibo, through which the Communist Party expects to keep its grip on power. Perhaps, the answer to Tom Fletcher's question could be neither. Moreover, what feeds the current trade war between the US and China is that the Chinese are far more advanced in 5G technology, which could undermine the market share of American companies, but American global hegemony itself.

All in all, even though Hilary Mantel is right in pointing out the importance of private agency, it seems that Tom Fletcher's analysis addresses the key issue, that is, that states will remain the most powerful actors in international politics. He may be wrong in singling out Google or Britain. Perhaps, it will be China and some of its state-run companies.

1A: 9,30. 1B: 9,40. 1C: 5,00. Erros: 1. NL: 50.

Lawrence Benaventana Póvoas – 44,68

Over the past few decades, technological advances and economic transformations have significantly impacted international politics. Improvements in travel, communications, and information technology have given rise to an increasingly interconnected world. In this digital era, new actors have emerged to contest the centrality of nation-states in conducting international affairs. Nevertheless, while it may be true that these developments have altered the political landscape, the nation-state continues to be the most important actor in the international arena.

Structural changes in the global economy have affected world politics. The integration of financial markets has bound the fates[10] of most countries' economic well-being, as hardship in one country will impact success in another. In this context, some

10 O candidato defendeu sua opção por "fates". Resposta da banca: INDEFERIDO. No período em questão, a escolha lexical para relacionar "fates" a "well-being" fere as regras de colocação da língua inglesa.

observers claim that economic matters have overtaken political considerations, including military might,[11] in international politics, since an attack on a country would, in the end, negatively impact the[12] **beligerant** nations themselves. A second argument in favor of this view is that economic power determines military capabilities. In Wolf Hall, Hilary Mantel illustrates this view, as she describes the financial power behind the purchase and maintenance of military equipment.

Furthermore, the author alludes to a second reality: the concentration of decision-making in the hands of a select few. In this regard, financial clout would be the main factor in determining power in world politics, as private individuals and large financial institutions with headquarters in a handful of global cities could be seen as the true power-brokers. Tom Fletcher argues, however, that these entities remain subject to the will of nations. One such financial behemoth is cited by the author and serves as a relevant example. JPMorgan Chase [ ][13] suffered penalties and increased regulation following the last financial crisis. These new rules were negotiated diplomatically between the world's largest economies, which showcases how even the most powerful financial corporations can have their power curtailed by sovereign nations on the international stage.

Technological breakthroughs have also transformed world politics. The increased use of digital communication has brought a multitude of issues to the forefront of [ ][14] international debate. On the one hand, the advent of instantaneous communication has brought societies closer together than ever before. The plethora of mediums through which a message can be broadcast poses a significant challenge to diplomacy, but these instruments merely change the means of conducting diplomatic endeavors, not the substance. On the other hand, a group of large technological firms are now involved in the storage, publication, and dissemination of sensitive information. However, as Tom Fletcher correctly affirms, the power granted by this process is relative, even for a company as influential as Google. Diplomatic negotiations to regulate and limit power in the digital realm are already underway, which underscores how nation-states continue to be the main actors in international politics.

One can, therefore, draw connections between the ideas presented by Hilary Mantel and Tom Fletcher to conclude that, while economic and technological changes have significantly impacted both diplomacy and international politics, they have not fundamentally altered their nature.

1A: 9,20. 1B: 9,50. 1C: 5,00. Erros: 6. NL: 50.

Ronney Almeida e Silva Filho – 44,12

Over the past few decades, technological and economic changes have transformed the intrinsic nature of diplomacy and of international politics. The field of international relations was understood as a series of interactions among a select few powerful states throughout most of history. However, nowadays, it is increasingly clear that, as Hilary Mantel puts it, the world is not run from castle walls, and new actors have arisen in the international arena, transforming the work of diplomats as well as the core of international politics. In order to deal with the plethora of technological and economic changes that the world has been witnessing with increasing speed, diplomacy must change, and states must find ways to engage with emerging actors in the international system.

The increasing flow of information has drastically changed the way in which diplomacy must be carried out. As civil society becomes more informed about international events, it wishes do provide input regarding how the foreign policy of its country should be conducted. Diplomats must be open to public debate about foreign policy and willing to take the demands of the people **in** consideration. In other words, a few decades ago, diplomacy was the preserve of the elites, nowadays, it has become a public policy that must be carried out democratically. As a result, the nature of diplomacy is changing, and foreign policy is increasingly drawing the attention of society.

Not only have technological changes transformed the availability of information worldwide, but they have also allowed the emergence of powerful technological companies, such as Google, Facebook, and Apple. As Tom Fletch explains, "Google has been a technological superpower for a decade". Although it is true that the power of these companies does not yet rival the power of countries such as Great Britain, they are already much more powerful than smaller, less prosperous countries. Therefore, the nature of international politics has changed. Countries must find ways to develop digital technologies and new regulations that can help them deal with the threats posed by powerful corporations.

Developing countries are also powerful actors emerging in the international system. This stems from the economic changes that have been taking place over the past few decades. Again, one must agree with the assertion of Hilary Mantel: the world is now run from places never imagined. Brazil, India, and China, for example, wish to play a more important role in the international system, one that reflects their new economic might in the 21st century. Their demands should not be ignored by **the traditional** powerful countries. There has been a shift in the distribution of power, and the stability of the international system depends on the recognition that economic changes have transformed international politics.

It is undeniable that technological and economic changes have transformed the nature of diplomacy and of international politics over the past few decades. In fact, history is a dynamic process of change, and such transformations will continue to take place for as long as society exists. Thus, adapting to the contingencies of technological and economic changes is the most rational option available. Diplomacy has been reinventing itself over the centuries, and the modern state has been able to cope with an ever-changing international world order. Therefore, changes must be seen as opportunities, and not as threats to the international system.

1A: 8,10. 1B: 8,70. 1C: 5,00. Erros: 4. NL: 49.

Joaquim Pedro Strunck da Silva Pinto – 43,25

The intrinsic nature of international politics is characterised by conflict. As Hilary Mantel states, money plays an important role ***on*** that constant dispute. However, it is not private money that rules the world. According to Tom Fletcher, states such as Britain, have been the world's most relevant players for a long time now. Countries have been using their citizens' inventions and wealth for centuries in order to survive and to fight for power, and they continue to do it in the Third Industrial Revolution era.

11 O candidato defendeu a separação da oração acessória intercalada "including military might" por vírgulas, que a Banca Examinadora alega estar incorreta. Resposta da banca: INDEFERIDO. No período em questão, o uso da pontuação está incorreto, segundo a prescrição de uso da norma culta da língua inglesa, pois cria uma intercalação, quando o trecho está na ordem direta, o que prescinde de uso de vírgulas.

12 O candidato defende o emprego do artigo definido "the" no trecho, por tratar-se de uma especificação textualmente necessária à coesão e coerência da frase. Em resposta, a Banca Examinadora alegou: INDEFERIDO. No período em questão, o uso do artigo definido está incorreto, segundo a prescrição de uso da norma culta da língua inglesa.

13 Em que pese os argumentos do candidato, que defende o uso do 'simple past' por tratar-se de um momento específico e delimitado do passado, a Banca Examinadora respondeu: O contexto do período em questão pede o uso do present perfect.

14 A Banca Examinadora alega a necessidade do uso do artigo definido "the" no trecho. Resposta da banca ao recurso do candidato: No período em questão, a omissão do artigo definido está incorreta, segundo a prescrição de uso da norma culta da língua inglesa.

States have survived other technological revolutions before. Take the case of Britain. Not only did London survive the First Industrial Revolution at home, but it also benefited from it. It was the economic and technological advantage its companies had that gave the United Kingdom ***power enough*** so as to become the most prominent colonial empire on Earth. Today, London is also trying to redesign its foreign policy according to new technologies. It has been using social media to develop its new "Global Britain" brand, a strategic step for its post-Brexit foreign policy.

Furthermore, nations are using technology to meddle in each other's politics. The USA, for example, has become one of the most powerful institutions humanity has ever seen by taxing its citizens and profiting from its companies' products. Washington is constantly deploying its technological resources and unmatched budget to attack its enemies. Iran, Russia, and North Korea have all been under ***drone or cyberattacks*** recently. New technology is being used as ***X*** warcraft tool, just as it has always been.

Economic changes over the past few decades have transformed China into a great power. Beijing is currently one of the largest economies in the world, second only to the USA. Following its intrinsic nature of state, China has been using all its economic might to reshape its geopolitical position. The Belt and Road Initiative constitutes the most impressive investment in foreign policy the world has ever seen. China is currently investing in regions as far as Latin America ***or*** Africa, former American influence zones.

Technological and economic changes have always influenced the way nations act in diplomacy and international politics, for they improve the means employed in these activities. What they do is to alter the way countries deploy their resources. However, they do not affect the intrinsic, competitive nature of international relations. The First and the Second Industrial Revolutions did not subvert the way states behave. The current technological and economic boom will not do it either.

1A: 8,00. 1B: 8,80. 1C: 4,80. Erros: 5. NL: 45.

Thayana Stocco do Amaral – 42,99

Technological and economic changes over the past few decades have transformed the nature of diplomacy and international politics to a large extent. Although these impacts present certain challenges, diplomats must embrace the opportunities **aroused**. Some of the transformations which were whipped up are related to economic relations, concerns regarding sovereignty, massive destruction weapons and benefits created by social networks.

The development of new technologies has changed the international dynamics. Over the past few decades, not only the amount of transactions, but also their speed **reveal** consequences to international relations. On the one hand, states become more vulnerable due to potential outflows of capital, whenever investors face uncertainty. On the other, a great number of fast transactions enables more trade opportunities. Hence, states mobilize significant efforts so that their diplomats are highly prepared to defend national exporters. Itamaraty, for instance, has a department which deal exclusively with commercial conflicts within the World Trade Organization. This has a positive impact on the economy, for national companies create jobs and increase the GPD.

The growth of transnational companies does not undermine sovereignty. Tom Fletcher advocates this perspective when he argues that some multinationals, such as Google, have been technological superpowers for a decade, while some countries, such as Britain, have been so for centuries. Indeed, states are the ones which have the monopoly of law making. As a result, the rules which they enact regulate the activities of any company that desires to settle in a state territory, including the limits of profits that they may transfer to foreign countries and labor force regulations.

Technological changes have rendered diplomacy even more essential. When it comes to peace among nations, some technological breakthrough, such as nuclear weapons, lead to the so-called mutual assured destruction when states do not engage in diplomatic talks and dare to use military forces as a means for dispute settlement. This is axiomatic when Hilary Mantel assets that the world is not run by the gun, but by the scrape of the pen. Moreover, new technologies have the potential to favor soft power, since social networks may be used to enhance the influence of a state, as well as to exhibit national products and enlarge trade relations.

New technologies are likely to be used for peaceful purposes. Nuclear deterrence and greater economic relations have increased the costs of the war. Furthermore, social medias may be used for economic publicity. Accordingly, these networks establish more binds with economic agents, enabling diplomats to defend national exporters more appropriately. When diplomats champion national companies, they demonstrate how the state sphere is relevant. Therefore, sovereignty is fully compatible with the current power of multinationals. Finally, despite some vulnerabilities spawned by technologies, they tend to be positive for international politics and diplomacy.

Luiz Carlos Keppe Nogueira – 42,55

The texts of Hilary Mantel and Tom Fletcher point out the gargantuan impact of economic and technological changes on diplomacy and international politics. Three main arguments can be advanced to discuss their main ideas: the current need for diplomats who are not only able to gather information, but also to separate fiction from fact; the growing importance of geoeconomics; and the present use of up-to-date technology as a weapon.

One of the most relevant roles played by diplomats is to inform their countries of political, economic, and social events. In a context of dissemination of the so-called "fake news", gathering information is not enough. There is a need for diplomats to understand other societies in depth, in order to be able to identify trustworthy sources of information, such as news and political analysis. This change from information-gathering to information-assessing also necessitates transformations in the training of diplomats. In Brazil, for instance, the national diplomatic academy offers courses on media-training and digital security.

According to the theory of geoeconomics formulated by authors, such as Lester Thurow, the globalization process has augmented the importance of economic power in detriment of traditional military power. Fighting for the leadership in the most recent technology revolution, countries use tariffs and trade barriers[15] in order to hinder the access of their opponents to markets, technology, and basic material. The trade war between the United States and China that is still on[16] course shows that this strategy might have deleterious consequences to the global community.

The military use of modern technology is a reality. As pointed out by Fletcher, countries need the "best technology can they can lay their hands on" if they want to compete against other nations and the so-called "big-tech" companies for global influence. The problem in this scenario is that this sort of competition takes place in mostly unregulated realm. The decentralization of power mentioned by Mantel means that countries can carry out anonymous hacker attacks. The absence of a comprehensive international treaty on the matter creates great insecurity for states and individuals. Moreover, it represents a hurdle for diplomacy, which is more effective if accompanied by binding international law.

Technological and economic developments over the past few decades sharply transformed diplomacy and international politics. While Hilary Mantel claims that information is often more powerful than guns, Tom Fletcher highlights the growing influence of technology. Power struggles are still present in global relations, but the current trends will hopefully reduce the use of military force.

1A: 8,40. 1B: 8,50. 1C: 4,00. Erros: 4. NL: 50.

15 Foi escrito como "Bareers

16 Foi escrito "in" course

Luis Felipe Yonezawa Fernandes – 42,11

International politics, in general, and diplomacy, in particular, have been substantially transformed by recent technological and economic changes. Nevertheless, one ought to be chary of thinking that the fundamentals of diplomatic work have been upended. History shows that diplomacy has proved remarkably versatile when dealing with events capable of undermining the status quo, not least when these affect communication directly. The invention of the telephone, for instance, amounted to a turning point for the swiftness of the flow of information, but instead of causing a revolution in traditional diplomatic work, upon having its benefits and shortcomings carefully analysed, it was simply taken in as an additional tool. However counterintuitive it may seem, diplomacy's intrinsic nature remains the same.

As noted by Tom Fletcher, despite the prevalent **enthousiasm** for technological advances in recent times, these have not overtaken time-tested political and diplomatic formulae. To be sure, bit data, the Internet and artificial intelligence are **disruptive** innovations as far as everyday life is concerned. Furthermore, it is clear that diplomats and politicians have replaced their **once treasured** quill and ink by tablets, smartphones and personal computers. Nonetheless, whilst **the** communication and data storage tools may have changed, the basics of diplomatic work have not. Presidents still wish to engage their electoral bases, be it in the flesh, organising political rallies, be it online, using so-called "Twiplomacy". As to diplomats, they ought to be wary of divulging sensitive information, a guideline which applies indistinctly to letters and social media. Technology is but the tool with which a country's representatives operate to achieve their goals, and is unlikely to replace leaders or their objectives – and nor are economic changes.

It has not become trite to **affirm** that the world has undergone major economic changes. Financial markets are ever more robust and far-reaching, to the effect that many analysts have come to suggest that economic prosperity is the **foremost** objective of any administration. Nonetheless, this is an overstatement of the importance of **economics**. Whereas, as noted by Hilary Mantel in Wolf Hall: a novel, economic power is often **unapparent**, but sizeable, markets fundamentally operate within a framework established by governments, and are quick to turn to political leaders when crises come to pass. The 2008 worldwide economic meltdown is a case in point: self-regulation, technology and mathematical expertise were incapable of fending off **widespread** collapse of trust in **time-tested banks**. The fact that proud financial institutions and corporations had to be bailed out by governments **is a stern** reminder of the power of politics. Politicians and diplomats are evidently mindful of the importance of advancing an effective economic agenda, but one should not expect them to simply let go of cultural and social issues, for instance, for the sake of an increase in the gross domestic product. Promoting trade, engaging with stock market analysts and assuaging fears of a recession are only a fraction of a diplomat's concerns.

The magnitude of recent economic and technological changes cannot be overlooked. Wealth and information now flow more freely, so that diplomats and political leaders have to adapt their traditional tactics to accomplish their policy goals. Although this may bring pressure to bear on certain outdated tools – such as the quill – and approaches to international politics – such as ignoring the pervasive influence of financial markets –, the intrinsic nature of diplomacy and politics remains the same: leaders devise strategies to achieve certain objectives, which, when convenient, are conveyed to the general public. Upstart corporations and stock exchanges are yet to make a dent in these fundamentals.

1A: 8,30. 1B: 8,70. 1C: 4,80. Erros: 7. NL: 50.

Bruno Rolim – 27,78 (pior resposta)

Throughout **Ø** centuries, technological and economic innovations have contributed to sha**pe** how foreign relations are driven, in a process that has gained momentum over the past decades. In the economic realm, the rise of emerging nations and the financial crisis in the developed world has moved the balance of powers towards **Ø** East. Moreover, the creation of cryptocurrencies has potential effects on the control governments have over monetary policy. Technology, in addition, has stripped diplomats of their monopoly over information, through internet giants such as Google. While these changes have not transformed the essence of diplomacy, it is necessary to understand how diplomats will be able to play their role as drivers of relations between states.

The world has **underwent** major economic changes over **Ø** few decades, with new political actors and technological innovations. Firstly, the global economic axis has shifted towards **Ø** East with the rise of emerging countries, led by China, which has already overtaken the United States as the largest Gross Domestic Product (GDP), measured by parity of purchasing power. In addition, the increasing role of cryptocurrencies, **that** are issued and managed without any banking system, has the potential to disrupt economic relations between states. These changes have some parallels in the past, such as the creation of **this same** banking system, while nations such as Portugal and Spain emerged as maritime powers. The economic changes might reshape the balance of power between nations, but will not transform the nature of diplomacy or foreign relations.

Technological developments, however, have had significant impacts on the role of diplomacy over the last decades. In the past, the diplomat monopolized information, therefore being the most crucial instrument of foreign relations. Today, the development of new **communication** technologies not only **have** made it possible for everyone to access and share information about plenty of subjects, but **have** generated powerful non-state actors, such as Google. While these changes are substantial, there were equally revolutionary **episodes** in the past, such as the navigation, mentioned by Hillary Mantel in Wolf Hall. Diplomats no longer have the monopoly on information, but this does not mean their activity **Ø** has lost **their** nature. However, diplomacy needs to adapt to these new scenarios.

Considering that hitherto diplomacy and foreign relations have not had their essence transformed, there is still the question of how they will play their roles in this new world. **About the** economic changes, the emergence of new important actors will require more skilled diplomats, able to speak more languages and to assist their national economic planners with related subjects. The technological changes can be used by diplomacy as an asset, instead of a liability: without the monopoly on information, it is possible to improve the quality of the information they receive, through accurate reports and analytical pieces. Thus, it is possible **to** diplomacy **acquiring** new skills, without losing its essence, maintaining its role as **Ø** primary representatives of its nation.

Diplomacy and international politics have not lost their intrinsic nature, even though a large number of people, as shown by Tom Fletcher, think that Google will surpass **the** British influence on the current century. While **Ø** economy and technology have changed concepts **on** the functions of **the** states and **the** diplomats, this **mean** that**,** despite the new actors, never have the foreign relations lost their essence. After all, digital diplomacy is and will **ever** be diplomacy.

1A: 8,40. 1B: 8,30. 1C: 3,50. Erros: 26. NL: 49.

English-Portuguese

The train bore me away, through the monstrous scenery. This was March, but the weather had been horribly cold and everywhere there were mounds of blackened snow. As we moved slowly through the outskirts of the town we passed row after row of little grey slum houses running at right angles to the embankment. At the back of one of the houses a young woman was kneeling on the stones, poking a stick up the leaden waste-pipe which ran from the sink inside and which I suppose was blocked. I had time to see everything about her — her coarse apron, her clumsy clogs, her arms reddened by the cold. She looked up as the train passed, and I was almost near enough to catch her eye. She had a round pale face, the usual exhausted face of the slum girl who is twenty-five and looks forty, thanks to miscarriages and drudgery; and it wore, for the second in which I saw it, the most desolate, hopeless expression I have ever seen. It struck me then that we are mistaken when we say that "It isn't the same for them as it would be for us", and that people bred in the slums can imagine nothing but the slums. For what I saw in her face was not the ignorant suffering of an animal. She knew well enough what was happening to her — understood as well as I did how dreadful a destiny it was to be kneeling there in the bitter cold, on the slimy stones of a slum backyard, poking a stick up a foul drain-pipe.

Orwell, George. (1972) *The road to Wigan Pier*. Mariner Books, pp. 20-1, with adaptations.

Valor: 20 pontos.
Média: 18,8 (total); 18,83 (ampla); 18,74 (cotas/PNE)
Desvio padrão: 0,9028 (total); 0,873 (ampla); 1,094 (cotas/PNE)

Rodrigo Lara Pinto – 20,00

O trem levou-me embora, através do cenário monstruoso. Era março, mas o clima havia estado terrivelmente frio e por toda parte havia montes de neve escurecida. Enquanto nos movíamos vagarosamente através da periferia da cidade, nós passamos por fileira após fileira de pequenos barracos cinzentos correndo em ângulos certos até o horizonte. Nos fundos de uma das casas, uma jovem mulher estava ajoelhada nas pedras, cutucando com um pedaço de pau o cano velho que saía da pia interior e o qual, eu suponho, estava entupido. Eu tive tempo de ver tudo sobre ela - seu avental rústico, suas botas desajeitadas, seus braços avermelhados pelo frio. Ela olhou para cima enquanto o trem passava, e eu estava quase próximo de capturar seu olhar. Ela tinha uma face redonda e pálida, a face comum de uma garota da periferia que tem vinte e cinco anos e parece ter quarenta, devido a abortos espontâneos e trabalho pesado; e tinha, desde o segundo em que vi, a mais desoladora e desesperançosa expressão que eu já vi. Pareceu-me, então, que estamos errados quando dizemos que "não é o mesmo para eles que seria para nós", e que as pessoas que cresceram nas periferias só conseguem imaginar as periferias. Pois o que eu vi em sua face não era o sofrimento ignorante de um animal. Ela sabia bem o suficiente o que estava acontecendo com ela - entendia tão bem quanto eu quão terrível era o destino de estar ajoelhada ali no frio congelante, na lamacenta pedra do jardim dos fundos de uma periferia, cutucando com um pedaço de pau um cano de drenagem defeituoso.

FID: 5. Erros: 0. TL: 18.

Bárbara Policeno Pereira – 19,80

O trem levou-me embora, pelo cenário monstruoso. Era março, mas o clima estivera terrivelmente gelado e havia montes de neve que ficou preta em todos os lugares. Enquanto movíamos lentamente pelos arredores da cidade, passávamos por fileiras e fileiras de casas cinzentas que se estendiam em ângulos retos até os bancos do rio. Na parte de trás de uma dessas casas, uma jovem mulher estava se ajoelhando nas pedras, cutucando com um graveto acima da tubulação de esgoto que saía da pia de dentro e a qual, suponho, estava bloqueada. Eu tive tempo de ver tudo sobre ela – seu avental rudimentar, suas botas desajeitas e seus braços avermelhados pelo frio. Ela olhou para cima quando o trem passou, e quase estive perto o suficiente de ver o olhar dela. Ela tinha um rosto redondo e pálido, o comum rosto exausto da garota de favela que tem vinte e cinco anos, mas aparenta ter quarenta, graças a más condutas e ao sofrimento, e carregava, no segundo em que eu o vi, a expressão mais desolada e sem esperança que eu já havia visto. Ocorreu-me, então, que nós estamos enganados quando dizemos que "não é o mesmo para eles do que seria para nós", e que aquelas pessoas criadas nas favelas não podem imaginar nada senão as favelas. Porque o que eu vi no rosto dela não era o sofrimento ignorante de um animal. Ela sabia muito bem o que estava acontecendo com ela – ela entendia tão bem como eu o quão horrível era o destino de ficar se ajoelhando no amargo frio, na pedra escorregadia do quintal de uma favela, cutucando com um graveto um tubo fétido de encanamento.

FID: 4,80. Erros: 0. TL: 19.

Bruno Rolim – 19,80

O trem me levava, através do cenário monstruoso. Era março, mas o tempo estava terrivelmente frio e havia montes de neve escurecida por todo lugar. À medida que nos percorríamos lentamente os subúrbios da cidade, passamos por várias filas de pequenos cortiços escorados na ladeira. Nos fundos de uma das casas, uma mulher jovem estava ajoelhada sobre o chão de pedras, cutucando com uma vareta o cano de esgoto feito de chumbo que vinha da pia dentro da casa, e que eu supunha estar entupido. Eu tive tempo de ver tudo nela: seu avental surrado, suas botas desajeitadas, seus braços avermelhados pelo frio. Ela ergueu seu rosto enquanto o trem passava, e eu estava quase próximo o suficiente para ver seus olhos. Ela tinha um rosto redondo e pálido, o usual semblante exausto de uma menina miserável que tem vinte e cinco anos mas aparenta quarenta, devido aos infortúnios e à pobreza; e seu rosto fez, no segundo em que o vi, a mais desolada e desesperançosa expressão que eu já vi. Percebi então que estamos errados quando dizemos que "não é a mesma coisa para eles como seria para nós", e que as pessoas criadas nos cortiços não podem imaginar nada que não os cortiços. Pelo que vi em seu rosto, não era o semblante ignorante de um animal. Ela sabia muito bem o que estava acontecendo com ela – compreendia tão bem, quanto eu compreendi agora, o quão terrível destino era estar ajoelhada lá no frio amargo, no chão pegajoso dos fundos de um cortiço, cutucando um fétido cano de esgoto com uma vareta.

FID: 4,80. Erros: 0. TL: 18.

Pior resposta – 16,82

O trem transportou-me para longe, pela paisagem monstruosa. Foi em março, mas o tempo havia estado terrivelmente frio e, por toda parte, havia montes de neves empretecida. À medida que nos movíamos lentamente, pelas franjas da cidade, passávamos, fileira após fileira, por casas que se desdobravam em ângulos certos para a encosta. Na parte de trás de uma das casas, uma moça estava ajoelhada sobre as pedras, cutucando com uma vara o gasto cano de despejo que corr**ía** da pia de dentro e, que eu suponho (rasura apenada), estava entupido. Tive tempo para ver tudo sobre ela – o seu avental; suas botas desajeitadas, seus braços avermelhados pelo frio. Ela olhou para cima, enquanto o trem passava, e eu estava perto, quase o suficiente para capturar o seu olhar. Ela tinha um rosto redondo e pálido, a expressão comum de exaustão da garota de favela que tem 25 e aparenta 40 anos de idade, graças aos maus tratos e à labuta; e seu rosto trajava, da segunda vez em que a vi, a mais desolada e desesperançosa expressão que eu já vi. Ocorreu-me, então, que nós estamos errados quando dizemos que "não é a mesma coisa para eles como seria para nós"**:** e que as pessoas criadas nas favelas não podem imaginar outra coisa que não favelas. Pois o que vi em seu rosto não era o sofrimento ignorante de um animal. Ela sabia, suficientemente bem, o que estava acontecendo com ela – entendia, tão bem quanto eu, o quão terrível era um destino de ficar lá, ajoelhada, em um frio cortante, sobre a pedra delgada de um pátio de uma favela, cutucando com uma vara um cano*

FID: 4,50. Erros: 4. TL: 18.

** É isso mesmo, candidat@, esqueceu-me pôr ponto-final na minha tradução! Também, acentuei a desinência verbal "-ia" de português como "-ía" do espanhol. Bem-vind@ à segunda fase do CACD*

Portuguese-English

A literatura brasileira construiu uma concepção de Brasil, projetando a visão que temos de nós, a maneira como nos compreendemos e nos representamos. É uma concepção plural, e nisso reside sua força e vigor - que é literário, cultural e político. A pluralidade é resultado do empenho por meio do qual projetos minoritários de Brasil foram expressos e preservados. A questão aqui é: qual o sentido desses projetos ainda hoje? Projetos alternativos coexistem, na maioria das vezes, em condição de inferioridade, com o projeto de Brasil elaborado e levado a cabo pelas elites. Considera-se, também, que os projetos das elites ganham significado maior quando percebemos neles contradições, ou seja, quando neles percebemos as vozes das classes oprimidas. Enquanto houver contradição, convém dizer, o empenho continua, a História também.

Os antecessores de Machado tentavam ver o Brasil com os olhos europeus, indicando os caminhos para que o País pudesse acertar o passo com o progresso da civilização. Machado inverte o olhar: a Europa civilizada passa a ser vista pela ótica brasileira. Quando Machado publica suas obras fundamentais, a formação do sistema literário brasileiro se completa. Entenda-se por isso: produz as primeiras grandes obras de valor estético universal. Sendo um escritor identificado com os valores cosmopolitas, que desqualificou a busca da cor local como caminho para a excelência literária, sua obra, entretanto, está ancorada no ponto de vista local. Só que, agora, local já não é sinónimo de pitoresco, é aquele sentimento íntimo do tempo e da História.

BASTOS, Hermenegildo. *In: Cerrados*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Literatura, n. 21, ano 15, 2006, p. 91-112, com adaptações.

Valor: 15 pontos.
Média: 12,1 (total); 11,95 (ampla); 12,56 (cotas/PNE)
Desvio padrão: 3,061 (total); 3,482 (ampla); 1,311 (cotas/PNE)

Ronney Almeida e Silva Filho – 14,50

Formation and Representation

Brazilian literature created a notion of Brazil, projecting the vision we have of ourselves, the manner in which we understand and represent ourselves. It is a pluralistic notion, and, in that, lies its strength and vigour – which is literary, cultural, and political. Plurality is the result of the effort through which minority projects of Brazil were expressed and preserved. The question is: what is the meaning of these projects still today? Alternative projects coexist, most of the times, in condition of inferiority, with the project of Brazil created and implemented by the elites. It must also be taken into account that the projects of the elites gain greater meaning when we notice contradictions in them, that is, when we notice, in them, the voices of the oppressed classes. While contradiction remains, it must be said, the effort continues, and so does History.

The predecessors of Machado de Assis tried to view Brazil through European lenses, showing the paths that would allow the country to synchronise its steps with the progress of civilization. Machado inverts the look: civilized Europe begins to be seen through the Brazilian perspective. When Machado publishes his essential books, the formation of the Brazilian literary system is finished. This means that the first great works of universal aesthetic value were produced. Notwithstanding the fact that he was a writer identified with cosmopolitan values, who disqualified the search for local characteristic as the way towards literary excellence, his work is anchored in a local perspective. Except that, now, local is not tantamount to **pitoresque**, it is that intimate feeling of time and History.

FID: 5. Erros: 1. TL: 22.

Bruna Veríssimo Lima Santos – 14,10

Formation and Representation

Brazilian literature has built up a conception of Brazil, projecting the vision we have of ourselves, the way we understand and represent ourselves. It is a plural conception, and in it lies in its strength and its vigour – which is literary, cultural and political. Plurality is the result of the willingness through which minoritarian projects of Brazil were expressed and preserved. The question is: what is still the sense of these projects today? Most ot the times, alternative projects coexist in a condition of inferiority with the project of Brazil conceived and carried out by the elites. One also considers that the projects of the elites acquire greater meaning when we notice contradictions in them, in other words, when we perceive the voices of oppressed classes in them. While there is contradiction, it is safe to say that the willingness goes on, so does History.

Machado de Assis' predecessors tried to see Brazil with European ayes, pointing out the ways that Brazil could keep up with the progress of civilization. Machado switches the look: civilized Europe starts to be seen through Brazilian lenses. When Machado publishes his fundamental works, the formation of the Brazilian literary system is complete. In other words, it produces the first works of universal aesthetic value. Being a writer identified with cosmopolitan values, who disqualified the search for a local colour as a means to literary excellence, his work is, however, anchored in a local viewpoint. Only that now local is no longer synonymous with picturesque, it is that intimate feeling of time and of History.

FID: 4,3. Erros: 0. TL: 28.

Lawrence Benaventana Póvoas – 14,00

Formation and Representation

Brazilian literature constructed a concept of Brazil, projecting the view we have of ourselves, the way in which we understand ourselves and represent ourselves. It is a plural concept, and that is where its strength and vigor reside, whether it be literary, cultural or political. The plurality is a result of the effort through which minor projects of Brazil were expressed and preserved. The question is: what is the sense of these projects today? Alternative projects coexist, most of the time, in a condition of inferiority, with the project of Brazil created and put into motion by the elites. It is also considered that the projects of the elites gain greater significance when we notice contradictions in them, that is, when we perceive the voices of the oppressed classes in them. While the contradiction persists, it is worth noting, the effort continues, as does History.

Machado de Assis' predecessors tried to see Brazil through European eyes, indicating the paths for the country to walk in tandem with the progress of civilization. Machado inverts this view: civilized Europe starts to be seen through a Brazilian lens. When Machado publishes his essential works, the formation of the Brazilian literary system is completed. By this we mean to say: it produces the first great works of universal aesthetic values. Being a writer identified with cosmopolitan values, which disqualified the search for local color as a path to literary excellence, his work, nonetheless, is anchored by[17] a local point-of-view. Except that, now, local is not synonymous with picturesque, it is that intimate feeling of time and History.

FID: 4,50. Erros: 1. TL: 25.

Pior resposta – 10,60

Formation and representation

The **litterature** of Brazil has built a conception of Brazil that projects our perspective about ourselves, the way we comprehend and represent ourselves. This is a plural conception and that is why it is strong and vigorous – **litterarily**, culturally and politically. This plurality is the result of the efforts through which several minor projects of Brazil were expressed and preserved. The question is: what is the meaning of these projects today. Alternative projects coexist mostly in an inferior condition in relation to the project of Brazil that was elaborated and is promoted by the elite. There is a belief that their project also gains more meaning when we find contradictions in them; in other words, when we find in them the voice of the classes that have been oppressed. It is important to say that, while there is contradiction, the effort continues, and **history** too.

The forbears of Machado de Assis tried to see Brazil through European eyes, indicating the ways so that Brazil could correct its pace in relation to the progress of civilization. Machado inverts this perspective: **the Europe of civilization** is seen through Brazilian lenses. When Machado published his fundamental work, the formation stage of the Brazilian **litterary** system was completed. What this means is that he produces the first great work with universal aesthetical value. As a writer that followed cosmopolitan values and that minimized the search for the local color as a way to achieve **litterary** excellence, his work is anchored, despite everything, in the local viewpoint. Now, however, local does not mean **pictoresque**. Local is that intimate feeling of time and of history.

FID: 3,6. Erros: 6. TL: 29.

17 A Banca Examinadora apenou a preposição "by", pois a preposição correta para o verbo "to anchor" é "to": anchored TO a local point-of-view.

Summary

After the close of the 2003 World Trade Organization (WTO) ministerial meeting in Cancun, Mexico, United States Trade Representative Robert Zoellick unleashed a stinging attack on Brazil and its Latin American partners in the G-20 trade negotiating coalition. Lamenting the failure to reach agreement on the US/EU proposal to conclude the Doha round, Zoellick (2003) bemoaned Brazil's "tactics of confrontation", refusal to compromise, and insistence on a "massive list of required changes" to the chairperson's discussion text. The tension between the Brazilian-led G-20 negotiating coalition and the US offers a highly illustrative point to initiating a discussion on contemporary Latin American diplomacy.

CHANGING TRADITIONAL VIEWS: LATIN AMERICA IS NOT A HOMOGENOUS ENTITY

Perhaps the cleverest element of Zoellick's blast against Brazil was the emphasis on how the G-20 not only violated pan-Southern solidarity by rejecting a text from the Thai WTO Director General Supachai Panitchpakdi, but also invalidated the supposedly rooted idea of intra-Latin American unity. As Zoellick highlighted, the text blocked by the G-20 was drafted by the WTO's General Council chairperson Carlos Pérez del Castillo, Uruguay's ambassador to the organization. In his ire, Zoellick appeared to be assuming Latin America can be viewed as a homogeneous unit with consistent shared interests and attitudes. The region is instead comprised of countries possessing a wide range of geographic, demographic, economic and historical characteristics impacting their independent foreign policy positions. "Latin America" as a "unity" is itself an externally devised notion promoted by the French in the 1830s in an effort to create an implicit sense of alliance between the region and Romance-language European countries engaged in a struggle with their Anglo-Saxon and Slavic neighbors. The French idea of "Latin America" as a contiguous unit did stick in the Washington policy consciousness during the 1800s when gunboat diplomacy sustained US efforts to establish the Western Hemisphere as its exclusive zone of influence.

While there has been important variation in how Washington has attempted to manage the different countries, the general tone and approach has started from a remarkably similar place whether the US counterpart was Brazil, Bolivia, Costa Rica or Mexico. Even the regional organizations spanning the hemisphere, such as the Organization of American States, have been seen as opportunistic tools for Washington, not forums within which to engage in serious problem-solving or issue management. Per the tradition initiated with the Monroe Doctrine of 1823, Latin America has remained a question of bilateral management and control for Washington (HAKIM, 2006).

The combination of somewhat comparable histories of Iberian colonization, geographic continuity on a common continental land mass, similarities in language – Brazilian diplomats speak fluent Spanish –, as well as an absence of serious inter-state armed conflict helps to build a sense that the region is harmonious and relatively homogeneous. Overlooked in this surface-level sketch is the persistence of rooted tensions and conflicts in the region. Brazil and Mexico have soft contending ambitions for regional leadership, with Argentina often staking its own claim as well. The Bolivian armed forces are led by an admiral as a sustained note of protest against what it claims as Chile's illegal seizure of its coastal provinces during the 1879-83 War of the Pacific. Peru, too, has border complaints against Chile from that nineteenth century war and only recently settled an additional border conflict with Ecuador in 1998, a dispute which dated from 1942 and saw a series of conflicts and casualties throughout the twentieth century.

If we expand the list of territorial disputes in the region to include trade disagreements, political contretemps, historical misunderstandings and other forms of regional rivalry, we end up with a fairly extensive catalogue of dissent and discord in Latin America. What matters for understanding Latin American diplomacy is that these very real disagreements have a tendency to become of second-order importance to regional diplomats when faced with the need to unify in the face of pressure from a US or Europe that either dismissively tries to aggregate the region into a single, easy to manage unit, or pursues a strategy of divide and conquer to maintain implicit and explicit dominance. This pressure has had a major influence on how Latin American countries approach diplomacy and how they self-consciously exploit the externally created identity of Latin America.

NOT QUITE UNITY, NOT QUITE COALITION

Thanks to an accommodative and legalistic predilection for talking through disagreements, Latin America has become notable for the absence of inter-state conflicts. Although there are unsolved disputes in the region, resolution is consistently sought through negotiation and arbitration, not armed invasion. Even when conflict has erupted, the tensions appear reluctant and are quickly brought to the negotiating table by other regional countries.

Perhaps the best theorizing of the lack of inter-state armed hostility within Latin America can be found in the *concertación* approach to diplomatic management advanced by Argentine scholar Federico Merke (2015). The term *concertación* has no simple translation into English, being a reflection of an Ibero-American tradition of managing difference and dissent in politics such that it can become a strength rather than source of discord. At the heart lies an informally institutionalized process of summitry and discussion in lieu of power politics. Escalation in Latin American terms means the convocation of presidential diplomacy to discuss the matter of dissent, not the deployment of military forces to border regions. More significantly, it is often not just the presidents of the directly affected countries that meet, but rather the region's leadership or a delegated sub-grouping of ministers or national presidents.

Although there are a series of semi-regular presidential summits through groupings such as UNASUR, MERCOSUR, CELAC and so on, the *concertación* process is not rooted in a formalized framework, but rather exists as a convention embedded in the region's shared legalistic approach to international affairs. Chief amongst the legal norms driving *concertación* are the interlinked principles of sovereignty and nonaggression. Although precise interpretations are debated, there is cross-national agreement in Latin America that respect of international law is essential for mutual security and that great emphasis should be placed upon setting and observing the rules. The depth of *concertación* strategies of avoiding military conflict have been highlighted over the last fifteen years as substantial increases in military expenditure by many regional countries have resulted in increases in mutual confidence, not a rise of distrust-fueled arms races (VILLA; WEIFFEN, 2014).

Burges, Sean; Chagas Bastos, Fabrício. Latin American Diplomacy. In: Constantinou, Costas; Kerr, Pauline; Sharp, Paul (Orgs.). (2016) *The Sage Handbook of Diplomacy*. London: Sage Publications Ltd., with adaptations.

Write a summary of the text in your own words using up to 50 lines.

Extensão do texto: até 50 linhas.
Valor: 15 pontos.
Média: 13,12 (total); 13,36 (ampla); 12,40 (cotas/PNE)
Desvio padrão: 0,927 (total); 0,538 (ampla); 1,485 (cotas/PNE)

Bruno Rolim – 14,25

Frustrated after failing to conclude the Doha Round in the 2003 World Trade Organization (WTO) ministerial meeting, the American representative blamed Brazil for its defensive stance leading the G-20 trade coalition, which, according to him, broke the supposedly consolidated concept of unity among Latin American countries.

While Latin America is conceived by the American diplomat as a homogeneous region, there are dozens of different economic and political backgrounds that have shaped unique national foreign policy approaches. The idea of regional unity was conceived in the 19th century by France, which sought to build a Romance-language alliance against the Anglo-Saxon and the Slavic nations. Feeling threatened, the United States used its force to keep the Europeans out of the American continent.

Even though the United States does not deal with its Latin American neighbors the same way, its regional foreign policy is oftentimes driven by opportunism, instead of genuine crisis management. Washington considers the region a matter of hegemony.

The idea of a homogeneous Latin America is strengthened by geographic proximity, by relatively close languages and by a history with no serious national wars. Yet the region has always dealt with internal tensions among its countries, such as the struggle for regional leadership between Brazil, Mexico and Argentina, in addition to territorial and trade disputes. Latin American diplomats, when under pressure of Western powers that look to sustain their influence, put these questions aside, exploiting the exogenous concept of regional unity to avoid collapsing.

The Latin American penchant to resort to talking has contributed to avoid armed conflicts between its states. When there is a dispute, the parties seek to solve it through political and jurisdictional methods, instead of using **the** force. Argentine researcher Federico Merke theorized the regional reality, developing the concept of "concertación", a diplomatic approach in which Latin American diplomats convert regional differences into assets, instead of liabilities. This process is made through an informal set of political instances, such as presidential summits and ministerial conferences. That allows the regional countries to solve their issues without needing to deploy their armies and increasing the chances of an armed conflict.

While there are some groupings with presidential summits, such as MERCOSUR, the "concertación" approach does not rely on an institutionalized framework. It is driven by the principles of sovereignty and non-aggression, always respecting international law. This explains why, despite the recent rise of Latin American military budgets, there have not been any arms races in the region.

CSC: 4,60. Erros: 1. TL: 34.

Bruno Berrettini Camponês do Brasil – 14,00

In 2003 the WTO ministerial meeting failed to reach an agreement, as the G-20, a group of developing countries, especially those from Latin America, rejected the US/EU proposal to conclude the Doha Round. The United States Trade Representative Robert Zoellick put the blame on Brazil, whose diplomatic leadership was essential to block any chance of agreement on the terms proposed. He firmly believed that the G-20 had acted against what he perceived as intra-Latin American unity. This episode illustrates how misconceived the image of Latin America can be in the eyes of a developed-world observer.

Actually, Latin America is a far cry from homogeneous entity. It was the French who created the very notion of a "Latin America", with a view to establishing an alliance with Romance-language European countries. Such a move was not aimed at countenancing "Anglo-Saxon" America, but in fact France's Anglo-Saxon and Slavic neighbors in Europe. Notwithstanding its initial rationale, the idea of Latin America as a single unit was inherited by Washington in its effort to secure the Western Hemisphere as its sphere of influence. In this regard, the Organization of American States is more of a tool of American hegemony than a multilateral forum for equals to engage in diplomacy.

There are, however, reasons for such inaccurate view. Portuguese and Spanish are strikingly similar languages, all Latin American countries share a common continental land mass, and their histories are to a certain extent connected to the wave of Iberian colonization of the new world. These similarities, though, tend to hide the tensions beneath the surface.

Brazil, Mexico, and Argentina have their own ambitions of exercising the region's leadership. Moreover, Chile has territorial disputes with Bolivia and Peru. The latter settled its border conflict with Ecuador in 1998. If other domains are taken into consideration, such as trade disagreements and historical misunderstandings, a long list of dissent and discord emerges. But these simmering tensions lose impetus because of the need to act collectively against the influence exerted by the United States and European countries, thereby reinforcing that strategy of treating Latin America as a sole entity.

Latin American countries prefer to resort to diplomatic means in order to settle their own disputes, which is why the region is widely known for the absence of inter-state conflicts. Instead of the power politics that has characterized European history, they rely on summitry and various multilateral fora. This demonstrates their legalistic view of international relations. Concertación is the word that epitomizes such worldview.

CSC: 4,70. Erros: 2. TL: 38.

Lawrence Benaventana Póvoas – 14,00

At the end of the 2003 meeting between ministers of the WTO, which took place in Cancun, Mexico, an American trade representative took aim at what he considered to be an unfortunate use of confrontational tactics by Brazil. These tensions between the G-20 bloc, led by Brazil, and the US highlights[18] important matters concerning current Latin American Diplomacy.

The most cunning aspect of the US representative's criticism of Brazil was possibly his focus on Brazil's purported betrayal of pan-Southern ideals and intra-Latin American unity. In his tirade, however, Mr. Zoellick, the trade representative, seemingly assumed that Latin America can be viewed as a single entity, rather than various countries with a wide array of worldviews, positions, and opinions. This outdated understanding of Latin America can be traced back to a concerted effort by France to forge an alliance with the region. It appears, however, to have stuck around, serving as a guide to the US's "gunboat diplomacy" in the 1800s.

Despite some significant differences in Washington's approach to issues regarding specific countries, the overall demeanor and strategy remained basically the same, regardless of which Latin American nation sat across the negotiating table. Relations between the US and the region's countries have been treated on a bilateral basis, in spite of regional organizations, such as the OAS, which is viewed suspiciously in the region as an instrument to assert American hegemony.

Latin America shares a relatively similar history, a contiguous geographical area, and linguistic similarities. In addition to this, a lack of violent conflicts between the region's nations also contributes to the perception that the region is mostly similar. This superficial overview of the region disregards chronic tensions, such as those between Brazil, Mexico and Argentina for regional leadership. Furthermore, deeply rooted conflicts between Bolivia, Chile and Peru remain latent to this day.

One could increase the list of territorial disputes in the region. The inclusion of trade wars, political problems, and various other forms of disagreement would serve to illustrate the level of discord in Latin America. These misunderstandings tend to be overlooked, however, due to their unison with regards to relations with the US.

Dialogue has prevailed in the region, thanks, in large part, to its countries' preference for legal and flexible settlement of disputes. Armed force is therefore rarely seen as a means to solve the region's issues.

This characteristic is perhaps rooted in the Iberian paradigm for legal studies, as well as an informal but institutionalized code of conduct in which negotiation should always trump the use of force.

This can be seen in presidential gatherings, which have become commonplace through the summit mechanisms that exist in the region's organizations today. Among the guiding principles of the legal ideology that reign in Latin American, the respect for international norms, national sovereignty and **non-agress** should be noted. This contributes to trust-building.

CSC: 4,70. Erros: 3. TL: 50.

Pior resposta – 9,90

Fabricio Bastos and Sean Burges, in Latin American Diplomacy, recall an important episode of the history of the World Trade Organization, when the rejection of an agreement by Brazil was read by the United States' representative, Robert Zoellic//, as a collective stance of the whole of Latin America. Against this backdrop, what coul be observed was the traditional comprehension that Latin American nations represent a perfect coalition, sharing cultural identities, the same socioeconomic problems, and, for better or for worse, the same position towards international high profile issues.

Although this irreal homogenous entity, largely created by the French in the 1830s, has become very well-known, the history of the region suffices to illustrate how different are the nations in it. In this regard, a vast number of cases shows that in some events, the differences among them become notorious. Take the case of the War of Pacific (1879-83), when Bolivia, Peru, and Chile demonstrated that each country of the region has its own allegiances and its own geopolitical interests.

Moreover, the attitude of the countries of the region towards Europe and the United States, for instance, tend to change according to national needs of each country, to the detriment of a perfect coation among them, as we can observe// their positioning concerning the Monroe Doctrine.

In brief, one may note that // despite the search for making different nations' interests harmonic, they have (rasura) own values.

CSC: 2,00. Erros: 6. TL: 30.

18 A Banca Examinadora apenou a concordância verbal, que deveria estar no plural, para concordar com o sujeito: [These tensions] ... highlight

Questão 1

As buscas de autonomia relativa na dependência do final dos anos de 1930, as tentativas frustradas de estabelecimento de uma "relação especial" com os Estados Unidos da América (EUA) na segunda metade dos anos de 1940, o nacional-populismo do segundo governo Vargas, as pretensões de obtenção de capitais públicos via articulação interamericana do governo Kubitschek e a "política externa independente" do período Quadros-Goulart constituem, do ponto de vista cronológico, "fases" das relações internacionais e da política externa brasileira.

FAUSTO, Boris. (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo III, o Brasil Republicano. Economia e Cultura (1930-1964). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 132, com adaptações.

Considerando que o fragmento de texto apresentado tem caráter meramente motivador, redija um texto dissertativo acerca da República Liberal (1945-1964). Aborde, necessariamente, os seguintes tópicos:

a) a industrialização e o crescente processo de urbanização da sociedade;

b) a realidade interna ("um país em movimento") e a respectiva relação com a política externa; e

c) o papel crucial das relações do Brasil com os EUA.

Extensão do texto: até 90 linhas.

Valor: 30 pontos.

Média: 24,54 (total); 25,21 (ampla); 22,50 (cotas/PNE)

Desvio padrão: 2,874 (total); 2,826 (ampla); 2,094 (cotas/PNE)

Bárbara Policeno Pereira – 28,50

A República Liberal (1945-64) foi marcada pela urbanização e pela industrialização do Brasil. Nesse período, houve amplo engajamento popular na política, sobretudo em torno de dois projetos antagônicos: nacional-desenvolvimentismo e liberal-conservadorismo. Como consequência, o período foi caracterizado por grande polarização ideológica, da qual resultaram sucessivas crises políticas (1954, "Novembrada", Campanha da Legalidade). A polarização na sociedade e no Parlamento se refletia na política externa, sobretudo em torno das relações entre o Brasil e os Estados Unidos – com destaque para o Acordo Militar de 1952 e a Questão Cubana.

Com a Lei Agamenon Magalhães, de 1945, foram quatro os principais partidos políticos: PSD, PTB, UDN e PCB. O PSD tinha sua base de apoio no campo e abrangia interventores da Era Vargas. O PTB resultava da "invenção do trabalhismo" e contava com o apoio dos trabalhadores. A UDB tinha base conservadora e era fortemente antigetulista. O PCB, liderado por Carlos Prestes, foi colocado na ilegalidade em 1947. A industrialização e urbanização do período fez que o PTB se constituísse o partido de maior crescimento nas bancadas. Durante a década de 1960, antes da ruptura de 1964, o PTB tinha bancada que se aproximava à do PSD.

O processo de industrialização, por sua vez, resultou na elaboração de dois projetos antagônicos de desenvolvimento. De um lado, havia o projeto liberal-conservador, encabeçado pela UDN, pela elite urbana e setores do empresariado. Defendiam a associação com o capital estrangeiro no desenvolvimento da indústria nacional. Carlos Lacerda e a "banda de música" lideravam esse projeto. Não obstante, na criação da Petrobrás, em 1953, defenderam que a empresa fosse monopolista e estatal. O suporte ideológico desse projeto vinha mormente do IBAD e do IPES.

O projeto nacional-desenvolvimentista, por outro lado, pregava maior participação do capital nacional, inclusive por meio de restrição ao fluxo de capitais. Era defendido por trabalhadores e por camadas médicas urbanas, bem como pelo setor nacionalista das Forças Armadas – como demonstra Estillac Leal. O suporte ideológico desse projeto adivinha do ISEB.

Essa realidade interna, de um país que se urbanizava e se industrializada, refletiu-se na política externa. No Governo Dutra, a cruzada anticomunista no plano interno resultou no rompimento de relações com a URSS. No contexto da Guerra Fria, nem mesmo os EUA romperam relações com a potência rival. Ainda, Dutra tentou usar a política externa como instrumento de desenvolvimento. Embora as expectativas tenham sido frustradas, a Missão Abbink e a constante demanda por auxílio norte-americano (um "Plano Marshall" para o Brasil" são evidências desse esforço. No Governo Vargas (1951-54), o presidente tentou retomar a política de barganhas para atender aos anseios da sociedade por desenvolvimento. Em JK, por meio do desenvolvimentismo-associado, pela OPA e pelo envio de missão comercial à URSS, a política externa visou a adequar-se à realidade interna de um país que se industrializava.

A realidade de "um país em movimento", na década de 1960, no governo Jânio e João Goulart, resultou na polarização do Parlamento e formação de bancadas suprapartidárias. De um lado, formou-se a Frene Parlamentar Nacionalista, que defendia o aprofundamento da PEI e o estruturalismo reformista de Goulart. Contava com apoio, sobretudo, do PTB, das Ligas Camponesas e do ISEB. No Congresso, a "ala moça" do PSD e o grupo "Bossa Nova" da UDN concordavam com esse projeto. Por outro lado, formou-se a Aliança Democrática Parlamentar, contrária ao aprofundamento da PEI. O auge dessa polarização ocorreu com a Questão Cubana. A posição de San Tiago Dantas, na política externa, refletiu-se na realidade interna. Com efeito, após a queda de Tancredo Neves, Dantas não logrou ser o Primeiro Ministro. A política externa, nesse contexto, foi de interesse dos cidadãos como nunca antes na história brasileira. O Parlamento foi tomado por discussões acerca das relações internacionais. A PEI, inclusive, foi um dos fatores que contribuiu para a radicalização de 1964, que culminaria no golpe civil-militar. Ao defender a desideologização e a diversificação de parcerias, a PEI centrava-se na busca do desenvolvimento nacional.

No que concerne ao papel das relações bilaterais Brasil-EUA, o excerto de Boris Fausto ilustra a dimensão dessas relações. Durante todo o período da Experiência Democrática, os EUA foram os principais parceiros comerciais e investidores do Brasil. No final dos anos 1930, o alinhamento negociado e a barganha nacionalista de Vargas resultaram na criação da CSN, no reequipamento das forças armadas e na participação de tropas brasileiras na Segunda Guerra. No governo Dutra, acreditava-se, como consequência, na existência de "relações especiais" entre os países. Contudo, a ajuda norte-americana ficou aquém do esperado, o que levou Raul Fernandes a elaborar o "memorando da frustração".

A pressão do Brasil por ajuda norte-americana continuou na década seguinte. Em 1951, na IV Reunião Interamericana, o chanceler Neves da Fontoura adotou postura demandante no aspecto econômico. Os EUA eram percebidos como parceiros

fundamentais para que o Brasil pudesse se desenvolver. No governo JK, a diplomacia buscou ajuda norte-americana. O governo iniciou-se com ótimas relações, como mostra o acordo sobre a base de foguetes em Fernando de Noronha. As demandas brasileiras, no entanto, foram recebidas com frieza pelo presidente Eisenhower. Isso levou JK a articular a OPA, a qual é evidência da crucialidade dos EUA nas relações do período.

A aliança entre Brasil e Estados Unidos também se verifica em convergências em foros regionais e multilaterais. Na Guerra Fria, o Brasil pôs-se do lado do Ocidente. Nesse sentido, integrou o TIAR, o regime de Bretton Woods e a OEA. Nas Nações Unidas, acompanhou o voto dos Estados Unidos quanto à negativa de conceder-se assento permanente à República Popular da China. Mesmo durante a PEI, em que se visou maior autonomia, o Brasil não descuidou das relações bilaterais, como mostra o memorando Dantas-Bell. Os EUA, nesse sentido, foram cruciais parceiros econômicos, em que pese a existência de conflitos no decorrer das relações bilaterais.

A República Liberal, portanto, foi um período de industrialização e de urbanização da sociedade brasileira. Houve conflito entre projetos antagônicos de desenvolvimento, bem como maior reflexo da política externa nas discussões do Congresso. No decorrer do período, houve diversas "fases" nas relações internacionais brasileiras; em todas, no entanto, houve reconhecimento da importância das relações com os EUA.

Arthur Lomonaco Beltrame – 28,50

O período da chamada República Liberal (1945-1964) foi marcado pelo duplo processo de urbanização e industrialização, os quais transformaram, decididamente, a vida econômica e política nacional. Condicionados pela nova realidade mundial emergente da Segunda Guerra, com o aparecimento da Guerra Fria, os novos atores políticos e sociais no Brasil buscavam a implementação daquele que cada grupo pensava ser o melhor projeto para o desenvolvimento do país. Nesse contexto, as relações com os EUA mostravam-se como condicionante determinante, motivando os debates entre nacionalistas e "associacionistas". Ao fim e ao cabo, as dificuldades do sistema político em responder aos novos atores, a polarização política e as dificuldades econômicas conduziriam a diversas crises no período, culminando na solução de força de 1964.

Ao fim da chamada Era Vargas (1930-1945), o país encontrava-se em rápido processo de industrialização e de urbanização da sociedade. Superado o período de restrições políticas do Estado Novo, procedeu-se à reorganização da vida político-partidária do país, nos moldes da Lei Agamenon Magalhães, de 1945, para acomodar velhos e novos atores. Assim, formaram-se partidos políticos que agregariam essas forças e seus distintos projetos de país. Resumidamente, surgiram: o PSD, partido centrista de forças rurais e da burocracia e clientela varguista, notadamente interventores, sendo o maior partido, fiel da balança do jogo político; o PTB, de viés varguista e trabalhista, forte junto ao operariado urbano; a UDN, incialmente uma frente anti-varguista, que passa a tender à direita, composta por classes médias urbanas e profissionais liberais; o PCB, que, no entanto, tem curta duração; e o PSP, mais restrito à São Paulo.

Ao longo do período da República Liberal, os projetos dos diferentes partidos e grupos políticos se tornariam antagônicos, de modo que os períodos eleitorais simbolizavam extremos dessa polarização. Momentos de maior tensão puderam ser identificados quando do suicídio de Vargas; da eleição de Juscelino Kubitschek, seguida da "novembrada" de Henrique Teixeira Lott para garantir sua posse; da renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961, seguida das resistências à posse de João Goulart, resolvida pelo compromisso da adoção do sistema parlamentarista e, finalmente, no acirramento das tensões políticas no ano de 1964. No entanto, deve-se destacar, como impacto político resultante do processo de urbanização e industrialização, as eleições legislativas de 1962. Será nesse ponto que os partidos de viés mais urbano, PTB e UDN, avançarão no Parlamento, tomando espaço do PSD e acirrando o antagonismo político com a formação da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), mais petebista, e a Ação Democrática Parlamentar (ADP), mais udenista. Destaca-se, nesse processo, a participação de forças mais exaltadas como Leonel Brizola (PTB) e Carlos Lacerda (UDN), assim como mais moderadas, como San Tiago Dantas, Afonso Arinos e Magalhães Pinto.

A polarização política que marca a República Liberal relaciona-se, diretamente, às condicionantes internacionais da Guerra Fria. O objetivo do desenvolvimento permeou, de maneira mais ou menos intensa, a política externa brasileira por todo o período, colocando frente a frente os projetos de cunho nacionalista e os de cunho associacionista. Após as tentativas frustradas de manutenção da "relação especial" com os EUA no imediato pós-guerra, com resultados parcos da Missão Abbink (1948), da CMBEU (1950-1953) e, principalmente, da proposta da Operação Panamericana (OPA) de Juscelino Kubitschek, a política externa brasileira iniciará uma "nova fase" das relações internacionais do Brasil. Ainda que tenha sido iniciada no governo de Jânio Quadros, apoiado pela UDN, a Política Externa Independente (PEI) sofreria fortes críticas udenistas e, rapidamente, estaria no centro dos conflitos políticos, em especial no Parlamento.

O processo de progressiva implementação da PEI, que evoluiu do governo Jânio Quadros ao governo João Goulart, sob o comando, principalmente, de Afonso Arinos e San Tiago Dantas, afetou diretamente os debates políticos nacionais. Nesse cenário, a desideologização e o universalismo pragmático da PEI atingiram os interesses das forças políticas, que a utilizariam de acordo com suas conveniências, dando-lhe a roupagem que fosse para eles interessante. As defesas de exercício de soberania por parte do PTB e de ensaio de "bolchevização" pela UDN colocavam a PEI no centro das desavenças e da polarização política. A chegada definitiva da Guerra Fria na América Latina com a Revolução Cubana e os esforços autonomistas da política externa contrastavam com uma realidade interna que se transformava e se deteriorava cada vez mais rápido. Nesse cenário, forças políticas moderadas não conseguiam fazer prosperar suas ponderações, criando-se um debate ferrenho e inconciliável.

Ao longo da República Liberal, os EUA desempenharam papel crucial em alguns dos principais tópicos, notadamente em relação aos esforços de industrialização do Brasil para seu consequente desenvolvimento e às condicionantes ideológicas do período. Se, no governo Dutra, a espera por auxílio decorrente do Ponto IV do discurso de Truman não se materializou diretamente, tendo resultado no Memorando da Frustração de Raul Fernandes, em 1949, no governo Vargas (1950-1954), o Acordo Militar de 1952 e o apoio à intervenção na Guatemala contra Jacobo Arbenz resultaram em afastamento e atitudes nacionalistas de Getúlio. Em Juscelino, a troca de cartas com Eisenhower faria parte dos esforços para a OPA, importante mecanismo para o desenvolvimento e o afastamento das "ideologias exóticas" da região. Após esses seguidos esforços frustrados, a autonomia universalista da PEI, por sua vez, seria objeto de desconfiança, condicionando ou impedindo as tentativas de pedido de auxílio pelo Brasil. Nesse cenário, a própria Aliança para o Progresso sinalizava a dificuldade de entendimento entre as partes.

A República Liberal (1945-1964) caracterizou-se por grandes transformações no Brasil. O duplo processo de urbanização e industrialização fez surgir novos atores políticos com projetos distintos para o futuro do país e para seu desenvolvimento. Nesse cenário, as transformações internacionais decorrentes da Guerra Fria e as dificuldades de manutenção de uma "relação especial" com os EUA levariam a inflexões na política externa, que, por sua vez, se tornaria alvo de conflitos políticos internos e desconfiança dos EUA.

Joaquim Pedro Strunck da Silva Pinto – 28,50

A República Liberal (1930-1945) surge dos dilemas do Estado Novo que lhe precedeu. À crescente urbanização e industrialização do país correspondia um inchaço das cidades, a precarização do poder de compra dos brasileiros. A complexificação da sociedade urbanizada, por sua vez, refletirá uma política externa crescentemente abrangente. A manutenção da "aliança especial" com os EUA, à época, mostraria-se objetivo frustrado de todos os governos do período, apesar da força ascendente do nacionalismo nas principais cidades do país. Trata-se de período relativamente curto, entre duas ditaduras, marcado por avanços e por recuos em vários sentidos.

No que se refere à industrialização e à urbanização, o CENSO de 1940 já revelava um boom da década de 1930. É, contudo, na República Liberal, nas décadas de 1940, 1950 e começo da de 1960 que a urbanização se acelera e a população brasileira se multiplica. Trata-se de uma urbanização concentrada nas grandes cidades do país, por conta da concentração de oportunidades econômicas em poucos polos. São Paulo dirigia esse processo com a liberação dos capitais da cafeicultura reempregados na indústria. A enorme saída de contingentes do campo deve-se, sobremaneira, a (sic) precariedade do meio rural brasileiro e à sua crescente mecanização, também ligada à industrialização por que o país passava. Há, contudo, ondas marcadas de industrialização que se podem associar a governos específicos.

O governo E.G.Dutra, por exemplo, promove ampla abertura tarifária de (sic) 1945 e 1947, capaz de ampliar a capacidade ociosa da indústria nacional, além de da (sic) início à rodovia Rio-São Paulo e à hidrelétrica de Paulo Afonso. O governo de G.Vargas, por sua vez, dá novo impulso à industrialização-urbanização ao concretizar os projetos da CMBEUA, como o BNDE, ou mesmo a propor a criação da Petrobras. O governo Café Filho, com sua instrução 113 da SUMOC, permitiu vasto afluxo de capitais estrangeiros, que marcariam o Governo Juscelino Kubitisheck (sic). JK contaria, ainda, com capitais não só dos EUA, mas de um Japão e de uma Europa recuperados. O período Jânio Quadros e João Goulart, por sua vez, foi de arrefecimento do crescimento, por crise política e econômica. A marca maior de todo o período, entretanto, seria a da crescente participação do Estado, tanto em inversões diretas, quanto no planejamento estratégico.

A realidade interna de um país que se movimentava do rural para o urbano-industrial, do isolamento para o mundo, reflete-se na complexificação dos debates políticos que se ensaiaram na queda do Estado Novo. Movimentos liberal-cosmopolitas e parcelas das classes médias organizaram-se, no período, sob a UDN, contando com o apoio da aeronáutica (sic) e de outros setores das forças armadas (sic). O PSD, de base estadonovista, aglomerava também forças rurais muito relevantes para a economia do país, e se colocava como fiel da balança na luta política da UDN com o PTB. Este, unia o fiel trabalhismo varguista, parcelas nacionalistas das Forças Armadas e diversos movimentos populares.

A história da política interna brasileira reflete-se nos avanços e recuos da política exterior. A manutenção da liderança do PSD no Parlamento perdurou de 1945 até 1962 e viabilizou as dobradinhas PSD-PTB que elegeram Dutra (informalmente via apoio de Vargas), Vargas, JK e João Goulart (vice-presidente em 1961). A UDN, durante o período, resguardou cerca de 20 a 30% do eleitorado e pôde participar dos governos de Café Filho e, indiretamente e brevemente (sic), de Vargas e Jânio Quadros. À (sic) predominância do nacionalismo na política interna, a despeito do banimento do PCB e dos parcos resultados do BLOC, daria força para uma política externa também nacionalista. Contudo, não se pôde apagar a necessidade de financiamento externo, pois o país estava, desde o Acordo Permanente da Dívida de 1943, sem acesso ao mercado de capitais privados. Este (sic) fato é essencial, porquanto orientou todos os governos a buscar apoio dos EUA, ao menos no início dos mandatos.

A política externa de Dutra, por exemplo, tenta reviver a "aliança especial" Brasil-EUA da Segunda Guerra Mundial. Buscava reproduzir novo ganho de produção, como a CSN representara no Estado Novo. A prioridade dos EUA, no entanto, não estava na América Latina, mas na Ásia e na Europa. A estratégia de "band-wagoning" (sic) pode ser detectada na proximidade cooperativa na Missão Abbink-Bulhões, na fundação da ESG, nos moldes da War College, no apoio à OEA e ao TIAR e às gêmeas de Bretton-Woods. Entretanto, o nacionalismo faz-se presente também, de que são exemplos o "demandismo" no sistema GATT-47 e, a partir de 1949, a heterodoxia de Guilherme da Silveira na Fazenda, apoiando, inclusive, a conformação da CEPAL.

O mesmo dilema entre americanismo e nacionalismo verifica-se em Vargas. A CMBEUA, o apoio à invasão na Guatemala (1954), a tentativa de um ajuste ortodoxo de J.M. Whitaker entre 1951 e 1952, entre outros, revelam-se intentos de aproximação com os EUA. O crescente suporte (sic) de Vargas no trabalhismo nacionalista, contudo, revela-se nas críticas de Estilac Leal e outros militares aos acordos de 1951 (areias monazíticas) (sic) e Militar de 1952 com os EUA; na aprovação da lei de remessa de lucros; e, sobretudo, na heterodoxia econômica do final de seu governo, marcado pelos 100% de elevação do salário mínimo; além do corte de investimentos públicos do Governo Eisenhower.

O breve entendimento do Interregno Café Filho com os EUA, contando, inclusive, com um empréstimo do CityGroup americano, deu início à boa relação de JK com Washington. JK e F.Schmidt chegaram, por exemplo, a apoiar as revoluções na Hungria e na Polônia de 1956, marcas de um americanismo cosmopolita que necessitava de capitais para financiar seu Plano de Metas de rápida industrialização. A necessidade de freios de arrumação anti-inflacionários, propostos pelo FMI e apresentados no Plano Lucas Lopes e Roberto Campos, levaria, no entanto, ao rompimento com aquele órgão. Com investimentos europeus e japoneses, JK sentiu-se à vontade para lançar sua Operação Pan-Americana, com apoio latino-americano, para pedir capitais dos EUA, ademais essenciais para a recuperação do café. A visita de Eisenhower ao Brasil, em 1960, reataria as relações Brasil-EUA.

O ensaio de maior autonomia da OPA revelaria a possibilidade de manter-se um pouco mais afastado dos EUA, mesmo que dentro do campo ocidental da Guerra Fria. A Política Externa Independente, de J. Quadros e João Goulart (sic) deu-se no sentido de universalizar as relações exteriores do país, aprofundando as relações econômicas com o bloco soviético, o que atendia aos anseios nacionalistas do eleitorado do PTB que crescia. Os limites econômicos e geoestratégicos da PEI, contudo, revelaram-se na tentativa de J. Quadros de ajustamento econômico (SUMOC 204) e de J. Goulart (Dantas-Bell e Plano Trienal). O próprio apoio dos EUA à queda de J. Goulart também revela os limites externos dessa estratégia, ao mesmo tempo que denota crescente imposição interna do cosmopolitismo e, sobretudo, do anticomunismo, centro nevrálgico da campanha pela queda de 1964.

Lawrence Benaventana Póvoas – 28,50

A instauração da República Liberal (1945-1964) no Brasil, com o fim da Era Vargas (1930-1945) e a promulgação da Constituição Federal de 1946 — de figurino liberal —, inaugurou uma nova fase da realidade política, social, econômica e de política externa na história do Brasil. A crescente industrialização, o rápido processo de urbanização da sociedade e a dinâmica realidade interna de um país em movimento relacionaram-se significativamente à política externa brasileira do período, inclusive no que concerne o papel crucial das relações do Brasil com os EUA.

A República Liberal inicia-se pela eleição do general Gaspar Dutra (1946-1950) como Presidente da República, na esteira das eleições para a Constituinte. Sua candidatura pelo PSD contou com o apoio, mesmo que tardio, do deposto Getúlio Vargas, que contava com as forças ligadas ao trabalhismo, em seguida aglomeradas pela segunda legenda partidária getulista — o PTB — , e até mesmo dos setores comunistas ligados ao sindicalismo, no seio do movimento "queremista", que buscou lançar Getúlio como candidato. Nesse contexto, Dutra assume a presidência em um momento de efervescência político-partidária e de crescentes demandas econômicas e sociais. A legalização do PTB e, inclusive, o bom desempenho eleitoral do partido juntou-se a greves estimuladas por sindicatos e operários afetados pelo custo de vida sem aumentos salariais. Na política externa, Dutra caracterizou-se pelo que Gerson Moura chamou de "alinhamento automático" aos EUA, ligado à percepção de que a participação brasileira ao lado do esforço aliado na II GM (1939-1945) concederia ao Brasil um status de aliança privilegiada para obter recursos para a continuação do desenvolvimento brasileiro. Não obstante, esse "alinhamento sem recompensas" não rendeu os frutos esperados, o que não impediu a instrumentalização da política externa, na lógica de fronteiras ideológicas, especialmente após a Doutrina Truman (1947), na política interna. Nesse sentido, Dutra reprime elementos comunistas, pressiona pela colocação do PCB na ilegalidade (1947), rompe relações diplomáticas com a URSS (1947) e segue a orientação de Washington na política externa, como no voto pelo não reconhecimento da República Popular da China, após o triunfo de Mao, em 1949.

O segundo governo do período viu a volta ao poder de Getúlio Vargas (1951-54) pelo voto popular, com forte apoio das forças dinâmicas do trabalhismo industrial. Influenciado pelo nacional-desenvolvimentismo, coloca em prática uma política de "barganha nacionalista", em que tentará reeditar, em algum medida, a "equidistância pragmática" exitosa no contexto bem diverso da II GM. Nesse sentido, tomará medidas que ora o aproximam do nacional-desenvolvimentismo e o nacionalismo de esquerda, ora do liberal-conservadorismo da UDN de direita, marcado, sempre, pelo contexto interno de industrialização e urbanização. Assim, assina, em 1952, tratado de cooperação militar com os EUA para renovar o equipamento e o treinamento bélico das Forças Armadas; em sentido contrário, nega o pedido dos EUA por envio de tropas e participação na Guerra da Coreia. No plano econômico, promove internamente a campanha pela nacionalização do petróleo sob monopólio da Petrobrás, contrariando interesses dos EUA; prestigia, porém, o apoio dos EUA no âmbito da Comissão Mista (CMBEU) a financiamentos do Eximbank em prol do desenvolvimento industrial e de infraestrutura. Na política externa comercial, por fim, limita a remessa de lucros de empresas estrangeiras, para grande desagrado dos EUA e institui a Instrução 70 da SUMOC para controlar o câmbio e proteger as indústrias nascentes no projeto nacional-desenvolvimentista.

O trágico suicídio de Vargas é seguido pelo breve governo Café Filho, seu vice, que institui a Instrução 113 da SUMOC, favorecendo a entrada de capital estrangeiro — especialmente dos EUA — no país. A importância da medida será percebida no próximo governo que marca o período: a ascensão à presidência de JK (1956-1961), em cujo governo a política externa é definitivamente voltada para o aprofundamento do projeto industrializante. Nessa perspectiva, JK promove a entrada maciça de capitais estrangeiros para financiar os projetos de seu ambicioso Plano de Metas. Paralelamente, lança, como principal medida de política externa, a Operação Pan-Americana (OPA). Em carta ao presidente norte-americano Eisenhower, JK lança uma proposta inovadora que busca equacionar os apelos por desenvolvimento econômico e industrial dos governos anteriores e a lógica da guerra fria de contenção do avanço comunista na região. Dessa forma, a OPA seria uma espécie de Plano Marshall para as Américas, promovendo o desenvolvimento regional como forma de afastar influências comunistas e antidemocráticas do continente. A fria recepção por Washington e o malogro da proposta levam JK a priorizar a busca de novas relações, para além do eixo pan-americano sob a égide dos EUA, o que serve de ponto de partida para o último período.

Os governos de Jânio Quadros e, posteriormente, João Goulart podem ter sua política externa independente (PEI—1961-1964) analisados nesse contexto de busca por maior autonomia para o processo de desenvolvimento, industrialização e busca de soluções para uma sociedade crescentemente urbanizada. Nesse sentido, a PEI substitui a centralidade absoluta dos EUA como eixo orientador da política externa brasileira, pregando o universalismo das relações brasileiras e a implantação do paradigma Norte-Sul, que separava os ricos industrializados e os subdesenvolvidos em busca do aprofundamento da industrialização desenvolvimentista. A nova política, iniciada ainda no breve governo de Jânio, por seu chanceler Afonso Arinos (conservador, ligado à UDN, aliás), foi instrumentalizada por todos os setores da sociedade — Forças Armadas, Parlamento, mídia e pelos próprios presidentes — como forma de apaziguar setores importantes na política eleitoral, tudo em um contexto de crescente polarização em todas as esferas, setores e instituições. Nessa perspectiva, mesmo na PEI de Jânio e Jango (Santiago Dantas e Araújo Castro de chanceleres) esteve condicionada às limitações impostas pelo papel crucial das relações Brasil-EUA. Dessa forma, as medidas independentistas, como o restabelecimento de relações diplomáticas com a URSS (1963) e abstenção na questão Cubana (1962) influenciaram a radicalização e o fim da experiência democrática da República Liberal.

Pior resposta – 20,10

A República Liberal (1945-1964) já caracterizada pela polarização ideológica, entre os projetos nacional-estatista e o liberal-conservador. Apesar disso, ambos ambicionaram um fim comum, o desenvolvimento; o que diferiam eram os meios. Nesse contexto, cabe discorrer acerca da relação entre a realidade interna, marcada por crescente industrialização e a urbanização da sociedade e a inserção internacional do Brasil, a qual ansiava por recursos para seu desenvolvimento interno.

Embora o processo de industrialização já houvesse sido iniciado anteriormente, inclusive no que concerne à indústria de base do aço (CSN), energia (como a hidrelétrica Chesf) e a mineração (Vale do Rio Doce), marcas da Era Vargas (1930-1945) e consideradas frutos das relações Brasil-EUA, o período seguinte (1945-1964) aprofunda essa dimensão. JK simbolizou essa tendência, com seu Plano de Metas, o qual visava a elevar a quantidade de indústrias de bens duráveis (por meio do capital privado estrangeiro) e das indústrias de base (capital estatal), prioritariamente em energia e transportes, mas não exclusivamente, além da construção de Brasília. Consequência disso foi o aumento da classe operária, o êxodo e a intensificação da urbanização é sintomático disso o fato de o PTB, inicialmente terceiro maior partido, ter majorado sua importância e, na década de 1960, ter sido alçado à condição de segundo maior partido, uma vez que era associado ao eleitorado urbano e trabalhador (como os operários). O PSD (associado aos latifundiários) manteve-se como o maior partido e fiel da governabilidade; porém reduziu sua expressividade, ao longo do período 1945-1964.

A política interna do governo Dutra privilegiava, assim como Vargas, o desenvolvimento do país, mas por outros meios. Sua política externa, vetor de oportunidade para as necessidades internas, alinhou-se ideologicamente e de forma automática aos EUA, na tentativa de obter os mesmos frutos que Vargas tinha logrado para o desenvolvimento nacional. Em contrapartida, a realidade internacional era pouco generosa, no governo Dutra, para que se abrisse essa margem. Enquanto no governo Vargas prévio, foi possível barganhar com a Alemanha e os EUA, receber armamentos através do Lend-and-Lease, ter bases militares reformadas, obter financiamento para a CSN e prestígio na paz (ONU), era impossível que Dutra ensaiasse um caminho do meio entre os EUA e a URSS, em contexto de Guerra Fria. Dessa maneira, Dutra não obteve os capitais públicos norte-americanos que demandou, pois a atenção dos EUA estava, igualmente, voltada para a fronteira com o comunismo (Europa e Ásia). Além disso, Dutra não conseguiu o aval dos EUA para a reforma de mais bases militares, embora, em seu governo, o Brasil tenha votado alinhadamente aos EUA na ONU, tenha consentido com a instituição do TIAR e da OEA, sujeitando-se à esfera de influência norte-americana, e tenha adotado uma retórica anti-comunismo, no plano interno (inclusive o TSE cassou o registro do PCB). O chanceler de Dutra, Raul Fernandes, não obstante fosse pró-Estados Unidos, percebeu, assim como Oswaldo Aranha perceberia, na ONU, que os votos alinhados aos EUA não estavam rendendo frutos e, no final do mandado, enviou carta, conhecida como o Memorando da Frustração, ao lamentar o não recebimento de recursos financeiros. Assim, o resultado concreto, embora vago, obtido com a insistência brasileira, foi a institucionalização da comissão mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU), a qual começou a funcionar no governo Vargas.

O governo Vargas (1951-1954) foi caracterizado por extrema polarização, a qual teve reflexos em sua política externa. Enquanto tinha ministros nacionais-estatistas como Goulart, no ministério do trabalho, também possuía aqueles afetos ao projeto liberal-conservador. Por isso, houve simultaneamente, atritos com os EUA (com a lei que limitava a remessa de lucros) e alinhamento. Como seus chanceleres (Raul Fernandes e João Neves da Fontoura) eram simpáticos a posição pró-EUA, sua política externa foi mais parecida com a do governo Dutra do que com a do governo de 1930-1945. Exemplo disso é o voto favorável brasileiro à deposição de Jacobo Árbens, na Guatemala, pelos EUA, por ter estatizado empresas de capital estadunidense (o que revelava o quão perigoso era seguir o projeto nacional-estatista), além do acordo militar de 1951, o qual previa a venda de minerais estratégicos, em troca da compra de armamentos usados. Como o último não previa transferência de tecnologia, o oficial Estilac Leal, defensor da maturação tecnológica pelo Brasil, para atingir o desenvolvimento, demitiu-se. A CMBEU previu áreas prioritárias para investimentos, mas com valor substancial (mais de US$40 bilhões) advindos do capital nacional e, apenas, US$380 milhões dos EUA. Apesar de o Brasil ter criado o BNDE e elaborado o Plano Lafer, para o recebimento e a aplicação dos recursos, menos da metade daqueles provenientes dos EUA foram, de fato, concretizados, pois Eisenhower, recém-eleito, extinguiu, unilateralmente, a CMBEU. Adicionalmente, a demissão de Fontoura foi atritosa, pois denunciou um suposto Pacto ABC entre Perón e Vargas, o que não agradaria aos EUA, os quais temiam uma república sindicalista, nem, tampouco, às alas conservadoras do Brasil. Vargas não havia endossado a proposta peronista, mas a imprensa majoritariamente contraria a Vargas (ex: Carlos Lacerda) acirrou as críticas. A isso somou-se o aumento do salário mínimo de 100% de Goulart, o que ensejou a oposição formalizada pelo Manifesto dos Coronéis. O episódio na Toneleros e o Carnaval da Tristeza marcaram o fim da pessoa de Vargas. Mas não do varguismo. Durante o Carnaval da Tristeza, houve depredações a representações diplomáticas e empresas norte-americanas, bem como manifestações urbanas pró-nacional-estatismo. O governo do presidente, Café Filho, adotou política externa novamente alinhada aos EUA.

A polaridade interna ensejou um golpe preventivo de Lott, para efetivar a posse de JK. Seu governo iniciou-se com estabilidade, devido à aliança PTB-PSD. A demonstração da crescente relevância do PTB ocorreu com a obtenção de mais votos para Goulart. Assim como os anteriores, JK busca o desenvolvimento, inicialmente, alinhando-se aos EUA, de que é exemplo a concessão da base para os EUA lançarem foguetes. Entretanto, a Guerra Fria passava por contexto inédito, a partir da Conferência de Bandung e a oportunidade apresentada pelo neutralismo. Nessa circunstância, a política externa de JK passa por guinada mais reivindicatória (um prelúdio para a PEI). A proposta da Operação Pan-Americana, elaborada por Frederico Schmidt, associa a pobreza e o subdesenvolvimento às ideologias exógenas, assim, requisita a ajuda ao desenvolvimento, para prevenir a ameaça comunista. O plano visava a abarcar toda a América Latina e recebeu o apoio de Frondizi, embora resistências de outros países, em contexto de antiamericanismo, reiterado pelos protestos contra a visita de Nixon. Os EUA reagiram à proposta atribuindo maior importância à segurança e fatiando as ideias econômicas no Comitê dos 21, na OEA. Em sua primeira reunião, os EUA enfatizaram que não haveria Plano Marshall para a América Latina. Contudo, quando Cuba tornou-se socialista, em 1961, os EUA vislumbraram a pertinência da OPA, dando origem à Aliança para o Progresso (a qual só concedera recursos para governos não ameaçadores, como Lacerda, quando foi governador de estado), além do Banco Internacional do Desenvolvimento e a ALALC (a qual também era defendida pela CEPAL). Assim, embora os EUA tivessem sido contrários à própria criação da CEPAL, o discurso da segurança em detrimento do desenvolvimento passava a ser um pouco mais equilibrado, pelo menos nesse momento.

Os governos Jânio e Jango representavam o início da Política Externa Independente (PEI), a qual motivou a insustentabilidade dos dois, de alguma maneira, internamente. A busca pelo neutralismo rompia o alinhamento automáticos aos EUA. São ilustrativos disso a missão comercial à China, as condecorações a Che Guevara e a Iuri Gagarin, no governo Jânio; a retomada das relações diplomáticas com a URSS (com quem o Brasil já havia restabelecido as relações comerciais, no governo JK) e a aproximação ao Leste Europeu. A encampação de empresas estadunidenses pelo governo estadual de Brizola, sua campanha pela legalidade também foram fatores que contribuíram para o fracasso de recursos substanciais pelo Acordo Bell-Dantas. O decreto da reforma agrária e a guinada à esquerda de Jango fizeram que os EUA e a CIA patrocinassem instituições como o IBAD e produzissem a Operação Brother Sam, que interviria no Brasil se tivesse havido resistência ao golpe de 1964.

Questão 2

Duas correntes irreconciliáveis [...] a primeira levou-nos à África em busca de escravos para satisfazer as necessidades crescentes do nosso desenvolvimento agrícola [...] a segunda [...] afastou-nos da África por causa da insistência inglesa na abolição do comércio de escravos [...]. Este conflito entre necessidades nacionais e exigências inglesas foi a verdadeira essência da nossa história durante os primeiros cinquenta anos do século 19.

RODRIGUES, José Honório. *Brasil e África*: outro horizonte. 2. ed., 2 vols. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964, p. 115, com adaptações.

Devo confessar que nada do que aconteceu traz à minha mente qualquer outra impressão senão a de que o governo brasileiro sentiu que o Brasil é impotente para resistir à pressão da Grã-Bretanha.

PALMERSTON a Hudson, Londres, 15 de outubro de 1850. *In: Notes on Brazilian Questions*. CHRISTIE, W. D. Cambridge: Cambridge University Press, 1970, p. 193, com adaptações.

O Brasil foi capaz de conduzir a disputa de uma forma que lhe era favorável e terminar por romper relações diplomáticas com a Inglaterra. Com esse lance, esgotou-se momentaneamente o repertório de medidas contra o governo imperial brasileiro. Sem poder ir além (o que só poderia significar uma invasão, ainda que temporária, do território brasileiro) em retaliações contra o governo imperial e tendo contra si a decisão de arbitragem internacional em relação ao conflito, o governo britânico viu-se na contingência de, na primeira oportunidade, buscar o reatamento das relações diplomáticas. Para o Brasil, a questão Christie significou pôr as cartas na mesa e deixar claros os limites da pressão inglesa.

SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai*: escravidão e cidadania na formação do Exército. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 46, com adaptações.

Considerando os excertos apresentados, que ilustram a influência britânica na política luso-brasileira do século 19, redija um texto dissertativo a respeito das relações da monarquia brasileira com a britânica, no período pré-independência até a década de 1870. Aborde, necessariamente, os seguintes tópicos:

a) a herança lusitana da política externa brasileira;

b) a pressão britânica pelo fim do tráfico de escravos; e

c) as causas do rompimento e do reatamento das relações diplomáticas anglo-brasileiras na década de 1860.

Extensão do texto: até 90 linhas.

Valor: 30 pontos.

Média: 23,73 (total); 24,63 (ampla); 21,02 (cotas/PNE)

Desvio padrão: 4,024 (total); 3,988 (ampla); 3,004 (cotas/PNE)

Luis Felipe Yonezawa Fernandes – 30,00

Do período pré-independência até a década de 1870, as relações entre as monarquias brasileira e britânica foram fundamentais para o Brasil. Conquanto aparentem indicar, homogeneamente, a impotência do Brasil ante seu maior parceiro comercial no período, como indica o discurso de Lord Palmerston, a realidade é que o governo imperial empreendeu uma série de iniciativas com vistas a esclarecer que não havia subserviência entre os Estados. Essa pretensão tornou-se evidente na Questão Christie, em 196319, e o subsequente rompimento de relações diplomáticas até 1865, mas já havia sido prenunciada em medidas anteriores mesmo à Independência, em 1822. A análise do período, portanto, desvela, de um lado, dependência econômica e política, e, de outro, esforços por maior autonomia.

A dependência de Portugal para com a Inglaterra era longeva e seguiu presente após a transmigração da Corte, em 1807-08, para os trópicos. A historiografia registra o vínculo entre as monarquias europeias desde a Restauração Portuguesa, em 1640, quando Portugal fiou-se da influência político-militar e econômica inglesa para separar-se da União Ibérica; a dependência lusitana, todavia, intensificar-se-ia marcadamente a partir da celebração do Tratado de Methuen, em 1703. No contexto da invasão de Junot a Portugal, em 1807, foram os ingleses que avalizaram a segurança e o êxito da transmigração da Corte ao Rio de Janeiro. A fatura de toda essa dependência política e econômica veio na forma de exigências comerciais benéficas aos ingleses – os quais buscavam avidamente o acesso a novos mercados, após a Revolução Industrial e o Bloqueio de Berlim (1806) – e de uma influência política incontornável do representante inglês no Brasil, Lord Strangford.

Em virtude da insatisfação inglesa em relação à abertura dos portos às nações amigas de 1808, patrocinada pelo Visconde de Cairu, celebrou-se, em 1810, um conjunto de tratados que conferiam vantagens expressivas aos ingleses. O Tratado de Aliança e Amizade previa o acesso de súditos britânicos ao Brasil, a tolerância religiosa e a figura do juiz conservador, além de disposições restritivas ao tráfico de escravos; o de Comércio e Navegação outorgou aos ingleses alíquota aduaneira de 15%, acrescida de cláusula de nação-mais-favorecida, o que permitiria o influxo intenso de produtos manufaturados ingleses no Brasil, em condições mais competitivas, em um primeiro momento, até do que os produtos lusitanos. Politicamente, Strangford atuou de sorte a frustrar as pretensões de Carlota Joaquina e de D. João VI na Primeira Intervenção na Banda Oriental, entre 1810 e 1811. Não obstante, verificam-se tentativas joaninas de ganhar certa autonomia, vis-à-vis a Inglaterra, a saber: a Segunda Intervenção na Banda Oriental, entre 1816 e 1821, desta vez exitosa; o estabelecimento do Reino Unido de Portugal, Algarves e Brasil, em 1816, mediante sugestão de Talleyrand no Congresso de Viena; e mesmo as missões artísticas e científicas francesa e austríaca, bem como o casamento de D. Pedro com Dona Leopoldina.

[19] Foi um equívoco: pretendia escrever 1863.

Ao lograr a Independência, em 1822, o Brasil permaneceu adstrito a fortes laços de dependência para com a Inglaterra, em continuidade histórica da herança lusitana. A despeito de uma tentativa inicial de maior autonomismo, quando da gestão de José Bonifácio no Ministério da Guerra e dos Estrangeiros, a influência inglesa logo fez-se sentir. A Missão Caldeira Brant não atingiu resultados significativos, e os ingleses não apenas mediaram o reconhecimento por Portugal – na figura do delegado Charles Stuart – mas também negociaram o Tratado de 1827 com o Brasil, ambos exemplos de medidas draconianas para o Estado nascente. Decorreu que o Brasil assumiu, na prática, a dívida externa lusitana para com os ingleses, ao pagar-se a soma de 2 milhões de libras esterlinas a título de indenização. Ademais, o Convênio de 1827 estendeu a vigência do conteúdo do Tratado de 1810 – tarifa alfandegária de 15% e nação-mais-favorecida – por 15 anos, submeteu o Brasil ao regime do Tratado de 1817 entre Portugal e Inglaterra, que previa o direito de visita e apresamento em relação a navios negreiros, e consubstanciou o compromisso brasileiro de proibir o tráfico de escravos em três anos.

O engajamento britânico em favor da proibição do tráfico de escravos decorria de razões políticas e econômicas, e assumiu assertividade crescente entre 1810 e 1850. O art. X do Tratado de 1810, firmado com Portugal, restringira o tráfico transatlântico às possessões portuguesas na Costa da Mina e às regiões de Cabinda e Molembo; o Tratado de 1815 proibira o tráfico ao norte da linha do Equador; o de 1817 consubstanciara, como supramencionado, o direito de visita e apresamento. As causas dessa empreitada diplomática foram não apenas assegurar a circulação de capitais e pôr fim a um modelo produtivo incongruente com o liberalismo e a Revolução Industrial, como se sói apontar: devem-se, também, a pressões de grupos humanitários sobre o Parlamento inglês. Assim, a política de pressão perpetuou-se com o Brasil. Ante a ineficácia da Lei Feijó, editada em 1831 para dar cumprimento ao Tratado de 1827, a Inglaterra editou unilateralmente o Bill Aberdeen (1845), apresando e afundando diversos navios negreiros. As tensões atingiram seu paroxismo no quinquênio subsequente, a exemplo do Incidente do Forte de Nossa Senhora dos Prazeres de Paranaguá, de 1850, em que o navio britânico HMS Cormorant trocou hostilidades com uma fortaleza litorânea brasileira. Diante da escalada de tensões, o gabinete saquarema houve por bem aprovar a Lei Eusébio de Queiróz (1850), proibindo o tráfico internacional, sem, entretanto, proscrever o interprovincial ou abolir a escravidão. A esse ponto, ademais, o mercado de demanda por mão-de-obra escrava – especialmente a cafeicultura no Vale do Paraíba – já estava bem aprovisionado de escravos, que haviam entrado em massa nas décadas anteriores.

O exemplo mais conspícuo do desejo por autonomia no Segundo Reinado foi, seguramente, a Questão Christie. Após os reclames do representante inglês por indenização pela carga de um navio britânico naufragado em SC e sua irresignação diante da prisão de dois marujos ingleses no RJ, D. Pedro II anui em efetuar a compensação pecuniária, mas insiste que o "pedido de desculpas" formal pela pressão dos súditos ingleses fosse levada a arbitramento internacional. Tal ocorre e, por decisão do árbitro, o rei belga, declara-se vitorioso o Brasil na lide. Como indica Ricardo Salles na epígrafe, a Inglaterra recusou-se a cumprir o laudo arbitral e, vendo-se atada, rompeu relações diplomáticas com o Brasil. As relações permaneceriam rompidas até 1865, quando, no contexto da Guerra do Paraguai, foram reatadas: para os ingleses, normalizavam-se as relações sem prejuízo à sua imagem orgulhosa internacional; para o Império Brasileiro, retomava-se o contato formal com sua maior parceira comercial e evitava-se, preemptivamente, antagonismos ingleses eventuais à Guerra da Tríplice Aliança.

O período subsequente assistiria à crescente proeminência dos Estados Unidos da América como parceiros centrais do Brasil, eventualmente minando a influência inglesa. A relação conturbada entre as monarquias, do pré-Independência à Guerra do Paraguai, e sua tensão intrínseca entre dependência e autonomismo representaram as dificuldades de se equilibrar a herança lusitana com as aspirações de autodeterminação.

Luiz Carlos Keppe Nogueira – 29,50

O Brasil herdou grande parte do legado da "aliança inglesa" estabelecida por Portugal, o que ocorreu, majoritariamente, em dois planos: o político e o jurídico. No plano político, o período pré-independência foi marcado pela predominância da influência da facção anglófila de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, a qual ficou evidente no estreitamento das relações representado pelo apoio inglês à intervenção de D. João na Guiana Francesa, após a transferência da Corte. No plano político, a época pré-independência teve como marcos a assinatura dos Tratados de Navegação e Comércio e de Aliança e Amizade, em 1810. O primeiro estabeleceu a livre-entrada de produtos ingleses, com a taxa alfandegária de 15%. O segundo firmou o compromisso português de cooperar com o fim do tráfico de escravos, posteriormente complementado pelo Protocolo de 1817, que estabeleceu tribunais binacionais e regulamentou o apresamento de navios negreiros pela marinha inglesa. Após a independência, a herança política lusitana mais evidente foi a prevalência dos interesses dinásticos de D. Pedro I, influenciado pelo "gabinete secreto" de portugueses como o "Chalaça", nas negociações para o reconhecimento. Após a demissão de José Bonifácio e o fechamento do Congresso, as negociações resultaram em grandes concessões em troca da manutenção tácita de D. Pedro como herdeiro ao trono. Posteriormente, autorizou-se o uso de dinheiro público para intervenção na disputa pelo trono contra D. Miguel. No âmbito jurídico, a herança decorreu da aceitação, pelo Brasil, da renovação dos tratados de 1810. O comércio internacional brasileiro somente se libertaria, em 1844, das amarras alfandegárias impostas pelos acordos de 1827 e 1828, que, em grande medida, reafirmaram os termos dos de 1810. Pode-se mencionar como heranças lusas, ainda, os conflitos geopolíticos no Prata, os quais resultariam na criação do Uruguai, sob mediação do representante inglês Posonby.

A Inglaterra fez forte pressão em favor do fim do tráfico de escravos, por motivos que iam da influência do cristianismo humanitário no parlamento aos interesses comerciais e industriais. O acordo de Aliança e Amizade (1810) e seu protocolo adicional, como já mencionado, estabeleceram a cooperação para o fim do tráfico, reforçada pelos tribunais criados em Freetown e Rio de Janeiro. A ata do Congresso de Viena previu, ainda, o fim do tráfico ao norte do Equador. Por acordo de 1826, o Brasil se comprometeu a acabar com o tráfico três anos após a ratificação, e aceitou a competência dos tribunais binacionais. A lei Feijó, de 1831, tinha o objetivo expresso de concretizar os compromissos estabelecidos com os britânicos. Após queda inicial da entrada de negros escravizados, no entanto, estabeleceu-se um pacto entre a sociedade – o pecado original da ordem política e jurídica nacional, segundo Alencastro – para desrespeitar a lei. Na época, o emprego de mão-de-obra escravizada por ampla parcela da população viabilizou o consenso para se ignorar as determinações de que os negros que entrassem ilegalmente deveriam ser considerados livres – essa lei seria usada no final do século, por Luís Gama, para promover libertações. O desrespeito à lei de 1831 levou a Inglaterra a ampliar as pressões sobre o Brasil, o qual, na década de 1850, denunciou os acordos precedentes e declarou-se desobrigado a cooperar para o fim do tráfico. A Inglaterra respondeu com o Bill Aberdeen, o qual atribuía competência aos navios ingleses para apreender os navios negreiros em qualquer território oceânico. O Brasil protestou, afirmando que não reconhecia a competência inglesa e mobilizando parlamentares da Inglaterra. Isso não impediu, no entanto, o acirramento das tensões, os quais alcançaram seu ápice com a troca de tiros entre forte brasileiro e navios da armada britânica. As tensões bilaterais prejudicaram os projetos do Brasil para o Prata, onde Rosas ganhava influência. Desse modo, o governo conservador encabeçado por Eusébio de Queiroz e pelo Visconde do Uruguai priorizou o fim do tráfico – o qual interessava, ainda, à parte das elites endividada com os traficantes. Lei de 1851, nomeada "Lei Eusébio de Queiroz", pôs fim efetivo ao tráfico, ao criar tribunais especiais para julgamento, com penas como a expulsão de traficantes. Os compradores, julgados pelo tribunal do júri, eram absolvidos. A lei em questão melhorou as relações com a Inglaterra, porém não impediu deterioração nas décadas de 1860. Viabilizou-se, no entanto, a política de intervenção contra Rosas e Oribe.

Segundo os termos de Tucídides, podem-se dividir as causas do rompimento entre Brasil e Inglaterra entre causas subjacentes e causas imediatas. As causas subjacentes estão relacionadas ao que Cervo denominou "prepotente tradição diplomática palmersoniana". De fato, a imposição inglesa nos incidentes da época reduziu a margem de ação do Brasil. As causas imediatas foram os conflitos envolvendo dois navios britânicos. O primeiro conflito resultou da prisão de marinheiros ingleses embriagados, o que foi considerado um insulto. O segundo deu-se no contexto do afundamento do navio cargueiro Prince of Wales, seguido do que os britânicos consideraram um saque de mercadorias. A imposição inglesa transformou discordâncias pontuais em grave crise diplomática. Exigiu-se a participação nas investigações sobre o afundamento e o suposto saque, bem como o pagamento de indenizações por parte do Brasil. Diante da negativa brasileira, a Inglaterra bloqueou o porto do Rio de Janeiro. O Brasil, então, pagou o valor exigido e, em seguida, cortou relações. O sentimento anti-inglês ganhou a população, como exemplificado pelos ataques às legações do país. Essa foi a questão Christie, nomeada segundo o representante que tomou as decisões mencionadas. Com a partida de Christie e a substituição de Palmerston, criaram-se condições para o reatamento. A decisão arbitral do rei favoreceu o Brasil. A soberana inglesa, desse modo, determinou que o representante de seu país em Buenos Aires transmitisse pedido de desculpas a D. Pedro II. Embora a indenização inicialmente requerida pelo Brasil em função do bloqueio não tenha sido paga, a questão foi superada. Conflitos menores ocorreriam na década de 1860, como o da divulgação inglesa dos termos do Tratado da Tríplice Aliança, mas a cordialidade predominou na relação. Ainda que não prosperem as teses revisionistas de Chiavenato e Pomer a respeito da parceria entre Brasil e Inglaterra para destruir o Paraguai, a retomada das relações possibilitou a compra de armas inglesas pelo Estado brasileiro.

Joaquim Pedro Strunck da Silva Pinto – 29,50

As relações da monarquia brasileira com a britânica, hegêmona do sistema internacional, à época do século XIX (sic), é marcada pela permanente tensão, sobretudo no que se refere às questões da escravidão e de comércio, mas também por importantes aportes de capitais para empréstimos e, ao final do século, em forma de investimentos diretos. No que se refere à herança lusitana, pode-se usar a ideia de "diplomacia da fraqueza" (R.Ricupero) para demonstrar como o Brasil, tal qual Portugal, buscará, caso a caso, negociar sua associação a Londres. A dura vitória dos anglófilos de Dom R. Sousa Coutinho, na Corte de D. João VI regente, permitiu a Transmigração, o domínio de Portugal (Lord Baresford) e os Acordos Desiguais de 1810. As negociações tripartites da independência, por sua vez, legaram o bloqueio das relações com África lusa, a promessa de fim do tráfico e a assunção da dívida externa portuguesa.

Do lado positivo dessa herança, pode-se pensar na inigualável estrutura da Secretaria dos Negócios Estrangeiros, separada da Secretaria da Guerra à época de J. Bonifácio. Independente, o Brasil pôde contar com estrutura burocrática experimentada de muitos "enraizados" na antiga colônia. As missões de reconhecimento enviadas nos anos que se sucederam ao 7 de Setembro são prova disso. Pense-se na estrutura diplomática que permitiu as missões Correa da Câmara ao Prata, Silvestre Rebelo aos EUA ou Ponte Ribeiro à Espanha. Mesmo os canais de Dom Pedro I com a City Londrina (sic) devem ser entendidos como importante legado para a estruturação do país e, sobretudo, para impedir sua depuração nas regências.

Do lado negativo, deve-se pensar, como destaca F. Doratioto, que as rivalidades ibéricas também foram herança lusitana na política externa pátria. No pré-independência, D. João VI revida Napoleão (sic) com a tomada de Caiena (1809-1817) e, mais que nada, dá corpo ao mito da Ilha Brasil ao conquistar, por duas vezes, a Banda Oriental, até incorporá-la. No mesmo sentido, a Guerra Cisplatina, fundamental para explicar tanto a Revolução do 7 de Abril, quanto as tensões permanentes no Prata até a Guerra Oribe-Rosas (1851-1852), deve ser entendida como herança da política de rivalidade ibérica.

No que se refere à questão do tráfico, cumpre destacar que, grosso modo, o período 1800-1850, para a diplomacia britânica nas Américas, é marcado pela diplomacia das canhoneiras. Em 1815, Portugal e Reino Unido fazem tratado pela proibição do tráfico ao norte do Equador. Em 1817, o Reino Unido segue impondo sua agenda, como dívida pelos custos da Transmigração, e impõe a Portugal o direito de visita e arresto dos navios, agora julgados pelas "comissões mistas" de Serra Leoa, Londres e Rio de Janeiro. Com os tratados da Independência (1826), expandem-se a proibição do tráfico e os direitos de visita ao sul do Equador, o que seria confirmado pela Lei Feijó (1831) internamente, punindo traficantes e receptores. A lei inicialmente funciona, mas o boom do café no Vale do Paraíba, a partir da década e 1830, permite vistas grossas de um Governo que dependia de rendas de exportação para se financiar contra os vários movimentos rebeldes até 1845.

Claro que a imposição britânica de todos esses tratados era nutrida por motivos econômicos, mas é a campanha humanitária o principal mote da política externa antitráfico de Londres, como comprovam A.Hoschchild e B. Mamigoniam (sic) em distintas pesquisas. O Reino Unido abole o tráfico em 1808 após ampla campanha Quacker religiosa. Em 1833, abole de vez o tráfico em suas colônias e a escravidão, após destacada revolta Quacker na Jamaica. A partir daí, o antitráfico torna-se agenda direta da política interna e externa de modo ainda mais agressivo. Nesse contexto econômico-comercial e humanitário, Londres começa a reclamar da negativa brasileira de renovar os tratados de 1826.

O Brasil queixava-se das baixas tarifas impostas e entende que, desde 1842, tem autonomia para não seguir os títulos de 1826. Em 1844, data de expiração para Londres, o Rio de Janeiro passa a Tarifa Alves Branco, confirmando o abandono daqueles tratados. Em 1845, subcomissão do Conselho de Estado confirma que as obrigações decorrentes dos tratados de 1815, 1817, confirmadas em 1826 (sic) tinham expirado. Com a nítida sensação de que o Brasil voltaria a traficar oficialmente, Londres passa, em seu ordenamento interno, a Bill Aberdeen, permitindo apresamento de navios negreiros, revivendo os tratados de 1826 unilateralmente. O Parlamento brasileiro revive o projeto Caldeira Brant (1837) em 1848 para tentar liberar receptores de escravos de penas de pirataria, o que leva à rígida aplicação da caça de navios brasileiros, inclusive em águas interiores, sobretudo após 1849, quando a frota inglesa do Prata se libera de Rosas. Incidentes violentos e até a morte de um súdito britânico em Paranaguá apressam o Império, e o Gabinete Monte Alegre, com medo de guerra, passa a Lei Eusébio de Queirós.

A abolição do tráfico como imposição externa tentou ser amenizada por discursos soberanistas, eugenistas e antihaitianistas (sic). Contudo, o nacionalismo estava posto. Some-se a isso a atuação de W. Christie, representante de Londres, quem constantemente rememorava a questão dos negros livres entrados após 1831, como aponta Keyla (sic) Grinberg. A relação piora quando do naufrágio do SS Wales no sul do país e do saque do navio inglês por brasileiros. Christie exige indenizações. Adiciona-se, ainda, o episódio dos marinheiros britânicos presos temporariamente por "arruaça" nas ruas do Rio. Como não conseguiu pedido formal de desculpas nem indenização pelo "desrespeito à extraterritorialidade" dos súditos e pelo saque do navio, Christie bloqueia a Guanabara.

Apesar da curta duração do bloqueio, o nacionalismo revivido toma as ruas do Rio de Janeiro e (sic) D. Pedro II tem de agir para evitar a depredação da legação britânica. O gabinete da Liga Progressista não resiste à pressão popular e rompe relações com Londres em 1863. Acorda-se, no entanto, arbitragem do Rei da Bélgica, pois, se sabia, o Brasil não poderia colidir com o hegêmona internacional às vésperas de nova intervenção no Prata. Apesar do pagamento antecipado de indenização pelo Brasil à Inglaterra, para evitar a guerra em duas frentes, o Brasil vence a arbitragem, em 1865, justamente quando se acelera o teatro de Guerra em Uruguaiana, contra S. López. As relações diplomáticas voltariam ao normal em 1865.

Apesar da solução da "Questão Christie", permanecia o imbróglio escravista brasileiro. Ao longo das décadas de 1870 e 1880, ativistas como Abílio Borges (Sociedade 2 de Julho) e Joaquim Nabuco valeriam-se do que Angela Alonso, em Flores, votos e balas, chamou de "efeito bumerangue" para pressionar, de fora para dentro, pela abolição da escravidão. Logram, por exemplo, moções de repúdio à

Coroa brasileira vindas da British Anti-Slavery Society e de outras organizações, até a abolição em 1888. O período pós-1865 até 1900, contudo, é marcado sobremaneira pela (sic) exportações de capitais britânicos, marca maior das estradas de ferro que surgiam no Brasil. Gradualmente, Brasil e Reino Unido normalizariam suas relações, a despeito do último suspiro de rivalidade na questão de Trindade, em 1895.

Pior resposta – 15,60

A Grã-Bretanha consolidou sua hegemonia sobre Portugal desde o século XVII. Com a transferência da corte portuguesa ao território brasileiro, essa hegemonia será, gradualmente, transferida ao território colonial, e o início da existência do Brasil como país independente será marcado por grande influência britânica. Essa hegemonia começará a ser revertida a partir do processo de consolidação do Estado nacional, na década de 1840. A herança lusitana da política externa brasileira pode ser observada por essa transferência da hegemonia britânica de Portugal para o Brasil. Nesse diapasão, a Grã-Bretanha exercerá grande pressão pelo fim do tráfico de escravos. O rompimento das relações anglo-brasileiras, em 1860, é exemplo da autonomia possível do Brasil nesse eixo de relação assimétrica.

A herança lusitana da política externa brasileira pode ser observada, inicialmente, pelos quadros do serviço exterior, os quais foram formados pela tradição lusa e exerceram atividades diplomáticas no período joanino, quando se praticava uma política externa no Brasil, mas não do Brasil. Outro marco da herança lusitana da política externa brasileira pode ser observado no fato de que, nas negociações para a independência do país, prevaleceram os interesses dinásticos da diplomacia de Bragança, ofuscando os interesses nacionais. Nesse sentido, a Grã-Bretanha será capaz de transferir para o Brasil recém-independente a hegemonia que ela exercera, historicamente, sobre Portugal. Isso é comprovado pela renovação do sistema de tratados desiguais, no marco das negociações para o reconhecimento britânico da independência do país.

As negociações tripartites que levaram ao reconhecimento da independência brasileira evidenciam, sobremaneira, a herança lusitana da política externa brasileira. O Brasil pagará indenização de dois milhões de libras esterlinas a Portugal, concordará em não se aproximar, politicamente, de outras colônias portuguesas na África, D. João receberá o título de Imperador perpétuo do Brasil e houve indicação de que ele havia concedido a independência de livre e espontânea vontade. Charles Stuart, após representar os interesses portugueses, passará a negociar o reconhecimento inglês. No marco dessas negociações, o Brasil irá conceder vantagens alfandegárias para a Grã-Bretanha, extraterritorialidade, além de firmar, em 1826, acordo com o compromisso de abolição do tráfico de escravos no prazo de três anos após a ratificação, que ocorrerá em 1827. Esses tratados desiguais tinham validade por quinze anos, e representam a consolidação da hegemonia britânica.

Outra importante herança lusitana da política externa brasileira diz respeito à rivalidade no Prata. Ao chegar ao território brasileiro, D. João empreende esforços para a ampliação do território meridional da colônia, o que se consubstanciará com seguidas invasões ao território do atual Uruguai. Se é verdade que, incialmente, essas intervenções ocorreram por pedido de Elío, com a posterior saída de Portugal do território, após mediação britânica, após a declaração de independência em relação à Espanha, D. João se sentirá mais livre para atuar. Assim, forças lusas combatem Artigas, derrotando-o, finalmente, em 1820. Em 1821, D. João anexa o território uruguaio como Província Cisplatina. Em decorrência da herança lusitana sobre a política externa brasileira, D. Pedro I irá se envolver em uma guerra com as Províncias Unidas pela manutenção dessa província. A Guerra da Cisplatina (1825-1828) é iniciada após a Cisplatina declarar sua independência em relação ao Brasil e juntar-se às Províncias Unidas, movimento que foi bem recebido pelos argentinos. Ao longo do período imperial, o contexto de rivalidades no eixo assimétrico de relações irá continuar e o Brasil buscará, por diversas vezes, conter o expansionismo argentino no Prata.

A influência britânica na política externa brasileira é evidenciada pela pressão exercida por esse país pelo fim do tráfico de escravos. Em 1807, com o fim da escravidão na Grã-Bretanha, motivado por questões humanitárias, a Grã-Bretanha iniciará seus esforços pelo fim do tráfico. No contexto de transmigração da corte de Portugal para o Brasil e de consubstanciação dos sistemas de tratados desiguais, D. João irá fazer o primeiro compromisso vago de abolição do tráfico de escravos. Esse compromisso será renovado, em 1815, no âmbito do Congresso de Viena, momento em que é acordada a abolição do tráfico de escravos ao norte do Equador. Posteriormente, em 1817, Portugal e Grã-Bretanha firmam protocolo adicional, que garante o direito de busca em navios suspeito de estarem realizando o tráfico e a formação de comissões mistas, em Serra Leoa e no Rio de Janeiro.

A pressão britânica pelo fim do tráfico de escravos irá continuar, conforme mencionado anteriormente, no contexto das negociações da independência brasileira. Em 1826, o Brasil concorda em eliminar o tráfico de escravos no prazo de três anos após a ratificação, a qual ocorre em 1827. Sendo assim, em 1830, encerra o prazo para que o Brasil cumpra o compromisso. O país tenta, inutilmente, dilatar esse prazo, sem a concordância britânica. Em 1831, o país aprova a Lei Feijó, que proíbe o tráfico de escravos e considera o tráfico pirataria. Em um contexto de fragilidade do Estado, a Lei Feijó é marcada pela inoperância, entrando para a história como uma "lei para inglês ver". Isso ocorria devido à fragilidade do Estado brasileiro e às crises do Primeiro Reinado.

Durante o período regencial, a Grã-Bretanha continuará exercendo pressão pelo fim do tráfico, mas o Estado brasileiro não é capaz de dar efetividade à Lei Feijó. Isso levará a uma tensão crescente com a Grã-Bretanha. A década de 1840 marca o período no qual o Estado brasileiro começa a se consolidar, superando a fragilidade do período regencial. A partir dessa década, o país buscará reduzir a influência exercida pela Grã-Bretanha, o que se comprova pela indisposição em renovar os tratados desiguais. Em 1842, o Brasil notifica a Grã-Bretanha que não os renovaria, o que provoca celeuma nas relações bilaterais, e o Brasil concede prazo de mais dois anos como meio de superar o impasse. Em 1844, o Brasil aprova a Tarifa Alves Branco, marca dessa busca de autonomia e da tentativa de superação das dificuldades fiscais do Estado brasileiro. Além disso, posteriormente, informa a Grã-Bretanha o fim da vigência dos acordos anteriores relativos à abolição do tráfico.

Em decorrência da postura brasileira, a Grã-Bretanha passa a agir de maneira unilateral, fazendo aprovar, em 1845, a Lei Aberdeen, pela qual se arroga o direito de vistoriar navios suspeitos de realização do tráfico e de julgá-los pelo Tribunal do Alto Almirantado. A medida britânica, além de inamistosa, ferindo a soberania e o orgulho nacionais, leva ao aumento do tráfico de escravos entre 1845-1850. Com a solução de compromisso alcançada entre Grã-Bretanha e Províncias Unidas, em 1849, os navios britânicos se deslocam para o patrulhamento do tráfico, ocasionando incursões, inclusive, em águas territoriais brasileiras, o que é fonte de conflitos. A ação brasileira dificulta o tratamento da questão pelo governo imperial. Apenas em 1850 é aprovada a Lei Eusébio de Queiroz, e o contexto de maior estabilidade do governo assegura que o tráfico seja, efetivamente, extinto.

O rompimento das relações entre Grã-Bretanha e o Brasil, na década de 1860, decorreu da atitude inamistosa de Wiliam Christie e da busca de legitimidade interna do Partido Progressistas por meio de sua atuação externa. William Christie exigiu indenização pelo naufrágio de embarcação britânica, no litoral sul do país, e posterior roubo da carga que chegou ao litoral. Além disso, exigiu pedido de desculpas pela prisão de soldados britânicos que haviam causado arruaça, no Rio de Janeiro, mas cuja prisão havia sido liberada, na manhã seguinte, ao se constatar que se tratava de oficiais ingleses. As exigências descabidas de William Christie, e a maneira agressiva como buscou efetivar suas demandas, levaram a que o Brasil pagasse a indenização solicitada, em protesto, mas que não realizasse pedido de desculpas. Ato contínuo, rompeu relações com a Grã-Bretanha. A questão só foi resolvida em 1865, após arbitramento, no qual foi considerado que o Brasil tinha razão. Nesse contexto, a Grã-Bretanha realizou pedido formal de desculpas, e as relações diplomáticas anglo-brasileiras puderam ser reatadas.

Questão 3

A agenda republicana substituiu o Poder Moderador – a chave da organização política do Império – pelo princípio da divisão e do equilíbrio entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, garantiu a liberdade religiosa, extinguiu a vitaliciedade do Senado e aprovou o sufrágio universal, em lugar do sistema censitário até então vigente.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. *Brasil*: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 320.

Considerando que o excerto tem caráter meramente motivador, disserte a respeito do voto durante a Primeira República. Aborde, necessariamente, os seguintes tópicos:

a) os efeitos da promulgação da Constituição de 1891;

b) as características do sistema eleitoral; e

c) a implementação de medidas concernentes à cidadania e aos direitos políticos no Brasil do período.

Extensão do texto: até 60 linhas.
Valor: 20 pontos.
Média: 12,09 (total); 12,58 (ampla); 10,60 (cotas/PNE)
Desvio padrão: 2,089 (total); 2,093 (ampla); 1,31 (cotas/PNE)

Arthur Lomonaco Beltrame – 16,50

A promulgação da Constituição de 1891 alterou, substancialmente, questões relativas à vida política no Brasil. Ao inaugurar um novo sistema de governo, a República, observou-se uma organização política dividida em três Poderes, com um novo sistema eleitoral no qual o cidadão participaria também da eleição dos chefes do Executivo, os quais, necessariamente, deveriam se alternar no poder, nos termos no artigo 53[20] da Carta de 1891. No entanto, em que pese um pequeno avanço em relação a medidas de cidadania e direitos políticos, o período da Primeira República pecou por sua baixa implementação, dada a exclusão de mulheres e analfabetos.

Nos termos da Constituição de 1891, institui-se o sufrágio universal, porém somente masculino, o qual seria exercido periodicamente, de maneira aberta, sob a lógica do "cidadão-herói", e sem a participação de mulheres, praças, padres, mendigos e analfabetos, estes que contabilizavam a imensa maioria da população brasileira. No entanto, ao mesmo tempo em que a promulgação do novo texto constitucional buscava a edificação de um sistema mais democrático em termos políticos, com o fim do voto censitário e da vitaliciedade do Senado, a Constituição apresentaria os instrumentos que condicionariam e caracterizariam o novo sistema eleitoral, em especial pelo papel jogado pela Comissão de Verificação de Poderes após a implementação, por Campos Salles, da Política dos Governadores.

O sistema eleitoral da Primeira República seria caracterizado pela frequente utilização de expedientes de fraude e de violência em praticamente todas as eleições. O voto aberto, presente no texto constitucional, expunha os eleitores a maior controle por parte das forças políticas e econômicas locais, ao passo que a criação da Comissão de Verificação de Poderes beneficiava excessivamente os grupos políticos de situação. Como consequência, o voto de cabresto se tornou prática comum a nível local, enquanto as fraudes para a validação de candidaturas e de eleição eram comuns a nível de governo. Ademais, após a elaboração da chamada Política dos Estados ou Política dos Governadores, as forças do Legislativo foram progressivamente sendo submetidas aos interesses do Executivo por meio do controle de bancadas, dos apoios a nível federal, estadual e municipal, e do fortalecimento do coronelismo local.

No entanto, deve-se destacar, ao longo do período, as iniciativas de diversos atores políticos e sociais para a moralização das eleições e para a constituição de uma Justiça Eleitoral. Dentre essas iniciativas, merecem destaque a Campanha Civilista de Rui Barbosa, em 1910, a Reação Republicana de Nilo Peçanha, em 1922, as revoltas tenentistas da década de 1920, até certo ponto, e, por fim, as propostas da Aliança Liberal de Getúlio Vargas e João Pessoa em 1930.

Desde a promulgação da Constituição de 1891, em relação ao voto e à implementação de medidas concernentes à cidadania e aos direitos políticos no período, notou-se uma insuficiente, incompleta e restrita realidade. Inicialmente, destaca-se a ausência da presença feminina, seja como eleitora ou elegível, minando da participação política e da efetiva cidadania aproximadamente metade da população nacional. Simultaneamente, a falta de direitos políticos aos analfabetos impactava negativamente a cidadania em dois vetores: no primeiro, deve-se considerar a grande restrição à alfabetização no país, em especial por não ser o Estado responsável por ela nos termos da CF/1981; no segundo, dada a recentíssima abolição da escravidão, observou-se a exclusão política de um imenso contingente populacional, geralmente também analfabeto e comumente relegado à mendicância.

A proclamação da República representou o início de um novo sistema, o qual substituiria as arbitragens do Poder Moderador, com a devida divisão e equilíbrio entre Executivo, Legislativo e Judiciário, e a implementação de um sistema de alternância no poder com eleições periódicas para Executivo e Legislativo. No entanto, as restrições em respeito ao voto e aos direitos políticos, assim como as perversões que as elites políticas fizeram de seus instrumentos, resultaram em um período de baixa participação política e insuficiente construção da cidadania.

[20] Na verdade, é o artigo 43.

Joaquim Pedro Strunck da Silva Pinto – 16,20

O Golpe Republicano de 1889 contou com o apoio de republicanos históricos que já tinham apoiado reformas "moralizadoras" do sistema eleitoral do Império, como a Lei Saraiva. Contudo, queria-se mais. É apenas com a Constituição de 1891 que pautas antigas como o fim do senado vitalício ganhariam espaço. O Regulamento Alvim organizou as eleições para o Congresso Constituinte, já sem o voto censitário e o censo literário, mas colocando limites importantes quanto ao tempo de naturalização brasileira mínimo para se candidatar. Com ele, formou-se Congresso repleto de republicanos históricos, republicanos do "14 de Maio", federalistas, militares e algumas figuras das classes urbanas que começavam a se formar. O voto na Primeira República refletiria esse cenário.

A Constituição de 1891 estabeleceu o voto aberto, favorecendo o "eleitor herói", que, na prática, facilitou fraudes. Também substituiu os círculos plurinominais (reforma S. Ferraz) que se mantinham pela centralização das listas fechadas na capital do Estado, facilitando as práticas da "degola" e do "bico de pena" de adulteração das atas pelas comissões estaduais nas capitais. Ainda, fez cair o voto censitário e o censo literário, o que ampliou a franquia eleitoral em muito. Manteve também os limites mínimos de tempo de naturalização brasileira para se candidatar, mais elevados para senador que para deputados. A Igreja perdia de vez a incumbência do registro civil de eleitores de paróquias, como também as notoriedades de paróquia (sic). Estava montado o sistema legal para a estabilização de uma "política dos governadores" que tomaria lugar após os anos iniciais de conflito.

O sistema eleitoral até 1898 esteve convulsionado por conta das guerras civis, como as revoltas da Armada, Federalista e Canudos, marcando-se pela gradual transição de poder do PRF de F. Glicério para o PRP de P.Morais e C.Sales, ao longo do mandato de F. Peixoto. A chegada de C. Sales ao poder estabiliza o sistema. Em Da propaganda à Presidência, C. Sales explica sua "política dos estados", responsável por ser a Primeira República a mais estável/duradoura era republicana. O Presidente da República ganharia autonomia para governar, marca do administrativismo (sic) de então, comprometendo-se com não intervenção nos estados, já que o "salvacionismo" de F.Peixoto marcara os ditos "anos entrópicos" entre 1889 e 1898.

O acordo de cavalheiros entre o Presidente da República e os presidentes de Estado de mútua não intervenção congelou virtualmente a disputa de poder, com os que já comandavam o processo no Poder. Isso foi possível porque se alterou a regra da Comissão Verificadora da Câmara, agora ocupada pelo seu último ocupante, o que garantia a continuidade do acordo. Nesse sentido, a luta política saiu do escopo nacional e recolocou-se no âmbito dos estados. Lá, sim, houve certa disputa pelo controle do voto estadual. São prova disso o racha PRP e PD em São Paulo, o Pacto de Pedras Altas no Rio Grande do Sul ou a Revolta de Crato contra os Accyoli (sic) no Ceará. Em termos nacionais, contudo, vale citar o salvacionismo hermista, de base militar positivista, e o civilismo (sic) de Rui Barbosa que durante todo o período foram anátemas da "política dos estados".

A cidadania e os direitos políticos seriam, dessa forma, mote de fortes campanhas. A Campanha Civilista de 1910 de Rui Barbosa, derrotada à Presidência, (sic) foi marco das demandas de moralização do voto, pelo voto secreto (sic). O salvacionismo hermista e as intervenções federais na Bahia, Pernambuco e Ceará, durante seu mandato (sic) também tinha esse cunho de moralização da política e de diminuição do poder dos "coronéis" locais. O Código Civil de 1916, de C. Bevilácqua (sic), apesar de ter organizado a estrutura jurídica de todo o país em moldes liberais, dava irrestrito apoio à "autonomia da vontade" das partes, o que não representou ganhos efetivos em termos de direitos políticos ou sociais, como acusava, à época, Rui Barbosa.

É com a ascenção do tenentismo, na década de 1920, que a pauta do voto secreto ganha corpo, indo parar no programa da Aliança Liberal, vencedora nas armas da Revolução de 1930. Quanto à cidadania em escopo mais amplo, vale lembrar que as greves anarquistas de 1917 e a adesão à Liga das Nações, em 1919, levariam, de um lado, à conformação de caixas previdenciárias; de outro, elevaria (sic) o tom da repressão, do que são provas a Lei Adolfo Gordo, embora anterior (1907), a Lei Celerada (1928) e o próprio fechamento do PCB, no ano de sua inauguração. Os direitos sociais seriam a ênfase do regime varguista que se seguiria. Os direitos políticos, contudo, teriam de aguardar até a República Liberal para se verem amplamente garantidos, apesar do breve interregno de 1933-1934.

Luis Felipe Yonezawa Fernandes – 14,40

A Constituição de 1891 inaugurou, a nível do ordenamento jurídico formal, o republicanismo enquanto forma de governo do Brasil, rompendo com a tradição imperial da Carta de 1824. Elaborada após o Regulamento Alvim (1890) e editada no intuito de consubstanciar maior federalismo entre os Estados, não foi acompanhada, todavia, de ganhos democráticos efetivos no que tange ao direito de voto. Sua moldura institucional, ademais, logo foi aproveitada e manobrada pelo Presidente Campos Salles, que estabeleceu a Política dos Governadores e, assim, o controle da máquina pública pelas oligarquias. As expectativas com a República, portanto, não se traduziram em representatividade política autêntica.

A Constituição Republicana de 1891 foi editada após o golpe militar que estabeleceu a República, ocorrido em 1889. No contexto do Governo Provisório de Deodoro da Fonseca e do gabinete Lucena e na intenção de levar a descentralização a cabo, aprovou-se uma Carta singularmente distinta da anterior. Os Estados (não mais províncias) angariaram expressiva autonomia financeira – a exemplo da competência sobre os impostos de exportação – e militar – com a constituição de exércitos estaduais e mesmo de engajamentos internacionais dos Estados em matéria de defesa, como ilustra a Missão Militar Francesa em São Paulo de 1906; afirmou-se a laicidade da República, com cemitérios secularizados e registros e casamentos civis; aboliu-se a vitaliciedade do Senado, objeto de críticas antigas, como se depreende dos discursos do Padre Feijó; proscreveu-se a guerra de conquista, nos termos do art. 88. Embora os direitos humanos de segunda geração somente figurassem na Constituição de 1934, a de 1891 trouxe inovação fundamental quanto aos direitos de primeira geração, em especial no que concerne aos direitos políticos. Rejeitando o modelo excludente de voto censitário da Constituição de 1824, pontificou o sufrágio universal masculino – entretanto, como logo restou claro, o modelo não seria menos excludente.

O voto foi estendido aos brasileiros capazes, mas se manteve a vedação aos analfabetos. Essa herança da Lei Saraiva, de 1881, significativamente reduzia a participação popular nos escrutínios, tendo em vista a elevada taxa de analfabetização que então prevalecia. Ademais, o voto era aberto, o que logo permitiu a manipulação e a arregimentação dos eleitores conforme os interesses dos coronéis. O voto de cabresto, como analisa Victor Nunes Leal em Enxada, Cabresto e Voto[21], era fruto da articulação, pelo coronel, da violência e do favor, aplicados com vistas a garantir a vitória das oligarquias. É a manifestação local da Política dos Governadores, artifício político acordado por Campos Salles, Silviano Brandão (MG) e Luiz Viana (BA) como sucedâneo ao Poder Moderador, conforme avaliação de Renato Lessa em A invenção Republicana.

[21] Quis dizer: Coronelismo, Enxada e Voto.

Segundo a Política dos Estados, o Executivo central asseguraria vantagens aos Estados caso os governadores arregimentassem os coronéis para assegurar a vitória das oligarquias nas eleições. A eventual insurgência de um Estado ante os desígnios do poder central era contida por intervenção armada ou articulação política, com vistas a conformar os descontentes ao sistema. No plano das ideias, como assinala Renato Lessa, precipitou-se certa homogeneização ideológica, resumida na preocupação fisiológica com a perpetuidade das elites no poder e na promoção dos interesses dos cafeicultores, em maior ou menor grau. O sistema funcionou bem, à exceção das cisões oligárquicas em 1910 (eleição de Hermes da Fonseca, com oposição da campanha civilista de Rui Barbosa), 1922 (eleição de Arthur Bernardes) e 1930 (eleição de Júlio Prestes, com oposição da Aliança Liberal, entre Getúlio Vargas, João Pessoa e, como apoio, o PD, fundado em 1926). Caso um parlamentar que não interessasse às elites fosse eleito, seu mandato era cassado pela Comissão Verificadora de Poderes, a "degola da oposição". A atuação decisiva de José Gomes Pinheiro Machado durante o governo Hermes da Fonseca, constitui exemplo eloquente de que o voto popular não prevalecia diante dos interesses oligárquicos.

"A República que não foi"; "o teatro das oligarquias". Esses epítetos, respectivamente de José Murilo de Carvalho e de Cláudia Viscardi, evidenciam que o "dever-ser", consubstanciado no sufrágio universal previsto na Constituição de 1891, cedeu face à pressão do "ser", isto é, dos interesses oligárquicos. À juridicamente questionável assunção do poder por Floriano Peixoto, em 1891, seguiu-se a Política dos Governadores, o Pacto de Ouro Fino (1913) e a subversão e a frustração da noção de cidadania no Brasil. A insatisfação com esse modelo despontou já no salvacionismo, mas viria verdadeiramente à tona com a Revolução de 1930.

Pior resposta – 8,80

A Constituição de 1891, forjada pelas influências das Constituições norte-americana e argentina, provocou alterações radicais ao Estado brasileiro, ao menos em seu formato político-institucional. Assim, características de exclusão das classes menos abastadas da vida política do país continuaram a ser notadas, inclusive com alguns retrocessos no que diz respeito a direitos sociais.

A Constituição estabeleceu legalmente o regime republicano, pondo fim ao Poder Moderador, exercido pelo Imperador outrora, e constituindo um sistema de "*check and balances*" entre o Legislativo, Executivo e Judiciário. Nesse âmbito, o mandato do presidente seria de cinco anos e sua primeira eleição seria indireta; o Legislativo continuaria a ser bicameral, mas com o fim do senado vitalício, demanda antiga de liberais e republicanos no Império. Ademais, o pluripartidarismo foi consagrado, apesar de os partidos serem estaduais, com poucas tentativas de agremiações federais, como o PRF (1893-97) e o PCB (1922). Ademais, o Estado tomou a formação de federação, não mais unitário, como antes, o que ensejou demasiada autonomia, permitindo às unidades de Federação organizar suas próprias forças e contrair empréstimos no exterior, praticando uma "paradiplomacia". O Estado era laico, não mais professava o catolicismo, distintamente da Carta de 1824; e, estranhamente, a educação básica deixou de ser uma obrigação estatal. Pela primeira vez, todos eram iguais perante a lei, provocando a "racialização" tácita da cidadania, não mais a legal, que excluía os negros escravizados.

O sistema eleitoral, inaugurado pela Carta de 1891, acabava com o critério censitário de renda para ser eleitor no país; mantinha, contudo, o critério de alfabetização para exercer o direito político, como havia sido ainda no Império pela Lei Saraiva (1885) e só seria derrogado em 1985, por emenda promulgada por Sarney. Qualquer eleitor era, então, elegível. Os partidos herdaram suas bases regionais do Império, perpetuando-as na nascente República. Os principais eram o PRP (de São Paulo), PRM (de Minas Gerais) e o PRR (do Rio Grande do Sul). O sistema fragmentado vai necessitar de formular alianças interoligárquicas para alcançar a presidência; nasce, desse modo, com Campos Salles, o pacto entre MG e SP, não escrito, para alternarem-se no poder. Nem sempre funcionará bem, enfrentando crises periódicas, como ficaria provado pela Campanha Civilista (1910) em que São Paulo lança Ruy Barbosa, para se manter na Presidência, após morte de Afonso Pena, contra Hermes da Fonseca, representante de MG. O Pacto de Ouro Fino foi outra tentativa de evitar novas cisões entre ambos; contudo a Reação Republicana buscou romper essa hegemonia, lançando Nilo Peçanha, do Rio de Janeiro, contra o mineiro Artur Bernardes. A última crise do sistema foi a própria Rev. de 1930, após Washington Luís apoiar J. Prestes (SP) para a PR, ao invés de um mineiro. O Pacto de Ouro Fino buscou também o crescimento do RS na política nacional, articulado pelo senador Machado, nacionalmente, e Borges de Medeiros, no Estado.

Segundo alguns autores, o que se verifica na construção da cidadania no Brasil é uma inversão da pirâmide-sequência de aquisição de direitos de T.H. Marshall, pois os direitos sociais viriam antes dos civis no país. Na CF/91, percebe-se que os direitos políticos foram contemplados, mas não plenamente concretizados, de modo que os cidadãos comuns assistiram "bestializados" à Primeira República, sem participação efetiva. As eleições eram apenas "teatro de sombras" dos conflitos entre os coroneis que sustentavam os governos estaduais, que, por seu turno, influenciavam os parlamentares. O voto a descoberto e o uso de favores caracterizavam a fragilidade; as alterações de atas eleitorais eram constantes, na colmeia oligárquica, assim como o uso do nome de pessoas mortas, crianças e analfabetos. O sistema excluía mulheres, praças e religiosos de claustro. A Comissão de Verificação de Poderes garantiam a manutenção do status quo e a máquina das interventorias. As eleições do cacete eram comuns, e direitos civis, como assistência judiciária, só viria com a CF/34. Ademais, não havia justiça eleitoral; a Emenda de 1926, de Artur Bernardes, permitiu a legislação dos direitos trabalhistas ao Congresso, mas concentrou poder no Executivo.

Questão 4

Em 15 de março de 1979, dia da posse do presidente João Baptista Figueiredo, um encontro de alto nível entre as diplomacias argentina e brasileira selou a decisão de solucionar o contencioso pela utilização dos recursos hídricos da Bacia do Prata. Menos de seis meses mais tarde, as chancelarias dos dois países acordavam a normalização de suas relações, turvadas havia mais de um decênio.

Inesperadamente, um projeto inovador ganhava vida no Cone Sul, ao redefinir o cenário regional nos respectivos aspectos estratégico-militar, econômico e político. Tratava-se de um paradoxo: no momento mesmo em que a estratégia do nacional-desenvolvimentismo brasileiro começava a perder o fôlego em razão da crise financeira da década de 1980, a diplomacia ultrapassava seu último desafio crucial na região – a normalização das relações com a Argentina em uma amizade calcada na concertação política e, em seguida, na integração comercial.

SPEKTOR, Matias. O Brasil e a Argentina entre a cordialidade oficial e o projeto de integração: a política externa do governo de Ernesto Geisel. *Revista Brasileira de Política Internacional.* Brasília: IBRI, v. 45, n. 1, 2002, p. 117, com adaptações.

Considerando que o fragmento de texto apresentado tem caráter meramente motivador, disserte a respeito da política externa brasileira para o Cone Sul nas décadas de 1980 e de 1990.

Extensão do texto: até 60 linhas.
Valor: 20 pontos.
Média: 12,9 (total); 12,66 (ampla); 13,60 (cotas/PNE)
Desvio padrão: 2,496 (total); 2,387 (ampla); 2,971 (cotas/PNE)

Thayana Stocco do Amaral – 18,20

A política externa brasileira dos anos de 1980 e 1990 aproximou o Brasil dos países do Cone Sul. A superação da rivalidade entre Brasil e Argentina foi fundamental para os novos rumos. Cabe, nesse sentido, discorrer sobre o adensamento desses relacionamentos.

Embora houvesse regimes militares tanto no Brasil quanto na Argentina, desde a década de 1960, o crescimento econômico brasileiro do milagre alçava o país à categoria de hegemônico regional, a qual a Argentina aspirava, historicamente, desde os anseios pela reconstituição do vice-reinado do Prata. A ata Cataratas, entre Brasil e Paraguai, de 1966, ensejara contundentes protestos da Argentina, pois além de Buenos Aires poder ser inundada, no caso de algum rompimento de barragem, isso inviabilizaria a usina de Corpus Christi. Inclusive, houve protestos argentinos na Conferência de Estocolmo, em 1972. O acordo tripartite Brasil-Argentina-Paraguai ocorreu em contexto de distanciamento, graças à derrubada do governo de Isabelita Perón, a qual era fortemente contrária a uma amizade brasileiro-argentina, e de ascensão de militares que compactuavam com a ideologia da ditadura militar brasileira (1964-1985) de segurança nacional, além da rivalidade entre Argentina e Chile pela posse do Canal de Beagle. Assim, compatibilizaram-se a Usina Itaipu com o projeto de Corpus. A aproximação entre Figueiredo e Videla estendeu-se também a trocas de visitas.

A redemocratização no Brasil e na Argentina permitiram aprofundamento da aproximação. A área nuclear foi um setor em que o acercamento determinou a construção da confiança mútua. A declaração de Iguaçu entre Sarney e Alfonsin foi importante para essa cooperação na área nuclear, ao dispor que essa era fundamental para o desenvolvimento dos países, a qual passava a ser visto não mais como uma lógica de soma-zero, mas de complementação. A institucionalização da ABACC e seu acordo com a AIEA, antes mesmo de o Brasil assinar o TNP, consolidou a cooperação para a utilização da energia nuclear para fins pacíficos.

A vertente comercial também foi imprescindível para essa parceria. O Tratado de Integração e Cooperação Econômica (TICE) seguido pelo Programa de Integração (PICE) já haviam incrementado as trocas comerciais, como a venda de trigo argentino e de máquinas e equipamentos brasileiros. A previsão para o livre comércio em 10 anos foi reduzida pelo impulso dado por Collor e Menem à abertura econômica. Assim, houve a ascensão do interesse de Paraguai (o qual já era aliado ao Brasil desde o governo Stroessner) e Uruguai, os quais ampliaram o ACE-14, firmado por Brasil e Argentina, para incluir os quatro, no Tratado de Assunção. Esse previa um Mercado Comum e sua tarifa externa comum passou a vigorar já em 1995, embora existam exceções a ela até hoje e embora se tenha avançado apenas em uma União Aduaneira, em vez de em um Mercado Comum.

Adicionalmente, a mediação papal possibilitou a distensão entre Argentina e Chile, fazendo que o Chile seja um Estado associado ao Mercosul. Essas relações no Cone Sul exigiram que as tropas brasileiras, historicamente, concentradas no Sul do país, fossem, em grande medida, deslocadas para outras áreas como a amazônica, o que revela que os países do sul lograram a concertação pacífica.

A infraestrutura é outro tema relevante para a política externa brasileira para o Cone sul desde o apaziguamento com a Argentina. A inauguração de pontes da amizade e a institucionalização do FOCEM ensejou que o comércio tenha crescido mais de 9 vezes desde a criação do MERCOSUL, o qual, inclusive, permitiu e permite que o exporte majoritariamente produtos manufaturados, grandemente proporcionados pelas indústrias instaladas no período do regime militar.

As crises da dívida também provocaram concertação entre os países, na década de 1980, de que são exemplos o Consenso de Viña del Mar e as tentativas de multilateralizar a renegociação das dívidas, as quais acabaram sendo feitas bilateralmente. Ademais, o Grupo de Apoio a Contadora já revelava, desde a década de 1980, que países do Cone Sul tinham posições semelhantes em relação aos EUA e a paz em todo o continente. Na década de 1990, as relações Brasil-EUA melhoraram, assim como as argentinas-estadunidenses, o que demonstra que, desde a reaproximação brasileira-argentina, há sintonia mesmo entre as relações desses com o maior país do continente, o qual, anteriormente, havia mesmo suscitado rivalidades e acusações de sub-imperialismo brasileiro, sob comando dos EUA.

Arthur Lomonaco Beltrame – 16,10

A política externa brasileira para o Cone Sul nas décadas de 1980 e 1990 é intimamente permeada pela normalização das relações com a Argentina. O entendimento entre as partes, iniciado pela assinatura do Acordo Tripartite, em 1979, seguiria pela construção de confiança mútua, resultando em uma amizade amparada na concertação política e, em seguida, na integração comercial que se expandiria regionalmente, incluindo diretamente Paraguai e Uruguai, assim como acordos comerciais com Bolívia e Chile.

Com o sepultamento do litígio relativo ao aproveitamento de águas para a construção de hidrelétricas, ocorrido mediante a assinatura do Acordo Tripartite entre Brasil, Argentina e Paraguai, o qual conciliou a construção das hidrelétricas de Itaipu e Corpus, iniciou-se período de construção de confiança na região. Como principais atores do Cone Sul, Brasil e Argentina assinaram, em 1980, um Acordo de Cooperação Nuclear para superar desconfianças. Em 1982, no entanto, com o início da Guerra das Malvinas, a região do Cone Sul tornar-se-ia mais sensível. O Brasil, ao adotar aquilo que Moniz Bandeira denominou "neutralidade imperfeita", mostrou sua solidariedade aos direitos argentinos, porém pelo fim do conflito armado. Posteriormente, pode-se destacar a atitude brasileira de representar os interesses da Argentina em Londres até a década de 1990.

A política brasileira para o Cone Sul, iniciada por Figueiredo e Saraiva Guerreiro, manter-se-ia e seria aprofundada com a redemocratização e ascensão de José Sarney à Presidência. Nesse momento, destaca-se a relação de proximidade estabelecida entre o presidente brasileiro e Raul Alfonsín, como comprovado pela Declaração de Iguaçu, de 1985. O que se segue é a construção de uma relação de concertação e integração, por meio do Programa de Integração e Cooperação Econômica (1986) e do Tratado de Integração e Cooperação para o Desenvolvimento (1988), o qual visava o estabelecimento de um mercado integrado até 1998. Essas iniciativas de desenvolvimento pela integração seriam aperfeiçoadas pela Ata de Buenos Aires (1990) e, finalmente, pelo Tratado de Assunção (1991), que, incluindo Uruguai e Paraguai, previa a constituição do Mercosul. Essas medidas de integração não excluiriam outros atores regionais, de modo que o Mercosul buscaria concluir tratados de comércio e associação com todos os países da América do Sul, permanecendo aberto à adesão para aqueles membros da ALADI.

A política externa brasileira para o Cone Sul nas décadas de 1980 e 1990 incluiu, ainda, importante fator de confiança e segurança na área nuclear. Após o Acordo de 1980, Brasil e Argentina dariam prosseguimento ao tema com a Declaração de Iperó (1988) e, posteriormente, com a constituição da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle, em 1991, com sede no RJ, e com a assinatura do Acordo Quadripartite, também em 1991, entre Brasil, Argentina, ABACC e AIEA, um inovador sistema adicional de salvaguardas. Destaca-se, ainda, nesse período, a adesão da Argentina ao TNP no início da década de 1990 e do Brasil mais ao final, em 1998. Simultaneamente, pode-se mencionar a entrada definitiva em vigor do Tratado de Tlatelolco naquela mesma década.

O projeto brasileiro de redefinição do papel desempenhado pelo Cone Sul em sua política externa, no entanto, não surtiu os mesmos efeitos positivos em relação à solução das crises da dívida externa na região. Nessa seara, notou-se maior dificuldade para coordenação de posições e elaboração de uma solução conjunta de natureza política, de modo que a tendência observada concentrou-se em soluções bilateralistas ou negociações realizadas diretamente junto a órgãos internacionais como o FMI.

O esgotamento da estratégia do nacional-desenvolvimentismo brasileiro é sucedido por uma inflexão na política externa do país em relação ao seu entorno regional, em especial ao Cone Sul. Desse modo, adotou-se, nas décadas de 1980 e 1990, um modelo de superação de rivalidades com o principal vizinho, a Argentina, e a construção de confiança em uma ampla gama de assuntos, como questões energéticas e segurança nuclear. Assim, essa aproximação permitiria maior concertação política e integração comercial para uma melhor inserção competitiva no mundo em pleno momento de crise de dívidas externas e globalização econômica.

Bruno Rolim – 15,90

Entender a política externa brasileira para o Cone Sul passa, sobretudo, pelo processo de aproximação com a Argentina, no que Alessandro Candeas conceitua "construção da estabilidade pela cooperação", em especial ao longo das décadas de 1980 e 1990. Na década de 1980, o contexto de crise financeira na região levou à aproximação, inicialmente entre Brasil e Argentina, com adesão posterior de uruguaios e paraguaios, com facetas econômicas, políticas e de segurança. A década de 1990, com o fim da Guerra Fria e a euforia pela integração, o projeto do MERCOSUL ganhou forma com o tratado de Assunção, mas seguidas crises em mercados emergentes levariam a relativo afastamento no final do período. A política externa brasileira para o Cone Sul, assim, firmaria bases para o aprofundamento do processo de integração que, hoje, alcança a América do Sul e mesmo a América Latina.

Quanto à relação entre o Brasil e o Cone Sul na década de 1980, foi iniciado o período sob a égide do recém-aprovado Tratado Tripartite com Argentina e Paraguai, que definiu as condições para estabelecimento das usinas hidrelétricas de Itaipu e Corpus Christi (esta até hoje não saiu do papel). Em 1980, Figueiredo e Videla deram início ao aprofundamento de relações, tanto pelas visitas presidenciais quanto pela assinatura de acordo para usos pacíficos da energia nuclear. No mesmo ano, a instituição da ALADI pelo Tratado de Montevidéu criou uma estrutura de integração mais flexível que a da malograda ALALC; a possibilidade de acordos de complementação econômica (ACEs) regionais facilitaria a constituição de uma área de integração latino-americana.

Dentro do intuito da concertação regional, em 1982, com Leopoldo Galtieri declarando guerra ao Reino Unido nas Malvinas, o Brasil se posiciono neutro, mas, na prática, adotou uma "neutralidade imperfeita", proibindo o uso militar de instalações aos britânicos e permitindo aos argentinos. A neutralidade retórica se deu, entre outros fatores, pelo fato de o TIAR não ter sido acionado, pois a agressão partira dos argentinos – foi a posição oficial dos EUA, que deram apoio a Londres dentro do marco da OTAN. Ademais, o Brasil representou os interesses argentinos no Reino Unido durante o período de relações rompidas.

Com o processo de redemocratização e as dificuldades com suas dívidas externas, os dois países buscaram resolver pela concertação, a exemplo do Consenso de Cartagena (sem sucesso). Em 1985, José Sarney é empossado primeiro presidente da nova era democrática, e viria a aproximar-se de Raúl Alfonsín: apesar de contenciosos como o das bananas, os presidentes se reuniram em Foz do Iguaçu, assinando ata histórica com marcos para o desenvolvimento coordenado em múltiplos setores. O Uruguai, com Sanguinetti, seria integrado ao processo em 1986, enquanto o Paraguai ainda era mantido distante, pela ditadura de Stroessner. Do período também são medidas de segurança como a ZOPACAS para o Atlântico Sul e os planos e tratados de integração que, em 1986 e 1988, firmaram bases para futura integração econômica e comercial. Em 1989, com a deposição de Stroessner, o Paraguai é enfim integrado aos diálogos.

A década de 1990 teve no fim da Guerra Fria e na euforia liberal condicionantes da política brasileira para o Cone Sul. Em 1990, Brasil e Argentina firmaram a Ata de Buenos Aires, com o objetivo ambicioso de um mercado comum em quatro anos; no ano seguinte, Collor e Menem, ao lado de uruguaios e paraguaios, assinam o tratado de Assunção, que oficializa o MERCOSUL. A integração econômica e em outros setores se deve também à necessidade de um entorno regional mais forte para inserção no sistema internacional. Por isso, tanto Brasil quanto Argentina criaram a Agência de Contabilidade e Controle (ABACC), pelo Acordo de Guadalajara, além de mecanismo quadripartite com a AIEA. A concertação diante de parceiros como os EUA se deu por reuniões como o 4+1 (Rose Garden). Ao mesmo tempo, às medidas de liberalização somaram-se políticas monetárias de câmbio fixo, que viriam a causar grandes problemas, após contribuírem para as estabilizações dos países.

Em 1994, o México seria vitimado por crise especulativa, que desvalorizou sua moeda e gerou fuga de capitais emergentes (o "efeito tequila"); o mesmo aconteceria com os países emergentes da Ásia e com a Rússia na segunda metade da década. Com isso, em 1999 o Brasil desvalorizou o real, em medida que reverteu o fluxo comercial com a Argentina, que, ao manter a paridade com o dólar, passou a ter déficits constantes com o Brasil. Isso levou a certo arrefecimento da faceta comercial do bloco. Por outro lado, foi mantida a cooperação em segurança e a concertação política, com os países ratificando o TNP e aprofundando sua relação em foros distintos, em temas como saúde e educação. Por meio das relações com a Argentina, a política externa brasileira para o Cone Sul construiu um arcabouço institucional notável.

Análise das duas décadas da relação entre o Brasil e o Cone Sul permite identificar o fim de dinâmicas de rivalidade e tensões entre seus dois maiores atores. Além disso, a aproximação política e econômica, da qual resultou o MERCOSUL, fortaleceu a região e permitiu ao Brasil ampliar seu escopo, com iniciativas agora objetivando a aproximação entre a América do Sul e entre a América Latina.

Pior resposta – 8,30

A política externa brasileira para o Cone Sul nas décadas de institucionalização em grau inédito. O governo Figueiredo caracterizou-se pela superação da divergência em relação à construção de Itaipu. O Brasil aceitou limitar o número de turbinas, a altura da barragem e a ciclagem utilizada, de modo a conciliar o projeto com o de Corpus. Firmou-se, assim, o Tratado Tripartite. Em encontro entre Figueiredo e Videla, reconheceu-se o interesse de cooperação em área sensível da energia nuclear (Declaração sobre Cooperação Nuclear). O posicionamento do Brasil em face da Guerra das Malvinas também contribuiu para a boa vontade das relações, uma vez que o país reafirmou o reconhecimento do direito argentino ao território e manteve a neutralidade favorável, tendo cooperado, pontualmente, com voos de reconhecimento e peças de reposição. As relações em eixo entre os dois países seriam fundamentais para o desenvolvimento do Mercosul.

No governo Sarney, destacam-se as declarações de Iguaçu e sobre cooperação nuclear. Foram criadas, pela primeira declaração, diversas subcomissões para acompanhamento das relações bilaterais com a Argentina. Sarney e Afonsin trocaram visitas a instalações nucleares. O PICE e o TICD estabeleceram, respectivamente, 12 e 24 protocolos sobre cooperação em áreas como comércio e indústria. O Brasil direcionou suas compras de trigo e petróleo para a Argentina, que apontava a existência de déficit no comércio. A cooperação política no Grupo de Apoio a Contadora, em temas como a intervenção militar dos EUA na América Central, aproximou os países membros, viabilizando a formação do Grupo do Rio. Sarney fez visitas ao Paraguai e ao Uruguai, onde firmou acordos de cooperação em temas como comércio e educação.

O governo Collor foi marcado pela convergência ideológica com o de Menem. Por meio da Ata de Buenos Aires, acordou-se a formação de mercado comum. O Tratado de Assunção, de 1991, vinculou os 4 países do Cone-Sul no Mercosul. A cooperação nuclear também foi destaque nesse governo. Formou-se a ABACC e firmou-se acordo quadripartite de salvaguardas envolvendo a AEIA. Ambos os países continuaram a lógica de renovação de credenciais estabelecida pelos governos anteriores, como representado pela adesão ao acordo de San José.

O governo Itamar Franco foi caracterizado, por sua vez, pelo aumento do comércio entre Brasil e Argentina. O Plano Real e a valorização da moeda brasileira resultaram no aumento do déficit do país. A assinatura do Protocolo de Ouro Preto reconheceu a personalidade jurídica do bloco, reforçando sua institucionalidade.

O governo FHC, por sua vez, teve como iniciativa importante o estabelecimento do FOCEM, com o objetivo de reduzir as assimetrias entre o bloco. O encontro entre presidentes dos países sul-americanos foi iniciativa inovadora. A desvalorização do real após a crise de 1998 reverteu a lógica comercial do bloco. O Brasil reduziu suas importações e ampliou as exportações para Argentina, Paraguai e Uruguai. FHC teve participação mediadora importante na crise constitucional paraguaia envolvendo Lino Oviedo. As relações do Brasil com o Cone-Sul no período foram marcadas, ainda, pela aproximação voltada à relação com outros países e regiões, como exemplificado pela assinatura de Acordo-Quadro de Cooperação com a União Europeia e pelo Acordo do Jardim de Rosas com os Estados Unidos. Atuou-se para evitar um projeto de Alca que rivalizasse ou prejudicasse o Mercosul. Nesse sentido, a aproximação entre os quatro países foi essencial para a não aceitação de acordo desfavorável, que não resultaria em concessões para o Cone-Sul em âmbito como o acesso a mercados agrícolas. Houve cooperação, ainda, no âmbito do Grupo de Cairns da OMC, integrado por Brasil e Argentina. No governo Itamar, cabe lembrar, o Brasil passou a defender abertamente a candidatura ao Conselho de Segurança da ONU. A Argentina responderia com a formação do chamado "Coffee-Break Club".

Geografia

Questão 1

Se pensarmos nas nossas próprias experiências pessoais, pelo menos para aqueles que partilham mais amplamente da globalização em curso, o mundo parece mesmo, muitas vezes, ter substancialmente "encolhido". Desenha-se assim um mundo "sem fronteiras", onde foi decretado o "fim das distâncias", tanto pela velocidade permitida ao nosso deslocamento físico pelos transportes quanto pela instantaneidade proporcionada pelas comunicações, especialmente a internet.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização*: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 2007.

Considerando que o fragmento de texto apresentado tem caráter meramente motivador, analise a pertinência do conceito de desterritorialização. Aborde, necessariamente, os seguintes tópicos:

a) as transformações pós-fordistas nos sistemas produtivos e gerenciais;

b) espaços-de-lugares e espaços-de-fluxos;

c) o poder do Estado Nacional; e

d) as fronteiras nacionais no mundo contemporâneo.

Extensão do texto: até 60 linhas.

Valor: 30 pontos.

Média: 26,73 (total); 27,21 (ampla); 25,28 (cotas/PNE)

Desvio padrão: 3,208 (total); 3,215 (ampla); 3,031 (cotas/PNE)

Roman Leon Gieburowski Neto – 30,00

A globalização e a passagem para o modelo produtivo pós-fordista produziram transformações na relação entre capital e espaço, portanto impactando o conceito de território e a relação entre o território e o Estado. A "desterritorialização", apontada por Haesbaert, não deve ser entendida como fenômeno absoluto, uma vez que o Estado mantém sua centralidade territorial, ainda que reordenada pela "governamentabilidade" e ao lado de novas expressões, ora atomizadas ora transnacionais, de território.

A transição para o modelo de "acumulação flexível" é basilar ao processo de reordenamento territorial. A competitividade capitalista, em contexto de ampliação dos transportes e das comunicações por meio da infraestrutura tecnológica da economia globalizada, transformou o paradigma produtiva das empresas. A produção "just in time", a flexibilização dos gastos, a quebra do paradigma taylorista de organização racional do trabalho refletem esse transformação.

Além da mudança produtiva, a busca de mão de obra e de insumos mais baratos levou a um processo de desconcentração das atividades industriais, valorizando novos espaços para a instalação do capital. Ademais, as empresas passaram por uma especialização de suas atividades, crescendo a importância das economias de aglomeração em relação às de escala, conforme aponta George Benko. Nesse novo paradigma gerencial, a integração intrafirmas e a articulação do território tornaram-se essenciais para a industrialização.

Nas últimas décadas, essa demanda de maior articulação levou a um reordenamento territorial, com base na promoção da logística. Segunto Milton Santos, "é a circulação que preside a produção". Assim, a logística reúne um conjunto de infraestrutura e de serviços especializados que permitem a valorização de novos locus para a produção integrada global. Nesse contexto, desenvolve a dicotomia entre "fixos" e "fluxos", conforme atesta Milton Santos, no território. As sedes das indústrias e da produção permanecem importantes, fontes de emprego e de investimento. Contudo, são os fluxos que determinam a competitividade e a capacidade de integração nas redes, exigindo atenção e sendo demandadas pelos agentes produtivos.

Nesse contexto de crescente importância das redes e da fluidez do território, discute-se um processo de "desterritorialização", particularmente em razão da perda do controle do Estado. Bertrand Badie atestou o "fim do território". Por sua vez, Saskia Sassen ressaltou o desencaixe do território da escala nacional, no contexto da economia globalizada. Em contraste, Milton Santos reconheceu essas ideias como expressão de uma "globalização como falácia", apontando ainda a dimensão perversa da globalização e suas possibilidades.

Sem dúvida, o papel do Estado transformou-se em consonância com a globalização e com o modelo pós-fordista. De um lado, as companhias e transnacionais exercem cada vez mais influência no ordenamento do território, resultando na atomização de porções territoriais. De outro, a emergência de blocos regionais tem reduzido o poder decisório do Estado na regulação de seu território, que se interliga aos dos vizinhos.

Não obstante tais transformações, o poder do Estado Nacional mantém-se como peça-chave do ordenamento territorial. Se houve uma perda relativa quanto à dimensão nacional do território, o Estado tem buscado a ressignificação de seu poder segundo a lógica de "governamentabilidade". Dessa forma, ele mantém sua principalidade territorial sendo articulador da infraestrutura e o promotor do aproveitamento do território pelo capitalismo.

As fronteiras nacionais assumem caráter ambivalente nesse contexto. Os bens, os serviços, o capital e as informações fluem de maneira cada vez mais intensa, ainda que persistam resistências protecionistas. Dentro dos blocos regionais, a comunicação é ainda mais forte, como demonstra o Espaço Schengen. Por outro lado, seguem firmes as barreiras fronteiriças quanto ao acesso de migrantes internacionais, especialmente nos fluxos da periferia para o centro.

Em síntese, o conceito de "desterritorialização" é pertinente para refletir o processo contemporâneo de transformação da lógica do território pela globalização. No entanto, não há o "fim dos territórios" ou o "fim das fronteiras".

Joaquim Pedro Strunck da Silva Pinto – 30,00

Para entender a desterritorialização, é preciso falar da territorialização. Na Geografia, trata-se da espacialização da sociedade humana em termos de identidade e poder, inicialmente associada ao Estado-Nação. Mais recentemente, M. Lopes de Sousa e outros têm revelado territorialidades flexíveis, no tempo e no espaço, a partir de novas relações de identidade-poder. Pensa-se, por exemplo, nos territórios ora de lazer, ora de tráfico de entorpecentes das praias cariocas. A desterritorialização, nesse crescente temário da Geografia, revela como o laço identidade-poder, marca da territorialização, se desfaz. Nesse sentido, esse conceito pode apontar para inúmeras destruições e reconstruções de laços identidade-poder. Para cada desterritorialização, corresponderá uma reterritorialização, num outro plano.

As transformações pós-fordistas resultantes do fim da era fordista-keynesiana, com o choque do petróleo de 1973, advieram da necessidade de reestruturar a produção capitalista, engessada, com baixo retorno, no modelo de produção em massa, centralizada em poucos nós concentradores (1945-1973). Buscando renovar o lucro (sic), adotou-se a acumulação flexível, desconcentrada, com a produção "customizada", "just in time" do "toyotismo". A produção desconcentrou-se por todo o planeta e (sic) as cadeias globais de valor são seu maior reflexo. O pós-fordismo, desde 1973, promoveu uma revolução técnica nas comunicações, sendo a internet seu maior exemplo. Igualmente, revolucionou o espaço, encurtando as distâncias, por meio do avião e da "containerização". As funções de comando, concepção e execução se espalhariam no espaço, estimulando novas desterritorializações, de modo desigual entre países, pessoas, classes, e lugares.

Em The Condition of Post-Modernity, David Harvey revela como esse processo generalizado de globalização do pós-fordismo capitalista afetou outras áreas da vida humana. A estética flexível, "customizada", não massificada se espalhou pelo mundo. Novas formas de globalização-fragmentação, como prefere R.Haesbaert, ocorreriam na economia, na cultura, nas relações internacionais. As novas desterritorializações, alterações nos padrões de identidade-poder anteriores, ocorreram de modo desigual, marca maior do fenômeno da globalização. Nesse sentido, a Geografia Humanista tem revelado como "espaço-de-lugares" têm surgido, associados à perspectiva subjetiva individualizada, muitas vezes em oposição à noção de espaços fluídos e globais. Pense-se nas relações de "topofilia" de Tuan. Para os mais abastados, por sua vez, esse processo de avanço da globalização tem permitido acesso a múltiplas territorialidades. Sem necessariamente serem desterritorializados, os mais ricos ampliaram o acesso a espaços-de-fluxo, marca do crescente turismo global, dos negócios globais.

Nesse processo de multiplicação das territorialidades, a identidade-poder, a territorialização clássica do Estado Nacional sofreu alterações. Para B. Becker, o Estado é, cada vez mais, um coordenador dos processos de contínua territorialização e desterritorialização. A integração econômica global, sobretudo financeira, elevou sobremaneira os custos de não participar do sistema financeiro internacional do pós-fordismo. Por outro lado, o Estado segue tentando manter-se relevante enquanto sociedade territorializada, Estado-Nação, sobretudo pela intermediação dos fluxos financeiros, informacionais e populacionais que vêm de fora para dentro e vice-versa, promovendo constante alterações (sic) na base técnica e ideacional, refletindo-se em novas desterritorializações.

As fronteiras nacionais, nesse contexto, podem ser entendidas, cada vez mais, como "suturas", no sentido de Agamben, absoverndo e filtrando, mas não bloqueando, o que vem de fora e o que sai de dentro (sic) do território nacional. Como coloca A. Meira Mattos, as fronteiras se tornam porosas. Mas isso não se limita ao lado físico, àquela fronteira comunicada internacionalmente, no sentido clássico de Raffestin. As fronteiras nacionais hoje extrapolam a delimitação lindeira. Pense-se na integração amazônica por meio da OTCA. Melhor ainda, pense-se nos esforços da Política Europeia de Vizinhança, para muito além das fronteiras nacionais, buscando controlar fluxos de pessoas na Turquia ou na Argélia, como denuncia Adrian Little. As fronteiras nacionais expandiram-se em vários sentidos.

Todo esse processo de globalização-fragmentação, acelerado pelo pós-fordismo, ao qual os Estado têm buscado adaptar-se, explicam vários processos de territorialização-desterritorialização-reterritorialização, no sentido de R. Haesbaert. De modo desigual, os mais abastados têm tido acesso a novas territorializações, em crescente velocidade; os menos abastados têm tido menor acesso a tantas e novas territorializações, sofrendo "desterritorializações". Contudo, simultaneamente, em outros diferentes planos, há reterritorialização destes últimos menos abastados. O estudo de R. Haesbaert sobre o avanço da produção pós-fordista de soja, por gaúchos, no MATOPIBA, revela, com um exemplo, como o binômio identidade-poder promove territorialização gaúcha de um lado; de outro, desterritorializa e reterritorializa, em outros planos, ideacionais e econômicos, os "geraiseiros" ali presentes.

Bárbara Policeno Pereira – 30,00

Com a difusão do meio técnico-científico-informacional pelo globo, muitos processos territoriais foram reordenados. O pós-fordismo fez que múltiplas cadeias produtivas fossem realocadas e reintegradas no mundo contemporâneo globalizado. O ato de produzir perdeu relevância diante do protagonismo dos novos centros do "mandar". As cidades globais emergem como polos de significativa influência nos processos produtivos mundiais, e com suas decisões polarizam todo o globo. Nesse contexto, cabe analisar o conceito de desterritorialização, bem como sua relação com as transformações pós-fordistas, com os espaços-de-lugares e espaços-de-fluxos, o poder do Estado Nacional e as fronteiras no mundo contemporâneo.

No sistema produtivo, o pós-fordismo implicou a redução de estruturas produtivas enormes típicas do fordismo. Privilegiou-se a formação de "redes" e de estruturas menores, com produção sob encomenda ("*just in time*"). Em escala global, o pós-fordismo ocasionou a realocação da indústria no sul global, diante de benefícios econômicos como menores custos trabalhistas e de insumos. Nos processos gerenciais ganhou relevo o centro de comando da produção, isto é, o centro de tomada de decisão, não o local da produção. Consequentemente, o pós-fordismo engendrou a terciarização, em que o setor terciário passa a ter destaque na ordenação de processos territoriais. A desterritorialização ocorre no sentido de que o processo produtivo não mais é adstrito ao local do "poder de mandar". No Brasil, o professor Milton Santos destacou que São Paulo transformara-se em uma "metrópole relacional" em detrimento de seu antigo papel como "metrópole fabril". No Brasil, embora tenha ocorrido desconcentração concentrada, não houve desterritorialização do poder de mandar, mas apenas dos processos produtivos, com destaque para indústrias em cidades médias. O pós-fordismo trouxe proeminência às atividades relacionadas aos serviços e aos centros de tecnologia.

A desterritorialização é pertinente na relação entre espaços-de-lugares e espaços-de-fluxos. A globalização aduz a importância dos fluxos de produtos e de informações. Os espaços onde ocorrem esses fluxos exercem cada vez mais influência nos processos produtivos globais, como atestam as cidades globais. Elas são centros em que há intermediação entre fluxos locais e globais e, mesmo sendo "cidades", têm poder de decisão que influencia os fluxos mundiais, polarizando todo o globo com suas decisões. Essas cidades são espaços-de-fluxos e são, na paisagem, similares em todo o globo, como mostram a "city" financeira de Londres e a avenida Berrine, em São Paulo, com grandes prédios. Em oposição, há os espaços-de-lugares, com locais marcados por heterogeneidade ao redor do globo. Muitas vezes marginalizados dos grandes fluxos, os lugares representam diferentes formas de organização social e só valores que determinada populações atribuem a eles. Nesse contexto, Roland Robertson afirma que as cidades globais preferem o "glo" ao "cal", de modo a privilegiar relações verticais em detrimento das horizontais. Esses espaços-de-fluxos, com a globalização, ganham destaque em detrimento dos espaços-de-lugares.

O "fim da distância", como ressalta R. Haesbaert, foi decretado pela velocidade de transportes e de comunicação, sobretudo diante do advento da internet. Contudo, a existência de um "mundo sem fronteiras" é um mito, à medida que a globalização não engendrou o fim dos territórios, tampouco o poder do Estado nacional. A realocação das cadeias e a integração do mundo contemporâneo, em verdade, ressalta o papel do Estado em processos territoriais. Em contexto de fragmentação dos processos produtivos, o Estado remanesce ator essencial na ordenação territorial. No Brasil, por exemplo, a instalação de indústrias multinacionais dependeu de atuação estatal, concedendo permissão para a atuação no território. O Estado também tem a importante função de reduzir disparidades regionais, como exemplifica o incentivo à instalação de indústrias no Nordeste. Ainda, é o responsável por determinar as regras às quais as empresas devem submeter-se.

As fronteiras nacionais no mundo contemporâneo evidenciam que o mundo, embora mais integrado, não está mais homogêneo. As fronteiras estatais são fortes óbices à mobilidade de fluxos humanos, como monstra a tentativa de barrar a migração no continente europeu. Por outro lado, as fronteiras nacionais são mais porosas quando se considera que, dentro de um Estado, pode haver empresas multinacionais que respondem a outro país. A desterritorialização, esse sentido, não conduz ao fim do Estado e é um mito. Trata-se da emergência de uma multiterritorialidade, com diversos polos de poder com forte posição de comando, mas que ainda dependem da atuação estatal.

João Paulo Melo Nacarate – 30,00[22]

Para melhor compreender o conceito de desterritorialização é importante considerar as transformações pós-fordistas, os espaços-de-lugar e os espaços-de-fluxos, o Estado nacional e as fronteiras.

Com as deseconomias de escala, a redução dos custos de transportes e avanços nas telecomunicações, o pós-fordismo tem transformado os sistemas produtivos e gerenciais. A concentração tende a diminuir nas cidades (com plantas menores), nos países (com a dispersão da produção industrial) e no mundo (com a industrialização dos países em desenvolvimento, dado o "offshoring"). O outsourcing, a terceirização e a subcontratação também tendem a levar à redução da concentração. A relação com os estoques também mudou, adotando-se o "just in time", mais adequado à acumulação flexível, favorecendo o novo modelo de acumulação, pois melhor reage a mudanças nos gostos dos consumidores. Os produtos são cada vez mais customizados e a produção se dá em redes com algumas firmas líderes, que estabelecem alguns padrões. A forma do gerenciamento também mudou, com a especialização em etapas, as empresas dependem muito mais das empresas à montante e à jusante no processo e, ainda, fazem muitas subcontratações. A relação com os empregados também mudou. Houve redução da sindicalização, flexibilização da carga horária e dos vínculos trabalhistas. Agora os empregados compartilham proporção muito maior do risco.

Nesse contexto, é possível diferenciar os espaços-de-lugar e os espaços-de-fluxo. Estes são espaços em que a fluidez é efetiva e há muita circulação, mas estes espaços podem também ser caracterizados por verticalidades, com decisões sendo tomadas com base em interesses externos. Nos espaços-de-lugar, por sua vez, é possível que haja mais horizontalidades e as decisões sejam tomadas levando em conta os interesses locais. Isso pode, contudo, levar a uma exclusão dos fluxos da economia globalizada.

O Estado continua sendo um ator relevante e poderoso no ordenamento territorial. De acordo com Bertha Becker, a escassez de recursos leva a uma revalorização do território. Os custos de controle do território, por sua vez, são bastante elevados, o que faz com que, segundo a autora, os agentes econômicos não busquem um controle direto do território, mas sim a influência sobre a atuação do Estado no território. E o poder dos Estados ainda é muito grande. Eles podem, suportando as consequências, decidirem por maior ou menor entrada de investimento estrangeiro, assim como decidir por maior ou menor abertura comercial. Os Estados regulam, assim, o grau de inserção dos seus países na economia internacional. Ao contrário do que previam teorias do fim ou da irrelevância do Estado, ele continua importante. Uma abordagem pertinente para a nova situação é a da geoeconomia, segundo a qual não deixou de haver disputa e competição entre os Estados; elas ocorrem na economia. Os Estados competem e disputam uma melhor inserção e posição mais privilegiada na economia internacional. Isso explica as restrições de compra de empresas tecnológicas da Alemanha e dos Estados Unidos pela China. A guerra comercial entre Estados Unidos e China e a questão do 5G ser ofertado por empresa chinesa também é reflexo da disputa dos Estados da economia.

22 Gostaria de dedicar as duas questões de Geografia publicadas nesse guia a Helen Cássia Oliveira Souza, minha professora de Geografia de 5ª a 8ª série, sem a qual eu sequer teria sonhado em ser diplomata.

Nesse sentido, as fronteiras não cessaram de existir; há uma porosidade, mas é seletiva. Em alguma medida, os Estados podem restringir investimentos e diminuir a exposição da sua economia ao comércio internacional. O recebimento de migrantes também é, em alguma medida, controlado. Prioriza-se migrantes com alta qualificação ou com capital para investir. No Canadá, Reino Unido e Austrália, por exemplo, mais de um terço de seus cientistas são estrangeiros, ao passo que Portugal e Estados Unidos oferecem vistos de residência para aqueles que comprometerem determinado montante. Em alguns contextos específicos, contudo, há uma maior abertura. No espaço Schengen, na Europa, há livre circulação e direito de residência entre os países signatários. Na América do Sul, nacionais de boa parte dos países podem requerer 2 anos de residência nos demais países do arranjo. Em outros contextos, contudo, há um recrudescimento das fronteiras. Em alguns casos, há expressão física das fronteiras com a construção de muros, como é o caso da fronteira entre Estados Unidos e México. No caso do Brexit, fronteira da Irlanda do Norte com a Irlanda é um dos temas principais.

Se consideramos que território é um espaço definido por relações de poder e que a desterritorialização é o desaparecimento dessas relações de poder em razão de determinado evento, podemos concluir pela impertinência do conceito. Território é um conceito muito mais vasto, complexo e plástico que a noção de território nacional da geografia clássica. O território pode ser descontínuo, organizando-se em redes territoriais. Pode haver diferentes territorialidades em um mesmo espaço, conforme o decorrer do dia ou a sazonalidade. Além disso, há diversos atores que disputam poder sobre o território, como evidencia Bertha Becker, diretamente (como os Estados) ou por meio da influência na conduta deste. As transformações do pós-fordismo e as mudanças nas fronteiras (de aumento ou recrudescimento da porosidade) não fazem com que haja desterritorialização. Há novos usos a velhas formas e construção de novas formas, mas continua havendo disputa de poder; o que pode ser melhor compreendido pelo conceito de multiterritorialidade, proposto por Haesbaert.

Lawrence Benaventana Póvoas – 30,00

As transformações verificadas nos sistemas produtivos e gerenciais nas últimas décadas relacionam-se ao advento da revolução tecnológica-informacional que se intensifica desde a virada da década de 1970. As inovações nas comunicações, nos transportes e na tecnologia de informação levaram ao surgimento do paradigma pós-fordista, no qual a produção segue os fluxos informacionais articulados em redes descentralizadas, com consequências importantes para o conceito de território. Nesse contexto, ganha pertinência o conceito de desterritorialização.

O modelo pós-fordista caracteriza-se pela fragmentação do processo produtivo em etapas, de modo a permitir a horizontalização empresarial, que não mais segue a lógica vertical de produção integral do produto, conforme ocorria no modelo fordista. Também conhecida como "toyotista", o gerenciamento da produção torna-se flexível e especializado, com a possibilidade de terceirização de etapas produtivas. Nesse sentido, os fluxos informacionais determinam uma produção "just in time", ou seja, a produçãoo será feita sob medida segundo as informações de demanda. Nesse sistema, os fluxos são articulados em redes de informação, que se tornam fundamentais para uma produção e uma gestão eficiente, em um contexto econômico-financeiro-comercial crescentemente globalizado, competitivo e complexo. No entanto, essa lógica contrapõe os espaços-de-lugares aos espaços-de-fluxos.

O território passa a ser articulado pelo que Milton Santos identifica como "nós" ou "nódulos" que integram a rede de fluxos. Assim, os lugares não mais têm seu valor relacionado às suas características ou qualidades. As peculiaridades próprias dos espaços-de-lugares — socialmente construídos, repletos de significados e significações relacionados à paisagem, às imagens e aos usos para o convívio humano — são suplantados pela homogeneização dos pontos articulados do território, segundo a lógica produtiva do mercado. Nessa perspectiva, exacerba-se a "guerra dos lugares", na medida em que o espaço tem seu valor atrelado à sua utilidade em benefício de determinada etapa do processo produtivo. Estabelece-se, desse modo, uma diferenciação fragmentada do território, que se divide entre "espaços opacos" e "espaços luminosos"; "espaços fluidos" e "espaços viscosos"; e "espaços mandantes" e "espaços de obediência", formando-se circuitos produtivos hierarquizados no espaço.

A consolidação dessa lógica em redes globalizadas ao longo das últimas décadas tem colocado em questão o poder do Estado Nacional, que teria dificuldade em organizar e planejar sua projeção no território. Nesse cenário, as grandes empresas multinacionais e os capitais internacionais poderiam penetrar as fronteiras nacionais, que se tornam mais porosas, de modo a implantar os modernos processos produtivos diretamente articulado às localidades e aos espaços subnacionais. No entanto, com a superação da ideia do "fim da História" e do Estado-nação, defendida pela ótica da globalização como fábula, percebe-se que a atuação do Estado constitui fator importante na conformação dos espaços-de-fluxo no território. No moderno complexo agroindustrial brasileiro, por exemplo, o Estado tem papel como articulador e canalizador dos fluxos, como ocorre na implantação do meio técnico-científico-informacional diretamente no meio natural nos polos dinâmicos da soja/milho/algodão no Cerrado e em MATOPIBA, ou da fruticultura irrigada no Vale do São Francisco, em que infraestruturas e investimentos estatais têm papel fundamental para viabilizar a produção para atender às demandas do mercado internacional.

Se, por um lado, esses fluxos transnacionais enfraquecem as fronteiras nacionais no mundo contemporâneo, por outro, não se concretizou a liberalização do fator produtivo humano — a mão de obra. A tendência contemporânea é, inclusive, a inversa, com o o recrudescimento das fronteiras nacionais e o endurecimento de políticas migratórias, contrastando com o "fim das distâncias" pressuposto pelo paradigma pós-fordista de fluxos informacionais, financeiros e comerciais liberalizados e autônomos da vontade do poder estatal. A Era Digital possibilitou, sim, maior integração e interdependência, encurtando o espaço-tempo, na perspectiva da "aldeia global". Essa realidade deve ser, entretanto, relativizada frente aos efeitos verificados na desterritorialização das populações nacionais, pois há resistências à integração fragmentada nas cadeias globais de valor.

Pior resposta – 19,60

A desterritorialização é um conceito que permanece relevante, não para proclamar o "fim dos territórios", mas para compreender o movimento dialético associado às lógicas territoriais, que se compõem e decompõem em ritmo acentuado, por meio de processos de desterritorialização e reterritorialização. Nesse contexto, emerge a "multiterritorialidade", associada às transformações pós-fordistas, à reconceitualização dos espaços e aos seus impactos sobre o poder do Estado-nação e sobre a relevância de suas fronteiras no mundo contemporâneo.

A transição do sistema fordista ao pós-fordista, à luz de David Harvey, é marcada por uma mudança no regime de acumulação de capital e no modo de regulação que o acompanha. Se, no modelo fordista, prevalecia a acumulação rígida e a regulação keynesiana, no pós-fordismo impera a acumulação flexível, sob regulação neoliberal. Os sistemas produtivos se tornam ajustados à demanda (just in time) e formam-se deseconomias de aglomeração, o que induz a espacialização da produção. Os sistemas gerenciais, por sua vez, são mais flexíveis, as relações de trabalho, mais fluidas, e a organização do trabalho é mais precária, com vínculos menos sólidos.

Com a operação dessas transformações, o sistema produtivo e gerencial é reterritorializado. Observa-se uma desconcentração industrial. O controle da concepção e o poder de decisão se afastam dos locais de execução, pois permanecem concentrados, o que resulta em uma "desconcentração concentrada" (Milton Santos). O Estado interfere menos e a lógica das cidades globais e dos fluxos transnacionais explora novas territorialidades, acima e abaixo do âmbito de abrangência estatal.

Nesse contexto, adquire relevância a dualidade entre espaços-de-lugares e espaços-de-fluxos. O lugar, na concepção da geografia humanista, é o espaço das singularidades, dos significados, do pertencimento. É, na lógica das desterritorializações, o espaço da resistência. Espaços-de-lugares, portanto, associam-se a pontos de saída e de destino, em que o local e a paisagem ainda exercem influência e conformam identidades. Espaços-de-fluxos, por sua vez, são, nesse sentido, "não lugares", ou seja, espaços de movimento e fluidez, integração e globalização, presididos pela circulação e pela produção.

À medida que lugares e fluxos interagem, formam-se desterritorializações, as quais não demoram para serem negadas por reterritorializações. Em um ambiente de múltiplas territorialidades, lugares e fluxos muitas vezes partilham o mesmo espaço, às vezes ao mesmo tempo, às vezes alternadamente. O certo é que o território vira o espaço de síntese entre as múltiplas forças que cooperam e colidem sobre ele.

Para compreender o papel do Estado nesse contexto, deve-se entendê-lo não como um conceito estático e acabado, mas como um "processo" (Bertha Becker), cujas relações com o espaço estão sempre mudando. O Estado neoliberal, pós-fordista, estabelece menor relação de controle sobre fluxos e lugares, quando comparado ao Estado fordista. Seu poder acaba relativizado, de um lado, por uma postura própria (desregulamentação), de outro, por uma maior competição de atores locais, nacionais e globais que adquirem alcance que ora escapa à atuação estatal, ora a intimida.

Apesar da mudança nas relações Estado-território, o poder público ainda é ator relevante. Em um contexto de globalização como fábula (integração universal) e como perversidade (acesso desigual e exclusivo), o Estado tem papel fundamental no avanço de uma outra globalização possível, atuando em parceria com os atores que destroem e constroem novas territorialidades. Para isso, deve desenvolver novos métodos, não apenas para se opor à globalização, mas para construir parcerias voltadas à realização do desenvolvimento sustentável, em suas dimensões econômica, social e ambiental, à luz do objetivo n. 17 dos ODS. O poder do Estado nacional é, hoje, sobretudo o poder de articular, promover e consolidar parcerias sólidas.

Isso porque suas fronteiras já não são as únicas, talvez sequer as principais, linhas de divisão das territorialidades globais. O processo produtivo de um celular, por exemplo, atravessa inúmeras fronteiras. Os grupos de interesse se unem pelas redes por sobre as fronteiras. Entretanto, essa é a fronteira na versão da globalização como fábula. Para os excluídos seletivamente desse processo, as fronteiras permanecem obstáculos relevantes, seja por fatores de mobilidade – a fronteira está aberta, mas não se tem meios para cruzá-la –, seja por políticas de fechamento – precisa-se cruzar a fronteira, mas ela está fechada para quem não lhe interessa. Evidenciam-se, aqui também, as múltiplas territorialidades, que convivem em um mesmo espaço e aplicam lógicas distintas de acordo com a conveniência.

A desterritorialização, portanto, é ferramenta importante para compreender a multiterritorialidade contemporânea. Seu correto entendimento passa pela apreensão das mudanças pós-fordistas, das forças que atuam sobre os espaços e do papel do Estado, bem como da seletividade que acompanha todos esses processos.

Questão 2

Mudanças profundas na composição, na geografia e no quadro institucional da economia global têm apresentado implicações para as cidades. No século 19, quando a economia mundial se apoiava principalmente no comércio, os locais fundamentais eram os portos, as fazendas, as fábricas e as minas. Já naquela época, as cidades eram centros de prestação de serviços. De maneira característica, elas se desenvolviam ao lado de portos, e as companhias de comércio dependiam dos múltiplos serviços industriais, bancários e de outros serviços comerciais localizados em cidades. Estas, entretanto, não eram os locais fundamentais de produção para as indústrias dominantes do século 19 (SASSEN, 1998, p. 23).

No século 21, "três tipos de lugares, entre todos os demais, simbolizam as novas formas da globalização econômica: zonas de processamento de exportações, centros bancários *offshore* e cidades globais. Existem também muitos outros espaços, em que as transações internacionais se materializam." (SASSEN, 1998, p. 34).

SASSEN, Saskia. *As cidades na economia mundial*. São Paulo: Studio Nobel, 1998, com adaptações.

Com base nos dois fragmentos de texto motivador e considerando os elementos mencionados, disserte a respeito da temática apresentada abordando, necessariamente, os seguintes tópicos, com a devida exemplificação:

a) definir o que são zonas de processamento de exportações e exemplificar duas dessas zonas com as respectivas características produtivas e de localização geográfica;

b) evidenciar os aspectos relacionados aos centros bancários *offshore* e a respectiva relação com a economia globalizada e exemplificar dois desses centros;

c) identificar quatro características relacionadas às cidades globais, correlacionando à rede urbana brasileira; e

d) destacar o papel atual dos portos e a respectiva relação com a economia globalizada.

Extensão do texto: até 60 linhas.
Valor: 30 pontos.
Média: 23,47 (total); 25,66 (ampla); 16,88 (cotas/PNE)
Desvio padrão: 5,276 (total); 3,637 (ampla); 3,693 (cotas/PNE)

João Paulo Melo Nacarate – 30,00

De acordo com Saskia Sassen, zonas de processamento de exportações, centros bancários "offshore" e cidades globais são os três tipos de lugar que melhor simbolizam as novas formas da globalização econômica. As zonas de processamento de exportação geralmente são espaços com regime aduaneiro diferenciado, próximas a portos, em que há facilidades para investimento estrangeiro e a mão de obra é barata. Aí se instalam fábricas estrangeiras, que não pagam impostos sobre a importação dos insumos, utiliza-se a mão de obra barata do local e exporta-se o produto para mercados com maior poder aquisitivo. Comum em países que adotavam o modelo de plataforma de exportação, a produção desse local não se destina aos consumidores locais. A cidade de Shen Zhen, no delta do Rio das Pérolas, na China, próximo a Hong Kong e a Macau, é um exemplo emblemático de zona de processamento de exportação. A transformação da vila de pescadores nesse tipo de zona era parte do projeto de 4 modernizações, de Deng Xiaoping, implementado a partir de 1978. Exemplos atuais desse tipo de zona podem ser encontrados na costa do Vietnã.

Os centros bancários "offshore" (CBO) têm funções bastante diferentes, embora relacionadas à existência de zonas de processamento de exportações. Os CBO são usados para fazer transações bancárias de modo a se pagar a menor quantidade de impostos possível, por isso, se localizam em paraísos fiscais, onde a regulação financeira é pouco rígida. Empresas são constituídas nesses lugares, fundos de investimento e bancos também utilizam esses lugares. Embora possam ser usados por atividades ilícitas, como lavagem de dinheiro, boa parte das transações que fazem são lícitas, apenas se utilizam de brechas nos diferentes sistemas tributários para pagar a menor quantidade possível de impostos. Com a dispersão ainda maior da produção nesse modelo de produção pós-fordista, transações internacionais são múltiplas e o fluxo crescente, o que reforça o papel dos CBO, como é o caso do Panamá e das Ilhas Virgens Britânicas.

As cidades globais são outro lugar símbolo da atual globalização econômica e têm características como ser centro de atividades especializadas, ser centro de tomadas de decisões, possuir alta densidade demográfica e ser intermediário entre as suas regiões e a economia mundial. Alguns serviços que exigem muita escala e que também tem economia de escopo, costumam se concentrar nessas cidades, como serviços financeiros mais específicos (bolsas de valor, bancos de investimento), serviços de marketing, pesquisa e desenvolvimento e também audiovisual. São centro de decisões, abrigando sede das principais empresas, escritórios de organizações internacionais e agências governamentais. A densidade demográfica seria expressão territorial dessa concentração nas cidades globais. Além disso, são responsáveis pela intermediação das relações de sua região (hinterlândia) e a economia global, abrigando filiais de empresas internacionais, os principais aeroportos e firmas de importação e exportação.

A hierarquização das cidades globais brasileiras, em grande medida, reflete isso. São Paulo é uma cidade Alfa, pois vincula uma região primária à economia global, presta serviços financeiros específicos, como a bolsa de valores, é sede de uma proporção razoável das maiores empresas do país e é densamente povoada. O Rio de Janeiro já é uma cidade Beta, pois liga uma

região secundária a economia global, tem alta densidade populacional, presta serviços específicos como em produção audiovisual e é sede de grandes empresas e de agências governamentais. Belo Horizonte, por sua vez, é uma cidade gama-, pois é densa, recebe filiais de empresas multinacionais (como Google e Fiat), presta alguns serviços específicos e é densamente povoada. A importância das três cidades e também as diferenças entre elas também aparecem no REGIC do IBGE, que as classifica como grande metrópole nacional, metrópole nacional e metrópole. O ranking Globalization and World Cities (GaWC) também tem a categoria de cidades autossuficientes e suficientes, que são cidades com inserção relativamente autônoma na economia mundial (não dependem muito de outras cidades globais). Nessas categorias se encontram Campinas e Brasília, o que contrasta com a classificação do IBGE de capital regional e metrópole nacional respectivamente.

Saskia Sassen considera que os portos eram locais fundamentais no século XIX; eles, ainda, o são. Embora boa parte da atividade econômica atual seja informação, cuja transmissão prescinde dos portos, boa parte da economia ainda depende de produtos físicos que são, em larga medida, transportados por navios, precisando dos portos. A conteinerização e outros avanços técnicos permitiram uma redução dos fretes e uma maior distribuição territorial da produção. Esses processos se reforçam e a cada etapa de produção um produto pode depender de portos. Quanto mais aberto é o país, maior tende a ser a importância dos portos. A China, por exemplo, que importa, processa e exporta produtos tem mais de 5 dos 10 principais portos do mundo. A circulação preside a produção, como afirmou Milton Santos.

Joaquim Pedro Strunck da Silva Pinto – 30,00

A globalização econômica acelerou-se desde o espalhamento do pós-fordismo do mundo desenvolvido para os demais países. Antigas funções atribuídas a cidades na “periferia" e a cidades nos “centros" foram subvertidas, renovadas. Houve, desde 1973 até a atualidade, contínua desconcentração produtiva, marca de um modelo flexível de globalização. As cidades tornaram-se mais especializadas em todo o planeta. Os nós polarizadores de todo o sistema, as cidades globais, concentram funções de concepção, comando e controle. Pense-se em Nova Iorque, hoje desindustrializada, com maior concentração de funções relevantes do que nunca. Outros espaços, por sua vez, abarcaram outras funções menos relevantes , como a função de execução da produção industrial nas zonas de processamento de exportações, como Ghanzou (sic), na China. Outros ainda, como centros bancários “off-shore”, correlacionariam as funções das outras duas formas. Tome-se Lichenstein (sic) a título de exemplo.

As zonas de processamento de exportações, áreas de execução da produção mundializada do pós-fordismo, foram-se estabelecendo em distintos locais, conforme demonstram G. Arrighi e M. Castels, em diferentes visões. Se o Japão, os Tigres Asiáticos, a Coreia e mesmo algumas localidades da China já foram marcadas pela abundância de mão de obra barata, oferta de energia, condições tributárias e de integração às cadeias globais de valor que marcaram (sic) essas zonas no passado, atualmente destacam-se polos diversos. A fronteira norte do Vietnã ou o sul do país, nos arredores de Saigon, por exemplo, herdaram a produção intensiva em trabalho barato de ZEEs chinesas e coreanas, estando estrategicamente posicionados entre o Índico e o Pacífico, ponto de atendimento aos mercados asiático e europeu. Nos arredores de Daca, Bangladesh, houve concentração de indústrias têxteis, também pela disponibilidade de mão de obra barata e de fácil instalação de capitais de Índia, EUA e Reino Unido, além da estratégica localização entre os dois maiores mercados do planeta, China e Índia.

O pós-fordismo fez-se acompanhar de crescente desregulamentação financeira, em busca de maior eficiência e produtividade no emprego do capital. Dessa forma, dificultou-se o controle soberano do fluxo de capitais, tendo a maior parte do globo aderido a algum grau de abertura financeira, pois a produção, cada vez mais, depende da intensividade (sic) em capital e em tecnologia viabilizados pelos fluxos globais. Assim, elevou-se o custo de “opting-out” do sistema financeiro internacional. Os países buscam financiar-se por meio de contatos estreitos com centros bancários “offshore” que centralizam capital devido ao baixíssimo custo e ao irrisório controle que exercem sobre os que neles depositam seus investimentos. O balanço de investimentos de curto prazo (portfólio) no Brasil, por exemplo, revela que centros “offshore" como Bahamas, Ilhas Virgens Britânicas e outros são dos maiores investidores no país.

Esses ditos “paraísos fiscais” de investidores, em verdade, concentram capitais provenientes, em sua maioria, de grandes Estados e cidades como Nova Iorque (EUA), no caso de Bahamas, e de Londres (Reino Unido), no caso das Ilhas Virgens. Afinal, são as cidades globais os verdadeiros nós comandantes de todo esse processo. É possível na principal cidade global brasileira, São Paulo, (sic) para esclarecer as características funcionais desse tipo de espaço globalizado. Trata-se de nó concentrador de funções de comando e controle, como aqueles serviços que Milton Santos chamou de “quaternário superior”. Adicionalmente, concentram forte desigualdade intraurbana, porque atraem funções terciárias inferiores também. Ainda são capazes de transbordar sua influência pela maior parte do território de seus países (São Paulo é a “Grande Metrópole Nacional” do REGIC). Finalmente, também polarizam não só a renda e os negócios nacionais, mas internacionais. São Paulo é hoje o grande nó sul-americano, concentrando multinacionais, voos nacionais e internacionais, empresas e pessoas de toda sorte.

No que se refere ao papel atual dos portos, vale lembrar M. Santos: a circulação preside a produção. Portos são ainda o principal meio de exportação e importação de comércio internacional, o qual, ademais, cresceu mais do que o próprio produto global no período pós-fordista. A função portuária destacou-se, ainda, sobremaneira com a “conteinerização" que dinamizou suas possibilidades, a partir da década de 1970. Embora não controlem a produção, função das cidades globais, os portos ainda são estratégicos (sic) pois a maior parte dos países ainda recebe insumos energéticos e alimentícios por via marinha, a mais barata para longas distâncias. Os investimentos chineses, no âmbito do “colar de pérolas” do “Cinturão e Estrada”, em portos como Gwaidar (sic) (Paquistão) e Colombo (Sri Lanka) revela essa dimensão estratégica renovada.

O pós-fordismo alterou a funcionalização do espaço. As cidades adaptaram-se a nova espacialização do capital, agora em âmbito global. Novas e antigas funções foram redistribuídas por cidades globais, no topo dessa hierarquia funcional (sic) e tantas outras formas de organização espacial que marcam o mundo cada vez mais globalizado.

Taciano Scheidt Zimmermann – 29,50

A globalização econômica, no século XXI, ocorre por meio de novas formas e lugares. Os fluxos globais, cada vez mais ágeis, valorizam os territórios de acordo com sua capacidade de integrar-se à produção e apoiam-se, fundamentalmente, em zonas de processamento de exportações, centros bancários offshore e cidades globais. Assim, o papel do Estado se modifica, à medida que novas territorialidades e novos processos surgem acima, abaixo e através dele. A logística é a nova lógica geopolítica. Os portos, em sua capacidade de integração, são pontos estratégicos nesse novo panorama.

Saskia Sassen aponta para a nova conformação da geoeconomia global, já no final do século XX, evidenciando as cidades como local fundamental, ao lado dos centros bancários e das zonas de processamento de exportações. Essas últimas podem ser definidas como espaços logísticos nos quais se processam bens para serem comercializados globalmente, de modo que são locais baseados em uma lógica extrovertida, voltada para fora do território. Seus papéis e seu valor se definem por essa variável. Como exemplo, pode-se mencionar as indústrias chinesas voltadas para a exportação, cuja produção ocorre de forma dissociada dos processos de concepção, grande parte das vezes, e cuja localização oferece vantagens de custos logísticos, como trabalho a salários menores. Outro exemplo é a fabricação de calçados e roupas em Bangladesh, com abundância de mão de obra e incentivos para a produção voltada à exportação. Esses locais, assim, refletem dinâmicas exógenas.

Quanto aos centros bancários offshore, trata-se de centros financeiros que oferecem serviços altamente especializados e normalmente associados a um território em que a regulamentação estatal é menos densa, mais receptiva à liberdade dos fluxos monetários. Tornam-se, assim, verdadeiros hubs do capital internacional, que está sempre em busca de lugares que lhe ofereçam maior vantagem. Centros bancários dessa espécie podem ser encontrados, por exemplo, no Panamá, na Suíça ou nas Ilhas Cayman. A maior liberdade de fluxo a eles associada também incrementa riscos de possíveis práticas ilícitas, em um cenário no qual o capital se antecipa ao Estado e, muitas vezes, foge ao seu controle. Os centros bancários tornam-se mais relevantes à medida que o mercado financeiro e a globalização financeira atingem níveis e densidades inéditos. O capital se move com base em especulações e utiliza os centros bancários offshore como pontos de apoio ao abrigo do controle do Estado. Esses centros têm como contraponto o sistema financeiro localizado nos grandes centros globais, como Nova Iorque ou Londres, e com eles formam a geografia internacional dos fluxos financeiros.

Centros como Nova Iorque ou Londres são cidades globais, loci fundamentais da linguagem do modo de produção contemporâneo, à luz da reflexão de Saskia Sassen. Essas cidades são caracterizadas, sobretudo, pela oferta de serviços altamente especializados, com destaque para setores como finanças, tecnologia, seguros e inovação. Elas possuem capacidade de gestão de primeiro nível e estabelecem relações diretas com outros centros globais, sem necessitar da intermediação do Estado – vínculos transnacionais. Além disso, concentram alta densidade técnico-científico-informacional, sendo espaços caracterizados por fluidez, rapidez, luminosidade e poder de mando, concepção e direção. Na rede urbana brasileira, identificam-se cidades globais como São Paulo e Rio de Janeiro. No caso de São Paulo, a classificação é mais alta (alfa), devido à sua ampla integração global, o que, não por acaso, faz da cidade o maior centro empresarial do país e a única "grande metrópole nacional", à luz do REGIC (2007). O Rio de Janeiro está em nível mais baixo na classificação das cidades globais, visto que perde para Buenos Aires, por exemplo, em importância como centro financeiro; no REGIC, o Rio é uma metrópole nacional, assim como Brasília, com nível de gestão primário.

Se a circulação preside a produção, segundo Milton Santos, e se a logística é a nova racionalidade da geopolítica no século XXI, de acordo com Bertha Becker, permanece cada vez mais central a importância dos pontos de conexão globais de bens e transportes, cuja expressão fundamental são os portos. Ter portos em lugares estratégicos significa ter melhores rotas marítimas de circulação, maior capacidade de escoamento das zonas de processamento de exportações, maior vantagem competitiva. Exemplo disso é o atual projeto chinês "Cinturão e Rota", com profundos impactos geopolíticos, à medida que envolve a construção de portos e novas rotas marítimas, algo fundamental à economia chinesa, cada vez mais integrada à economia global e com gargalos logísticos importantes no Mar do Sul da China. Abrir mercados de exportação, atualmente, não é apenas fazer acordos, mas, sobretudo, abrir novas rotas, investir em infraestrutura portuária e expandir a logística da navegação.

A produção, hoje em dia, é globalizada em sentidos novos – novos atores, novos processos, novas lógicas. Zonas de processamento de exportações, centros bancários offshore e cidades globais são os seus pontos fundamentais de apoio. A cidade global, especialmente, torna-se um símbolo da síntese local-global, que perpassa o mundo contemporâneo. A geopolítica da logística – e a importância do tempo, na "cronopolítica" – é o princípio subjacente, que revaloriza a estrutura portuária no mundo moderno.

Lawrence Benaventana Póvoas – 29,50

A economia internacional globalizou-se, paulatinamente, de modo a conformar espaços globalizados articulados entre si. Nesse contexto, o advento da revolução tecnológica-informacional intensificou esse processo ao longo das últimas décadas, caracterizando-o pela consolidação de redes articuladas globalmente por fluxos de informação, produtos, serviços e pessoas. Destacam-se, nesse cenário, as zonas de processamento de exportações, os centros bancários offshore e as cidades globais.

As zonas de processamento de exportações constituem espaços econômicos geograficamente delimitados onde vigoram regimes especiais aduaneiros que os diferenciam do território aduaneiro nacional. A implantação dessas zonas relaciona-se à inserção de espaços produtivos nas cadeias globais de valor de maneira mais flexível e fluida. Assim, elas concentram e articulam os processos produtivos necessários para a produção, montagem e exportação de produtos para os mercados internacionais sem necessidade de importar, passar por trâmites burocráticos, transportar peças e produtos do processo produtivo, o que os encareceria, causando perda de competitividade na inserção em cadeias globais de valor. Existem, ademais, essas zonas dedicadas à reexportação, caso no qual uma zona disponibiliza sua infraestrutura logística, lucrando sobre a reexportação de produtos a lugares em que disfrute de alguma vantagem competitiva, como isenções fiscais regionais no âmbito de um bloco econômico, por exemplo. Exemplos dessas zonas existem na zona econômica do litoral chinês, associados aos grandes portos que servem de plataforma de exportação, como em Zhen Chen, no Cantão, ou em Hong Kong. Na fronteira do México com os EUA, a instalação das "maquiladoras" também inserem-se nesse conceito. O porto de

Duqm, em Omã, bem exemplifica a proliferação desse modelo no Golfo Árabe, servindo de entreposto de reexportação de bens.

Os centros bancários offshore são "nódulos" fundamentais nessas redes da economia globalizada, pois possibilitam que recursos financeiros e capitais acumulados nas transações internacionais, inclusive em zonas de processamento de exportações, possam ser rapidamente transferidos entre os espaços produtivos de produção na economia mundial. Isso é possível graças a uma infraestrutura bancária moderna, porém com pouca regulamentação e fiscalização em relação às economias avançadas. A atração de grandes empresas multinacionais é feita, ademais, por incentivos de insenção de tarifas, taxas e impostos, frequentemente caracterizando "paraísos fiscais". Existem centros bancários offshore tradicionais, como os das Ilhas Cayman e das Ilhas Virgens, no Caribe, que desempenharam esse papel ao longo do processo de internacionalização das grandes multinacionais dos países do Atlântico Norte. Recentemente, o Panamá revelou-se como importante centro bancário offshore, na América Central. Existem análises que apontam para Hong Kong como o centro dinâmico na articulação de capitais transnacionais nessa lógica, integrando os fluxos financeiros, comerciais e informacionais dos polos dinâmicos chineses, asiáticos e ocidentais.

As cidades globais, por sua vez, caracterizam-se por sua capacidade de projetar sua influência para além de suas fronteiras nacionais, pois são cidades plenamente inseridas nessas redes globalizadas e nas cadeias globais de valor do mercado mundial. As cidades globais concentram as sedes, os escritórios e as representantes das grandes empresas multinacionais. Mais uma característica dessas cidades é a existência de infraestrutura de serviços de ponta — bancários, empresariais, de saúde, de marketing e consultoria, etc. Estão consolidados nessas cidades também os principais meios de mídia e comunicação. Por fim, integram-se aos fluxos globais inclusive pelas numerosas rotas de transportes, como por voos comerciais e aeroportos internacionais. Por essas características, a cidade de São Paulo é atualmente a única que se pode considerar cidade global, o que condiz com sua posição na rede urbana brasileira como única "Grande Metrópole Nacional", por sua capacidade de projeção de influência para todo o território nacional.

Após um período em que perderam sua importância relativa pelo surgimento desse quadro institucional da economia global, os portos continuam a desempenhar função importante na economia globalizada, pois todos os fluxos descritos pressupõem, em certa medida, um livre e eficiente intercâmbio de bens. Mesmo em setores intensivos em serviços, por exemplo, necessita-se importar e exportar bens e tecnologias (eletrônicos, computadores, aparelhos, etc.). Dessa maneira, os portos participam da economia globalizada seja indiretamente — em articulação com os fluxos internacionais — seja diretamente, pela integração direta, conforme visto.

Pior resposta – 14,40

A globalização afetou sobremaneira o modo como as transações se dão no mundo. A dinâmica produtiva foi uma das mais impactadas por essa tendência.

De acordo com Saskia Sassen, as zonas de processamento de exportações são um dos principais "lócus" de transações internacionais. Tratam-se dos locais em que a produção é recebida e, posteriormente, enviada para a exportação. São a base da rede produtiva, já que recebem e cumprem ordens dos demais pontos da rede. Exemplo dessas zonas são os portos, responsáveis por receber e escoar fisicamente a produção que já havia sido negociada em outros níveis da cadeia. O porto de Singapura, um dos mais movimentados do mundo, tem a facilidade de apresentar notável infraestrutura logística e de localizar-se estrategicamente no sul da Ásia, sendo polo de escoamento da produção asiática. Outra zona de processamento são as zonas ferroviárias, responsáveis, no Brasil, por parte importante da exportação de granéis sólidos não agrícolas. A cidade de Vitória, por receber carga oriunda de Minas Gerais, representa essa zona de processamento.

Os centros bancários "offshore" são outro elemento da economia globalizada, já que concentram parte importante das transações financeiras globais. O atual estágio de desenvolvimento da economia capitalista, que pressupõe transações financeiras, enseja a formação de polos a partir dos quais o sistema financeiro se organize. Não raro, são locais que já apresentavam proeminência em outras fases do desenvolvimento capitalista, razão pela qual apresentam infraestrutura e capital humano atrativos. Londres ilustra essa relação entre centros bancários e globalização. A "City" coordena boa parte das transações europeias e exerce influência sobre a economia mundial. Nova Iorque é outro exemplo. "Wall Street" é um dos grandes centros de coordenação da economia global. Tanto é assim que os efeitos da crise de 2008 foram sentidos por praticamente todas as nações. Os centros bancários "offshore" são portanto, elementos essenciais de economias globalizadas. Por eles, passam as transações financeiras transnacionais, fomentando a relação de interdependência entre as econômias. Essa relação fica evidente tanto em contextos de crise, que podem provocar impactos negativos em cadeia para as outras regiões do globo, quanto em contextos de prosperidade, em que esses centros favorecem a expansão da economia mundial.

As cidades globais são o terceiro elemento apontado por Sassen. Se as zonas de processamento ocupam a base da cadeia, as cidades globais ocupam o topo. São elas que organizam as conexões em rede no mundo globalizado. São, portanto, os grandes nós que viabilizam a globalização. Essas cidades são conhecidas por sua relação que transcende o entorno físico e conecta-se com a dinâmica mundial, macro. Em função de sua importância, são normalmente locais de concentração de atividades do terciário superior, altamente especializadas.

Na dinâmica brasileira, verifica-se a relação global e relações dentro da rede urbana pátria. São Paulo é considerada cidade global pela função que desempenha no arranjo mundial. É também a "grande metrópole nacional", de acordo com o REGIC, pela centralidade que tem na organização da rede urbana nacional. Dessa forma, a lógica de buscar o nó mais importante da rede aplica-se em âmbito internacional e intraestatal.

Os portos, no contexto de de globalização, mantêm sua importância por serem local de materialização dos fluxos. São pontos em que os fixos e os fluxos interagem de modo mais evidente. O porto de Santos, por exemplo, é o principal ponto de escoamento da carga geral do Brasil. O porto de Roterdã desempenha função análoga na Europa. Esses locais são imprescindíveis do ponto de vista logístico, pois permitem trânsito de carga de forma relativamente barata ao redor de todo o globo. Se as cidades globais representam nós virtuais na rede, os portos permitem a concretização do dinamismo característico da ordem globalizada.

Com a globalização, o papel que diversas localidades desempenham mudou. Por meio das zonas de processamento, dos centros offshore e das cidades globais, entende-se melhor a conjuntura.

Questão 3

No presente trabalho, entendemos por domínio morfoclimático e fitogeográfico um conjunto espacial de certa ordem de grandeza territorial – de centenas de milhares a milhões de quilômetros quadrados de área – onde haja um esquema coerente de feições de relevo, tipos de solos, formas de vegetação e condições climato-hidrológicas.

[...] Até o momento foram reconhecidos seis grandes domínios paisagísticos e macroecológicos em nosso País.

AB'SABER, Aziz. *Os domínios de natureza no Brasil*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003, p. 11-12 e 13, com adaptações.

Os seis domínios identificados por Ab'Saber, na obra apresentada, são: 1) o domínio das terras baixas florestadas da Amazônia (amazônico); 2) o domínio dos chapadões centrais recobertos por cerrados, cerradões e campestres (cerrado); 3) o domínio das depressões interplanálticas semiáridas do Nordeste (caatinga); 4) o domínio dos "mares de morros" florestados (mares de morros); 5) o domínio dos planaltos subtropicais com araucárias (araucárias); e 6) o domínio das coxilhas subtropicais com pradarias mistas (pradarias).

Com relação aos domínios da caatinga e do cerrado mencionados, redija um texto que contenha a caracterização, para cada um, dos seguintes tópicos:

a) clima;

b) vegetação;

c) regime hídrico; e

d) principais atividades econômicas desenvolvidas.

Extensão do texto: até 40 linhas.
Valor: 20 pontos.
Média: 13,47 (total); 14,27 (ampla); 10,88 (cotas/PNE)
Desvio padrão: 2,681 (total); 2,054 (ampla); 2,927 (cotas/PNE)

Gabriel Clemente de Oliveira Bellato – 17,60

Na classificação geográfica de Aziz Ab'Saber, destacam-se dois domínios, o do Cerrado e o da Caatinga, cada qual com suas particularidades de clima, vegetação, regime hídrico e atividades econômicas neles desenvolvidas. Como todos os demais domínios brasileiros, o Cerrado e a Caatinga possuem elevada biodiversidade, tendo ambos já perdido cerca de 50% de sua cobertura vegetal original.

Quanto ao clima, o Cerrado é caracterizado pelo tropical úmido; e a Caatinga, pelo semiárido. Ambos os domínios possuem elevadas temperaturas médias, encontrando-se afastados do litoral. O clima do Cerrado é condicionado pela sua localização, mormente nos chapadões centrais. O mesmo ocorre com a Caatinga, que se encontra localizada nas depressões interplanálticas da região Nordeste. No Cerrado, so meses mais quentes do ano são os do verão, com esparsas frentes frias no inverno pelo deslocamento das massas de ar polares.

Já no que concerne ao regime hídrico, tanto o Cerrado quanto a Caatinga possuem estações secas bem demarcadas, apesar de o índice pluviométrico da Caatinga ser bem menor que o do Cerrado. As chuvas do Cerrado concentram-se nos meses de verão, pela expansão da massa equatorial continental. Entre os meses intermediários do ano, tem-se a estação seca. No Cerrado, nascem diversos rios nacionais, como o Araguaia e o Tocantins. Já na Caatinga, há breve período de chuva também nos meses finais do ano, mormente entre dezembro e fevereiro, meses alcunhados de "inverno" pelos sertanejos. Há marcado período de seca nos meses intermediários do ano. Outrossim, a Caatinga destaca-se pela presença de certos rios intermitentes e alguns perenes, como o São Francisco, que nasce nas regiões úmidas da Serra da Canastra, em Minas Gerais.

Tanto o clima quanto o regime hídrico condicionam a vegetação do Cerrado e da Caatinga, com predomínio de vegetação arbóreo-arbustiva. No Cerrado, têm-se campos limpos, com a vegetação arbustiva; campos sujos, com vegetação arbustiva e cerca presença de árvores; e os cerradões, com árvores de maior porte. Nas zonas limítrofes entre o Cerrado e a Amazônia maranhenses, tem-se a formação das matas de cocais. Além do clima e e do regime hídrico, o solo do Cerrado, consideravelmente ácido, condiciona sua formação vegetacional, cujas árvores possuem, em geral, uma casca grossa e resistente ao fogo, baixo porte e uma forma de troncos e galhos retorcidos. Na Caatinga, a baixa pluviosidade, a intempérie física do solo e as elevadas temperaturas condicionam uma vegetação arbóreo-arbustiva frequentemente caducifólia, com presença de espinhos. Há, ademais, considerável presença de cactáceas nesse domínio.

No que concerne às principais atividades econômicas desenvolvidas, em ambos predomina a agropecuária. A emergência do MTCI permitiu a moderna agricultura no Cerrado, em razão de seu relevo plano, que favorece a mecanização. Com o processo de calagem do solo, as extensas propriedades do Cerrado produzem soja, milho e algodão. Ademais, desenvolve-se a pecuária na região. Primeiramente, essa atividade produtiva expandiu-se pelos estados da região Centro-Oeste e, a partir da década de 1990, para o MATOPIBA. Já na Caatinga, tem-se, historicamente, pequenas propriedades policultoras, pouco produtivas e de caráter de subsistência. Todavia, a emergência do MTCI permitiu o desenvolvimento de fruticultura irrigada no semiárido, pois a baixa pluviosidade inibe o desenvolvimento de pragas. Essa fruticultura é desenvolvida nos vales dos rios São Francisco, após os trabalhos da CODEVASF, do Açu e do Gurgueia.

A emergência da agricultura moderna no Cerrado e na Caatinga, mormente para exportação, impulsionou a formação de CAIs nesses domínios, com uma integração à montante e à jusante do processo produtivo. Outrossim, ganharam relevância as cidades médias nesses domínios. Todavia, também se impulsionou o desmatamento nos mesmos, se sorte que ambos já perderam cerca de metade de suas respectivas coberturas vegetais originais, o que prolonga o período de estiagem nos dois locais.

Rodrigo Lara Pinto – 17,60

A caatinga e o cerrado são importantes domínios morfoclimáticos brasileiros. Enquanto a caatinga está presente, majoritariamente, no Nordeste, o cerrado está, principalmente, na região Centro-Oeste. Apesar de sua biodiversidade e características endêmicas, ambos os domínios tiveram grande parcela de sua vegetação original removida (cerca de 50%).

Em relação ao clima, a caatinga sofre a influência do semiárido, marcado por uma longa estação seca (de cerca de 9 meses) e uma curta estação chuvosa. Isso se explica, em grande medida, pela presença de zona de alta pressão atmosférica na região, além de barreiras do relevo, que impedem a passagem de massas de ar úmidas. O cerrado, por sua vez, é influenciado pelo clima tropical (geralmente tropical típico), marcado por longa estação seca, mas que dura cerca de 6 meses. Em ambos os casos, as temperaturas são altas, principalmente na estação seca.

A vegetação da caatinga é predominantemente arbustivo-herbácea, adaptada ao clima seco. As plantas são, em geral, acicufoliadas e têm grande capacidade de retenção de água, com predomínio de cactáceas. No caso do cerrado, a vegetação também tem característica arbustivo-herbácea, por conta da baixa umidade na estação seca. Em áreas com maior umidade, como em veredas, a vegetação tem porte mais alto, de forma a ser caracterizada como cerradão.

Quanto ao regime hídrico, a caatinga tem sua estação chuvosa concentrada entre fevereiro e abril, que é conhecida como "inverno". Os índices pluviométricos nesses meses são altos, mas os baixíssimos níveis do restante do ano tornam a região caracteristicamente semiárida. Os rios da região são, portanto, em sua maioria, intermitentes, tendo como notáveis exceções perenes o Parnaíba e o São Francisco. Em relação ao cerrado, a estação chuvosa é mais longa, de modo que os rios, em regra, são perenes. Muitos dos rios que começam no cerrado alimentam a bacia amazônica e as planícies inundadas do Pantanal.

Em face de todas as características mencionadas, diferentes atividades econômicas são desenvolvidas nas duas regiões. No caso da caatinga, há grande predomínio da pecuária e da pequena agricultura, voltada para o mercado interno. Recentemente, no entanto, promoveu-se o estabelecimento de fruticultura irrigada na região, com destaque para as áreas do vale do São Francisco, do vale do Açu e do Gurgueia. No cerrado, por sua vez, houve a expansão, desde a década de 1970, da agricultura moderna, especialmente concentrada no cultivo de soja, com alternância com o milho e o algodão. Entre suas características estão a presença de grandes propriedades, com amplo emprego de tecnologia e pouca mão de obra. Além disso, destaca-se também a importância da pecuária nas regiões de cerrado.

Bruno Rolim – 16,10

Em sua obra, Aziz Ab'Saber identifica seis conjuntos espaciais com características próprias de clima, vegetação e hidrografia, os chamados domínios paisagísticos e macroecológicos, no Brasil. Dois desses domínios, o do cerrado e o da caatinga, embora compartilhem características vegetacionais em alguns aspectos, têm sua conformação ligada a distinções climáticas e hídricas, que também engendraram conjuntos diferentes de atividades econômicas.

O domínio da caatinga se caracteriza por uma vegetação arbustivo-herbácea, com a presença de espécies xerófitas e cactáceas, cujos caules e folhas apresentam modificações morfológicas como caules que absorvem maior quantidade de água e folhas que assumem a forma de espinhos para evitar a perda por evapotranspiração.

A vegetação do domínio da caatinga é produto de, entre outros fatores, o clima tropical semiárido, condicionado pela localização em depressões interplanálticas, que são pouco expostas às massas atlânticas. O clima semiárido apresenta uma estação seca definida e mais longa, e sua pluviometria é bastante baixa, não chegando a 500mm anuais em alguns casos.

A conjunção entre clima, relevo e outros fatores gera um domínio cujo regime hídrico tem rios em boa parte intermitentes, sem fluxo permanente ao longo do ano. Medidas como o projeto de transposição do rio São Francisco buscam amenizar esse impacto.

O fato de a caatinga apresentar características de baixa pluviometria e rios com pouca vazão fez com que, historicamente, sua exploração econômica estivesse ligada à pecuária e à pequena agricultura familiar. Mais recentemente, projetos de fruticultura irrigada em regiões próximas ao rio São Francisco ampliaram a gama de atividades no domínio.

O domínio do cerrado, por sua vez, é predominantemente arbustivo, e é frequentemente associado às savanas africanas; mas também há a presença de formações arbóreas, nos cerradões em especial, e gramíneas nos campestres. Boa parte da vegetação do cerrado também não tem folhagem perene ao longo do ano.

No cerrado, o clima predominante é o tropical continental, que tem estação seca definida, mas menos longa que o semiárido, e pluviometria maior, chegando a ultrapassar 1000mm anuais. O regime de chuvas é influenciado pelos chamados "rios voadores", que vêm do oceano, condensam-se nos Andes e depois seguem para o Centro-Oeste.

O regime hídrico do cerrado deriva de sua localização geográfica central; pelo domínio passam boa parte das bacias brasileiras, incluindo as nascentes de bacias que banham desde o Nordeste até o Sul do Brasil.

O cerrado é, hoje, centro da atividade agropecuária brasileira, com destaque à soja, cultivada desde a década de 1970 com a correção da acidez do solo, intercalada com cultivos como milho; também há forte presença da pecuária; a atual fronteira de produção está no Arco Norte e no Matopiba.

Cerrado e caatinga, embora sejam domínios de menor repercussão que o amazônico, carregam grande relevância para o Brasil; sua exploração econômica deu origem a problemas como a perda de 50% de sua formação original, e sua preservação depende hoje de políticas mais assertivas.

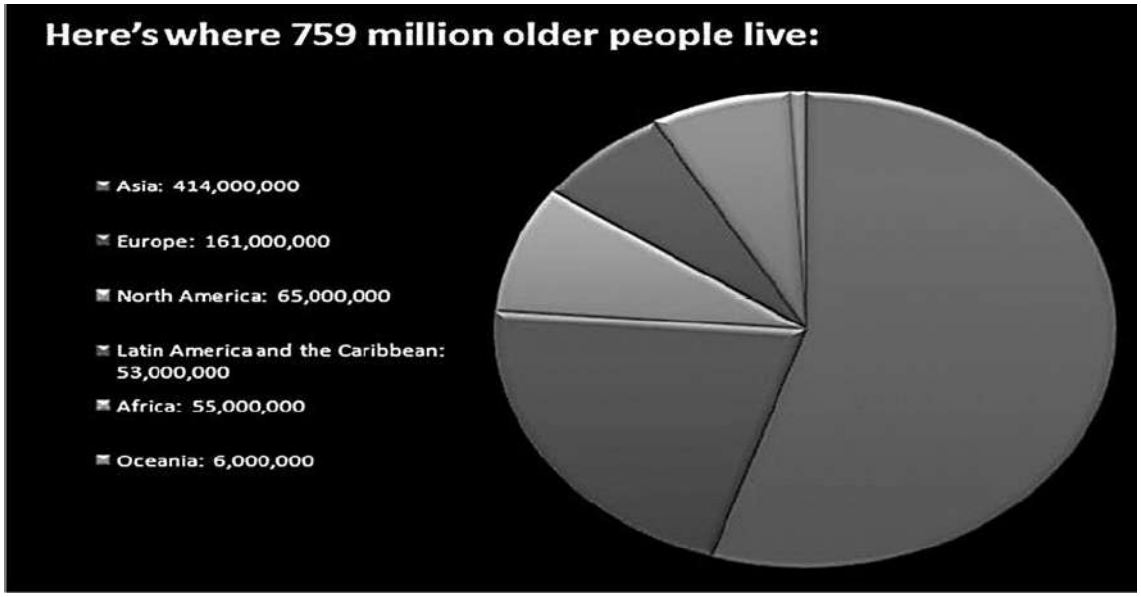
Pior resposta – 6,10

Os domínios da caatinga e do cerrado são os dois brasileiros que possuem clima semi-árido. A caatinga, tipicamente nacional, apresenta baixa pluviosidade e encontra-se no Nordeste mais interiorano, a qual Euclides da Cunha referiu-se como "Os Sertões", em obra acerca da guerra de Canudos. Em decorrência do baixo índice de chuvas, muitos rios secam, por isso a transposição do Rio São Francisco tende a auxiliar no desenvolvimento econômico da caatinga. Por ter sua nascente e sua foz em regiões cujo clima não é semi-árido, o São Francisco é perene e caudaloso. O cacto é bastante típico do domínio da caatinga, onde a vegetação, aliás é mais rara, pouco densa, baixa, mas a existente é bastante resistente à seca e tem capacidade de absorver e armazenar água de forma bastante elevada. Tanto o solo do cerrado quanto o da caatinga são pobres e ácidos. O cerrado também tem baixa pluviosidade, quando comparado a áreas florestais brasileiras, como a Amazônia e a Mata Atlântica. Contudo, o cerrado possui estação mais chuvosa e outra mais seca. A vegetação do cerrado é campestre, pouco densa, embora haja árvores esparsas. O domínio é, atualmente, um dos mais ameaçados, no Brasil.

Embora o solo do cerrado seja ácido, a tecnologia obtida através da cooperação com o Japão (PRODECER) permitia que o Brasil se tornasse um dos maiores produtores e exportadores da soja, mundialmente, transpassando a barreira natural, na que La Blache chamaria de "possibilismo", em detrimento do determinismo Ratzeliano. Assim, o principal produto brasileiro advém do agronegócio no cerrado, mormente no Mato Grosso. Já a atividade econômica na caatinga é mais escassa, devido ao solo pobre e à sua condição erosiva. Entretanto, isso não impediu que se desenvolvesse, por exemplo, indústria de sucos e frutas, por exemplo, em Petrolina e Juazeiro.

Questão 4

O número de pessoas com 60 anos de idade ou mais tem aumentado a uma taxa sem precedentes. Em 1980, havia 378 milhões de pessoas no mundo com 60 anos ou mais. Agora, 30 anos depois, esse número dobrou para 759 milhões, e projeta-se um aumento de 2 bilhões em 2050. A Organização Mundial da Saúde (OMS) prevê que até 2020, pela primeira vez na história, o número de pessoas com mais de 60 anos vai superar o de crianças menores de 5 anos de idade.



Disponível em: <https://www.unfpa.org/fr/node/7682>.

A população europeia está envelhecendo rapidamente, e isso é particularmente evidente nas cidades. Segundo o Eurostat, o número de pessoas com 65 anos de idade ou mais quase dobrará de 17% para 30% até 2060, e as pessoas com 80 anos ou mais passarão de 5% para 12%. Essa mudança demográfica significativa é vista como um grande desafio para os sistemas sociais e de saúde da Europa. Muitas cidades começaram a desenvolver e implementar programas amigáveis aos idosos. No entanto, o principal desafio para as cidades é menos o fato de estarmos vivendo mais, mas mais o fato de passarmos muitos anos da velhice em um ambiente urbano projetado por e para uma população mais jovem e economicamente ativa.

ACPA. Adaptação das cidades europeias ao envelhecimento da população: desafios políticos e melhores práticas. Disponível em: <https://www.espon.eu/ACPA>.

Com base nos fragmentos de texto motivador e considerando os elementos gráficos e os indicadores mencionados, disserte a respeito da temática apresentada, abordando os seguintes tópicos, com a devida exemplificação:

a) causas do envelhecimento da população mundial / de grupos de países ou continentes onde o envelhecimento da população já é problema atual;

b) perspectivas para o envelhecimento da população brasileira;

c) envelhecimento saudável; e

d) enumeração e explicação de dois desafios para as políticas públicas à população idosa.

Extensão do texto: até 40 linhas.

Valor: 20 pontos.

Média: 16,82 (total); 17,06 (ampla); 16,08 (cotas/PNE)

Desvio padrão: 1,587 (total); 1,655 (ampla); 1,215 (cotas/PNE)

Taciano Scheidt Zimmermann – 19,90

O envelhecimento da população mundial é um dos temas de maior relevância para a demografia no século XXI, inclusive inserido na agenda temática do G-20 na Cúpula de Osaka, em 2019. Um panorama do envelhecimento global e brasileiro, seguida de uma análise do envelhecimento saudável e das políticas públicas nesse tema, demonstra a sua importância para o desenvolvimento sustentável.

Em países como a Alemanha e o Japão, o envelhecimento populacional já é uma realidade preocupante. Entre as suas causas, destacam-se a maior expectativa de vida da população, em razão de condições de desenvolvimento humano avançadas, a estabilização em baixa do número de nascimentos e da taxa de fecundidade, além da disponibilidade dos avanços tecnológicos na área médica, que permitem maior longevidade à população. O alto índice de urbanização consolidada ajuda a explicar a fase demográfica de inverno em que se situam esses países, à luz do modelo de Thompson. O envelhecimento é um fenômeno que tende a resultar do avanço tecnológico e das transformações sociais pós-industriais, ampliando-se pelo mundo, já no horizonte de países como o Brasil.

A população brasileira vem apresentando significativo aumento da idade média (atualmente em 40 anos), e o envelhecimento, de acordo com o IBGE, deverá estar consolidado na década de 2030, na qual o número de idosos será o dobro do atual. O país está caminhando para fora do "bônus demográfico", embora ainda colha seus frutos, de modo que a razão de dependência da população só tende a crescer daqui para frente. Na 4ª fase da transição demográfica, a natalidade brasileira vai se estabilizando em baixa, contribuindo para o envelhecimento populacional. Preocupa a situação, uma vez que os sistemas previdenciário e de saúde pública já se encontram sobrecarregados, e o Estado tem pouca margem financeira para implementar políticas públicas para lidar com esse fenômeno.

O envelhecimento populacional, portanto, é central para a dinâmica populacional das próximas décadas, e seu impacto será tanto menor quanto mais saudável for o processo de envelhecimento. É relevante, nesse contexto, a reconceitualização do envelhecimento como a "melhor idade" e a formação de grupos de apoio mútuo para o combate à depressão, comum na terceira idade. O envelhecimento saudável também pressupõe políticas públicas de acompanhamento preventivo da saúde do idoso, com centros de atenção especificamente voltados para esse fim. Importante, ainda, é o desenvolvimento de oportunidades em torno da "longevidade", como feiras, encontros e foros, que oferecem entretenimento e oportunidades econômicas para o engajamento da população idosa.

Dois desafios despontam nesse cenário: pensar um novo ambiente urbano e garantir voz e representatividade ao idoso. A cidade precisa ser um ambiente acolhedor, adaptado e com opções de entretenimento à terceira idade. Somente assim ela será inclusiva, na acepção do objetivo n. 11 dos ODS. Algumas academias a céu aberto em cidades brasileiras, com equipamentos para incentivar o exercício físico aos idosos, são ótimos exemplos. O número de idosos cresce, mas eles ainda não são maioria, o que dificulta maior ação efetiva do Estado em relação ao envelhecimento. É preciso dar voz e meios de ação política, inclusive condições materiais de exercício do direito ao voto, a fim de que haja maior participação e inclusão política da população idosa.

Acima de tudo, porém, todos devemos nos lembrar de que somos idosos em potencial. As políticas públicas desenvolvidas hoje nos beneficiarão amanhã. O êxito do desenvolvimento sustentável dependerá de como essa importante variável populacional será encarada pela sociedade e pelo Estado.

Arthur Lomonaco Beltrame – 18,60

O envelhecimento da população mundial decorre dos impactos do processo de urbanização na melhoria das condições de vida e na expectativa de vida, em especial no acesso a saneamento básico, à melhor alimentação e a tratamento de saúde mais eficientes e modernos. Ao passo que regiões como Ásia e África ainda se encontram em rápido processo de urbanização e suas populações idosas em termos absolutos decorram de seu peso demográfico, outras regiões, como a Europa, já finalizaram a transição demográfica da 4ª fase de Thompson, enfrentando problemas na atualidade. Neste caso, o problema apresenta-se não somente pela alta taxa de idosos, mas pela baixa fecundidade em países com pirâmides etárias quase retangulares, o que impactará questões de cunho social, de saúde e previdenciária.

A população brasileira já apresenta, hoje, média de idade superior aos 30 anos, com expectativa de vida beirando os 80 anos e fecundidade já inferior à taxa de reposição de 2,1 filhos por mulher em idade fértil. Vislumbra-se, assim, um crescimento cada vez maior do contingente de idosos na sociedade brasileira. No caso específico do Brasil, observa-se o momento de transição demográfica conhecido como Janela de Oportunidade, ou Bônus Demográfico, onde a Razão de Dependência encontra-se em seu "vale". Já tendo superado o mínimo de sua Razão de Dependência, as perspectivas para o Brasil são de alargamento do topo de sua pirâmide etária e diminuição da base. Essa é, atualmente, a realidade nas principais economias da América Latina.

O envelhecimento populacional implica repensar as cidades como elas são, com vistas a zelar por um envelhecimento saudável física e mentalmente. Para tanto, deve-se adequar o meio urbano, de modo a incluir este cada vez mais representativo contingente populacional. Em termos físicos, é possível destacar a necessidade de ampliação da acessibilidade e transporte urbano, incluindo, por exemplo, calçamento público. Similarmente, o apoio a atividades físicas e ao acompanhamento médico preventivo e familiar tende a criar melhores condições para um envelhecimento saudável. Já em termos de produtividade e mentais, destacam-se as iniciativas para a realocação e o reaproveitamento no mercado de trabalho, o compartilhamento de experiências e a inclusão social direcionada à erradicação de preconceitos e comportamentos intolerantes.

Por fim, dois grandes desafios para as políticas públicas direcionadas à população idosa seriam relacionados à manutenção dessa população integrada à vida econômica e à produção, assim como balancear questões relativas a custos previdenciários e de saúde. Quanto ao primeiro, deve-se observar que o aumento da expectativa de vida também impacta na lucidez e capacidade para o trabalho, desde que com condições adaptadas, inclusive em relação a padrões de consumo. Já em relação às questões previdenciárias e de saúde, deve-se equacionar o natural aumento dos gastos dessa população frente a suas contribuições. A maior integração e valorização de uma população que envelhece é imperativa para nosso futuro.

Gabriel Clemente de Oliveira Bellato – 18,60

O envelhecimento populacional é fenômeno demográfico candente na contemporaneidade, em meio à diminuição da taxa de natalidade e de mortalidade. Todavia, trata-se de fenômeno mais grave em certos países desenvolvidos, como os da Europa Ocidental e o Japão, sendo que, segundo diversos geógrafos, este já se encontra em uma quinta fase do Modelo Demográfico de Thompson, não prevista por esse estudioso.

Entre as causas do envelhecimento populacional, tem-se a melhora das condições sanitárias e de saúde, a mudança de hábitos reprodutivos e a melhora geral das condições de vida. Com efeito, reduz-se a taxa de mortalidade na segunda e na terceira fases do Modelo de Thompson. Na quarta fase, tem-se o declínio da natalidade, por mudanças comportamentais. Com efeito, há um alargamento dos elos intermediários da pirâmide etária. Ademais, a urbanização e o encarecimento dos dispêndios com educação também condicionam a redução da taxa de natalidade e, consequente, o envelhecimento populacional. O envelhecimento populacional já é realidade na maioria dos países da Europa Ocidental, no Japão e no Canadá, que passaram por um "baby boom" após a Segunda Guerra Mundial e atualmente apresentam uma retração da taxa de natalidade, que se encontra bastante abaixo da taxa de reposição, de 2,1 filhos por mulher em idade fértil. O Japão, inclusive, já apresenta perda absoluta de população e possui a maior média etária do mundo.

Quanto ao Brasil, o país se encontra em um contexto de bônus demográfico, quando a população em idade ativa supera a idade inativa. Ainda assim, a janela demográfica brasileira irá se fechar em breve, tendo em vista que a taxa de natalidade nacional está em 1,7 filhos por mulher em idade fértil. Ademais, a população adulta jovem brasileira possui parca qualificação, o que será um

problema quando a razão de dependência brasileira começar a se elevar, como se observa nos países que já passam por um processo de envelhecimento populacional considerável. Logo, a capacidade de crescimento econômico do país poderá ser prejudicada em breve, tendo em vista que certos demógrafos salientam que o país está desperdiçando sua janela demográfica. O Brasil possui uma grande população desocupada em sua população economicamente ativa, o que, junto com a baixa qualificação, poderá tolher o desenvolvimento econômico do país no futuro e agravar o já frágil quadro do sistema previdenciário nacional.

O envelhecimento saudável envolve uma série de desafios para o poder público nos países que atravessam um processo de envelhecimento populacional. Em primeiro lugar, ele deve ser assegurado por meio da oferta de um sistema de saúde adequado, que atenda as necessidades das pessoas idosas. Ademais, ele envolve o fortalecimento de atividades recreativas e sociais e de cuidados para os idosos. Outrossim, deve-se fortalecer os cuidados e as reuniões familiares. Também envolve a construção de cidades mais inclusivas para a população idosa, para assegurar que o meio urbano contemple as necessidades desses indivíduos. Por fim, deve-se assegurar a renda dessa população, por meio de um sistema previdenciário justo e eficaz.

São dois desafios para as políticas para a população idosa, a criação de um sistema previdenciário equilibrado, em meio aos aumentos de gastos com a população idosa, e o fornecimento de um sistema de saúde mais eficaz. Ambos os desafios representam elevados gastos financeiros para o Estado, tendo em vista que se tem elevação dos dispêndios com previdência e saúde quando a população envelhece. Com efeito, uma solução para conter os efeitos deletérios do envelhecimento populacional e diminuir a razão de dependência é incentivar a imigração de jovens de países onde há crescimento populacional significativo, os quais possuem a capacidade de influenciar, positivamente, o crescimento econômico.

Pior resposta – 13,70

O envelhecimento populacional é um dos principais desafios às políticas públicas na atualidade. A principal cause desse processo é a queda a taxa de fecundidade da população mundial, reduzindo o número de jovens, e o aumento da expectativa de vida das pessoas.

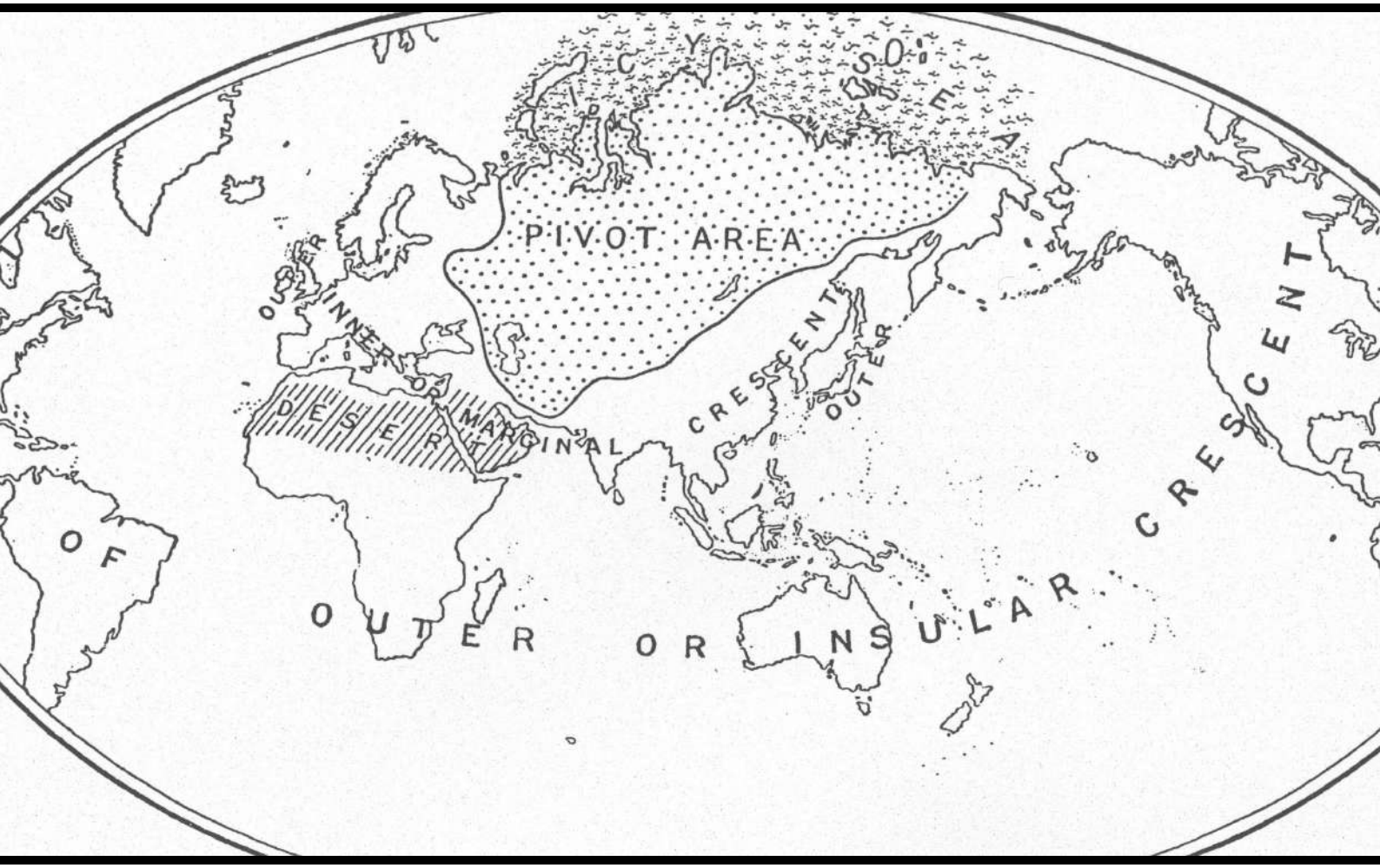
Esse é um processo demográfico natural das sociedades humanas, conforme aponta o modelo de Thompson. A partir da urbanização e da industrialização, há um processo de redefinição dos papéis familiares, com o ingresso da mulher no mercado de trabalho, e novos ideais de gastos e consumo. Aumenta, nesse contexto, o uso de métodos contraceptivos e há queda na fecundidade.

Nessa situação, ocorre o envelhecimento, conforme observado sobretudo na Europa. Nesse continente, a baixa taxa de fecundidade e a elevada expectativa de vida resultaram em uma sociedade com média etária acima dos 40 anos. Processo semelhante é observado no Japão. Já na China, a política antinatalista estatal, do "filho único", gerou o envelhecimento não natural do país, com queda acentuada da fecundidade.

A população brasileira encontra-se em processo de envelhecimento. As taxas de fecundidade no Brasil começaram a reduzir a partir da década de 1970 e, de forma mais intensa, na década de 1990. Hoje, a taxa de fecundidade nacional está em 1,8 filhos por mulher, logo abaixo da taxa de reposição. Apesar disso, é previsto que, até cerca de 2040, o Brasil esteja em seu bônus demográfico, ou seja, com relação favorável entre a população em idade ativa e a em idade inativa. A manutenção da queda da fecundidade, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste onde ela é mais alta, e o contínua crescimento da expectativa de vida impactarão no envelhecimento da população brasileira.

O envelhecimento saudável coloca-se então como necessidade, tanto no Brasil quanto no mundo. Isso significa, no Brasil, aproveitar os benefícios do bônus demográfico para transformar estruturalmente a sociedade e preparar-se para o futuro. São necessárias, portanto, medidas de fomento à educação de jovens, para que os ganhos na produtividade compensem a redução da população em idade ativa. Outrossim, deve-se construir um sistema previdenciário sustentável, que permita o atendimento da população idosa no presente e no futuro.

As políticas públicas encaram, portanto, importantes desafios frente ao "inverno demográfico". No setor da saúde, o atendimento geriátrico é custoso e específico, com crescimento dos casos de doenças degenerativas, sendo necessários especialistas na saúde pública. O redesenho do ambiente urbano é igualmente importante. As políticas públicas devem concentrar esforços para criar espaços públicos inclusivos, fortalecer uma infraestrutura de transporte acessível e outros projetos voltados ao bem-estar na velhice.


PIVOT AREA
INNER OR MARGINAL CRESCENT
OUTER
OUTER OR INSULAR CRESCENT
OF

Questão 1

Queremos que a nossa linguagem, no plano internacional, seja direta e simples, sem ambiguidades nem subterfúgios. Queremos que o governo brasileiro possa cumprir a vocação ecumênica de seu povo, aberto à comunicação desinibida e franca. Queremos explorar todas as vias do entendimento, por acreditarmos, fundamentalmente, que a cooperação é mais eficaz do que o antagonismo e que o respeito mútuo é mais criador do que as ambições de preponderância. Nossa conduta, para alcançar esses objetivos, é pragmática e responsável. Pragmática, na medida em que buscamos a eficácia e estamos dispostos a procurar, onde quer que nos movam os interesses nacionais brasileiros, as áreas de convergência e as faixas de coincidência com os interesses nacionais de outros povos. Responsável, porque agiremos sempre na moldura do ético e exclusivamente em função de objetivos claramente identificados e aceitos pelo povo brasileiro.

AZEREDO DA SILVEIRA, Antonio F. Pronunciamentos do chanceler Azeredo da Silveira na ONU (1974-1978) com notas introdutórias do Embaixador Luiz Felipe de Seixas Côrrea. *In*: LIMA, Sérgio E. M. (org.). *O pragmatismo responsável na visão da diplomacia e da academia*. Brasília: FUNAG, 2018, p. 50.

O texto apresentado foi extraído do discurso proferido pelo então chanceler brasileiro Antonio Francisco Azeredo da Silveira em 1974, durante a XXIX Sessão Ordinária da Assembleia Geral das Nações Unidas. Nesse discurso, Azeredo da Silveira tratou da política externa do governo de Ernesto Geisel, a qual ficou conhecida como pragmatismo ecumênico e responsável. Considerando essas informações, redija um texto dissertativo acerca da política externa de Geisel, abordando, necessariamente, os seguintes tópicos:

a) os antecedentes do pragmatismo responsável e ecumênico na política externa de governos anteriores a Geisel;
b) o pensamento de Azeredo da Silveira no âmbito da política externa de Geisel; e
c) as principais linhas de ação diplomática do pragmatismo ecumênico e responsável.

Extensão do texto: até 90 linhas.
Valor: 30 pontos.
Média: 20,87 (total); 21,55 (ampla); 18,84 (cotas/PNE)
Desvio padrão: 3,697 (total); 3,440 (ampla); 4,079 (cotas/PNE)

Ivan Abdalla Sá Fortes Clavery – 28,00

A política externa de Geisel ficou conhecida como "pragmatismo ecumênico e responsável", na medida em que buscou atingir o objetivo nacional do desenvolvimento com base em princípios e práticas universalistas e realistas. A política externa comandada pelo chanceler Azeredo da Silveira não era revolucionária, visto que havia antecedentes em governos anteriores. Entretanto, houve um aprofundamento do paradigma universalista no governo Geisel, com base na situação internacional e nas orientações do chanceler Silveira.

Pode-se afirmar que pelo menos desde o governo JK houve um impulso para uma maior diversificação de parcerias, para além dos parceiros tradicionais do país. Afinal, em 1959, Hugo Gouthier liderou a "Operação Brasil-Ásia" e o país buscou aproximações com a Europa Ocidental e o Japão. É nos governos de Jânio Quadros e João Goulart, entretanto, que o discurso do paradigma universalista se consolida na política externa brasileira, com o advento da Política Externa Independente. O Brasil retoma relações com a URSS, em 1961, abstém-se de votar pela suspensão de Cuba da OEA, em 1962, contrariando voto dos EUA, e busca aproximar-se dos países africanos. Entretanto, as restrições de política interna e o apoio à Portugal impedem que a política externa brasileira seja verdadeiramente pragmática, nesse período. Boa parte das intenções e princípios da PEI não saem do discurso, visto que o Brasil segue votando com Portugal.

Nos governos Costa e Silva e Médici há elementos pragmáticos e ecumênicos, principalmente relacionados ao multilateralismo. Assim, o Brasil defende o princípio da "segurança econômica coletiva" na UNCTAD e não assina o Tratado de não proliferação nuclear (TNP), em 1968. De maneira realista, Araújo Castro define, em 1971, que as potências do sistema internacional buscavam "congelar o poder mundial". Em relação à África, o chanceler de Médici, Gibson Barboza, debate com Delfim Netto, que defende a continuação da parceria com Portugal. Gibson Barboza realiza périplo pela África, em 1972, e visita o Quênia, no ano seguinte. Em 1973, as bases para a aproximação com a África estão consolidadas e o governo Geisel dará o passo final para a aproximação.

Azeredo da Silveira tinha um pensamento realista sobre as relações internacionais e isso será percebido na sua atuação como chanceler de Geisel. A política de Silveira para a Argentina exemplifica seu pensamento. O Itamaraty tinha a tradição de não rivalizar com a Argentina, visto que se considerava que os argentinos eram capazes de incitar o restante da América Latina contra um suposto "subimperialismo brasileiro". Tendo servido em anos anteriores na Argentina, Silveira percebia que os recursos de poder argentinos não acompanhavam mais os brasileiros, após o forte crescimento econômico desde 1968. Assim, pragmaticamente, Silveira impulsionará política externa em relação à Argentina que permitirá avançar no projeto de Itaipu com o Paraguai, inclusive com breve rompimento de relações diplomáticas, em 1977, com a Argentina. Silveira sabia que para ser pragmático, na década de 1970, precisava-se diversificar parcerias. É nesse contexto que seu pensamento estimula a aproximação com a África e o Oriente Médio.

Geisel assumiu sob os efeitos do primeiro choque do petróleo. Dependente dessa fonte de energia e com baixa produção nacional, o Brasil vai se aproximar do Oriente Médio já na XXIX Assembleia Geral, em 1974, ao reconhecer a OLP como representante dos palestinos. Na Assembleia seguinte, o Brasil apoia a Resolução 3379 da AGNU, que considera o sionismo como forma de racismo, contrariando o voto dos EUA. Além do petróleo, o Brasil buscava exportar produtos militares e serviços de engenharia para o Oriente Médio. O PNEMEM, de 1974, terá como principais clientes países da região, como o Iraque.

Para a África, a política externa de Geisel superou os últimos obstáculos, facilitada pela Revolução dos Cravos. Em 1974, o Brasil reconheceu Guiné-Bissau. Em 1975, o Brasil foi o primeiro país do mundo a reconhecer a independência da Angola. Em seguida, fez o mesmo em relação à Moçambique, mesmo com governos socialistas nesses países. Apesar de ser seu principal parceiro comercial na região, o Brasil afastou-se da África do Sul.

Com o choque do petróleo, o Brasil buscava alternativas energéticas. Nesse contexto, assina Acordo Nuclear com a Alemanha, em 1975, após os EUA dificultarem o acesso à urânio para o projeto da Westinghouse pelo teste nuclear indiano. Os EUA irão pressionar o Brasil por esse acordo com a Alemanha e, após a ascensão de Carter, pelos direitos humanos. Defendendo o princípio da não intervenção, Silveira denunciará o Acordo Militar de 1952.

No governo Geisel, o Brasil também amplia a cooperação com o Japão, no âmbito da JICA, busca aproximação com a Europa, com visitas de Geisel à Grã-Bretanha, França e Alemanha e começa a aproximação com a China, com o reconhecimento da RPC em 1974 e contatos econômicos em 1978. Em relação aos países amazônicos, Silveira promove a assinatura do TCA, a fim de afastar pressões internacionais.

A política externa de Geisel foi realista, com o objetivo principal de promover os interesses nacionais brasileiros. Para lograr êxito, Azeredo da Silveira consolidou o paradigma universalista na PEB.

Rodrigo Lara Pinto – 27,50

Azeredo da Silveira conduziu a política externa do governo Geisel, em período que ficou caracterizado pelas máximas do pragmatismo ecumênico e responsável. Tal momento da política externa brasileira herdou importantes traços da diplomacia de governos anteriores, especialmente aqueles lançados no período da política externa independente (PEI). Agregou-se a essas bases o pensamento diplomático do chanceler, desenvolvido ao longo de sua vida, mas com ênfase em seu período como embaixador em Buenos Aires. O resultado foram as importantes linhas de ação diplomática do pragmatismo ecumênico e responsável.

Para identificar a origem de alguns dos pilares do pragmatismo ecumênico e responsável, é preciso remontar ao período da PEI. Entre 1961 e 1964, a PEB foi conduzida com base na busca de autonomia, universalismo, não intervenção e neutralidade. O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com países do Leste Europeu e reatou as relações rompidas com a União Soviética. Deixa de buscar parcerias comerciais apenas em países do Ocidente e alinhados aos EUA e envia missão comercial à República Popular da China, capitaneada pelo vice-presidente João Goulart. No plano regional, resiste a pressões dos EUA para suspender Cuba da OEA, de modo que o país se abstém na votação e critica a invasão da Baía dos Porcos.

Durante o governo Castelo Branco, no entanto, há um rompimento dos pilares da PEI em prol de uma posição ajustada aos círculos concêntricos do hemisfério ocidental. Destacam-se, nesse período, o apoio à intervenção na República Dominicana (1965) e o rompimento de relações com Cuba. Nos governos que se seguiram, no entanto, houve gradual retomada dos pilares da PEI, sob a liderança dos chanceleres Magalhães Pinto e Gibson Barbosa. Na chancelaria do primeiro, o Brasil negocia a assinatura de Tlatelolco de modo a resguardar seus interesses e recusa-se a assinar o TNP. Já no caso do segundo, o país amplia suas relações com o entorno regional pelo Tratado da Bacia do Prata (1969), reforça sua soberania e autonomia pelo Tratado de Itaipu (1973) e por suas posições em meio ambiente na Conferência de Estocolmo (1972). Em âmbito comercial, o país busca diversificar suas parcerias com parceiros não tradicionais, como China e países do Oriente Médio, além de ser liderança no G-77 e na UNCTAD.

Azeredo da Silveira está profundamente inserido nesse contexto de retomada dos pilares da PEI pelo Itamaraty. O chanceler de Geisel servia, sob a chancelaria de Gibson Barbosa, como embaixador em Buenos Aires. Sua atuação na Argentina é paradigmática para a compreensão de seu pensamento à frente do Ministério das Relações Exteriores (MRE). No âmbito da assinatura do Tratado de Itaipu (1973) entre Brasil e Paraguai, a Argentina levantou grandes preocupações de ordem legal securitária e econômica. Argumentava que o Brasil havia descumprido o princípio da consulta prévia, que um acidente em Itaipu poderia inundar Buenos Aires e que sua construção inviabilizaria a construção da hidrelétrica argentina de Corpus. Silveira, como embaixador, modificou a tradicional postura de cordialidade oficial com as reclamações argentinas, abstendo-se de incomodar-se com as pretensões argentinas. Adotou, portanto, um posicionamento de atuação do Brasil como potência, capaz de fazer valer seus interesses, o que é levado à chancelaria de Silveira para as relações com os EUA e com a Argentina.

Além disso, o pensamento diplomático de Silveira é pautado pelos princípios do universalismo e do pragmatismo, o que significava se voltar para outros povos para garantir a defesa dos interesses nacionais brasileiros, mesmo que tais povos não estejam alinhados com o bloco Ocidental. Tal pragmatismo ecumênico seria marcado pela responsabilidade na medida em que não feriria padrões éticos ou valores caros ao povo brasileiro. Essa atuação do Brasil conta com contexto internacional mais favorável do que o da PEI, uma vez que a Guerra Fria passa por período de détente.

Dessa forma, é possível traçar algumas das principais linhas da ação diplomática da política externa de Geisel e Silveira. Em relação ao pragmatismo e ao universalismo na consecução dos objetivos e interesses brasileiros, destacam-se os reconhecimentos de diversos países que poderiam desenvolver laços econômicos, políticos e comerciais favoráveis ao país. Em 1974, o Brasil reconhece a República Popular da China, mudando sua embaixada para Pequim, antes os EUA o fizessem. Além disso, revertendo tradicional cautela em relação às colônias de Portugal, o Brasil adotou posição pragmática no reconhecimento da independência de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, ainda que governos de esquerda estivessem em posições de poder.

Em relação ao seu entorno regional, o Brasil não evitou o enfrentamento com a Argentina pela questão de Itaipu, sobretudo por conta dos efeitos do choque do petróleo para a matriz energética brasileira. A piora nas relações com a Argentina, sobretudo sob o governo de Evita Perón, foi contrabalançada pela aproximação com outros vizinhos. Em 1978, o Brasil assina o Tratado de Cooperação Amazônica, tendo por objetivo, além de facilitar fluxos econômicos e concertação política, garantir a manutenção da soberania sobre a floresta.

Em relação aos Estados Unidos, o Brasil também não fugiu de maiores enfrentamentos quando a defesa de seus interesses estava em jogo. As ameaças do governo Carter de restringir cooperação econômica e militar com países violadores de direitos humanos foram respondidas com a denúncia pelo Brasil do Acordo Militar de 1952 em 1977. Além disso, o país foi eleito para a Comissão de Direitos Humanos da ONU no mesmo ano, de forma a defender sua posição soberanista. Por fim, devido aos efeitos do choque do petróleo, o país buscou aproximar-se de grandes produtores no Oriente Médio, ainda que isso ferisse posições dos EUA e de seus aliados, como ocorreu no voto favorável à resolução da AGNU que condena o sionismo em 1975.

A política externa de Azeredo da Silveira deu, portanto, primazia aos interesses brasileiros nas relações internacionais. Tal postura autonomista, tem suas raízes mais próximas na PEI, e as transformações que ela operou na política externa brasileira deixou importante legado para os governos posteriores.

Luiz Carlos Keppe Nogueira – 24,40

O Pragmatismo Responsável e Ecumênico de Geisel e Azeredo da Silveira representou culminação de tendências já presentes em governos anteriores. Em relação à ideia de pragmatismo, pode-se mencionar a política externa formulada pelo Barão do Rio Branco, a barganha nacionalista de Vargas, a Operação Pan-Americana de Juscelino Kubitschek e a Política Externa Independente. O pragmatismo do Barão do Rio Branco evidenciou-se no estabelecimento de aliança não escrita com os Estados Unidos, os quais se tornariam a maior potência global nas décadas subsequentes; na busca de coordenação com Argentina e Chile, resultante na proposta de aliança ABC, a qual reconhecia que o grande crescimento argentino decorrente da aliança com a Inglaterra e das exportações de produtos primários eliminaram o desequilíbrio de poder favorável ao Brasil na região; e no que Doratioto denominou "gambito do rei" no Paraguai, com sacrifício da posição brasileira no país em prol da aproximação com os argentinos. Getúlio Vargas, por sua vez, mostrou-se pragmático, ao alcançar ganhos diplomáticos e econômicos para o Brasil, em contexto de competição entre Estados Unidos e Alemanha. No caso de Juscelino, foi pragmática a decisão de relacionar a noção de desenvolvimento, cara ao Brasil, ao discurso de securitização defendido pelos EUA no contexto da Guerra Fria. Salientou-se a importância da OPA para afastar o risco de penetração de ideologias exógenas no continente. A Política Externa Independente de Quadros e Goulart reforçou o pragmatismo, por exemplo, ao defender a não intervenção em Cuba, na conferência de San José. Quanto ao ecumenismo, pode-se citar os antecedentes de Juscelino Kubitschek e da PEI. Juscelino priorizou a aliança com os EUA, mas estabeleceu contatos importantes com atores extracontinentais. Com a Itália, acordou-se a Declaração de São Paulo, que previa cooperação em áreas como defesa e comércio. Com o Japão, estabeleceu-se acordo para investimento de estaleiros no Brasil. Além disso, firmaram-se tratados comerciais com países do bloco socialista, como a República Democrática Alemã. No caso da PEI, retomaram-se as relações comerciais com a URSS, com aproximação pessoal entre Quadros e Kruschev. O Brasil, ainda, buscou ampliar sua influência em temas de interesse global, como exemplificado pela defesa do desarmamento e pelo oferecimento da mediação do general Albino no contexto da crise cubana.

O pensamento de Azeredo da Silveira foi determinante para o desenvolvimento do Pragmatismo Responsável e Ecumênico. Em termos institucionais, esse pensamento consubstanciou-se na reforma do Itamaraty e na ascensão de jovens diplomatas – os "Silveira boys" – a cargos de destaque. A política externa foi centralizada, com ganho de influência do gabinete presidencial e do Ministério das Relações Exteriores em detrimento dos militares. Em relação às formulações discursivas de Azeredo da Silveira, pode-se citar, em primeiro lugar, a importância atribuída ao didatismo ("linguagem simples e direta") da PEB, em um contexto de abertura política e de recrudescimento da oposição da linha dura. Em segundo lugar, Silveira afirmou a irracionalidade das políticas de armamentismo nuclear dos Estados Unidos e da União Soviética, as quais desperdiçaram recursos que poderiam ser empregados no desenvolvimento global. Trata-se de proposição ousada, que atribuía ao Brasil o papel de julgar a racionalidade da política externa das duas maiores potências. Ao diferenciar as ações racionais e irracionais tomadas por esses países, o Brasil justificava suas decisões de desalinhar-se dos EUA em determinados temas. Por fim, há a ideia de que as restrições do Brasil em relação à Argentina eram autoimpostas, uma vez que o recente crescimento econômico nacional, em contexto de estagnação argentina, criara assimetria de poder favorável ao Brasil. Essa percepção resultou em uma política de poucas concessões em relação ao caso de Itaipu. As tensões entre os dois países alcançaram seu ápice quando houve fechamento de fronteiras. As demais linhas de pensamento de Silveira, relacionadas à busca de autonomia e de proteção dos interesses brasileiros ligados ao fornecimento de petróleo, por exemplo, ficam evidentes nas principais decisões da PEB no período.

Azeredo da Silveira e Kissinger tinham boa relação pessoal, favorecida pela postura norte-americana de reconhecer a existência de potências médias regionais dotadas de certa autonomia. Desse modo, o Brasil logrou defender seus interesses ligados ao programa nuclear, baseado em amplo contrato celebrado com a Alemanha para construção de usinas e estabelecimentos de enriquecimento, sem maiores prejuízos para a relação com os EUA. O estabelecimento de memorando de entendimento sobre consultas políticas entre os dois países representou aceitação tácita da política autônoma brasileira. Divergências comerciais, relacionadas à imposição de barreiras à exportação de produtos brasileiros, como calçados e café solúvel, também não impediram o bom momento das relações. Outra importante linha de ação diplomática foi a decisão de reconhecer o MPLA como representante de Angola, com base nos relatórios de Ítalo Zappa, bem como a independência do país. Do mesmo modo, reconheceram-se as independências de Moçambique e Guiné-Bissau, sem se ater aos termos de acordo com Portugal que determinava concertação política prévia sobre o tema. Quanto ao apartheid, reforçou-se a retórica contrária ao regime. O contexto da crise do petróleo e dos votos favoráveis de países árabes e africanos em prol da Argentina em relação a questão de Corpus nos foros multilaterais pôs fim à ambiguidade na posição relativa a temas como o conflito entre Israel e Palestina, como exemplificado pela decisão de votar favoravelmente na resolução que considerava o sionismo como forma de racismo. Por fim, pode-se mencionar a aproximação com o Japão, representada pela visita oficial de Geisel ao país, pelo recebimento de investimentos em setores como o metalúrgico e o siderúrgico e pelo estabelecimento de cooperação para a adequação do cerrado à agricultura, no contexto do Programa de Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER).

Pior resposta – 12,30

Antonio Francisco Azeredo da Silveira foi chanceler do presidente Ernesto Geisel. Sua diplomacia ficou conhecida sob o chavão do "pragmatismo ecumênico e responsável". Um princípio fundamental desse paradigma foi a universalidade da política externa brasileira, na busca de multiplicar parcerias, sem obstáculos ideológicos. Cabe assim, analisar os antecedentes, as características e as principais linhas de ação desse importante período para a inserção internacional do Brasil.

O universalismo da política externa brasileira teve marco inaugural no governo Jânio Quadros, seguido por João Goulart, com a Política Externa Independente (PEI), sob as chancelarias de expoentes, como Afonso Arinos de Mello Franco e San Tiago Dantas. Embora tenha havido um momento de ruptura, alcunhado de "passo fora da cadência", por Amado Cervo, no governo Castello Branco, o qual se limitou à inserção internacional (??) as esferas dos círculos concêntricos, é possível afirmar que a PEI foi retomada já no governo Costa e Silva. Isso revela que os princípios desse paradigma conferiam mais oportunidades ao Brasil no plano externo, dadas as necessidades do âmbito interno. Médici deu continuidade à PEI, mas foi no governo Geisel que esses princípios chegaram ao ápice do pragmatismo.

O pensamento de Azeredo da Silveira relacionava-se à obtenção de ganhos. O alinhamento automático aos EUA, padrão dos governos Dutra, Café Filho e Castello Branco (tendo, no último, chegado a enviar tropas para a República Dominicana, em lógica ideológica americanista) limitava potenciais parcerias de que o Brasil poderia beneficiar-se. O contexto internacional também era mais favorável ao pensamento de Silveira do que tinha sido, por exemplo, durante o governo Dutra, pois após a Conferência de Bandung, o caminho do neutralismo passou a ser possível, sem que fosse visto como um rumo em direção à esfera de influência oposta. Foi justamente esse neutralismo ideológico que Silveira buscou. Associado à defesa de princípios éticos, como a não intervenção em assuntos estrangeiros, a solução pacífica de controvérsias, o respeito mútuo ao direito internacional, o Brasil angariava maior simpatia de outros países e deixava de ser percebido como instrumento sub-imperialista dos Estados Unidos. Isso se coadunava com o contexto doméstico, uma vez que o milagre econômico brasileiro e o II PND alçaram o Brasil a um nível de industrialização e de produção sem precedentes na história nacional. A abertura de mercados às exportações brasileiras era, pois, fundamental. Isso somente seria possível se o Brasil tivesse postura mais neutra e bem-vista pela comunidade internacional, a qual a teoria construtivista das relações internacionais denomina de constituição da "identidade".

As principais linhas de ação diplomática da gestão Azeredo da Silveira corroboram seu caráter ecumênico e pragmático. Nesse período, o Brasil conquistou verdadeira autonomia em sua inserção externa, de que é exemplo o reconhecimento da República Popular da China, em 1974, e a mudança da embaixada em Taipei para a China continental. O sentido disso era claro: o país mais populoso do mundo representava muito mais valor para o Brasil, em termos de mercado consumidor para os produtos brasileiros e para a internacionalização de empresas nacionais, do que a pequena ilha de Taiwan. Além disso, como o Brasil sentia os efeitos da primeira crise do petróleo e a Nigéria ameaçou embargar as vendas de petróleo ao Brasil, o Brasil rompeu, definitivamente, com o colonialismo e com as relações próximas à África do Sul do apartheid. A decisão, mais uma vez convinha em termos econômicos para o Brasil. Tendo o Brasil reconhecido, pioneiramente, a independência de Angola e apoiado, inclusive, o movimento beligerante esquerdista MPLA, o país demonstrava o quão pragmático podia ser, sem restrições. Essa postura brasileira diferia dos Estados Unidos, o qual apoiava a UNITA, tornando-a, verdadeiramente independente, em alusão a PEI. O posicionamento do Brasil era pragmático pois o MPLA já havia conquistado a capital, Luanda, mesmo que com apoio financeiro cubano, o que tornava uma questão de tempo para que fossem vitoriosos e passassem a comandar o país. Dessa forma, o definitivo rompimento com o colonialismo português mostrava como o Brasil estava disposto a colocar em prática o discurso do desenvolvimento de nações do Sul global, a que o Brasil, igualmente, aspirava, e tornava mais fidedigna a posição brasileira de que o embate mais relevante não era aquele do Leste versus Oeste, mas, sim, entre Norte e Sul.

Questão 2

Quando conduzimos essa rápida revisão das correntes amplas da história, não é exato que uma certa persistência da relação geográfica se torna evidente? Não é exato que a região-pivô da política mundial é aquela vasta área da Eurásia que é inacessível aos navios, mas que, na antiguidade, ficava exposta a nômades montados a cavalo e, hoje, está em vias de ser coberta por uma rede de ferrovias? [...] A Rússia substitui o Império Mongol. [...] No mundo em geral, ela ocupa a posição estratégica central detida pela Alemanha na Europa. Ela pode atacar e ser atacada por todos os lados, exceto o norte. O desenvolvimento pleno de sua mobilidade ferroviária moderna é apenas uma questão de tempo. [...] Fora da área-pivô, em um grande crescente interior, estão Alemanha, Áustria, Turquia, Índia e China, e, em um crescente exterior, Grã-Bretanha, África do Sul, Austrália, Estados Unidos da América (EUA), Canadá e Japão. [...] Os EUA tornaram-se, recentemente, uma potência [também] no Oriente, afetando o equilíbrio europeu não diretamente, mas por meio da Rússia, e estão construindo o canal do Panamá para tornar seus recursos do Mississipi e do Atlântico disponíveis no Pacífico. [...] O desequilíbrio da balança de poder em favor do Estado-pivô, resultando na sua expansão sobre as terras marginais da Eurásia, permitiria o uso dos vastos recursos continentais para a construção naval e, a partir daí, o império mundial estaria à vista. Isso poderia ocorrer se a Alemanha se aliasse à Rússia. A ameaça desse evento deveria, portanto, conduzir a França a uma aliança com as potências marítimas, e França, Itália, Egito, Índia e Coreia tornar-se-iam outras tantas cabeças de ponte a partir de onde as marinhas externas poderiam apoiar exércitos e pressionar a aliança-pivô a manter forças terrestres, em vez de lançar todo seu poder na projeção naval. [...] As combinações particulares de poder nesse equilíbrio não são essenciais; minha tese é que, de um ponto de vista geográfico, elas devem girar em torno do Estado-pivô, que será sempre grande, mas com mobilidade limitada se comparado às potências marginais e insulares que o rodeiam. [...] a substituição da Rússia por alguma nova potência no controle da área interior não tenderia a reduzir a importância geográfica da posição de pivô.

MACKINDER, H. J. The geographical pivot of history. *In*: *The Geographical Journal*, vol. 23, n. 4 (abril de 1904), p. 421-437, com adaptações.

Em 1904, o geógrafo britânico Halford J. Mackinder publicou texto de conferência na Sociedade Geográfica Britânica, que veio a servir de base para boa parte da reflexão geopolítica subsequente. Em *O pivô geográfico da história*, Mackinder sustenta que a tensão básica do sistema internacional seria entre a potência ou potências que controla(m) a área-pivô ou Heartland (o centro da massa terrestre eurasiática) e as que controlam as áreas dos crescentes interno (a periferia marítima da Eurásia, o que Nicholas Spykman chamou de Rimland) e externo (as potências navais: Império Britânico, Estados Unidos, Japão). Mackinder, em 1919, sintetizou o próprio pensamento na fórmula célebre: quem controla a Europa Oriental controla o Heartland; quem controla o Heartland controla a Ilha-Mundo (Ásia, Europa, África); quem controla a Ilha-Mundo comanda o mundo.

Considerando que os fragmentos apresentados têm caráter meramente motivador, aborde, necessariamente, os seguintes tópicos:

a) analise sinteticamente se a tese de Mackinder correspondeu ou não ao teste da história, de 1904 até hoje; e

b) descreva quais seriam, hoje, os objetivos estratégicos dos EUA, da China e da Rússia, levando em conta o pensamento de Mackinder e o cenário estratégico atual.

Extensão do texto: até 90 linhas.

Valor: 30 pontos.

Média: 18,42 (total); 19,51 (ampla); 15,14 (cotas/PNE)

Desvio padrão: 5,859 (total); 5,782 (ampla); 5,307 (cotas/PNE)

Bruno Rolim – 30,00

A tese de Mackinder foi posta a teste em várias ocasiões ao longo da história, a primeira delas a Grande Guerra de 1914. Temia-se uma entente russo-germânica, o que se ampliou após a derrota de ambos os países, excluídos da ordem do imediato pós-guerra. Ao longo da década de 1920, a perspectiva dessa aproximação levou à inclusão alemã na Liga das Nações; além disso, EUA e Reino Unido buscavam manter o controle sobre o entorno russo, seja por colônias (caso indiano) ou pelo fortalecimento naval japonês. Isso viria abaixo na década de 1930, com o Japão se aproximando da Alemanha e o Pacto Ribbentrop-Molotov. Novamente, a ameaça da entente russo-germânica emergiria, mas seria frustrada pelos próprios alemães, que decidiram atacar a Rússia na Segunda Guerra e foram derrotados.

A ameaça de alianças não desapareceria do pensamento geopolítico durante a Segunda Guerra. Para conter o avanço soviético, os EUA se valeram do Plano Marshall e da OCDE (então OECE), além do auxílio financeiro a países asiáticos. Até então, outro ator de peso permanecia relativamente inerte, mas gerava temores: a China passaria a atuar de forma mais assertiva após 1949; na Guerra da Coreia, apoiou o Norte. Finda a Guerra Fria, novamente a tese de Mackinder não se concretizou, mas seguiu mostrando-se uma ameaça com bases consistentes. Desde então, a balança de poder sofreria algumas mudanças: a Rússia, após anos de entropia pós-fim da URSS, busca recuperar-se; a China ascendeu meteoricamente e é hoje uma das potências globais; os EUA, após momento unipolar na década de 1990, vê a emergência de novos polos de poder. Isso leva a um novo jogo de conceitos e estratégias geopolíticas, novamente sob a égide de Mackinder.

Hoje, o Heartland consiste na região da Ásia Central e seu entorno, agora com um conjunto de novos atores nacionais surgidos da dissolução soviética. Adequando o pensamento de Mackinder ao cenário estratégico atual, a China passa a desempenhar o papel de grande postulante ao controle da área-pivô, por meio da iniciativa da "Nova Rota da Seda". Se, em 1904, Mackinder temia a disseminação de uma rede de ferrovias, o projeto chinês vai além, incluindo uma rota marítima pelo sul da massa eurasiana e outra pelo Ártico, que se mostra cada vez mais acessível à navegação.

Assim, a China tem como objetivo estratégico ampliar sua influência sobre essa região-pivô, ao mesmo tempo que, pelas rotas marítimas, busca neutralizar o "Rimland" de Spykman, tido como vital na contenção da aliança-pivô. A consecução desses objetivos chineses passa pela estruturação da Nova Rota da Seda em corredores terrestres, que integrarão países desde o Oriente até a Europa Central, com suporte financeiro de iniciativas como o Banco

Asiático de Investimentos e Infraestrutura (BAII). Hoje, mais de setenta países aderiram à iniciativa, que ampliará a presença chinesa em áreas como comércio, infraestrutura e mesmo segurança. As vertentes marítimas têm o potencial de neutralizar eventuais óbices e, ademais, fortalecer uma característica chinesa da qual a Rússia carecia: a China tem acesso a águas quentes de um oceano aberto, o que potencializa a constituição de uma força naval. Países como a Índia já expressaram seu temor quanto a pretensões chinesas, dentro do conceito do "colar de pérolas": a China não apenas buscaria estabelecer-se comercialmente, mas manter presença militar em todo o Índico, chegando à África Oriental. Quanto ao Ártico, seria necessária articulação com a Rússia, que controla quase a integralidade da costa euroasiática setentrional.

A Rússia, hoje, também tem seus objetivos estratégicos, que levam em conta a ideia de um mundo multipolar no qual é um dos polos. Dentro da política externa de Vladimir Putin, o entorno imediato do país e o espaço ex-soviético são áreas de interesse direto. Dentro desse objetivo, Moscou encabeçou iniciativas como a Comunidade dos Estados Independentes (CEI) e sua área de livre comércio, e a OTSC, espécie de OTAN no seu espaço regional. As iniciativas econômicas incluem a Comunidade Econômica Eurasiática (CEE), enquanto há projeção às águas quentes, como nos tratados com países do Mar Negro e do Mar Cáspio. A Rússia busca manter sua preponderância regional, ao mesmo tempo em que tem consciência da inevitável presença da China. Assim, os países encabeçam a OCX, organização de cooperação que congrega russos e chineses quanto à política na Ásia Central e que conta também com Índia e Paquistão. Para os russos, a aliança com os chineses é uma forma de consubstanciar alternativa aos EUA e constituir um novo eixo de poder, deslocado ao Leste e ao Pacífico; no Ártico, busca ampliar seu poder pela plataforma continental.

Diante dessas ameaças, os EUA também buscam seus objetivos. Embora Donald Trump tenha desfeito o "Pivô para a Ásia" de Obama, não deixou de buscar conter os avanços de russos e, sobretudo, chineses. Isso justifica, por exemplo, as tratativas com a Coreia do Norte; ademais, o país mantém, pelos "Five Eyes", aliança de inteligência que inclui Canadá, Austrália e Nova Zelândia, meio de monitorar via Pacífico as ações de Pequim. Os EUA também se aproximam da Índia, aproveitando-se do temor naval. Porém, os EUA acabam, pela atual postura de maior isolacionismo na América Latina, abrindo espaços para a China, como no próprio Canal do Panamá. Assim, os EUA adotam outros mecanismos para tentar conter Pequim, que chegam até mesmo à atual guerra comercial, ainda que muitos danos adicionais sejam causados. Na contenção do avanço russo ao Ocidente, Trump acaba por obstar melhor atuação da OTAN, ao queixar-se da falta de contribuições suficientes europeias. Percebe-se, pelas ações norte-americanas, disjunção entre o objetivo de contenção chinesa e a efetividade de suas práticas. Ainda assim, as aproximações com Índia, Coreia do Norte e a presença no Mar do Sul da China mostram que o imperativo mackinderiano segue vivo na geopolítica norte-americana.

Em 115 anos, a tese de Mackinder jamais se concretizou, sobretudo pelas ações de outros atores que frustraram as tentativas. Contudo, a Nova Rota da Seda, sobretudo com a perspectiva de concertação russa, faz com que a consecução do controle da área-pivô pela aliança de potências orientais esteja próxima como jamais antes na história.

Rodrigo Lara Pinto – 27,50

Halford Mackinder foi responsável pela elaboração de uma das principais teses geopolíticas da história no século XX. Sua concepção de área pivô, posteriormente rebatizada de Heartland, permeou discussões a respeito de disputas territoriais que atravessaram as duas guerras mundiais e a Guerra Fria, guardando relevância até os dias de hoje. Os objetivos geopolíticos estratégicos das grandes potências atuais, EUA, China e Rússia, têm relação direta com alguns dos preceitos elaborados por Mackinder no início do século XX.

Ao se analisar se a tese de Mackinder correspondeu ao teste da história até os dias atuais, percebe-se que, embora muitas de suas concepções tenham-se tornado obsoletas, suas linhas mestras ainda permanecem relevantes. A área pivô de Mackinder designa uma região eurasiática que corresponde majoritariamente ao território da atual Rússia e de alguns países da Europa Oriental. Tal área seria dotada de recursos de defesa (barreiras naturais, não acesso pelo oceano) e recursos naturais (energéticos, alimentares, de base). Somava-se a isso o processo de integração do território pela construção de ferrovias russas. Com todos esses recursos de poder, quem controlasse essa região poderia projetar sua influência e expandir-se para outras, podendo controlar o mundo.

Embora essa supremacia da área pivô não se tenha verificado, a necessidade de contenção de potências com recursos de poder terrestre é algo que perpassou os conflitos mundiais do século XX. Já na Primeira Guerra Mundial, a importância do Heartland foi relativizada pelo emprego da aviação, de forma que barreiras naturais da área não evitariam ataques. O conflito colocou em lados opostos Rússia e Alemanha, países que Mackinder temia que podiam se unir para controlar o Heartland. Na Segunda Guerra Mundial, mais uma vez os países enfrentaram-se, de modo que, ao final do conflito, a URSS passa a ter influência sobre a quase totalidade da área pivô. Isso, no entanto, não se converteu em controle mundial. Primeiro, porque o desenvolvimento de armas nucleares relativizou ainda mais a importância de recursos de poder terrestre. Segundo, porque os EUA lograram conter o expansionismo soviético com sua atuação e presença militar no seu entorno, como nos seus aliados europeus (OTAN) e asiáticos (OTASE).

Portanto, durante a Guerra Fria a neutralização da área pivô passou pela formação de um cordão ao seu redor, embasada na teoria do Rimland, de Spykman. Embora as ideias de Mackinder não tenham correspondido à realidade no que tange ao controle mundial, a preocupação dos EUA em conter a potência rival rica em recursos de poder terrestre mostra que suas teses não são nada desprezíveis. Nos dias atuais, o fortalecimento e reerguimento da Rússia ocorre paralelamente a mais um desafio para o Heartland. O degelo do Ártico elimina gradualmente a inacessibilidade da área pivô pelo oceano.

Levando em conta a teoria de Mackinder, é possível identificar os principais objetivos geopolíticos das grandes potências mundiais. Os EUA, primeiramente, buscam a contenção de seus rivais geopolíticos. Nesse sentido, o país mantém tropas em seus aliados europeus da OTAN, de forma a conter o poderio russo, e sua marinha posicionada em aliados e em mares internacionais do Pacífico, de modo a restringir o expansionismo chinês. Soma-se a isso seu sistema de alianças na Ásia, formando uma espécie de diamante de contenção em torno de Pequim devido às alianças com Índia, Coreia do Sul, Japão, Austrália. Dessa forma, Washington busca impedir a projeção de poder de seus rivais. A área pivô russa fica restrita pela própria dificuldade de acesso ao mar, a presença dos EUA na Europa e na Ásia e a projeção chinesa no sul.

Em relação à China, seu objetivo estratégico primordial envolve o rompimento da contenção norte-americana. Para tanto, a iniciativa Belt and Road cumpre importante papel na projeção de seu poder para outros continentes. Soma-se a isso a construção recente de bases militares na África (Djibouti), bem como sua defesa ferrenha de seu controle e soberania sobre o Mar do Sul da China, válvula de escape para o incrustado território chinês. Ademais, a China tem feito importantes investimentos em sua marinha, dada a presença militar americana na região. Tudo isso é complementado por uma acirrada corrida tecnológica com os EUA, de forma a, portanto, superar a contenção que Washington faz ao poderio chinês na região. Quanto à Rússia, Pequim busca aproximação, marcada pela sinergia entre os líderes Putin e Xi Jinping, de modo a evitar novo front de embate na região. Os recursos de poder terrestre chineses não são suficientes para a projeção do país, de modo que o rompimento da contenção dos EUA é fundamental para o projeto chinês.

No caso da Rússia, sua estratégia geopolítica tem sido a de reação ao aumento de sua restrição por parte de outros atores. O avanço da União Europeia e, principalmente, da OTAN em direção ao seu território provocou ações contundentes de Moscou. O apoio aos separatistas de Donbass, na Ucrânia, e a tomada da Crimeia em 2014 representam movimentos russos no sentido de evitar a contenção de seu poder terrestre. A participação em organizações político-militares com países da região também faz parte de tal esforço, destacando-se a sua atuação na OTSC e na OCX. A aproximação com a China e os BRICS mitigou o isolamento internacional sofrido por Moscou após os eventos na Ucrânia. Por fim, a projeção de seus recursos de poder terrestre atualmente tem importante vertente comercial, na medida em que a China, a Alemanha e outros países europeus dependem de suas exportações de recursos energéticos.

A disputa pelo Ártico sintetiza a relação das teses de Mackinder com os objetivos geopolíticos das três potências atualmente. A Rússia clama sua soberania sobre grande parte como forma de evitar maiores fragilidades em sua defesa, além da possibilidade de projetar seu poder. A China busca expandir sua influência pelo comércio por meio da autonomia que teria nas novas rotas que se abrem. Os EUA, além de seus próprios interesses, visam a conter a expansão de seus rivais.

João Paulo Melo Nacarate – 26,50

Mackinder foi um dos principais autores de geopolítica, criando uma teoria continentalista que valorizava os recursos territorializados, considerando que haveria avanços na rede ferroviária, que promoveria a integração do território. A principal área de interesse geopolítico era o centro da Europa, ocupado pela Rússia. Para avaliar como sua tese correspondeu aos fatos, pode ser útil subdividi-la em alguns aspectos: integração pelas ferrovias; existência ou inexistência de barreiras naturais de proteção; expansão sobre terras marginais e aquisição de significativa capacidade naval; possibilidade de aliança entre Rússia e Alemanha; e, a mais importante, se quem controla a Europa Oriental controla o Heartland controla a Ilha-Mundo e, assim, o mundo.

Sua tese pressupunha uma expansão plena da rede ferroviária russa, o que permitiria a integração do território e mobilização eficiente dos recursos naturais disponíveis. Houve uma expansão da rede, simbolizada pela ferrovia Trans-Siberiana, mas o custo de implementação de ferrovias ainda é alto e o custo de transporte por ferrovias ainda é substancialmente maior que o marítimo. Com isso, conforme o próprio autor reconhece, a mobilidade é limitada. Nesse aspecto, podemos concluir que houve avanços no sentido previsto pelo autor, mas o efeito ficou aquém do esperado (sem tanta integração).

De acordo com o autor, a área pivô estava vulnerável a ataques por todos os lados, salvo pelo norte. De fato, houve ataques ao Oeste (I e II Guerras Mundiais) e ao Leste (Guerra Russo-Japonesa de 1905). Contudo, não houve ataque significativo vindo pelo sul, seja no Caucaso, seja na fronteira com a China e Mongólia. Nota-se, ainda, que os Urais serviram como barreira de proteção durante a II Guerra Mundial, já que boa parte da produção bélica foi transferida para Leste dessa cadeia montanhosa, mas, ainda assim, como afirmou o autor, parte do território ficava exposta. À época os ataques ou eram terrestres ou navais. De modo que a tese não correspondeu ao surgimento da aviação de guerra nem aos mísseis de longo alcance. Embora ainda não tenha havido ataques desse tipo de monta recentemente, o Ártico é um dos principais possíveis cenários de guerra, já que é a menor distância entre os Estados Unidos e a Rússia. Nesse aspecto, não correspondeu a história.

Mackinder considera ser possível uma expansão sobre terras marginais da Eurásia, o que permitiria a construção de significativa capacidade naval. Houve uma expansão sobre terras marginais na Europa Oriental e no Caucaso, contudo, o acesso russo a mares continuou limitado: Ártico, muito difícil de transitar dado o congelamento; Mar do Norte também congela, além de ter muitos estreitos não controlados pela Rússia; Mediterrâneo, com Gibraltar, e Dardanelos do Negro; Mar do Leste, com o Japão limitando o acesso ao Pacífico. Assim, o acesso russo aos grandes oceanos é bastante limitado e a Rússia não chegou a desenvolver uma marinha proporcional ao seu território. Desse modo, a tese foi parcialmente corroborada, pois houve expansão, mas não o desenvolvimento naval esperado.

O autor considerou a possibilidade de Alemanha e Rússia se alinharem, o que facilitaria a expansão russa sobre as terras marginais. Isso não ocorreu: os dois países se enfrentaram na I e na II Guerra Mundial. Na Guerra Fria, a Alemanha Ocidental também ficou em lado oposto ao do Hartland, à época, URSS. Logo, não se verificou.

Por fim, o aspecto mais importante da obra é a percepção que o controle da Europa Oriental leva a um controle do Heartland, que leva ao controle da Ilha-Mundo, que leva ao domínio mundial. A URSS dominou diretamente parte da Europa Oriental (como Ucrânia, Estônia, Letônia e Lituânia) e indiretamente, por meio de sua zona de influência (como Polônia e Hungria); chegou a influir na Europa Central, com a Alemanha Oriental. A despeito de dominar o Hearland, a URSS não dominou a Ilha-Mundo nem o mundo. Agindo em consonância com a tese do Rimland de Spykman, os Estados Unidos fizeram uma rede de contenção ao Heartland, o que impediu o domínio completo pelos soviéticos. Com isso, a tese de Mackinder não se verificou. O próprio autor reconhece isso, e, na década de 1940, publica trabalho considerando um modelo híbrido, em que o poder era concentrado em dois polos (URSS, poder continental) e EUA (poder marítimo) tornando um modelo híbrido.

O pensamento do autor, que enfatiza a importância dos recursos territorializados, a localização estratégia do Hearland no centro da Eurásia e a importância da integração do território, mesmo não tendo correspondido ao teste da história em seu aspecto mais importante, ainda é muito influente e tem relação com os objetivos estratégicos dos EUA, Rússia e China.

Os EUA seguem, em grande medida, a tese do Rimland do Spykman e busca conter a expansão do Heartland para áreas marginais, o que levaria ao domínio do mundo. Essa estratégia foi renovada com o fim da Guerra Fria e a dissolução da URSS. Boa parte dos países comunistas ou as antigas repúblicas soviéticas ou entraram na OTAN ou na União Europeia ou em ambos. A UE, embora não seja uma aliança militar, implica em aproximação socioeconômica e também geopolítica aos países ocidentais, em detrimento de uma proximidade com a Rússia. Com isso, houve uma redução da área do Heartland controlada pela Rússia.

Os EUA têm objetivo estratégico análogo em relação à China. Há alianças com países do entorno regional chinês como Japão e Filipinas e proximidade estratégica em relação a outros vizinhos, embora as relações sejam bem mais complexas, como Índia e Paquistão. Além disso, o país busca manter a liderança no desenvolvimento tecnológico, denunciando práticas desleais da China, como o roubo de propriedade intelectual. No que diz respeito à OTAN, o país ainda pressiona os seus aliados a cumprirem com as metas acordadas de gastos com defesa de modo a fortalecer a capacidade militar da organização.

A Rússia, por sua vez, busca estancar ou reverter o avanço da influência dos países ocidentais sobre os antigos países comunistas e, especialmente, sobre as antigas repúblicas soviéticas. A intervenção na Georgia (2005) e a anexação da Crimeia (já na década de 2010) podem ser entendidas nesse sentido. Há ainda acusações bem fundamentadas que o país financia e dá suporte a milícias russófonas no conflito no Leste ucraniano. A proteção da população que fala russo é tida como uma prioridade para a Rússia, o que resulta em tentativa de aumentar influência sobre áreas do Heartland na Europa Oriental.

Na Ásia Central, a Rússia acabou optando por uma divisão de poder com a China, formando um condomínio de poder refletido na Organização para a Cooperação de Xangai, que inicialmente só incluía os dois países e países na Ásia Central, como Uzbequistão, Tadiquistão e Turcomenistão. A organização também busca combater o terrorismo, o extremismo e o separatismo, o que está de acordo com o objetivo estratégico russo de eliminar ameaças internas, inclusive por contaminação externa, à integridade territorial do país. A aproximação com a China também se dá em âmbito bilateral, com recebimento de investimentos (como em portos e agricultura), acordos para venda de hidrocarbonetos, e, principalmente, exercícios militares conjuntos. Mearsheimer, contudo, afirma que a tendência é alinhamento aos EUA para balancear a China.

A China tem objetivos estratégicos internos e externos. Internamente os protestos em Hong Kong, o governo autônomo de Taiwan, o separatismo do Tibet e da província ao norte do Tibet de maioria muçulmana são considerados ameaças à integridade territorial chinesa. A construção de ferrovias nas duas províncias separatistas para integrar o território é consonante ao pensamento de Mackinder. Dada a vulnerabilidade dos estreitos, o país busca, por meio do OBOR alternativas como pelo Ártico, terrestre até a Europa e corredores logísticos com acesso ao mar, como o de Myanmar e do Paquistão. Além disso, o país investe muito no desenvolvimento da sua marinha e em novas tecnologias, inclusive militares. Um dos objetivos é afirmar a soberania sobre o Mar do Sul da China. Paralelamente, o país busca aumentar sua capacidade política, econômica e de soft power cultural no mundo.

Pior resposta – 10,00

No início do século XX, Halford Mackinder, britânico, preocupou-se com a ascensão da Rússia e da Alemanha. Tem em vista que essas regiões encontram-se em uma grande massa terrestre na Eurásia, e o Império britânico era principalmente naval, devido à sua dispersão pelo globo, o geógrafo destacou que o poder terrestre, e particularmente o controle dessa área-pivô na Eurásia, que era de fato determinante para assegurar o domínio global e longevidade dos impérios. Desse modo, o geógrafo desejava apontar possíveis fragilidades do Império britânico, e para tal elaborou a teoria da área-pivô e da Ilha-Mundo.

Para Mackinder, a área-pivô, ou o heartland encontrado na Eurásia era, de fato, o pivô geográfico da história devido a três motivos basicamente. Essa área extensa era dotada de uma abundância de recursos fundamentais. Em segundo lugar, sua topografia de planície favorecia o rápido deslocamento terrestre, principalmente com o uso de ferrovias. Por fim, por suas características geográficas, a área-pivô permitia rápido acesso do "homem terrestre" ao mar, mas os "homens do mar" não tinham fácil acesso a essa massa terrestre. Portando, o heartland se convertia em uma fortaleza natural.

A tese de Mackinder, contudo, não se mostrou totalmente imune ao teste da história, pois o geógrafo não considerou relevante as inovações de navegação, e também não pôde prever a ascensão da tecnologia de aviação. Já em 1904, a tese de Mackinder não resiste a primeira prova com o conflito entre Rússia e Japão, no qual o Japão se saiu vitorioso após vultosos investimentos em modernização da sua economia e tornar-se uma potência naval. Durante as grandes guerras, o poder naval e de aviação (no caso da II Guerra Mundial) foram reafirmados como fundamentais para a estratégia geopolíticas e militares dos países beligerantes. Após a construção da ordem liberal, no pós-1945, e o fim da Guerra Fria, o comércio internacional tornou-se o principal vetor de interação entre os países. E como esse comércio é realizado, em sua maior parte, pela via marítima, evidencia-se a relevância destacada do poder naval nos cálculos geopolíticos na atualidade.

As ações das principais potências contemporâneas – China, EUA e Rússia – demonstram que a estratégia geopolítica no cenário atual não menospreza o poder terrestre, mas, sem dúvida, põe significativa relevância para o poder naval. Os EUA, desde o início da sua formação territorial, buscaram superar sua continentalidade, baseado nas teses de Mahan, principalmente. Nesse sentido, patrocinou a construção do canal do Panamá e se tornou uma potência naval ainda no século XIX. Atualmente, seu cálculo geopolítico procura conter a ascensão dos rivais em áreas marítimas estratégicas, como no Ártico e no Mar do Sul da China.

As ações dos EUA nas áreas supramencionadas se justificam pelos projetos geopolíticos que China e Rússia têm demonstrado. O Ártico, com o aquecimento global, terá uma janela de navegabilidade muito maior, o que permitirá o trânsito militar e as trocas comerciais por rotas muito mais curtas por períodos maiores ao longo do ano. Nesse sentido, a Rússia já desenvolve projetos de exploração do Ártico e a China, por exemplo, participa do órgão multilateral responsável pelo tema. O Mar do Sul da China representa um dos pontos de maiores tensões em relação a geopolítica marítima na atualidade, uma vez que pela área passa a maior parte do comércio global, além de ser também rica em recursos minerais e pesqueiros.

A China, nesse contexto, empreende diversos projetos com impactos geopolíticos significativos. No Mar do Sul da China, tenta garantir seu controle sobre a região, com a construção de ilhas artificiais e bases de apoio, o que provoca sérias disputas com países vizinhos que também reclamam a soberania sobre a área. Com a iniciativa Cinturão e Estrada, pretende garantir o escoamento da produção e o suprimento de recursos para a sua economia por meio de projetos de infraestrutura, como a construção de canais na Nicarágua e na Tailândia, este último para eliminar sua dependência em relação ao estreito de Malaca. Esses projetos, contudo, encontram-se em diferentes fases de execução.

Apesar da preponderância do fator naval, nos cálculos geopolíticos atuais, o poder terrestre, como destacado por Mackinder, também tem relevância, ainda que por vezes subsidiária. Rússia, China e EUA ainda dependem grandemente do domínio de porções terrestres para garantir a produção e o transporte de petróleo, que ainda é fundamental para suas economias. Outro exemplo é o projeto de construção de ferrovia ligando o Atlântico ao Pacífico na América do Sul, capitaneado pela China.

Diante do exposto, conclui-se que na atualidade o cálculo geopolítico prioriza o reforço e o controle do poder naval, diante não só da realidade contemporânea e das características atuais da economia global, mas também da potencialidade do surgimento de novas rotas e de novas áreas de exploração marítima. Entretanto, o poder terrestre, como ressaltado pelas considerações de Mackinder, não deve ser menosprezado, pelo contrário, é ainda parte relevante das estratégias das principais potências mundiais.

Questão 3

Discorra a respeito da política externa argentina do governo de Mauricio Macri. Aborde, necessariamente, os seguintes tópicos (não necessariamente na ordem a seguir):

a) fatores domésticos e externos que condicionaram a atuação internacional do país;

b) curso de ação no plano regional;

c) semelhanças ou diferenças em relação à política externa dos governos de Carlos Menem e de Néstor e Cristina Kirchner; e

d) evolução das relações com o Brasil, bem como de processos negociadores, no âmbito do MERCOSUL, com parceiros extrarregionais.

Extensão do texto: até 60 linhas.
Valor: 20 pontos.
Média: 15,07 (total); 16,02 (ampla); 12,20 (cotas/PNE)
Desvio padrão: 2,803 (total); 2,510 (ampla); 1,261 (cotas/PNE)

Bárbara Policeno Pereira – 19,10

A política externa argentina, sob o governo de Maurício Macri, representou significativa inflexão em relação aos governos Kirchner, sobretudo em aspectos econômicos e políticos.

No plano interno, Macri foi eleito sob a promessa de recuperar o crescimento argentino, por meio de estímulos ao empresariado. Houve também promessa de ajustes, os quais, no entanto, tiveram dificuldade em sua implementação. Como consequência, o país passou por diversas greves gerais durante o governo Macri. Em 2018, o país teve de pedir socorro ao FMI diante da crise fiscal e da inflação desenfreada. O empréstimo não foi suficiente para solucionar a crise e, atualmente, novas negociações com o fundo são necessárias.

Externamente, o presidente Macri é a favor da liberalização comercial, o que foi causa para dar novo vigor ao Mercosul. Como resultado, foram bem sucedidas as negociações entre Mercosul e UE e Mercosul e ETA, com conclusão de acordos comerciais abrangentes. O diálogo político com os EUA melhorou, diante da amistosidade das relações entre Trump e Macri. Com a diplomacia pautada por interesses econômicos, o presidente argentino visa a melhorar a economia doméstica, ampliando mercados para a produção argentina.

No plano regional, houve aproximação entre Mercosul e a Aliança do Pacífico e, atualmente, existe uma virtual área de livre-comércio na América Latina. O presidente Macri participou dos esforços para a criação do PROSUL, entidade que visa a aprimorar a integração regional sob a égide da democracia. A política externa argentina também tem importante atuação no Grupo de Lima. Como consequência, não reconheceu o ilegítimo governo de Nicolás Maduro e defendeu uma solução política e pacífica para a crise venezuelana, a fim de lograr-se solução para a crise humanitária no país. Nesse sentido, a Argentina, juntamente com o Brasil, integra o Grupo de Lima e denunciou o tratado constitutivo da UNASUL.

De forma semelhante aos governos Kirchner, Macri defende o pleito argentino pelas Ilhas Malvinas. Não obstante, evita o confrontacionismo com o Reino Unido. Em sentido contrário, Macri é a favor de maior liberalização comercial. Nesse sentido, apoia as negociações do Mercosul com parceiros extrarregionais. O governo Menem, por sua vez, foi caracterizado pelo "realismo periférico" e por "relações carnais" com os EUA, o que difere do atual governo argentino. Com efeito, há estreitamento do diálogo político com os Estados Unidos, mas a integração regional é prioridade na política externa.

Com a eleição de Macri, as relações bilaterais Brasil-Argentina evoluíram positivamente. Em 2019, a convergência de visões dos países na temática econômica resultou na promoção de acordos extrarregionais do Mercosul, como o do EFTA e da UE. Atualmente, negociações também ocorrem em relação à Coreia do Sul e Canadá. O acordo com a UE é fundamentado em três pilares: cooperação, diálogo político e livre-comércio. Dessa forma, além da área economia, há melhora institucional no diálogo com parceiros extrarregionais e o resultado é o fortalecimento da integração regional.

A política externa sob o governo Macri também é pautada por esforços de combate ao terrorismo e de ilícitos transfronteiriços. em 2019, a Argentina reconheceu que o Hezbollah é uma entidade terrorista que, inclusive, atua na região da Tríplice Fronteira. Juntamente com o Brasil, Paraguai e EUA, surge o Mecanismo 3+1 com o objetivo de conferir segurança à região.

A atuação internacional da Argentina, contudo, não teve repercussão otimista no plano interno. A política externa de Macri não foi capaz de assegurar-lhe amplo apoio da população, como mostram as prévias de 2019. A situação doméstica e desafiadora em relação à crise econômica, o que condiciona a diplomacia argentina.

A política externa do governo Macri, portanto, é caracterizada por maior busca da liberalização comercial. No plano regional, já reforço da integração no âmbito do Mercosul e aproximação da Aliança do Pacífico. As relações com o Brasil evoluíram positivamente, com convergências no Grupo de Lima e em negociações extrarregionais no Mercosul. A situação de crise economia interna, por outro lado, é um desafio à atuação externa de Buenos Aires.

Gabriel Clemente de Oliveira Bellato – 18,50

Maurício Macri saiu-se vitorioso nas eleições presidenciais com base em um discurso liberalizante, com o intuito de findar a crise econômica e política que assola a Argentina. Visa à normalização das relações da Argentina com certos países, mormente os EUA, e a reinserção de seu país no sistema financeiro internacional, após a crise dos "fundos abutres", levada a cabo por Kirchner. Outrossim, há uma convergência de perspectivas entre o governo de Macri e os demais governos de direita no âmbito regional, que se reflete na necessidade de restauração da democracia na Venezuela e na promoção do comércio no seio do MERCOSUL, com excelentes relações com o Brasil.

Macri elegeu-se com base no endosso do setor produtivo argentino, sobretudo do setor agropecuário, que sofria restrições nos governos Kirchner. Outrossim, havia o fim da "onda rosa" na América Latina, cuja primeira fissura fora o processo de *impeachment* de Lugo no Paraguai. Com efeito, proclamou a necessidade de aproximação com as principais economias do mundo e a normalização das relações da Argentina com o sistema financeiro internacional. Ademais, Macri ascendeu ao poder em meio a intensa crise econômica, com elevada inflação, prometendo restaurar o progresso econômico de seu país, por meio do

liberalismo. De modo distinto de Menem e dos Kirchner, Macri buscou uma aproximação com os EUA, mas não sobre a égide do "realismo periférico" de Menem. Trata-se de uma aproximação mas pragmática, nos setores econômicos e políticos. Macri buscou a abertura do mercado norte-americano aos limões argentinos; declarou o Hezbollah como organização terrorista, o que não fora feito pelos Kircher; e pleiteou uma acessão da Argentina à OCDE, contando com o apoio preferencial dos EUA para isso. Outrossim, fechou acordo com os "fundos abutres" para o escalonamento da dívida argentina. Logo, normalizou as relações do país com o sistema financeiro e obteve empréstimos do FMI para conter os efeitos deletérios do escasseamento de divisas externas sobre a taxa de câmbio.

Houve semelhanças e diferenças quanto a seus antecessores no âmbito regional. Em primeiro lugar, Macri declarou a ilegitimidade do hodierno mandato presidencial de Maduro e reconheceu o Presidente Encarregado Juan Guaidó como representante legítimo do país. A Argentina também lidou, junto com o Brasil, as negociações para a criação do Grupo de Lima, para negociar o fim da crise política na Venezuela. Nesse sentido, posicionou-se de modo distinto dos Kirchner, inclusive buscando o TPI para denunciar crimes na Venezuela.

De modo semelhante a seus antecessores, Macri endossou a importância do MERCOSUL como uma prioridade para a Argentina. Ainda assim, aventou a necessidade de uma aproximação entre esse bloco e a Aliança do Pacífico, com cúpula de Chefes de Estado recente. Ademais, Macri priorizou novas iniciativas de caráter regional, aventando que a UNASUL não correspondia aos interesses argentinos. Com efeito, denunciou o tratado constitutivo dessa oganização e anunciou a retirada futura dessa organização. Com os presidentes de Brasil, Chile, Paraguai, Colômbia e outros países sul-americanos, declarou a intenção de criar o PROSUL, uma iniciativa mais institucionalmente flexível que a UNASUL e mais condizente com os interesses desses países no continente sul-americano.

Ademais, Macri possui considerável convergência de perspectivas de relações internacionais tanto com Temer quanto com Bolsonaro. No governo daquele, ambos os presidentes concordaram com a suspensão da Venezuela do MERCOSUL, sob a égide do Protocolo de Ushuaia, após a primeira suspensão por descumprimento de regras comerciais. Outrossim, há uma convergência entre Brasil e Argentina quanto à necessidade de valorização do comércio no MERCOSUL, por meio de negociações com parceiros extrarregionais, como forma de auxiliar no processo de recuperação do crescimento econômico em ambos os países. Logo, retomaram-se as negociais de Acordo de Associação com a União Europeia e de acordos comerciais com o EFTA, a Coreia do Sul, Singapura, Japão, entre outros países. A parte comercial do acordo com a União Europeia foi parcialmente concluída, estando agora em processo de aprovações parlamentares. O MERCOSUL defende a aplicação provisória da parte comercial do Acordo de Associação com a União Europeia. Ademais, o acordo comercial com o EFTA foi concluído e os demais seguem em negociação. Com efeito, há considerável convergência entre Argentina e Brasil sobre a importância dessas negociações comerciais para a indução do desenvolvimento, as quais são continuadas na presidência *pro tempore* do Brasil do Mercosul.

Macri almeja uma política externa de normalização das relações com as principais economias do mundo, para que o comércio auxilie na recuperação econômica de seu país. Nesse sentido, há continuidades e rupturas com as diretrizes de seus antecessores, sendo que as relações alvissareiras com o Brasil são uma continuidade. Seu mandato presidencial chega aos meses derradeiros com êxito parcial em certas iniciativas externas, e Macri disputará eleições em outubro contra a chapa peronista.

Taciano Scheidt Zimmermann – 18,30

A eleição de Maurício Macri na Argentina, em 2016, representou o fim de um ciclo político de orientação à esquerda e o início de um período liberal, no compasso do recuo das forças progressistas observado em grande parte da América Latina nesse período. Seus desafios internos e externos são fatores que condicionam a política externa de seu governo.

Internamente, a eleição de Macri ocorreu em contexto de crise econômica argentina, denúncias de corrupção dos Kirchner que lhe antecederam e maior força dos setores liberais-conservadores, que levaram à vitória de Macri nas urnas. Nesse cenário, Macri removeu controle de preços e de câmbio, na intenção de liberalizar a economia, o que causou forte desvalorização do peso e aumento da inflação. Macri finalmente chegou a um acordo que pôs fim à questão da dívida argentina em relação aos "fundos abutre", algo que vinha em aberto desde 2001. O FMI também foi acionado para permitir a reorganização econômica do país. Externamente, Macri se aproximou dos Estados Unidos, e a convergência política crescente no seu entorno regional facilitou sua articulação com os países vizinhos, inclusive com o Chile.

No plano regional, Macri adotou curso pragmático de ação, voltado sobretudo à maximização da inserção econômica, sem deixar de efetivar mudanças políticas. No âmbito econômico, Macri valorizou a aproximação regional entre o MERCOSUL e a Aliança do Pacífico, reforçou a cooperação regional no sentido da desburocratização e da inserção competitiva, e impulsionou os processos negociadores no MERCOSUL. Politicamente, aproximou-se de países com governos afins, como o Brasil, o Chile, o Paraguai, juntando-se ao Grupo de Lima para fazer pressão diplomática para a solução da crise humanitária na Venezuela. Além disso, desvinculou-se da UNASUL, assim como o fizeram o Brasil e outros países da região, devido às críticas à ideologização da organização e ao impasse na nomeação do novo secretário-geral. Macri, portanto, aprofundou os processos de integração, mas em novas bases, como ilustra seu apoio à iniciativa do PROSUL, lançada em 2019 em Santiago, como alternativa à UNASUL, mas desburocratizada e desideologizada.

Macri, assim, adotou posturas semelhantes àquelas outrora avançadas pelo peronista liberal Carlos Menem, na década de 1990, o qual defendia o estabelecimento de relações pragmáticas ("carnales") com os EUA e uma inserção competitiva da Argentina no mundo, além do impulso à integração regional do MERCOSUL, em seus primeiros lances na década de 1990. Em relação aos Kirchner, porém, Macri representou uma mudança significativa de orientação, sobretudo no que toca à associação da Argentina com governos progressistas e à maior ênfase dos Kirchner no que toca à cooperação Sul-Sul. Macri é um crítico da ideologização da política externa, que, segundo ele, seria uma marca dos governos Kirchner. As semelhanças, todavia, podem ser encontradas nas relações com o Brasil, parceiro estrutural da Argentina, a despeito das incongruências epidérmicas pontuais.

Na relação com o Brasil, foi crescente a convergência, desde o governo Temer, mas sobretudo com a eleição de Bolsonaro. Os dois países, parceiros estratégicos desde 1997, estabeleceram Mecanismo de Coordenação Política em 2016, por meio do qual estreitam sua cooperação e coordenação no âmbito internacional. Além disso, fortaleceram a cooperação sobre segurança nas fronteiras, combate ao crime organizado e ao terrorismo, embora o Brasil não tenha reconhecido o grupo Hezbollah como terrorista, como o fez Macri recentemente. No âmbito econômico, os países aproximaram-se no MERCOSUL, convergindo na busca de desburocratização, racionalização e abertura econômica do bloco a outras regiões. A convergência brasileiro-argentina foi crucial para que se finalizasse o capítulo comercial do Acordo de Associação MERCOSUL-UE (2019) e, mais recentemente, a conclusão das negociações com o EFTA, além do impulso a outras negociações em aberto com parceiros extrarregionais, tais como o Canadá e a Coreia do Sul. O acordo com a UE, finalizado após a última rodada de ofertas entre 2016 e 2019,

veio ao encontro da liberalização e abertura defendida por Brasil e Argentina desde 2016. No plano dos desafios, as relações bilaterais seguem marcadas pela diferença de posição sobre a reforma do CSNU e pelo déficit comercial argentino, o maior do país, em contexto de crise econômica na Argentina.

O governo Macri, portanto, implementou política externa que valoriza a abertura econômica, a democracia e a integração regional pragmática e competitiva, objetivos que atualmente convergem com a política externa brasileira. A mudança é evidente em relação a seus antecessores kirchneristas, mas ecoa posições do realismo periférico dos anos 90, em parte. Apesar dos desafios epidérmicos, Brasil e Argentina fortaleceram sua parceria estratégica e seguem parceiros estruturais.

Pior resposta – 10,50

A Argentina é um dos principais parceiros do Brasil e vetor fundamental da inserção internacional brasileira. Durante o governo Macri, essas relações encontraram novas possibilidades de relação e, igualmente, reforçaram padrões de interação já existentes, ainda que a inserção internacional do país platino tenha sido gravemente condicionada pela séria crise econômica que o atinge.

A política externa argentina passou por fases distintas ao longo do final do século XX e das primeiras décadas do século XXI. O governo de Carlos Menem procurou empreender uma política externa que pode ser compreendida por meio do realismo periférico. Desse modo, a Argentina, consciente de sua condição periférica, deveria se alinhar com a potência dominante, no caso os EUA, para obter dividendos para o seu próprio desenvolvimento.

Os governos de Néstor e Cristina Kirchner, contudo, adotaram postura diversa, sobretudo com relação aos EUA, expressando posições mais autonomistas e, até mesmo, desconfiadas, em relação a propostas advindas dos EUA. Nesse momento, havia a convergência de posições com diversos governos de esquerda na América do Sul, o que ensejou a execução de uma política externa mais voltada para a coordenação política e social na região, o que se refletiu na atuação de diversos órgãos regionais.

A política do governo Macri representa uma reorientação das ações externas do país com o objetivo a atender suas necessidades, tendo em vista os fatores limitadores presentes na esfera doméstica. A economia argentina, nesse contexto, representa um fator condicionante e um objetivo da política externa de Macri. Para enfrentar a grave crise econômica, caracterizada por alta inflação e forte desvalorização cambial, o governo Macri procurou acordos com o FMI para garantir recursos ao mesmo tempo em que empreendeu política de austeridade fiscal. Igualmente, implementou medidas liberalizantes para promover o comércio internacional, o que beneficiou o Brasil, principal parceiro comercial argentino que vinha sofrendo perdas comerciais com medidas protecionistas da era Cristina Kirchner.

A própria crise econômica experimentada pelo Brasil desde 2015, e não totalmente superada atualmente, representa importante condicionante externo para a consecução da política externa argentina no intuito de resolver a crise. Além do Brasil, o entorno regional representou igualmente importante vetor de atuação do governo Macri. A atuação para tentar restaurar a democracia na Venezuela, com o apoio ao presidente interino Juan Guaidó, é de fundamental relevância para a resolução pacífica da situação. Ademais, o apoio a criação do PROSUL, como mecanismo flexível de concertação política e econômica, demonstra forte presença e confiança na integração da região.

Com o Brasil, a política externa argentina promoveu significativos avanços nas áreas comercial e política, seja bilateral ou multilateralmente. Como mencionado, a liberalização comercial feita por Macri e a criação do PROSUL produziram melhoras nas relações com o Brasil. No âmbito do Mercosul, o esforço conjunto dos dois países logrou alcançar a assinatura do Acordo de Associação entre Mercosul e União Europeia, que poderá provocar profundas transformações na estrutura produtiva dos países do Mercosul, assim como melhorar a competitividade das suas economias. A postura aberta e propositiva argentina ajudou a chegar a conclusão desse acordo após 20 anos de negociações.

A política externa de Macri, assim, obteve muito êxitos no âmbito regional e extrarregional.

Questão 4

Entre 1947 e 2019, o Brasil participou de 51 missões da Organização das Nações Unidas (ONU), sendo apenas uma autorizada pela Assembleia Geral (a primeira) e 50 autorizadas pelo Conselho de Segurança. Dessas, foram 45 operações de paz e quatro missões políticas especiais, além de uma força multinacional. [...] Entre 1947 e setembro de 2018, 54.392 militares e policiais brasileiros serviram nessas missões, sendo que 47.821 foram desdobrados a partir de 1990. Isso significa que 82,23% do total foram desdobrados na segunda metade de uma trajetória que já dura 70 anos.

HAMANN, Eduarda P.; MIR, Wasim. *É tempo de reengajar*: o Brasil e as operações de manutenção de paz da ONU. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé - Artigo Estratégico 43, 2019, p. 2, com adaptações.

Considerando que o excerto apresentado tem caráter meramente motivador, elabore um texto dissertativo a respeito das operações de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) e da participação brasileira nelas no decorrer das últimas sete décadas. Aborde, necessariamente, os seguintes tópicos:

a) a relação entre as operações de paz e a Carta da ONU;

b) as gerações das operações de paz da ONU e suas principais características;

c) no mínimo, dois exemplos de operações de paz de que o Brasil participou em cada uma das gerações tratadas no item anterior; e

d) orientações, diretrizes e (ou) ações dos documentos estruturantes da defesa nacional, relativas à participação do Brasil em operações de paz.

Extensão do texto: até 60 linhas.

Valor: 20 pontos.

Média: 10,94 (total); 11,22 (ampla); 10,08 (cotas/PNE)

Desvio padrão: 3,404 (total); 3,546 (ampla); 3,132 (cotas/PNE)

Joaquim Pedro Strunck da Silva Pinto – 15,90

O Secretário-Geral das Nações Unidas Däg Hammarjskold (sic) encontrou solução criativa para a não consecução de um "Estado Maior" da ONU, prevista na Carta de São Francisco e essencial para a garantir (sic) a paz e a segurança. Segundo o líder sueco, entre o Capítulo VI, sobre solução pacífica de controvérsias, e o Capítulo VII, sobre solução coercitiva de controvérsias, poder-se-ia deduzir a necessidade efetiva de se inferir um "Capítulo 6 e meio". Tratava-se da necessidade de prover a paz, diante da reiterada negativa dos Estados membros (sic) de ceder tropas permanentemente à ONU. Afinal, a organização tinha como objetivo primeiro a manutenção da paz sistêmica e o impedimento de uma Terceira Guerra Mundial. Recorreu-se às operações de paz.

As operações de paz de primeira geração buscavam, coordenadamente (sic), forças de Estados membros (sic) para garantir cessar-fogo, tréguas ou monitoramento de zonas de conflito latente. Apenas contingentes militares marcavam presença de modo mais robusto. De maneira geral, as operações contavam com o apoio dos Estados envolvidos na questão em tela. Os "capacetes azuis", forças cedidas à ONU, não poderiam fazer uso da força, senão para fins de autodefesa. A operação de paz que monitorou o Oriente Médio após a Guerra de Independência de Israel, a partir de 1948, é exemplo típico desse movimento. Outros tantos conflitos ligados à descolonização africana também receberam operações dessa natureza.

As operações de paz de segunda geração foram pensadas a partir do fim da Guerra Fria. Em "In Larger Freedom", Boutros Ghali (sic), Secretário-Geral da ONU em 1992, explicava como a cooperação russa no Conselho de Segurança viabilizaria a expansão em número e em escopo nas missões. As novas missões utilizariam também do (sic) Capítulo VII da Carta da ONU, ainda que à revelia dos Estado (sic) alvo, para promover o que o líder egípcio chamava de "peace enforcement" e não apenas o "peacekeeping" das primeiras operações. O desastre das missões na Somália e em Ruanda, onde houve um genocídio apesar da presença de duas missões, provocou nova revisão.

As missões de terceira geração são marcadas por sua multidimensionalidade. Trata-se de verdadeiro "peace building (sic) process". Objetiva-se, atualmente, a construção de capacidades para uma paz duradoura e positiva, no sentido de J. Galtung, e não trabalhar apenas para o apaziguamento momentâneo de tensões. Desse modo, adicionaram-se civis, mulheres, ONGs e diversas frentes (sic) ao esforço coordenado de construção da paz nas missões de terceira geração, da qual a MINUSTAH é o principal exemplo.

O Brasil participou ativamente da Missão de Paz do Pós-Guerra de Independência de Israel (1948), embora com efetivo reduzido, e da UNEF, para monitorar o conflito de Suez, com tropas, inclusive chegando a comandá-la, no que se refere às operações de primeira geração. Quanto às de segunda geração, liderou operações no pós-independência do Timor Leste e no pós-Guerra Civil de Angola e Moçambique. Quanto às operações de Terceira Geração, o Brasil liderou, desde o início, o comando militar da MINUSTAH, no Haiti, até seu recente encerramento. Também tem contribuído com o comando naval da UNIFIL, no Líbano, outra operação de terceira geração.

No que se refere às diretrizes de participação brasileira nessas operações, destaca-se o apoio do Brasil à noção de construção de capacidades, essencial para uma paz positiva e duradoura. Justamente por acreditar nessa ideia, o país absteve-se de participar de missões sob o Capítulo VII durante muito tempo. Hoje, isso não é mais impeditivo, mas o Brasil segue preconizando o respeito à soberania nacional, parte estruturante de toda Estratégia de Defesa Nacional. Apoia, também, a participação de mulheres, tendo renovado sua "Agenda Mulheres, Paz e Segurança" por mais quatro anos, por acreditar no potencial humanitário e inclusivo dessa ação.

O Brasil procura ainda priorizar ações em países com os quais tenha vínculos históricos. Pensa-se, por exemplo, na liderança brasileira em Guiné-Bissau atualmente, ou nos países de língua portuguesa na década de 1990. O Brasil também tem liderado esforços na Comissão de Consolidação da Paz da ONU, continuamente trabalhando para a revisão dos parâmetros de controle dos mandatos e do escopo de atuação das operações de paz. Esse esforço reflete a noção brasileira de "responsabilidade ao proteger" e de comprometimento com a construção duradoura da paz.

Bruno Rolim – 15,50

As operações de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) são as principais manifestações da organização dentro do objetivo de garantir a paz e a segurança internacionais. Não previstas expressamente na Carta da ONU, as operações de paz são levadas a cabo desde os primeiros anos da ONU, e evoluíram ao longo de sete décadas, passando a receber atribuições de imposição de paz e de construção do aparato estatal outrora destruído. O Brasil participou em 45 operações de paz, na sua grande parte após 1990, chegando a comandar a MINUSTAH, no Haiti, além do comando naval da UNIFIL, no Líbano, e de militares brasileiros encabeçando missões na República Democrática do Congo. A atuação assertiva do Brasil nas operações de paz é tida como componente substancial da política de defesa nacional, tanto pela capacitação das Forças Armadas quanto pela projeção obtida, que contribuiu na consecução do objetivo de assegurar a soberania nacional.

A relação entre as operações de paz e a Carta da ONU, de início, parte do fato de que tais operações não estão previstas no texto do acordo. Nos Artigos 2(3) e 2(4), a ONU apregoa a solução pacífica de controvérsias e rejeita o uso da força salvo algumas hipóteses. O Capítulo VI da Carta menciona os meios de solução pacífica, enquanto o Capítulo VII versa sobre os procedimentos para o uso da força; porém, o Artigo 43, que prevê a constituição de uma força permanente da ONU, jamais vingou. A concepção das operações de paz se inseriu nesse contexto como solução intermediária, o "Capítulo VI ½" da Carta, com forças temporárias, os "capacetes azuis", formados e financiados por contribuições dos Estados membros. A incumbência de administrar as operações de paz cabe ao DPKO, departamento de operações de manutenção da paz, e há previsão orçamentária específica para as operações, que hoje supera o montante destinado ao orçamento geral da ONU.

A evolução das operações de paz da ONU se deu por gerações, com destaque para três formatações. Inicialmente, as operações de paz tinham por atribuição precípua a manutenção da paz ("peacekeeping"), a exemplo da UNTSO, primeira operação implementada no marco da Guerra Árabe-Israelense. Essa primeira geração de operações não tinha mandato ofensivo, e em grande parte não faziam uso de armas. A segunda geração, as operações de imposição de paz, emergiu no contexto da descolonização africana, tendo na operação feita no Congo seu exemplo. Essas missões passaram a atuar com armas, não apenas mantendo a situação pós-conflito, mas combatendo grupos que punham a paz em risco. Ao longo da década de 1990, fracassos como os da Somália e da Bósnia levaram a debates sobre a condução das operações de paz, que levaram à concepção de uma terceira geração, as operações de construção da paz ("peacebuilding"), que não apenas garantem a paz, mas atuam na reconstrução do arcabouço estatal, a exemplo da UNMIK, no Kosovo, cuja reconstrução incluiu até mesmo a administração provisória do território kosovar. Mas, a rigor, hoje as operações de paz mesclam essas três gerações, e chegaram a atuar mesmo na prevenção de conflitos (UNPREDEP, Macedônia do Norte).

Quanto à participação brasileira nas operações de paz ao longo dessas sete décadas, seu início foi em 1956, com a UNEF, no marco da Crise de Suez, dentro das operações de "peacekeeping"; o país também esteve na UNFICYP, implementada após a crise greco-turca em 1974. Na segunda geração, o Brasil atuou em operações da ONU no continente africano, em especial na África lusófona, com operações em Angola e Moçambique. Finalmente, a terceira geração de missões de paz tem presença mais substantiva do país, sobretudo na MINUSTAH, responsável pela condução da reconstrução do Haiti entre 2004 e 2017, na qual o Brasil foi comandante militar durante os treze anos; a missão foi substituída pela MINUJUSTH, recentemente encerrada. Outro exemplo é a MONUSCO, na República Democrática do Congo, que, apesar de atuar nas outras atribuições, também há a capacitação de forças congolesas para superar um conflito longo e de consequências devastadoras.

A participação do Brasil em operações de paz é componente fundamental da política de defesa nacional, sendo mencionada nos três documentos estruturantes sobre o tema: o Plano Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional. No Plano, que estabelece objetivos da defesa, a atuação assertiva em operações de paz integra os esforços para que, pela inclusão multilateral, se fortaleça a soberania nacional. Na END, que aponta diretrizes e ações que conduzam à consecução do PND, é indicada a capacitação do efetivo militar nacional, assim como a modernização estrutural, para que haja melhor condição de integrar os capacetes azuis. A participação brasileira mostra a indissolubilidade entre política externa e defesa nacional, como indica o Livro Branco em suas páginas iniciais.

Os setenta anos das operações de paz mostram que, apesar de problemas e missões malogradas, há êxito no objetivo de manter a paz e a segurança (ainda que a UNMOGIP, na Caxemira, funcione há sete décadas). A participação brasileira, tanto pela projeção internacional quanto pelos benefícios auferidos pela sua atuação, pode aperfeiçoar suas Forças Armadas e, assim, fortalecer sua defesa. Pelo multilateral, preserva-se a soberania nacional.

Ivan Abdalla Sá Fortes Clavery – 15,40

Ainda que as operações de paz não estejam explicitamente previstas na Carta da ONU, convencionou-se chamá-las de operações do capítulo "seis e meio", com base na expressão cunhada pelo ex-SGNU Dag Hammarjkold[23]. Durante o período da Guerra Fria, as operações de paz foram esporádicas, baseadas exclusivamente no consentimento. Na década de 1990, principalmente no período inicial de euforia com o fim da estrutura bipolar, houve uma disseminação de operações de paz, algumas autorizadas pelo Conselho de Segurança (CSNU), com base no capítulo VII da Carta da ONU.

Considera-se que a primeira geração das operações de paz corresponde às operações clássicas de "peacemaking", inauguradas pela UNEF I, em 1956, no Egito. Essas operações têm como característica fundamental o consentimento das partes em conflito e o uso da força é utilizado apenas em situações extremas, para autodefesa. As operações de primeira geração têm como princípio norteador a não intervenção e a soberania dos Estados.

Após a intervenção no Iraque, em 1990, aprovada pela Resolução 678 do CSNU, houve um otimismo em relação à capacidade da ONU em resolver problemas relacionados à paz e à segurança. Os Chefes de Estado do CSNU se reuniram e solicitaram ao SGNU uma avaliação sobre as operações de paz. É nesse contexto que surge o relatório "Uma agenda para a paz" de Boutros Boutros-Ghali. Nesse relatório, o SGNU lista cinco conceitos: diplomacia preventiva, peacemaking, peacekeeping, peace-enforcement e peacebuilding. Com base no peace-enforcement surgem as operações de segunda geração da ONU, nas quais o consentimento dos Estados alvos não é necessário e as tropas podem utilizar a força para impor a paz. É com base nesse conceito de imposição da força que ocorre a desastrosa intervenção na Somália, no começo da década de 1990.

[23] Sim, arrisquei e tentei escrever o complicado nome do ex-Secretário-Geral Dag Hammarskjöld e errei (ainda que por pouco).

Após a intervenção na Somália, a ONU reavalia o conceito de direito à ingerência para defender os direitos humanos, com base em diversos relatórios. O relatório Brahimi, de 2000, destacava a primazia da política, enquanto o relatório do ICISS, liderado pelo governo do Canadá, destacava pela primeira vez o conceito de "Responsabilidade de Proteger". Esse conceito será adotado pela ONU na Cúpula de 2005. Paralelamente, cria-se a Comissão de Construção da Paz (CCP), em 2006, que consagra o conceito de que o desenvolvimento é a única solução para a paz de longo prazo, conforme defendido pelo Brasil. Ressalta-se que alguns autores ainda falam em operações de paz de terceira geração, que administram o território, como a do Kosovo, em 1999.

O Brasil participou da operação de paz de primeira geração na Península do Sinai, a já citada UNEF I, nas décadas de 1950 e 1960. Tratava-se de operação pioneira e foi relativamente longa, com o Brasil contribuindo com tropas e demonstrando seu engajamento em relação à paz e à segurança internacionais. No contexto da disseminação das operações de paz, na década de 1990, o país participou de missões em Moçambique e em Angola (ONUMOZ e UNAVEM III). Entretanto, o Brasil não participa de operações baseadas no conceito de peace-enforcement, visto que o país acredita que o consentimento é importante para uma paz duradoura. Operação de paz paradigmática para o país foi a MINUSTAH, comandada pelo Brasil entre 2004 e 2017. No esforço de consolidação da paz no Haiti, o país pode praticar seus princípios de paz pelo desenvolvimento, com serviços de engenharia e auxílio social.

A Estratégia Nacional de Defesa (END), a Política Nacional de Defesa (PND) e o Libro Branco da Defesa Nacional ressaltam a importância das operações de paz para treinamento militar, aprimoramento técnico e consolidação da paz internacional, principalmente no que denominam de "entorno estratégico estendido" do Brasil, que inclui a costa africana, no Atlântico Sul. Nesse sentido, nota-se um esforço do Brasil em se engajar em operações de paz na África, sempre baseado no consentimento e na construção da paz. Pode-se destacar, também, o conceito de "responsabilidade ao proteger", apresentado pelo Brasil na ONU, e que visa complementar o conceito de "responsabilidade de proteger", com primazia da política e monitoramento.

As operações de paz da ONU evoluíram e hoje há um consenso de que a paz duradoura depende da construção da confiança e de condições para o desenvolvimento sustentável.

Pior resposta – 4,90

As Operações de Paz das Nações Unidas fundamentam-se nos capítulos VI e VII da Carta das Nações Unidas e visam a garantir um dos objetivos centrais da organização. Desde a primeira missão em que se autorizou o uso da força, a UNEF I, em 1956, as operações evoluíram para englobar uma temática multidimensional para a efetiva garantia da paz. A participação do Brasil nessas missões aumentou significativamente a partir da década de 1990 e é condicionada a princípios como consentimento das partes, imparcialidade e não uso de violência.

O fundamento dessas operações encontra-se na combinação dos artigos VI e VII da Carta da ONU. O uso da força é considerado necessário para conferir efetividade à atuação das Nações Unidas, de modo a evitar uma falta de operacionalidade, como ocorreu com a malograda Liga das Nações. Assim, o artigo VI confere o objetivo de atingir soluções pacíficas, enquanto o artigo VII permite sua efetivação. Cabe ressaltar que o uso da força demanda autorização do Conselho de Segurança.

A primeira geração de operações de paz é a de "peace-keeping", na qual o objetivo é manter a paz diante da emergência de um conflito. A implementação da operação, nesses casos, exigia consenso das partes envolvidas, o que dificultava sua efetivação. Durante a década de 1990, a Agenda Para a Paz do secretário-geral Boutros Boutros-Ghali propõe operações de paz mais assertivas, de peace-building e de peace-enforcement. Emergem, nesse contexto, missões multidimensionais que, além da solução militar, implementam medidas para construção mais duradoura da paz, como a permanência dos capacetes azuis no território de um Estado até que este se recupere economicamente, por exemplo. Nessa geração de operações de paz, o consenso dos envolvidos deixa de ser necessário para o inicio da missão; é necessário autorização do Conselho de Segurança da Assembleia Geral, a depender do escopo da missão. A MINUSUTAH, no Haiti, exemplifica essa geração de operações de paz, em que predominam aspectos jurídico-políticos em detrimento do militar.

Nas missões de primeira geração, o Brasil participou da UNEF I, no Egito, em 1956, com o fornecimento de tropas. O objetivo da missão foi resolver a crise de Suez. Adicionalmente, o Brasil participa da UNIFIL, no Líbano, cujo comando da missão, por muito tempo, ficou a cargo de oficiais da Marinha do Brasil. A missão surgiu no contexto de guerra civil no país e, até hoje, permanece atuante na defesa da paz.

Em relação à segunda geração das operações de paz, a atuação brasileira se inicia de forma mais assertiva na década de 1990, com destaque para a participação em países africanos. O Brasil enviou tropas para operações em Angola e em Moçambique. No mesmo período, o país se recusou a enviar tropas para a Operação Turquesa, por considerar que essa missão não visava ao objetivo maior de defesa da paz. Verifica-se que o engajamento brasileiro se tornou mais efetivo nas operações de paz multidimensionais, que visam à efetiva construção da paz. Até a década de 1990, o Brasil adotava postura mais reticente quanto à participação nessas operações, sobretudo por causa da temática sensível do uso da força e a tradicional defesa do princípio da não intervenção. Nos anos 2000, o Brasil assumiu o comando da MINUSTAH, no Haiti, em que os militares do Exército contribuíram para auxiliar a população haitiana em múltiplas dimensões. Destaca-se o fornecimento de medicamentos e o auxílio na reconstrução da prosperidade após os terremotos próximos à capital.

A orientação brasileira nas missões de paz pauta-se pelos princípios de consentimento das partes, da imparcialidade e do não uso da força. O Brasil preza pelo respeito ao direito internacional e às soluções pacíficas de controvérsias, ao respeito à não intervenção e pela prevalência dos direitos humanos. as diretrizes aos enviados para as operações, como consequência, traduzem esses valores, de modo que o uso da força somente deve ocorrer em última instância. Adicionalmente, os mesmos princípios embasam a atuação de enviados não militares.

Com efeito, a partir da década de 1990, houve maior participação do Brasil nas operações de paz, como atesta o excerto de Hamann. Esse resultado é tributário dos esforços brasileiros de construção efetiva da paz, em missões multidimensionais que respeitem princípios de imparcialidade, não uso da força e consentimento dos envolvidos.

Economia

Questão 1

O ano de 1979 foi bastante turbulento para o mercado de petróleo, quando uma crise de incerteza acerca da oferta desse bem fez com que o preço dele mais do que dobrasse em alguns poucos meses. Os efeitos dessa crise não se restringiram a esse mercado, no entanto, em razão dos efeitos desta sobre os fluxos de comércio e capitais no mundo.

Considerando o excerto apresentado e os seus conhecimentos a respeito do período que se seguiu ao segundo choque do petróleo e dos respectivos efeitos sobre a economia brasileira, discorra acerca dos efeitos dessa crise sobre:

a) a balança comercial brasileira;

b) a dívida externa brasileira; e

c) o balanço de pagamentos brasileiro.

Extensão do texto: até 60 linhas.
Valor: 30 pontos.
Média: 23,35 (total); 24,33 (ampla); 20,40 (cotas/PNE)
Desvio padrão: 3,078 (total); 2,697 (ampla); 2,247 (cotas/PNE)

Taciano Scheidt Zimmermann – 28,00

Na transição do governo Geisel para o governo Figueiredo, a economia brasileira sofreu os efeitos do segundo choque do petróleo (1979), que restringiu a oferta mundial do produto – essencial para a economia brasileira e para muitos outros países – e fez com que seu preço mais que dobrasse rapidamente. Ao contrário do primeiro choque, em 1974, em que a reciclagem dos petrodólares havia proporcionado amplo financiamento externo para o II PND, o segundo choque diminuiu severamente a disponibilidade de capital externo, causando vertiginoso aumento das taxas de juros, o que impactaria com força a economia brasileira, desde sua balança comercial até o balanço de pagamentos, passando pela dívida externa. Não por acaso a década de 1980 ficaria conhecida como "a década perdida".

Logo após uma breve tentativa de ajuste ortodoxo, assume o Ministério da Fazenda Delfim Netto, o "artífice do Milagre". A esperança era de que ele promovesse um ajuste heterodoxo, re-editando o crescimento de 1968-1973. Foi o que ele tentou fazer: expandiu o crédito e seguiu estimulando o crescimento. A economia cresceu bastante em 1980, mas era algo passageiro. O modelo de crescimento forçado do II PND já não era mais possível, à luz da restrição de liquidez externa. A moratória mexicana de 1982 piorou ainda mais a disponibilidade de capitais. O Brasil recorre ao FMI e assina uma série de cartas de intenção a fim de obter crédito para aliviar a situação das suas reservas internacionais. Serão sete cartas em menos de dois anos. Delfim se convence de que o único ajuste possível seria o recessivo, o que o leva a adotar política econômica ortodoxa – o "milagre" se frustrava. A economia entra em recessão entre 1981-1983, em ambiente no qual a inflação já se anunciava em trajetória preocupante.

A princípio, o aumento no preço do petróleo piora a situação da balança comercial brasileira, visto que o país era amplamente dependente do produto. Na sequência, porém, Delfim Netto promove uma maxidesvalorização cambial de 30%, o que contribui para a melhoria da balança. O câmbio desvalorizado, a recessão econômica e a maturação dos investimentos feitos ainda na época do II PND (1974-1979) conduziram a balança comercial a um superávit recorde, com pico em 1984. Esse foi um dos poucos dados econômicos positivos da década de 1980, embora o fenômeno também tenha sido passageiro. O crescimento da inflação e a perda do poder de compra marcaram o fim dos anos 80.

No âmbito da dívida externa, a situação pós-79 era extremamente preocupante. O Brasil havia crescido em "marcha forçada" nos anos anteriores, com grande aumento do endividamento externo. A maior parte da dívida, além disso, fora contratada a juros flutuantes. Quando a crise do petróleo de 1979 estoura, os juros da dívida sobem vertiginosamente, e a dívida externa cresce de forma explosiva. A crise mexicana gera fuga de capitais, e o país se vê em situação preocupante em relação às suas reservas, recorrendo ao FMI para saldar seus compromissos. A crise da dívida, no entanto, prolongar-se-ia até atingir o ápice em 1987, quando o país, que havia sobrevivido a duras penas à moratória mexicana de 1982, faz o mesmo que o México e decreta a moratória dos pagamentos da dívida, sob Sarney. Somente as negociações no Plano Brady, no final dos anos 80 e início dos anos 90, dariam encaminhamento definitivo ao problema.

O balanço de pagamentos brasileiro, nesse período, sofreu os efeitos do movimento da balança comercial, acima exposto, e, sobretudo, as vicissitudes da deterioração de sua conta capital e financeira, ante a pesada restrição de poupança externa e a grande saída líquida de capitais. A balança de rendas seguiu negativa, como sempre foi, vindo da sequência de um grande saldo negativo oriundo do financiamento externo no II PND. A balança de serviços, por fim, também seguiu negativa, inalterado seu déficit crônico na história da economia brasileira. No geral, o saldo foi negativo e as reservas atingiram níveis extremamente preocupantes, resultando nos acordos com o FMI e na moratória de 1987.

A segunda metade da década de 1980 herdou inúmeros problemas dessa época. A receita do II PND – a despeito de seus alegados benefícios à estrutura produtiva brasileira – cobrou a sua conta. Estagnação econômica e inflação foram as tônicas do período. A inflação seria a vilã a partir de Sarney, em cujo governo sucederam-se Ministros da Fazenda e planos econômicos (Cruzado, Cruzadinho, Bresser, Verão) que buscavam trazer a economia de volta aos eixos. Se o primeiro choque do petróleo foi absorvido com crescimento, o segundo resultou em frustração, retração e inflação.

As reflexões econômicas sobre esse período da história brasileira reforçam a necessidade de repensar as decisões de crescer economicamente à custa de alto endividamento e a importância de dotar o país de fontes energéticas amplas, sustentáveis e autônomas. Se a lição for efetivamente aprendida, talvez se possa dizer que a década de 80 não foi de todo "perdida".

Roman Leon Gieburowski Neto – 26,50

A segunda crise do petróleo, em 1979, teve profundas consequências para a economia mundial. Em contexto de instabilidade no Oriente Médio, após a Revolução Islâmica em 1979 e o início da Guerra Irã-Iraque, os preços do barril de petróleo dispararam, com efeitos recessivos em todo o mundo. Nos EUA, a crise associada à inflação levou o presidente do Fed, Paul Volker, a elevar a taxa de juros norte-americana. Nesse contexto, o Brasil, importador de petróleo e devedor internacional, sentiu fortemente o impacto em suas contas externas.

Após o choque do petróleo, a balança comercial brasileira conviveu com déficits, até maior recuperação e superávit em 1984. Apesar dos investimentos em energia durante o II PND, o Brasil ainda era importador de petróleo. Portanto, a elevação do preço do barril desse produto elevou os custos das importações. Paralelamente, os efeitos recessivos da crise sobre importantes parceiros comerciais brasileiros, sobretudo na Europa e na América, prejudicaram as exportações nacionais, agravando o quadro de déficit comercial.

Nesse contexto, assumiu Delfim Netto no lugar de Mário Henrique Simonsen, cujas medidas de ajuste foram rechaçadas. O novo ministro promoveu uma maxidesvalorização do câmbio, porém a balança comercial seguiu problemática. Finalmente, a soma dos efeitos da desvalorização do câmbio, a adoção de medidas restritivas internas que reduziram as importações e a recuperação progressiva da economia internacional fez a balança comercial recuperar-se e apresentar superávits no final do governo Figueiredo.

A crise do petróleo e suas repercussões ainda resultariam na crise da dívida latino-americana, da qual o Brasil não foi poupado. O governo Figueiredo havia herdado uma grande dívida externa, que tinha alimentado os investimentos produtivos durante o chamado Milagre Econômico (1969-1973) e o II PND (1974-1979). Para fragilizar ainda mais a vulnerabilidade externa da economia brasileira, o juro do serviço da dívida externa não estava fixado.

Nesse contexto, a elevação dos juros norte-americanos por Paul Volker, em resposta à crise do Petróleo, elevou o custo do serviço da dívida externa brasileira. Esse custo de rolagem da dívida externa levou ao aumento do próprio montante total dela, tendo o Brasil que recorrer a novos empréstimos, inclusive com o apoio dos EUA e do FMI, para saldar os seus compromissos externos. A moratória mexicana da dívida externa reduziu, ainda mais, as fontes de financiamento.

Durante sua gestão, Delfim Netto estabeleceu diversas cartas de compromisso com o FMI, as quais não respeitou. Em 1987, seria a vez de o Brasil declarar a moratória de sua dívida. Após o fracasso do Plano Baker, a solução da crise da dívida externa brasileira ocorreria pela redução e reescalonamento com o Plano Brady e a adoção das reformas propostas pelo Consenso de Washington.

Observa-se, então, que o balanço de pagamentos brasileiro encarou fortes déficits em razão da crise do petróleo de 1979. Em suas Transações Correntes, o tradicional déficit na Balança de Serviços somou-se aos déficits na Balança Comercial e na Balança de Renda Primária (segundo nomenclatura atualizada), por causa dos gastos com pagamentos de juros. Mesmo após a recuperação da Balança Comercial, as Transações Correntes continuaram deficitárias pelo saldo negativo em serviços e rendas.

As Contas Capital e Financeira igualmente sofreram fortes constrangimentos externos. A elevação dos juros dos EUA reduziu a liquidez internacional, quadro piorado com a moratória mexicana e brasileira, que prejudicaram o acesso ao capital externo. Os investimentos estrangeiros no Brasil reduziram também pela recessão brasileira, sobretudo entre 1981 e 1983, e pela instabilidade econômica a partir de 1985.

Somando as Transações Correntes deficitárias e as Contas Capital e Financeira negativas, observa-se que o Balança de Pagamentos brasileiro passou por séria crise, afetando a estabilidade externa da economia.

Luiz Carlos Keppe Nogueira – 26,50

O segundo choque do petróleo teve impactos consideráveis sobre a balança comercial brasileira. A estratégia comercial representada pelo II PND foi a de promover um ajuste não recessivo à crise gerada pelo primeiro choque por meio do reforço da capacidade de exportação nacional. Os investimentos do plano tiveram como objetivo aprofundar o processo de substituição de importações, de modo a incluir os bens de capital. No final do governo Geisel, o Brasil ampliava as exportações por meio de novos mercados, como os dos países africanos, e novos produtos, a exemplo da soja, expandida para o centro-oeste no contexto do programa PRODECER. A segunda crise do petróleo, no entanto, impactou a balança comercial do país de forma negativa. Do lado da demanda brasileira por importações, houve aumento do gasto com petróleo e seus derivados. No lado das exportações, ocorreu redução da demanda por parte de parceiros tradicionais – como os Estados Unidos, que enfrentaram os efeitos negativos da crise por meio de elevação dos juros – e novos – nos países em desenvolvimento, iniciava-se a grave crise dos anos 1980. As pressões contrárias ao ajuste recessivo iniciado no Brasil resultariam na tentativa de Delfim Neto de ajuste por meio de maxidesvalorização, a qual levou à deterioração do processo inflacionário. A maturação dos investimentos do II PND possibilitou grandes superávits comerciais em 1984, os quais, no entanto, não eliminaram os desequilíbrios mais graves do balanço de pagamentos.

No que diz respeito á divida externa brasileira, a crise teve dois principais impactos. Em primeiro lugar, a decisão dos EUA de aumentar significativamente a *prime rate* fez crescer o custo de rolagem de empréstimos assumidos com taxa pós-fixada, no contexto anterior de grande disponibilidade de "petrodólares". A estratégia assumida desde o governo Costa e Silva de favorecer o acesso direto de empresas estatais ao mercado de crédito global gerara alto índice de endividamento. Em segundo lugar, ocorreu substancial redução da disponibilidade de créditos internacionais. Os altos juros norte-americanos geraram efeitos recessivos para economias exportadoras de capital, como os países da Europa ocidental. Ao mesmo tempo, a *prime rate* elevada atraía para os Estados Unidos os recursos de nações como o Japão e os membros da OPEP.

Quanto ao balanço de pagamentos, a estratégia brasileira ao longo da década de 1970 fora a de compensar o déficit na conta de rendas, gerado pelo custo crescente da rolagem da dívida e pela remessas de lucros característica de uma economia que se tornara mais internacionalizada, por meio da absorção de poupança externa, expressa na conta de capital. O segundo choque do petróleo, como visto, inviabilizou essa estratégia. A deterioração do balanço de pagamentos levou o país a firmar, no início da década de 1980, acordo de empréstimo com o Fundo Monetário Internacional. Essa se mostraria solução meramente paliativa, como evidenciado pela moratória declarada no governo Sarney. O problema da dívida atingiu diversos outros países, com destaque para os latino-americanos, articulados em torno do Consenso de Cartagena.

A década de 1980 foi caracterizada por oscilações na balança comercial brasileira. Em anos como 1984 e 1988, o Brasil alcançou bons resultados, em razão da maturação dos investimentos do II PND e da exportação de bens primários. No primeiro ano do governo Sarney, contudo, houve déficit comercial relevante, em razão do congelamento do câmbio sobrevalorizado e do aumento da absorção interna que se seguiu à estabilização temporária promovida pelo Plano Cruzado. O problema da dívida, por sua vez, tornar-se-ia insustentável, com resolução apenas na década de 1990, quando, por meio de planos como o Brady, os credores aceitaram a redução do montante cobrado. O impacto desse cenário sobre o balanço de pagamentos do país não foi menos negativo. A indisponibilidade de crédito, a instabilidade interna gerada pelo efeito inflacionário e a queda do comércio com países em desenvolvimento afetados pela crise aprofundada pela alta do petróleo em 1979 geraram desequilíbrios estruturais.

Bruno Rolim – 26,50

O segundo choque do petróleo, em 1979, fez com que os preços internacionais do produto disparassem, no contexto da Revolução Iraniana e outros fatores de instabilidade no Oriente Médio. A crise gerada levou à retração da até então farta oferta dos chamados petrodólares, e a reações dos formuladores econômicos europeus e norte-americanos. As consequências dessa crise para a economia brasileiras seriam notórias, levando à chamada "década perdida", nos anos 1980.

Quanto aos efeitos da crise do petróleo sobre a balança comercial brasileira, cumpre avaliar o legado do II PND de Geisel, que, embora tenha sido impulsionado às custas da elevação da dívida externa (que será analisada a seguir), permitiu ao Brasil a redução da dependência produtiva externa. Contudo, o quadro de retração econômica mundial, ao mesmo tempo em que os efeitos do aumento do preço do petróleo sobre manufaturas foram maiores do que os efeitos sobre a produção de commodities, isso levaria, considerando que o Brasil ainda era precipuamente um país exportador de matérias-primas, à deterioração dos termos de troca.

Dessa forma, ao ter suas exportações barateadas e suas importações encarecidas, e muitas destas ainda imprescindíveis, a balança comercial brasileira acabaria deficitária, com importações superando exportações, nos primeiros anos da década.

O efeito mais conhecido do choque de 1979 sobre a economia brasileira diz respeito à elevação explosiva da dívida externa, que já aumentara em cinco vezes entre 1974 e 1979. Boa parte dessa dívida foi contraída por meio da abundante oferta de crédito, sobretudo pelos petrodólares, reciclados por intermédio de europeus e norte-americanos. Entretanto, os empréstimos contraídos pelo Brasil tiveram seus juros pós-fixados, flutuando conforme a taxa de juros internacional.

As taxas flutuantes não tiveram grande implicação até a crise; todavia, com o choque, a primeira reação das economias europeias foi elevar suas taxas básicas de juros. Logo depois, e com consequências ainda mais sérias, o Fed de Paul Volcker também elevaria a taxa de juros norte-americana. Além disso, chegaria ao fim a bonança da oferta de capitais, que passaram a destinar-se ao porto seguro norte-americano. Pior ainda: os juros elevados teriam de ser pagos.

A elevação da taxa internacional de juros fez com que disparasse a despesa com o pagamento dos serviços da dívida, que logo viria a ficar impagável. Esse quadro levou à discussão sobre a melhor estratégia para lidar com o problema; de início, tentou-se um ajuste contracionista com Mário Henrique Simonsen, que seria mal-recebido e levaria à queda do ministro. Delfim Netto optaria por medidas heterodoxas, como o conjunto de desvalorizações.

Diante do quadro com uma dívida externa impagável e com a deterioração do balanço de pagamentos brasileiro, tentou-se um pacote de ajuda junto ao FMI, em contexto desfavorável, após o México ter declarado moratória de sua dívida. Ademais, ganhava força o fantasma da inflação, que crescia enquanto a economia brasileira chegou a contrair no início da década.

O balanço de pagamentos brasileiro também sofrera com o choque, pela abrupta interrupção dos fluxos de capital, e de sua fuga das economias em desenvolvimento. A solução para tentar resolver esse quadro viria de nova desvalorização cambial, dessa vez de maior porte, além de um ajuste fiscal que se tornou inescapável. Após anos de balanços de pagamentos e de balanças comerciais desequilibradas, a economia brasileira veria a recuperação desses indicadores a partir de 1984.

Isso se deu, em parte, pelo incentivo às exportações, devido a um câmbio desvalorizado e à utilização da estrutura produtiva legada pelo II PND. Assim, tanto a balança comercial quanto o balanço de pagamentos voltariam a ser positivos/superavitários para o Brasil. A dívida externa, contudo, persistiria, somada a um processo inflacionário que tomava contornos inerciais.

A análise dos efeitos da crise do petróleo de 1979 sobre a economia brasileira permite evidenciar que a alteração dos termos de troca de forma desfavorável fez com que os fluxos comerciais levassem a uma balança deficitária. A reação de Europa e EUA fez com que, pelo aumento nos juros internacionais, a dívida externa brasileira explodisse. Enfim, a redução no fluxo de capitais e sua fuga para economias mais seguras ensejou a deterioração do balanço de pagamentos brasileiros. Enquanto os desequilíbrios nos balanços seriam equacionados, a questão da dívida externa protagonizaria o debate econômico brasileiro ainda por um bom tempo.

Pior resposta – 17,50

Mesmo com os investimentos do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) em energia nuclear, hidrelétrica, álcool e exploração doméstica de petróleo, quando houve o segundo choque do petróleo em 1979, o Brasil ainda era muito dependente da importação desse insumo. A alta dos juros nos Estados Unidos, na sequência da crise do petróleo, agravou ainda mais a situação da economia brasileira, que, desde o primeiro choque do petróleo, crescia "à marcha forçada". A combinação desses eventos e a reação do governo brasileiro tiveram efeitos sobre a balança comercial, a dívida externa e o balanço de pagamentos brasileiros.

Figueiredo nomeou Simonsen Ministro da Fazenda, no intuito de equilibrar a economia. Especialmente após o choque do petróleo de 1979, Simonsen argumentava que, se mantido o ritmo de crescimento da economia, haveria problema inflacionário e problema no setor externo. Ciente das dificuldades políticas da via recessiva, Figueiredo (1979-1985) nomeou Delfim Neto para o Ministério do Planejamento, em uma tentativa de reeditar o milagre. Com isso, em 1979 e 1980, houve crescimento razoável (cerca de 5%). Contudo, houve a acentuação dos problemas no setor externo e da inflação.

Com o aumento do preço do petróleo, que para o Brasil era uma deterioração significativa dos termos de troca, houve degradação da balança comercial, com aumento do valor das importações não compensado por aumento correspondente das exportações, o que foi compensado com o aumento do endividamento externo. Com o aumento do preço do petróleo, havia uma degradação das expectativas sobre as economias que dependem da importação desse insumo, o que tende a contribuir para a saída de capitais do país. O aumento dos juros nos EUA reforçava essa tendência de saída de capitais. Desse modo, não foi possível que a diferença na balança comercial fosse compensada com ingresso de capitais privados, foi sobretudo por endividamento público.

Além disso, com o aumento dos juros, aumentava o montante a ser repassado do Brasil para o exterior sob a rubrica atualmente denominada renda secundária, o que também foi feito, em grande medida, com endividamento público.

Dado o agravamento da inflação e a situação das contas externas, em 1981 a via recessiva tornou-se inevitável (-5%); em 1982, o PIB manteve-se estável e, em 1983 houve outra recessão (-3%). A inflação manteve-se elevada, o que vai contribuir para o surgimento de explicações heterodoxas desse fenômeno. Por outro lado, no que concerne ao setor externo, houve melhora significativa, com aumento das exportações não acompanhada de aumento correspondente de importações (já que a economia estava em recessão). Com isso, conseguiu-se honrar compromissos de juros e amortizações. A situação das contas externas era tão delicada que em alguns anos mais da metade das divisas obtidas com as exportações se destinava ao pagamento de compromissos da dívida.

Desse modo, na fase inicial (1979 e 1980), houve uma deterioração da balança comercial brasileira, com o aumento do valor pago pelas importações decorrente do aumento do petróleo (que mais que dobrou), sem aumento compensatório seja no volume seja no valor das exportações. O forte crescimento do período (5% a.a.) explica a elevada absorção da produção nacional e também a demanda elevada por importações.

No segundo período (1981 a 1983), houve uma melhora da balança comercial. Embora não tivesse voltado ao patamar anterior à crise pela tensão da Guerra Irã-Iraque, que seguiu a Revolução Iraniana de 1979, que causou o choque, o preço recuou do pico. Além disso, o quadro recessivo diminuía a absorção interna da produção nacional e a demanda por importações. Dada a necessidade de recursos para honrar as dívidas, houve superávits comerciais significativos.

A tendência de aumento da dívida perdurou durante as duas fases, dado o aumento dos juros em uma dívida com juros flutuantes. A crise mexicana de 1982, agravou ainda mais a situação brasileira, com a saída de capitais e a necessidade de aumentar a dívida pública para honrar os compromissos.

Desse modo, usando os termos atuais, na primeira fase (1979-1980) o Brasil teve problemas com a renda primária (sobretudo balança comercial) e com a renda secundária (principalmente juros). Houve, ainda, saída de capitais na conta financeira, pela percepção de risco em economias emergentes ter crescido e pelo aumento dos juros nos Estados Unidos. A tendência se manteve na conta financeira e na renda secundária das transações correntes, mesmo na segunda fase (1981-1983). Houve, contudo, reversão da situação na renda primária, com aumento das exportações. Nesse contexto, houve perda de reservas, o endividamento estatal externo e o aumento das exportações para compensar as saídas de capital e juros.

Questão 2

A política econômica do início do governo Dutra, baseada em um mínimo de controles em cada setor, bem cedo se mostrou contraproducente. As reservas cambiais que, em 1945, totalizavam US$ 708 milhões foram virtualmente dissipadas depois de ano e meio. [...] Um equilíbrio em curto prazo só poderia ser conseguido pela adoção de uma entre duas medidas: a desvalorização ou o controle do câmbio.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil:* de Getúlio a Castello (1930-64). Rio de Janeiro: Saga, 1969, p. 97-98, com adaptações.

O clima liberalizante é, contudo, apenas metade da história do pensamento econômico do imediato pós-guerra. A outra é dada pela forma como a ideologia desenvolvimentista acerca do futuro do Brasil, originada no período anterior, resistiu a esse clima, passando, sem recuos, inclusive pela prova de fogo da confusão ideológica entre liberalismo político e liberalismo econômico, que a conjuntura da época propiciava.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro*: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007, p. 267, com adaptações.

Considerando os fragmentos de texto apresentados, disserte a respeito da política econômica do governo Dutra (1946-1951), abordando, necessariamente, os seguintes tópicos:

a) impactos sobre a balança comercial e o nível das reservas internacionais; e

b) efeitos no processo de industrialização do País.

Extensão do texto: até 60 linhas.

Valor: 30 pontos.

Média: 20,71 (total); 22,36 (ampla); 15,74 (cotas/PNE)

Desvio padrão: 5,759 (total); 4,609 (ampla); 6,490 (cotas/PNE)

Bruno Rolim – 28,50

O Brasil chegou a 1946 sob a chamada "ilusão de divisas", acumuladas no decorrer da Segunda Guerra Mundial – boa parte delas viria a provar-se não conversíveis. Além disso, o país vivera anos de inflação, e não poderia prescindir do câmbio fixo atrelado ao padrão exigido pelo então nascente sistema de Bretton Woods. Foi nesse cenário que o governo Dutra, dentro do projeto desenvolvimentista, viria a adotar sua política econômica.

De início, em 1946, o governo optou pelo mercado livre de câmbio, mas fixou a taxa cambial na paridade de 1939. Isso valorizou a moeda brasileira, pois a inflação acumulada em seis anos no Brasil superou em muito a norte-americana.

A intenção dessa política era combater a inflação, cumprir os ditames de Bretton Woods e evitar a queda dos preços do café; quanto à indústria, a intenção era expor a produção nacional às mercadorias estrangeiras.

Porém, os impactos sobre a balança comercial foram nefastos: com o expressivo aumento das importações provenientes dos Estados Unidos, a balança comercial passou a ter constantes déficits; a manutenção do câmbio apreciado, por sua vez, consumiu rapidamente as reservas internacionais.

Com isso, seria adotado, em 1948, um sistema de licenças prévias de importação, por meio das quais seriam vendidos dólares com grande deságio a um número limitado de importadores. A limitação dessas quotas variaria conforme o grau de essencialidade dos bens a serem importados: a prioridade se daria a bens de capital, fundamentais para a consolidação de uma indústria ainda incipiente; assim se faria o avanço do processo de substituição de importações. Tratava-se, na prática, de subsídio à indústria.

As medidas adotadas pela política econômica de Dutra teriam uma série de efeitos sobre o processo de industrialização, ligados às políticas cambiais acima: o efeito subsídio, o efeito proteção e o efeito rentabilidade.

O efeito subsídio se mostrou pelo fato de a indústria nacional ter prioridade na obtenção das licenças de importação, utilizadas tanto na aquisição de bens de capital quanto na obtenção e insumos; por outro lado, tanto bens intermediários quanto bens de consumo não receberam a mesma atenção.

O efeito proteção se explica pela restrição no número de licenças, o que conferiu à indústria doméstica certo grau de preservação. Finalmente, como síntese dos dois primeiros efeitos, o efeito rentabilidade se verificou pelo aumento da rentabilidade da produção industrial ao mercado interno em comparação aos produtos primários tradicionalmente exportados.

Porém, a industrialização nacional também dependia do capital estrangeiro, o que levou Dutra a acreditar que os EUA, tendo apoiado o desenvolvimento da CSN durante a Segunda Guerra, poderia também financiar a produção nacional. A esperança não se concretizou: a resposta inicial de Washington, focado na reconstrução europeia, foi a instituição da Missão Abbink-Bulhões, que teve o intuito de identificar gargalos produtivos no país, além de tímido montante via Eximbank. Para os EUA, o investimento no Brasil teria de ser majoritariamente privado; a Missão redundaria na Comissão Mista Brasil-EUA, que começa a operar em 1951.

Na parte final de seu governo, Dutra formularia um plano de desenvolvimento econômico, o Plano Salte, com fundamento em quatro setores estratégicos para o desenvolvimento brasileiro: saúde, alimentação, transportes e educação. Porém, o plano não viria a concretizar-se, novamente pela ausência de investimentos. A política cambial também viria a ser flexibilizada, em momento de reversão do ímpeto liberal adotado nos primeiros anos, fruto do liberalismo político; o diálogo e embate entre nacional-desenvolvimentismo e liberalismo foi uma tônica do período.

Tendo assumido o poder diante de cenário de euforia pós-guerra, mas inflação e necessidade de industrializar-se, a política econômica de Dutra levou as reservas internacionais a esvaziarem-se, além de, pela adoção de câmbio apreciado, seguidos déficits com os EUA. A adoção do sistema de quotas, com a emissão de licenças prévias de importação prioritariamente às indústrias, mitigou o problema e permitiu o avanço do processo de substituição de importações, ao facilitar a importação de bens de capital. Malgrado o fracasso do Plano Salte, algumas das medidas cambiais de Dutra inspirariam novas decisões da SUMOC até o fim da República Liberal.

Roman Leon Gieburowski Neto – 28,00

A política econômica do governo Dutra (1946-1951) pode ser dividida em dois momentos: antes e depois da adoção de sistema de controle das importações. Em comum nesses dois períodos, era a busca pelo controle da inflação, a tentativa de atração de investimentos e a promoção da industrialização.

Dutra herdou de Vargas (1930-1945) uma economia em processo de industrialização, porém com desequilíbrios macroeconômicos. Durante a Segunda Guerra Mundial, o Brasil adotou taxa de câmbio fixa e desvalorizada, em três patamares (taxas "geral", "livre" e "livre especial"). As importações brasileiras estavam constrangidas pela guerra, enquanto as exportações encontravam mercados para bens estratégicos, de modo que o país acumulou divisas. Contudo, a inflação cresceu, não apenas pela queda das importações, mas também por o processo de industrialização por substituição das importações ter ocorrido sobre a capacidade ociosa, que reduziu. Sem capacidade de importar máquinas, os preços dos bens industriais subiram.

Nesse contexto, Dutra adotou uma política econômica visando combater a inflação e promoveu a ampliação da capacidade produtiva. Além de maior controle fiscal e monetário, foi adotada uma taxa de câmbio sobrevalorizada (18,50 cruzeiros por dólar) sob a égide dos princípios de Bretton Woods.

Logrou-se reduzir a inflação e a taxa de câmbio valorizada beneficiou a importação de bens de capital, favorecendo a ampliação da capacidade produtiva. No entanto, após anos de importações represadas, a liberação do comércio internacional, somada ao novo patamar do câmbio, produziu forte aumento das importações de forma geral, criando desequilíbrio nas transações correntes. Nesse contexto, as divisas brasileiras rapidamente esgotaram-se, para o que contribuiu o fato de que boa parte delas não eram conversíveis, uma "ilusão de divisas".

Soma-se a esse quadro as frustrações em relação ao apoio dos EUA ao desenvolvimento brasileiro. A aceitação pelo Brasil dos princípios de Bretton Woods e dos desígnios norte-americanos na seara internacional da Guerra Fria era acompanhada da esperança de a economia brasileira ser destino preferencial dos investimentos norte-americanos. No entanto, a atenção norte-americana estava voltada para a reconstrução europeia pelo Plano Marshall. Restava ao Brasil iniciativas meramente assistencialistas, expressas na Missão Abbink.

Em contexto de ausência de investimentos externos para a industrialização brasileira e de forte queda das divisas nacionais, a política econômica do governo Dutra foi reorientada.

Apesar da manutenção do câmbio valorizado, o equilíbrio externo foi buscado por meio de um sistema de licenças de importação. Além do controle do déficit comercial, essa medida tinha a intenção de promover a industrialização. Com base em critérios de essencialidade, o sistema favorecia importação de insumos industriais e bens de capital, enquanto protegia a indústria pela redução da importação de bens duráveis. A medida contribuía, portanto, para o processo de substituição de importações.

Além do controle de importações, o governo passou a abandonar a ortodoxia fiscal, ampliando os gastos públicos a fim de promover o crescimento econômico. Nesse contexto, foi elaborado o Plano SALTE, primeiro grande projeto de planejamento econômico. Ele voltava-se a investimentos nas áreas de saúde, alimentos, transporte e energia. Iniciado em 1949 e concluído em 1953, já no governo Vargas, o Plano SALTE não traria, contudo, grandes resultados.

Uma análise geral do desempenho econômico do governo Dutra aponta para altas taxas médias de crescimento econômico e baixa inflação. No entanto, a inflação acelerou nos últimos anos do governo, piorando com Vargas (1951-1954). Quanto à industrialização, essa avançou durante o governo Dutra, com alta formação bruta de capital fixo, utilizando a proteção e o câmbio para o processo de substituição de importações.

Gabriel Clemente de Oliveira Bellato – 27,50

O governo de Eurico Gaspar Dutra pode ser divido em dois períodos, um primeiro, de liberalizações comerciais e cambiais, que favoreceu o déficit da balança comercial e o consequente esgotamento das reservas cambiais do país, outro de imposição de restrições às operações de importação e de câmbio, para conter os efeitos deletérios do primeiro período. Em ambos, optou-se ela manutenção do câmbio fixo e sobrevalorizado, sob a égide do padrão dólar-ouro, introduzido na Conferência de Bretton Woods. Se no primeiro essa situação do câmbio favoreceu o desequilíbrio comercial e o virtual esgotamento das reservas internacionais, no segundo ela favoreceu a importação de insumos e de bens de capital, favorecendo o processo de industrialização por substituição de importações.

O governo Dutra iniciou-se em um contexto de "ilusão de divisas", tendo em vista que as reservas cambiais do Brasil, acumuladas ao longo da Segunda Guerra Mundial, totalizavam US$708 milhões. Imbuído por uma relação próxima com os EUA, sedimentada pela Missão Abbink, a equipe econômica de Dutra removeu diversas restrições às importações e às operações cambiais, com o intuito de atrair investimentos externos para o país. Outrossim, o Brasil manteve-se comprometido com as medidas definidas na Conferência de Bretton Woods, de sorte que, sob a égide do padrão dólar-ouro, manteve a taxa de câmbio fixa e sobrevalorizada. Por meio dessas medidas, buscava-se uma relação próxima com os EUA, que possuíam quase metade do PIB mundial nesse contexto, para que investimentos do mesmo se destinassem ao Brasil.

Todavia, houve um surto de importações no Brasil, mormente de bens supérfluos, em razão do câmbio sobrevalorizado e da eliminação de diversas restrições comerciais. Importavam-se bens como patins de gelo e televisores, sendo que sequer existia uma emissora de televisão nacional nesse contexto. Houve uma reversão da tendência de acúmulos de superávits comerciais durante a Segunda Guerra Mundial, que permitira o acúmulo de reservas internacionais pelo Brasil. Rapidamente, os déficits na balança comercial condicionaram o esgotamentos das reservas outrora acumuladas.

Ainda assim, a equipe de Dutra não optou pela desvalorização cambial. O caminho escolhido foi a introdução de controles cambiais, para conter o surto de importações. Esses controles cambiais foram adotados tanto por Dutra quanto por Vargas, a partir de 1952, com restrições quantitativas às importações e controles cambiais. As restrições quantitativas definiam quanto de cada tipo de bem poderia ser importado. Já os controles cambiais ocorriam com taxas múltiplas de câmbio, sendo as mais favoráveis, para as quais se destinavam parte substancial das divisas, destinadas para os bens considerados essenciais, como o trigo, os bens de capital e os insumos para o setor produtivo.

Logo, essa combinação de câmbio fixo e sobrevalorizado com taxas mais favoráveis para a importação de bens de capital e de insumos produtivos favoreceu o aprofundamento do processo de substituição de importações, pois a incipiente indústria nacional pôde se modernizar por meio da aquisição de máquinas, equipamentos e insumos. O estoque de capital nacional foi modernizado, e, paulatinamente, bens que outrora eram importados passaram a ser produzidos internamente. Essa etapa incipiente de substituição de importações foi direcionada para os bens de consumo. Com efeito, o processo de substituição de importações, iniciado no governo anterior de Vargas, foi aprofundado no de Dutra. Conforme aventa Bielschowski, a ideologia desenvolvimentista perdurou no Brasil, mesmo em um governo inicialmente liberal. Logo, a ideologia desenvolvimentista perdurou no Brasil mesmo em um governo inicialmente liberal. Logo, o o nacional-desenvolvimentismo existiu até as décadas

derradeiras do século XX, apesar de certas mudanças de orientação nesse período.

O câmbio sobrevalorizado é essencial para a compreensão dos dois períodos do governo Dutra. Se, no primeiro, em um contexto de remoção dos controles cambiais e de importações, ele promoveu o esgotamento de reservas internacionais, por meio do surto de importações que causou o déficit do balanço de pagamentos, no segundo o câmbio sobrevalorizado permitiu o aprofundamento do processo de substituição de importações. Dutra, para isso, introduziu uma série de controles cambiais, que foram melhorados e intensificados no governo seguinte de Vargas. Com efeito, possibilitou-se a importação de bens de capital e de insumos para a indústria nacional incipiente, aumentando o estoque de capital da economia brasileira.

Pior resposta – 8,70

Após o contexto da Segunda Guerra Mundial, o governo Dutra acreditou ter herdado uma economia com situação cambial confortável, devido ao alto valor das reservas internacionais. Em decorrência disso, o foco da equipe econômica concentrou-se no combate à inflação, que era entendida como uma inflação de demanda. A prioridade do governo foi o controle e redução da demanda, por meio da adoção de políticas contracionistas, como a redução dos gastos públicos, o aumento na arrecadação e a restrição ao crédito. Nesse sentido, decidiu-se pela liberalização da política cambial, de forma a encerrar o controle cambial estabelecido durante a Era Vargas. O que se observou foi um virtual dissipamento das reservas internacionais, forçando o governo a reintroduzir uma política de controle de câmbio em meados do governo Dutra.

O efeito imediato da escassez de divisas consistiu em uma grande desvalorização da moeda nacional, o que provoca impactos diretos sobre a balança comercial de um país. Em decorrência disso, observou-se uma grande restrição à capacidade de importar do Brasil, já que não se dispunha de moedas conversíveis suficientes para a realização de transações com outros países. Aliado a um cenário de relativa melhora na exportação de alguns produtos, considerando que as exportações nacionais tornaram-se mais competitivas, o saldo da Balança Comercial apresentou alguma melhora. Essa melhora não foi suficiente, contudo, para reverter o quadro de crise cambial, já que a entrada de moeda estrangeira ficou aquém da demanda interna por moeda estrangeira, agravando-se o quadro de piora do mercado de divisas internacionais.

A "ilusão de divisas" foi resultado não somente da perspectiva de uma situação favorável das reservas internacionais, mas também da expectativa de uma grande entrada de investimentos, por meio das "relações especiais" que o Brasil acreditou que manteria com os EUA. A queima acelerada das reservas deveu-se à grande participação de moedas não conversíveis no total, levando ao cenário de escassez mencionado. Além disso, os Estados Unidos não corresponderam às expectativas de investimento esperados pelo Brasil, uma vez que a prioridade de recursos estado-unidenses direcionaram-se, principalmente, à reconstrução europeia, por meio do Plano Marshall. Apesar das demandas brasileiras e latino-americanas, os Estados Unidos aceitaram somente o envio de missões técnicas, para analisar a situação da economia e sugerir a abertura ao capital privado.

Os efeitos da crise cambial foi prejudicial ao processo de industrialização do país, mas não foi suficiente para acabar com a ideologia desenvolvimentista iniciada por Vargas. O contexto de escassez de divisas provocou uma maior dificuldade para importar, o que levou a uma crescente dificuldade de manutenção do Processo de Industrialização por Substituição de Importações, o qual buscava superar o subdesenvolvimento por meio da redução da dependência externa, uma perspectiva defendida pela Cepal e por autores como Celso Furtado e Raúl Prebish, ao final da década de 1940. Além disso, as políticas monetária e fiscal contracionistas provocaram maior escassez de recursos destinados ao crédito. Dificultava-se, portanto, a formação bruta de capital fixo, ainda que a capacidade instalada tenha aumentado sua participação na demanda nacional.

A estratégia econômica do Governo Dutra enfrentou grandes dificuldades, devido a uma percepção equivocada da situação cambial do país. Tentou-se, ainda, o recurso ao apoio externo, por meio da Missão Abbink e da criação da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, cuja implementação ocorreu somente no governo seguinte. Tentou-se também o recurso à perspectiva mais desenvolvimentista, via lançamento do plano SALTE, que previa investimentos setoriais em saúde, alimentação, transportes e energia. Ambas as medidas não foram exitosas, devido à resistência norte-americana em financiar o desenvolvimento brasileiro via empréstimos públicos do Eximbank e pela baixa implementação dos objetivos do plano SALTE. Apesar do contexto de escassez de divisas, a ideologia desenvolvimentista foi retomada ao longo dos governos seguintes, mostrando seu esgotamento no década de 1980.

Questão 3

O movimento internacional de capitais tem recebido grande atenção da literatura econômica por exercer múltiplas funções, principalmente o financiamento do crescimento econômico, a estabilização dos ciclos econômicos e o ajustamento das contas externas. Nessa direção, os investimentos internacionais considerados, em geral, como capitais de longo prazo são uma das formas mais importantes desse movimento, a saber o *investimento direto* e o *investimento de portfólio*.

BAUMANN, R. *et. al. A nova economia internacional:* uma perspectiva brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

O investimento externo direto envolve a compra de cotas ou ações de empresas no exterior com o propósito de exercer o controle sobre a empresa receptora do investimento; já o investimento externo de portfólio corresponde aos fluxos de capitais que não são orientados para o controle operacional da empresa receptora do capital, mas para aquisição de uma ampla gama de ativos ou instrumentos financeiros, como ações, bônus, debêntures, títulos governamentais e outros títulos e instrumentos.

Considerando que os textos apresentados têm caráter meramente motivador, discorra quanto aos principais determinantes dos fluxos de investimento de portfólio e dos fluxos de investimento externo direto.

Extensão do texto: até 40 linhas.
Valor: 20 pontos.
Média: 10,76 (total); 11,43 (ampla); 8,74 (cotas/PNE)
Desvio padrão: 3,335 (total); 3,321 (ampla); 1,610 (cotas/PNE)

Bruno Berrettini Camponês do Brasil – 17,00

Por meio do investimento externo direto, uma empresa estrangeira decide produzir determinada mercadoria em um país e, assim, vendê-lo em seu mercado nacional, ao invés de produzi-la em seu país de origem e, dessa maneira, exportá-la. Além da compra de cotas ou ações da empresa localizada em outro mercado – a fim de exercer-lhe o controle acionário –, o investimento externo direto também ocorre na modalidade "greenfield": a abertura de uma nova empresa, mediante a construção de uma planta produtiva nova.

Nesse contexto, o investidor normalmente leva em consideração que o mercado do país receptor representa bons prognósticos de crescimento no médio e longo prazos. Nesse sentido, entende-se expansão da renda, baixo desemprego e inflação sob controle. Isso vale principalmente na modalidade "greenfield", pois a instalação de uma nova fábrica pressupõe retorno do investimento em horizonte temporal mais estendido. Há, também, questões de diversificação de investimentos de uma transnacional e de condições específicas de determinado mercado, como políticas de incentivo a empresas estrangeiras, o que não ocorreria com a exportação do produto acabado. Por fim, em situações de recessão, em que os ativos nacionais se depreciam, os investimentos para compra do controle acionário costumam ocorrer.

Os investimentos em portfólio correspondem à compra de ativos ou instrumentos financeiros em moeda nacional que visam a oferecer rendimentos superiores a ativos ou instrumentos financeiros do país de origem do investidor, ou ao investimento considerado referência internacional, por ser o mais seguro: os títulos do tesouro americano ("T-bonds").

O primeiro e principal determinante é o chamado risco cambial. Como se troca moeda estrangeira – normalmente, o dólar – por título denominado em moeda nacional, se esta sofrer amplo processo de desvalorização, o investidor pode amargar pesadas perdas ao converter os ganhos/rendimentos em moeda nacional, que perdeu valor, em dólares. Por essa razão, a taxa de juros interna deve ser de tal magnitude, para compensar o risco cambial e igualar-se aos rendimentos de referência. Trata-se da paridade da taxa de juros.

Ainda, principalmente quanto aos títulos públicos, há também que se considerar o risco de "default". Por fim, a literatura costuma referir-se ao risco do próprio negócio e ao risco político, como as guerras, embora, para ambos, haja contratos de seguro.

Bárbara Policeno Pereira – 16,80

Os investimentos internacionais são capitais de longo prazo responsáveis por funções como: financiamento do crescimento econômico, estabilização de ciclos econômicos e ajustamento de contas externas. Nesse contexto, cabe discorrer acerca dos principais determinantes dos fluxos de investimento de portfólio e dos fluxos de investimento externo direto.

A realização de investimentos de portfólio demanda uma análise de custos e de incentivos. Os incentivos se relacionam à expectativa de retorno do investimento, consubstanciado na remuneração pela taxa de juros que ativos ou outros instrumentos podem conferir ao investidor. A aplicação nesses investimentos deve remunerar satisfatoriamente o custo de oportunidade do capital. Pelo lado dos custos, há de se considerar o risco do investimento. Nesse risco se incluem variáveis como o risco-país e a liberdade de fluxo de capitais. A taxa de juros e o risco são os principais determinantes na realização desses investimentos. Nesse contexto, ganham destaque fatores como o ambiente de negócios e regulatório. A existência de acordos de proteção de investimentos, bem como de um ambiente regulatório menos burocrático, motiva a atração de capital externo via investimento de portfólio. A mobilidade de capitais também contribui positivamente para o recebimento de investimentos. Nesse cenário, quanto mais elevada por a taxa de retorno, mais forte será o fluxo de capitais em direção a esses ativos ou instrumentos financeiros.

O investimento externo direto, por seu turno, relaciona-se à compra de cotas ou ações com o objetivo de exercer o controle sobre a empresa receptora. São determinantes, também, as expectativas de retorno do capital diante do custo de oportunidade do investimento. Como resultado, importam fatores como o tamanho do mercado no qual se encontra a empresa, bem como as expectativas de crescimento do país. Assim, países em acelerado

ritmo de crescimento e com substancial mercado consumidor são atrativos para o recebimento de investimentos diretos. Os fluxos, adicionalmente, são influenciados pela existência de leis que limitam a remessa de lucros, de modo que a mobilidade de capitais é importante determinante de investimentos diretos. Em contrapartida, os fluxos tendem a evitar países com economias instáveis ou com risco muito elevado, ainda que os juros sejam altos. O motivo desse recuo é a aversão ao risco acerca do não retorno do benefício esperado. Dessa forma, os agentes evitam investimento em situações nas quais suas expectativas podem resultar-se frustradas. A inflação e a taxa de câmbio também determinam esses fluxos.

Taxa de juros, risco-país, ambiente regulatório e de negócios, acordos de proteção de investimentos, liberdade de fluxos de capitais, perspectivas da economia de destino e inflação, portanto, são determinantes nos fluxos de investimentos externos diretos e de portfólio. Com efeito, a decisão dos agentes perpassa por uma análise de custos e de incentivos.

Roman Leon Gieburowski Neto – 16,00

Os fluxos de capitais têm importantes impactos para as economias nacionais. Há diversos determinantes desses fluxos, a depender de seu tipo e do prazo de comprometimento. Destacamos os fluxos de investimento de portfólio e dos fluxos de investimento externo direto.

Todos os fluxos financeiros são influenciados pela relação entre os juros internos do país que recebe o investimento e os juros externos. Esse é, em especial, o caso de investimentos de portfólio, que incluem, muitas vezes, investimentos de caráter especulativo e de curto prazo. Quanto maior o juros internos, mais atrativa é a economia a esses investimentos.

Outros dois fatores a serem considerados nessa relação entre juros internos e externos são a possibilidade de desvalorização cambio e o risco-país. A desvalorização cambial significa uma perda relativa dos ganhos do investimento, logo essa ameaça desfavorece os investimentos. O risco-país diz respeito à possibilidade de insolvência do país, sendo medido por agência de rating com base em fatores como disciplina fiscal e trajetória da dívida externa. Quanto pio o risco-país, menos atrativa é a economia nacional a investimentos.

Os investimentos em portfólio ainda são determinados por fatores como o desenvolvimento e a complexidade do sistema financeiro e mobiliário do país, bem como pela legislação tarifária quanto à livre circulação de capital, sendo o importo de Tobin exemplo de barreira.

Os investimentos externos diretos são influenciados por ainda outros determinantes, na medida em que o controle sobre a empresa receptora do investimento implica compromissos de longo prazo.

Nesse sentido, dois fatores fundamentais para o fluxo de investimentos diretos são o tamanho do mercado e a perspectiva de crescimento do país. O acesso preferencial a um grande com perspectiva de crescimento é grande atrativo para esse tipo de investimento.

Outro fator a ser considerado para os investimentos externos diretos consiste no ambiente regulatório e tributário do país. Dificuldades burocráticas para a condução dos negócios e excessivos custos tributários desincentivam esse investimento.

A segurança oferecida aos investidores é igualmente importante. Nesse sentido, a garantia de igualdade de tratamento, proteção contra expropriações e mecanismos de solução de controvérsias atraem os investidores. Muitos desses atributos são negociados por acordos internacionais de investimentos, como os Acordos de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) assinados pelo Brasil.

Há tantos outros fatores que podem afetar o fluxo de investimentos, porém foram destacados os principais. Investidores chineses, por exemplo, encontram dificuldades relacionadas à distância e à diferença cultural ao investir na América Latina.

Pior resposta – 6,30

Em uma economia globalizada, o movimento internacional de capitais é de fundamental importância para o desenvolvimento dos países. O principal determinante para os fluxos de investimento de portfólio e para os fluxos de investimento externo direto é a taxa de juros real de um economia, contudo esse determinante não é suficiente para explicar as movimentações de capital, tendo em vista que devem ser considerados outros condicionantes que influem no risco e nos rendimentos, para compreender as ações de investidores.

Nesse âmbito, deve-se considerar as condições gerais da economia do país, notadamente as contas públicas. As expectativas quanto ao crescimento são determinantes para o investimento, pois expectativas otimistas sugerem que o país está com condições de crescer, desse modo, o investimento ocorre. Igualmente, observa-se o risco-país, um indicador da possibilidade de um país não honrar seus compromissos financeiros. Por fim, analisa-se as condições da dívida pública desse país, sobretudo em relação ao PIB.

Importante destacar que a questão da dívida pública é especialmente importante em países com processo inflacionário e quadro de dominância fiscal. Nesse cenário, cresce o risco de defaut, o que afugenta os fluxos de capitais para o país, mesmo com taxas de juros elevadas. Desse modo, esse quadro extremo demonstra a importância de se observar a trajetória da dívida de um país, quando da determinação de fluxos de capitais de longo prazo, e não somente a taxa de juros.

É igualmente necessário considerar as condições institucionais de um país para tomar decisões de investimento. Deve-se levar em conta a solidez e a transferência do sistema financeiro e bancário daquele país, bem como o nível de concorrência desse setor. Deve-se prezar também pela autonomia dos bancos centrais, que devem atuar livres de interferências políticas, apenas com o fim de garantir a estabilidade econômica. Finalmente, é fundamental oferecer plena segurança jurídica para os investimentos, com instrumentos que assegurem a propriedade, os rendimentos e eventuais ressarcimentos aos investidores.

Os investimentos de longo prazo, assim, exigem uma análise ampla da economia de um país, para além da taxa de juros praticada.

Questão 4

A lei da demanda, como estudada nos livros-texto, enuncia que, *ceteris paribus*, um aumento no preço de um bem deve reduzir a quantidade demandada desse mesmo bem. No entanto, é comum observar-se que, no período das festas de fim de ano, há um aumento no preço de brinquedos e, mesmo assim, a venda desse tipo de produto aumenta consideravelmente. Isso se percebe, por exemplo, na maior quantidade de brinquedos expostos nas lojas, refletindo a expectativa dos lojistas de vender mais do próprio produto.

Com base na situação apresentada e na teoria microeconômica do consumidor, responda por que ocorre aumento na quantidade procurada de brinquedos nas festas de fim de ano, ainda que o preço sempre suba nessa época. Aborde, necessariamente, os seguintes tópicos:

a) a caracterização de um consumidor com preferências racionais e monotônicas;

b) como ocorre o processo de equilíbrio do consumidor em função das respectivas preferências e da restrição orçamentária; e

c) as causas do aumento da quantidade demandada nas condições descritas, bem como o mecanismo segundo o qual elas resultam nesse aumento.

Extensão do texto: até 40 linhas.
Valor: 20 pontos.
Média: 15,34 (total); 15,45 (ampla); 15,00 (cotas/PNE)
Desvio padrão: 3,321 (total); 3,743 (ampla); 1,782 (cotas/PNE)

Bárbara Policeno Pereira – 20,00

Nas festas de fim de ano, é comum o aumento na quantidade demandada de brinquedos, ainda que o preço desses bens suba nessa época. Cabe, portanto, explicar esse fenômeno, nos marcos da teoria do consumidor.

O consumidor com preferências racionais e monotônicas é maximizador de utilidade. Dada sua restrição orçamentária, o consumidor escolhe a cesta que lhe proporciona maior utilidade total. Consequentemente, sempre prefere a cesta com mais bens, desconsiderando a hipótese de bens maus. A racionalidade, adicionalmente, aduz o pressuposto da transitividade das preferências do consumidor. Considerando-se três cestas, A, B e C, se A é preferível a B e B é preferível a C, então A é preferível a C. De acordo com a teoria do consumidor, as preferências do consumidor por 02 bens são representadas por curvas de indiferença negativamente inclinadas, convexas em relação à origem e que nunca se cruzam.

Em função das respectivas preferências e da restrição orçamentária, o processo de equilíbrio ocorre quando a razão de preços entre os bens se iguala à razão entre as respectivas utilidades marginais. Em análise gráfica, o equilíbrio ocorre quando a curva de indiferença de maior utilidade tangencia a curva de restrição orçamentária. No ponto de equilíbrio, a inclinação da curva de restrição orçamentária é igual à taxa marginal de substituição – isto é, igual à inclinação da curva de indiferença no ponto ótimo. Portanto, o equilíbrio ocorre quando Pa/Pb = UmgA/UmgB, considerando-se dois bens normais A e B.

Em ocasiões especiais, como as festas de fim de ano, ocorre aumento da demanda em função dos gostos e das expectativas dos consumidores, bem como a ausência de substitutos próximos aos brinquedos. Nessa situação, a demanda é mais inelástica, porque a utilidade do bem é condicionada à data comemorativa. Como consequência, mesmo com o aumento do preço, o consumidor opta pelo consumo do bem, porque nessas condições sua demanda é mais inelástica ao preço. Adicionalmente, não há substitutos próximos à categoria dos brinquedos. O preço sobe porque, enquanto a oferta se mantém a mesma, a demanda se desloca para a direita, o que causa o aumento do preço dos brinquedos e o aumento da quantidade no equilíbrio.

Nas condições descritas, ocorre aumento da demanda, porque os consumidores procuram bem cuja utilidade relaciona-se a uma ocasião específica: as festas de fim de ano. Os vendedores não abaixam os preços porque não atuam em mercado de concorrência perfeita, o que lhes permite maior poder de mercado, aumentado pela inelasticidade da demanda por brinquedos nessa época comemorativa.

O consumidor, portanto, é maximizador de utilidade. Suas preferências são racionais, transitivas e monotônicas. O ponto de equilíbrio é representado pelo ponto de tangência entre a curva de indiferença de maior utilidade e a restrição orçamentária.

Bruno Berrettini Camponês do Brasil – 20,00

Conforme a teoria do consumidor, que pressupõe a racionalidade maximizadora de utilidade, algumas regras são fundamentais: o consumidor sempre quer consumir em quantidades maiores, não havendo poupança de parte de sua renda; transitividade, isto é, se uma cesta de bens A é preferível a uma cesta B, e se esta é preferível a uma cesta C, então A é preferível a C; as preferências são completas, de modo que não há como fracioná-las entre os bens que compõem as cestas; as preferências são expressas por curvas de indiferença – de inclinação negativa, mas não constante, devido ao princípio da utilidade marginal decrescente. Essas curvas nunca se cruzam, e quanto mais distantes dos eixos – maior a quantidade consumida –, melhor.

No entanto, o equilíbrio ocorre quando a curva de indiferença se tangencia com a restrição orçamentária: uma reta de inclinação constante cujo coeficiente angular representa os preços relativos dos bens expressos nos eixos "x" e "y". Há, pois, equilíbrio quando a relação entre os bens expressos na curva de indiferença – a Taxa Marginal de Substituição (TMS) – é igual à relação entre os preços dos bens. Aqui, o consumidor maximiza sua utilidade ao consumir a cesta de bens mais distante dos eixos que sua restrição orçamentária permite. Assim, se sua renda fosse maior – restrição

orçamentária mais à direita –, seria consumida a cesta de bens correspondente, até novo equilíbrio.

Em Microeconomia, há os bens normais – aqueles que têm a demanda aumentada à medida que aumenta a renda –, e os bens inferiores – diminui a quantidade demandada com o aumento da renda. Ambos se submetem à lei da demanda. Há duas exceções: os bens de Giffen – bens inferiores que, por serem essenciais, têm a quantidade demandada aumentada com a elevação dos preços, devido à prevalência do efeito renda sobre o efeito substituição –; e os bens de Veblen – de consumo ostentatório.

No exemplo citado, brinquedos não são bens essenciais, de modo que se afasta a hipótese de Giffen. Tampouco são de Veblen, pois não tem função ostentatória, como obras de arte. Assim, não há, propriamente, violação à lei da demanda. O que há é que, nas festas de fim de ano, se alteram as preferências dos consumidores, tornando a demanda por brinquedos muito menos preço-elástica. Os consumidores ficam, temporariamente, mais dispostos a pagar preços mais elevados pelo mesmo bem, razão por que os lojistas aumentam sua exposição.

Lawrence Benaventana Póvoas – 19,10

Na teoria microeconômica, os consumidores demonstram preferências racionais. Nesse sentido, obedecem alguns princípios, como a monotonicidade, a transitividade e a integralidade.

Pelo princípio da monotonicidade, um consumidor racional sempre seguirá a máxima "quanto mais, melhor". Ou seja, sempre prefere-se o consumo de mais uma unidade do produto, por menos que seja a utilidade adicional no consumo. Ressalta-se que essa insaciedade está sujeita à de utilidade marginal decrescente e, portanto, pode-se atingir um ponto máximo de saciedade, caso o consumo de uma unidade adicional cause perda de bem-estar.

O princípio da transitividade determina que, se um consumidor racional preferir um bem A a um bem B, então segue-se logicamente, pela propriedade da transitividade, que também prefere o bem a C. Caso contrário, suas curvas de indiferença se cruzarão, o que viola as preferências racionais transitivas.

A última característica de um consumidor com preferências racionais é que sua cesta de bens será sempre completa, de modo a utilizar integralmente sua restrição orçamentária -- trata-se do princípio da integralidade. Assim, um consumidor é indiferente às diversas combinações possíveis dos produtos da sua cesta de bens, desde que se consuma sua restrição orçamentária na combinação dos bens de uma cesta.

O equilíbrio do consumidor ocorre, portanto, quando a curva de indiferença do consumidor tangencie sua linha de restrição orçamentária. Esse é o ponto ótimo de equilíbrio do consumidor racional. Reflete, ademais, o ponto da curva de indiferença com a taxa marginal de substituição ideal -- ou seja, quanto mais longe do equilíbrio na curva, mais será inclinada, pois o consumidor resistirá à substituição de um bem pelo outro.

A lei da demanda reflete essas caracterizações das preferências do consumidor, estendendo-a a um mercado de infinitos consumidores. Os tipos de bem comportam-se de maneiras distintas, segundo a interação da demanda com a renda (Bens normais ou inferiores), o preço (bens comuns ou de Giffen) e o preço-cruzado (bens substitutos ou complementares). No caso citado do aumento da demanda por brinquedos no período das festas de fim de ano, mesmo com o aumento no preçø, pode ser explicado pela interação desses fatores, a elasticidade da curva do bem e a curva de oferta do mercado, que determinará o preço e quantidade demandados no ponto de equilíbrio da intersecção das duas curvas.

Dessa forma, a curva de demanda nesse caso é inelástica, com baixa variação na quantidade demandada em relação à variação do preço ($0 < |d| > 1$) devido a vários fatores. A obrigação social em comprar presentes nessa época significa que os consumidores são mais insensíveis ao preço, que se elevaram também pelo aumento da demanda concentrado nesse período. De modo geral, o valor de brinquedos, mesmo com grande aumento, tem reduzido impacto na renda (orçamento). Por fim, a publicidade pode resultar em falta de substitutos, alterando as preferências.

Pior resposta – 7,90

O aumento na quantidade procurada de brinquedos nas festas de fim de ano representa uma situação excepcional da relação entre preço e demanda. Tal situação decorre da percepção do consumidor em tal época como possuidor de preferências racionais e monotônicas, de modo que seu equilíbrio entre preferências e restrição orçamentária é alterado.

O consumidor com preferências racionais e monotônicas é caracterizado pela limitação da sua cesta de produtos. Ainda que suas escolhas sejam racionais dentro do modelo da descrição da relação entre oferta e demanda, um ou mais dos produtos de sua cesta são tidos como essenciais, de modo que o aumento do preço não necessariamente reflete em uma redução da presença de tal produto na cesta. Esse é o caso dos consumidores que têm filhos nas proximidades das festas de final de ano. Os brinquedos são bens que precisam fazer parte da cesta de tais consumidores, de modo que sua demanda torna-se inelástica a preço.

Como consequência, o equilíbrio entre as preferências de tais consumidores e sua restrição orçamentária é alterado. Em condições normais, o equilíbrio é definido pela tangência entre a curva de restrição orçamentária e a curva de indiferença mais satisfatória. No caso em análise, no entanto, há uma modificação na taxa marginal de substituição do consumidor, de modo que ele, dentro de determinada restrição orçamentária, passa a preferir abrir mão de mais quantidades de outros produtos da cesta para a obtenção de brinquedos. Assim, a inclinação de sua curva de indiferença é modificada nas proximidades do final do ano.

As causas do aumento da quantidade demandada nas condições descritas envolvem o deslocamento para a direita da curva de demanda do mercado de brinquedos por razão de gostos ou preferências do consumidor. Torna-se socialmente esperado que pais presenteiem seus filhos com brinquedos no final do ano, de modo que a demanda, nessa época, se desloca. Outros componentes que explicam essa movimentação envolvem a expectativa de aumento maior de preço no futuro, o que leva as pessoas a comprarem a preços já altos, e o aumento do preço de substitutos (chocolates, por exemplo, que podem substituir como presente).

Dessa forma, partindo-se da compreensão do consumidor e sua cesta individualmente, pode-se analisar o aumento da quantidade de brinquedos demandada nas festas de fim de ano, bem como interpretar suas causas para o mercado como um todo. O aumento do preço deixa de ser um fator determinantes para conter o aumento na demanda uma vez que os consumidores passam a enxergá-lo como um bem essencial, de forma a ter preferências por ele em sua cesta. A demanda torna-se, assim, inelástica a preço.

Questão 1

– EMENTA: RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO ESTADO: § 6º DO ART. 37 DA MAGNA CARTA. ILEGITIMIDADE PASSIVA *AD CAUSAM*. AGENTE PÚBLICO (EX-PREFEITO). PRÁTICA DE ATO PRÓPRIO DA FUNÇÃO. DECRETO DE INTERVENÇÃO.

O§ 6º do art. 37 da Magna Carta autoriza a proposição de que somente as pessoas jurídicas de direito público, ou as pessoas jurídicas de direito privado que prestem serviços públicos, é que poderão responder, objetivamente, pela reparação de danos a terceiros. Isto por ato ou omissão dos respectivos agentes, agindo estes na qualidade de agentes públicos, e não como pessoas comuns. Esse mesmo dispositivo constitucional consagra, ainda, dupla garantia: uma, em favor do particular, possibilitando-lhe ação indenizatória contra a pessoa jurídica de direito público, ou de direito privado que preste serviço público, dado que bem maior, praticamente certa, a possibilidade de pagamento do dano objetivamente sofrido. Outra garantia, no entanto, em prol do servidor estatal, que somente responde administrativa e civilmente perante a pessoa jurídica a cujo quadro funcional se vincular. Recurso extraordinário a que se nega provimento.

BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. RE 327904/SP, Rel. Min. Carlos Britto, Primeira Turma, j. 15/8/2006, DJ 8/9/2006.

Considerando que o texto apresentado tem caráter meramente motivador, elabore um texto dissertativo a respeito da responsabilidade civil do Estado. Aborde, necessariamente, os seguintes tópicos:

a) discorra acerca dos pressupostos da responsabilidade civil do Estado;

b) conceitue e diferencie as espécies de responsabilidade civil atribuídas ao Estado, de acordo com o texto da Constituição Federal de 1988; e

c) aponte, de forma fundamentada, as consequências da adoção do princípio da dupla garantia pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) para o Estado e os respectivos agentes públicos.

Extensão do texto: até 60 linhas.

Valor: 30 pontos.

Média: 24,45 (total); 24,18 (ampla); 25,26 (cotas/PNE)

Desvio padrão: 4,32 (total); 4,063 (ampla); 5,456 (cotas/PNE)

Paulo Henrique de Sousa Cavalcante – 30,00

O ordenamento jurídico elegeu, por meio do art. 37, §6º, CF/88, a teoria do risco administrativo para a configuração da responsabilidade civil do Estado e das entidades de personalidade jurídica privada prestadoras de serviços públicos. Com efeito, o constituinte consagrou que a prestação de serviços envolve riscos, associados e percebidos, que, quando concretizados em desfavor do cidadão, têm suas consequências mitigadas e reparadas, por dever, pelo Estado ou pela prestadora que possui a outorga ou a concessão do serviço público.

Nesse sentido, a fim de que se configure a responsabilidade civil do Estado é necessário que se cumpram pressupostos básicos, sem os quais resta impossibilitada a responsabilização do Estado ou da prestadora. Consequentemente, deve-se analisar se o ato ou a conduta atribuída ao prestador do serviço público efetivamente existiu, independentemente de ser lícito ou ilícito; subsequentemente, é forçoso verificar a ocorrência do dano, material ou imaterial, acarretado ao cidadão, configurando-se esse elemento condição "*sine qua non*" para a responsabilização do prestador. Por fim, não há que se falar em responsabilização, se não puder ser comprovado o nexo de casualidade entre a conduta do prestador de serviços públicos e os danos acarretados ao cidadão.

Observa-se, contudo, a qualificação do instituto da responsabilização mediante situações de alguma especificidade. Primeiro, não há que se responsabilizar o prestador por fatos alheios a seu controle e às mais detalhadas projeções, quando se configuram os casos de força maior. Além disso, em ocasiões em que a culpa é exclusiva da vítima, exclui-se a responsabilidade civil do prestador de serviços públicos. Ademais, em situações em que se verifica dolo na conduta do agente que provocou o dano, o Estado deve, após sentença transitada em julgado e pagamento de indenização ao prejudicado, tendo sido condenado, promover ação em sede de regresso contra o agente, a fim de restituir os danos ao erário, respondendo civil, criminal e administrativamente.

Consoante o art. 37, §6º, o Estado e os prestadores de serviço público, mesmo de personalidade jurídica de direito privado, respondem objetivamente, pela teoria do risco administrativo. As entidades com personalidade jurídica de direito público voltadas à atividade econômica (art. 170, e.g.), por seu turno, respondem subjetivamente, em horizontalidade com os demais entes privados. Caso que chama atenção no ordenamento constitucional pátrio é o art. 225, da Carda de 1988, por meio do qual o constituinte, segundo entendimento pacificado do STF, estabeleceu uma responsabilidade agravada para atos que provoquem prejuízos ambientais, incluindo a poluição de cursos de água, a destruição da biodiversidade e o extermínio dos meios que viabilizam as vidas humana, animal e vegetal.

A dupla garantia, à que se refere o ex-Ministro Carlos A. Britto, diz respeito ao cidadão lesado e ao agente estatal que comete o ato lesionador. A teoria do risco administrativo garante a preservação dos interesses do indivíduo frente ao Estado, que tem obrigação de reparar os danos, quando verificados ato, dano e nexo causal. Promove, desse modo, a própria fundamentação das garantias individuais do Estado de Direito, em meio a fruição dos benefícios derivados de um regime jurídico de Estado social e democrático. Já ao servidor estatal garantem-se as liberdades básicas, a autonomia funcional e as prerrogativas necessárias para prestar o serviço. Nesse sentido, o servidor goza de ampla defesa e contraditório, em sede civil e administrativa, pelo PAD (Lei 9.784/1999), perante a pessoa jurídica a que pertence; pelo princípio da inafastabilidade de jurisdição (art. 5º, XXXV, CF/88), em caso de conduta dolosa, o servidor pode responder criminalmente.

Por fim, a responsabilização civil do Estado parece coadunar a defesa dos interesses individuais, cuja realização seria o cerne do Estado de Direito, para C. de Malberg.

Luis Felipe Yonezawa Fernandes – 30,00

Em conformidade com o regime do art. 37, §6º, da Constituição Federal de 1988, o Brasil adota, como regra, a responsabilidade objetiva do Estado por danos causados a terceiros por pessoas jurídicas de direito público, como as autarquias, ou por pessoas jurídicas de direito privado que prestem serviços públicos, como as concessionárias de fornecimento de luz elétrica. Ao debruçar-se sobre esse dispositivo em lides tratando da legitimidade passiva na responsabilidade do Estado e, em particular, da possibilidade de denunciação da lide ou de outras formas de intervenção de terceiros no contencioso, o STF consagrou o princípio da dupla garantia, com repercussões importantes tanto para o Estado quanto para o servidor público que se quer incluir no polo passivo.

A teoria da responsabilidade objetiva do Estado tem três pressupostos fundamentais, distinguindo-se da responsabilidade subjetiva por não exigir o elemento subjetivo da conduta, culpa ou dolo. Em primeiro lugar, deve haver dano ao particular, o que, segundo as teorias correntes sobre reparação, abarca tanto o *danus emergens* (dano emergente) quanto o *lucrum cessans* (lucro cessante), isto é, o prejuízo efetivo e a frustração da expectativa objetiva de auferir-se certa vantagem patrimonial. A aceitação das teorias da perda de uma chance, de matriz francesa, ou do dano punitivo, de matriz norte-americana, ainda é objeto de divergência doutrinária, pelas dificuldades de conciliá-las com a vedação do enriquecimento sem causa. Em segundo lugar, exige-se nexo de causalidade entre a conduta estatal (ou do agente privado exercendo elemento de autoridade governamental) e o dano sofrido pelo particular. Na doutrina civilista, houve, por muito tempo, discussão sobre como identificar o nexo em casos de multicausalidade; prevaleceu a teoria da causalidade adequada, que procura a causa idônea à consecução do resultado lesivo, entendimento presente no Código Civil, de 2002, e aproveitado, mais amplamente, no regime de responsabilidades civis no Brasil, o que inclui a do Estado. Em terceiro lugar, é necessário que o dano ou a perturbação não tenha surgido da prática regular de função pública própria da autoridade estatal: o exercício válido de poder de polícia para aplicar multa tributária em casos de declaração de renda a menor, por exemplo, é legítimo e não enseja responsabilização pela ação do fisco. Caso, todavia, se trates de ato ilícito ou que de alguma forma exceda o dissabor razoável a emanar do poder de polícia, caberá responsabilizar o Estado, o que também ocorrerá nas hipóteses de responsabilidade integral.

Na sistemática da CF/88, conforme avalizado pela doutrina, há três espécies de responsabilidade civil do Estado. Caberá responsabilidade subjetiva do Estado, *a priori*, quando a tutela pleiteada não for reparatória, como nos casos de tutela declaratória ou constitutiva; nesses casos, a comprovação de culpa ou dolo pode fazer-se necessária. Mais frequentes, contudo, são as disputas reparatórias, que podem envolver a responsabilidade objetiva do Estado – que exige prova de ato ilícito, dano e nexo causal – ou a integral. Neste caso, dispensa-se a ilicitude da conduta; dano e nexo de causalidade bastam para ensejar a *restitutio in integrum*. É o caso, conforme a CF/88 e a Política Nacional do Meio Ambiente (1981), dos danos gerados por atividades nucleares, por atentados terroristas ou, ainda, por danos ambientais.

A adoção do princípio da dupla garantia pelo STF, em sede do julgamento do RE 327.904-SP (2006), tem consequências substanciais para Estado e servidor. Quanto ao primeiro, representa uma exposição ampla a pleitos indenizatórias de particulares, os quais, conforme observado pelo STF, podem se fiar do erário público para lograr a restituição integral. É necessário, pois, que o Estado reserve parte do orçamento para os passivos judiciais, bem como aprimore seus mecanismos de supervisão sobre a Administração Pública Direta e Indireta e sobre os agentes privados prestadores de serviços públicos, com vistas a minimizar a frequência dos danos. Para o agente, o princípio é protetivo, pois compromete a denunciação da lide; ademais, a responsabilização civil perante a respectiva pessoa jurídica será subjetiva, e poderá valer-se da ampla defesa e do contraditório em sua defesa administrativa. Caso realmente tenha agido com negligência, imprudência, imperícia, culpa consciente, dolo eventual ou *dolus malus*, deverá, todavia, ressarcir a pessoa jurídica pela indenização ao particular; a penalidade administrativa poderá, também, ser severa, a depender da gravidade da conduta e do regime aplicável ao servidor. De toda forma, a dupla garantia recebe críticas de parte da doutrina pela suposta ineficiência que gera, visto que o Estado é expedita e dispendiosamente condenado com frequência, pela via objetiva, ao passo que o servidor se beneficia das complexidades da responsabilidade subjetiva para evadir ou postergar o dever de ressarcir o Poder Público. Para esses autores, a denunciação da lide seria uma solução viável, mas a controvérsia doutrinária persiste. Nesse contexto, ainda que de forma polêmica, o *decisum* do STF logra elucidar a posição jurisprudencial sobre o alcance do art. 37, §6º, da CF/88, aportando segurança jurídica aos atores envolvidos, particulares, Estado e servidores.

Bruna Veríssimo Lima Santos – 29,50

O regime geral de responsabilização civil do Estado é resultado de processo histórico. A Constituição de 1988 (CRFB) consagra diferentes modalidades do regime em seu texto.

Os pressupostos elencados pela doutrina para aferição de responsabilidade civil do Estado são ato, dano, nexo de causalidade, dolo ou culpa. Ato é o evento que tem valor para o mundo jurídico, que fora praticado pelo homem. Pode ser moral ou material. Nexo de causalidade é o liame entre ato e dano, sendo componente essencial para a atribuição de responsabilidade. Culpa ou dolo são os componentes subjetivos, que dizem respeito à qualificação da vontade do agente em praticar o ato. De acordo com a modalidade de responsabilização, é possível prescindir da análise subjetiva.

À luz desses requisitos, a CRFB estabeleceu espécies distintas de responsabilidade. A regra geral é a responsabilidade objetiva. Por meio dela, consideram-se apenas ato, dano e nexo para fins de atribuição. De acordo com o art. 37§6º, CRFB, essa modalidade atinge tanto a Administração direta e indireta quanto pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público. A outra modalidade compreendida pela Constituição é a subjetiva. Nesse caso, consideram-se ato, dano, nexo e dolo/culpa, diferentemente da objetiva. Essa espécie é utilizada nos casos de ato omissivo do Estado, ou seja, por sua inércia que provoque dano. Mantém-se, contudo, a mesma interpretação constante do art. 37§6º, CRFB quanto às pessoas jurídicas suscetíveis à responsabilidade. Por fim, há a espécie de responsabilização integral, na qual o Estado se torna praticamente um "segurador universal" contra eventualidades. Na espécie objetiva, culpa exclusiva da vítima, fato de terceiro, força maior e culpa concorrente são exceções que podem excluir ou mitigar a responsabilidade do Estado. No caso da espécie integral, não há qualquer excludente, bastando ato, dano e nexo para que o Estado (ou pessoa jurídica equiparada) tenha obrigação de reparar o dano. É o que ocorre, por exemplo, com questões nucleares, com atentados terroristas em aeronaves e com o seguro DPVAT.

O Supremo Tribunal Federal (STF) no RE327904/SP conferiu maior densidade interpretativa ao art. 37§6º, CRFB. O artigo estabelece a possibilidade de direito de regresso em face do agente público que cometeu o ato. A decisão adotou o princípio da dupla garantia para tratar do assunto. Por essa interpretação, é vedado ao indivíduo o ingresso de ação indenizatória diretamente contra o agente público. Proíbe-se, portanto, a indenização "per saltum".

A adoção dessa teoria tem outras consequências. Preserva-se a impessoalidade da Administração (art. 37, caput, CRFB), consubstanciada na teoria do órgão, já que o indivíduo, ao requerer a reparação demandará da pessoa jurídica responsável, sem personificar

a relação com o agente público. Os particulares serão resguardados. Se a ação indenizatória contra o agente público poderia implicar impossibilidade de pagamento, isso já não ocorre com a pessoa jurídica de direito público, que tem muito mais recursos a sua disposição. O Estado responderá perante o lesado, mas terá direito de regresso em face do agente. Enquanto aquele responderá objetivamente, este o fará subjetivamente (analisam-se dolo e culpa). De todo modo, o Erário reparará o lesado, mas não terá, necessariamente, perda econômico-orçamentária. O agente público será resguardado de eventuais ações protocoladas por diversos indivíduos, o que poderia ser prejudicial ao seu direito de defesa. Ao contrário, responderá apenas à pessoa jurídica a que estiver vinculado, assegurando-se suas garantias funcionais. Tais foram as implicações da decisão do STF.

O regime jurídico da responsabilidade civil do Estado exige detida análise. Ato, dano, nexo e dolo/culpa diferencial as modalidades admitidas pela CRFB. Além disso, consoante a teoria da imputação objetiva de Gierke, a reparação pelo Estado ocorrerá quando o agente estiver no exercício da função pública. A dupla garantia assegura que o Estado terá direito de regresso e o agente público responderá de modo impessoal, reservando-se das prerrogativas de sua condição, apenas perante a pessoa jurídica com a qual guarda vínculo funcional.

Gabriel Clemente de Oliveira Bellato – 14,30 (pior resposta)

O ordenamento jurídico brasileiro adota a Teoria do Risco Administrativo para disciplinar a responsabilidade civil do Estado. Entende-se que a prestação de serviços públicos é atividade arriscada, de sorte que eventuais danos causados durante a prestação do serviço público ensejam a obrigação de indenzar a vítima, entendida tanto como o usuário como o não usuário do serviço público. Outrossim, sob a égide das normas da Constituição Federal de 1988, tanto as pessoas jurídicas de direito público quanto as pessoas jurídicas de direito privado que prestam serviços públicos respondem, objetivamente, pela reparação de danos a terceiros, tanto por atos comissivos quanto por atos omissivos.

Quanto aos pressupostos da responsabilidade civil do Estado, exigem-se três elementos para que exsurja essa responsabilidade. Em primeiro lugar, deve haver a prestação de um serviço público, tanto por pessoas jurídicas de direito público quanto por pessoas jurídicas de direito privado. Ademais, exige-se que haja um dano à vítima, entendida como o usuário e o não usuário do serviço público prestado. Por fim, é necessário que haja um nexo de causalidade entre o serviço público prestado e o dano causado à vítima. Caso esses três elementos sejam observados, haverá a obrigação de reparação do dano causado a terceiros. Com efeito, é cediço que não se exige dolo ou culpa para que essa obrigação de reparar o dano causado exista, recaindo ela sobre o Estado brasileiro, consoante as normas da Lei Maior.

No que concerne às espécies de responsabilidade civil atribuídas ao Estado, de acordo com o texto constitucional, há duas modalidades, a responsabilidade objetiva e a responsabilidade subjetiva, esta aplicada em casos excepcionais. A responsabilidade objetiva é aplicada às pessoas de direito público e às pessoas jurídicas de direito privado que prestam serviços públicos, por atos comissivos e omissivos, quando há a prestação de serviço público, a ocorrência de um dano a terceiros e um nexo de causalidade entre o serviço público prestado e o dano causado. Caso existam esses três elementos, há a obrigação de reparar os danos causados e de indenizar a vítima. Por fim, há hipóteses excepcionais em que o Estado responde subjetivamente pelos danos causados a terceiros, exigindo-se a verificação de dolo ou culpa do agente. Com efeito, o Estado responde subjetivamente em caso de omissão reiterada, de ato legislativo, de ato judicial e de atos de multidão e de caso fortuito ou de força maior. Vale aventar que inexiste responsabilidade civil do Estado em caso de culpa exclusiva da vítima e que a culpa concorrente da vítima contribui para reduzir o montante da indenização.

Quanto às consequências da adoção do principio da dupla garantia pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal para o Estado e os respectivos agentes públicos, resta claro que, enquanto o Estado responde objetivamente por danos causados a terceiros, os agentes públicos respondem por esses danos na modalidade subjetiva. Com efeito, é cediço na jurisprudência do Pretório Excelso que, em caso de dolo ou de culpa do agente público pelo dano causado, ele responderá subjetivamente por seus atos, sendo que sua responsabilidade pode ocorrer, concomitantemente, nos âmbitos civil, penal e administrativo. Após a indenização da vítima e a reparação dos danos causados pelo Estado, ele pode impetrar uma ação de regresso contra o agente público que agiu com dolo ou culpa, com o intuito de rever o montante gasto com essa reparação pelo Estado. Esse entendimento ficou claro no Recurso Extraordinário 327904/SP do Supremo Tribunal Federal, em que se afirmou a responsabilidade objetiva do Estado e a resposabilidade objetiva dos agentes públicos.

A prestação de serviços públicos é matéria arriscada, consoante a Teoria do Risco Administrativo, adotada pelo ordenamento jurídico pátrio. Logo, eventuais danos a terceiros ensejam a obrigação de o Estado repará-los, conforme as normas da Constituição Federal de 1988. Com efeito, o Estado responde por seus atos na esfera civil e na modalidade objetiva, enquanto os agentes responde na modalidade subjetiva, exigindo-se dolo ou culpa para que esse agente responda por seus atos. Destarte, contribui-se para a consolidação de um Estado que respeita a dignidade da pessoa humana, porquanto quaisquer danos que lhe sejam causados durante a prestação de um serviço público ensejam a obrigação de reparação estatal.

Questão 2

Os apátridas estavam tão convencidos quanto as minorias de que a perda de direitos nacionais era idêntica à perda de direitos humanos e que a primeira levava à segunda.

ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Antissemitismo, imperialismo e totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 325-326, com adaptações.

Com base nessa informação e considerando que o fragmento apresentado tem caráter meramente motivador, disserte acerca do estudo da nacionalidade e da apatridia no âmbito jurídico brasileiro e internacional. Aborde, necessariamente, os seguintes tópicos:

a) elementos da normativa internacional e ações das Nações Unidas na temática da nacionalidade e da apatridia; e

b) a relação jurídica do Brasil com a temática, presente na normativa constitucional, infraconstitucional e internacional ratificada pelo País, abordando as formas de aquisição e perda da nacionalidade originária brasileira e a proteção aos apátridas.

Extensão do texto: até 60 linhas.

Valor: 30 pontos.

Média: 19,57 (total); 19,48 (ampla); 19,86 (cotas/PNE)

Desvio padrão: 2,549 (total); 2,504 (ampla); 2,966 (cotas/PNE)

Ronney Almeida e Silva Filho – 24,00

A apatridia consiste em conflito negativo de nacionalidade e representa uma privação de um direito humano essencial, que é o direito de se ter uma nacionalidade, entendida como um vínculo jurídico-político entre um particular e seu Estado. Atualmente, cerca de 3,9 milhões de pessoas encontram-se na condição de apátridas, número que as Nações Unidas estima que pode ser bem maior. Tanto as Nações Unidas quanto o governo brasileiro empreendem esforços, historicamente, para a redução da apatridia no mundo.

No âmbito das Nações Unidas, a Declaração Universal dos Direitos Humanos considera a nacionalidade como um direito básico do ser humano, ao estabelecer que todo indivíduo tem direito a uma nacionalidade. A normativa internacional conta, também, com a Convenção para a Redução dos Casos de Apatridia. Além disso, busca-se evitar que a condição de apatridia resulte em falta de proteção a indivíduos em situação de perseguição. Isso é observado pelo fato de que os apátridas estão contemplados no artigo 1º da Convenção dos Refugiados, o qual estabelece as cláusulas de inclusão para a condição de refugiado. A normativa internacional e as ações das Nações Unidas buscam reduzir os casos de apatridia e garantir proteção a esses indivíduos. O Projeto de Artigos de 2006 sobre proteção diplomática busca garantir que os apátridas possam ter seus direitos representados pelo Estado no qual residem.

O Brasil é um país engajado com a redução dos casos de apatridia no mundo. Isso é corroborado pela normativa constitucional, infraconstitucional e internacional ratificada pelo país. O art. 12 da CF/88 regula as formas de aquisição e de perda da nacionalidade brasileira. A nacionalidade originária (brasileiro nato) é adquirida mediante dois critérios: o jus solis e o jus sanguinis. Indivíduos nascidos em território nacional, desde que os pais não estejam a serviço de outro país, adquirem a nacionalidade brasileira. Essa previsão coaduna-se ao esforço de redução dos casos de apatridia e à normativa internacional, notadamente a ideia de que todo indivíduo tem direito a uma nacionalidade. São, também, brasileiros natos os filhos de pai ou mãe brasileiros nascidos no exterior. No caso de servidores do Estado brasileiro no exterior, a nacionalidade é automática. De outro modo, é necessário registro do nascimento em repartição competente. O filho de pai ou mãe brasileiros pode, também, fazer a opção pela nacionalidade, a qualquer tempo, desde que atingida a maioridade.

A nacionalidade adquirida, por sua vez, também está prevista no art. 12 da CF/88 e normatizada na Lei 13445/17. A naturalização ordinária é possível mediante residência ininterrupta, no Brasil, por quatro anos, mais outros requisitos na forma da referida lei. Aos indivíduos originários de países de língua portuguesa, é necessário um ano de residência ininterrupta e idoneidade moral. Há também a previsão constitucional da naturalização extraordinária, que requer mais de 15 anos de residência no Brasil e ausência de condenação penal. Nesse último caso, há direito à nacionalidade. O brasileiro naturalizado que empreender ação que prejudique o interesse nacional está sujeito à perda da nacionalidade brasileira. Os natos e os naturalizados que adquiram outra nacionalidade também estão sujeitos à perda de nacionalidade. Percebe-se, desse modo, que são hipóteses bastante restritivas, porquanto o Brasil busca garantir o direito à nacionalidade aos indivíduos.

A proteção aos apátridas está inscrita nas prioridades da ação diplomática do país e no arcabouço jurídico nacional. A Lei 13445/17 prevê mecanismos simplificados de naturalização para indivíduos apátridas. Além disso, caso o indivíduo não deseje obter a nacionalidade brasileira, será assegurada a residência permanente no país. Além da cooperação em âmbito global, notadamente por meio do apoio aos esforços das Nações Unidas, o Brasil também está engajado com a proteção aos apátridas no âmbito interamericano. Há convenção específica para redução dos casos de apatridia no âmbito interamericano, além da previsão de que os países devem conceder a nacionalidade originária para aqueles indivíduos que nasçam em seu território e que, de outro modo, seriam apátridas. A dificuldade reside no fato de que a maior parte dos Estados-partes nessas convenções são aqueles que já adotam o critério do jus solis como meio de aquisição de nacionalidade.

Nesse sentido, por mais que existam esforços para a redução dos casos de apatridia no mundo, é necessário intensificar as ações para lidar com a questão. A Lei 13445/17 representa uma iniciativa exemplar no que concerne ao tratamento dado à questão migratória, em geral, e à proteção dos apátridas, em particular. Houve, inclusive, a aquisição de nacionalidade brasileira por apátridas no ano passado. Nesse sentido, cabe aos outros Estados buscarem, como o Brasil tem feito, garantir que os indivíduos tenham assegurados o seu direito básico de ter uma nacionalidade.

Thayana Stocco do Amaral – 23,00

De acordo com o caso Nottebohn, a nacionalidade implica um vínculo efetivo. No Brasil, esse vínculo está associado ao ius solis e ao ius sanguinis para a nacionalidade originária, podendo incluir outros critérios para a aquisição da nacionalidade secundária, como o casamento, a residência e o trabalho em missão diplomática ou consular brasileira por mais de 10 anos. A nacionalidade é, ademais, o elemento pessoal do Estado, consoante a Ficção Mavromatis e a faculdade de o Estado tomar para se a "dominus litis" em proteção diplomática de nacional em face de Estado estrangeiro, por meio do endosso. No passado, o direito internacional (DI) limitava-se a estabelecer normas negativas, como a questão de quem não poderia ser nacional de um Estado (quem não possuísse vínculo efetivo). Atualmente, o DI expande-se na codificação de normas afirmativas, mormente para a proteção dos apátridas. Nesse sentido, cabe discorrer acerca da nacionalidade e da apatridia no âmbito jurídico brasileiro e internacional.

Conforme o princípio do ius communicationis, todo indivíduo tem o direito de sair e regressar ao Estado de que é nacional. Por oposição, a apatridia consiste em grave problema, uma vez que os apátridas, costumeiramente, não têm direito de estar em lugar nenhum, principalmente porque compete aos Estados definir quem são seus nacionais e nenhum Estado tem obrigação de autorizar estrangeiro a ingressar em seu território. Normalmente, a apatridia acontece quando alguém nasce em Estado que adota o ius sanguinis, como critério de atribuição de nacionalidade, mas os pais nasceram em país que adota o ius solis. Para evitar que potenciais brasileiros enfrentassem esse problema, como filhos de jogadores de futebol brasileiros no exterior, na década de 1990, a constituição brasileira foi emendada e o critério adotado de ius sanguinis abrange filhos de pai ou mãe brasileira nascido no exterior, desde qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil, ou desde que registre a criança em repartição consular ou diplomática brasileira competente, no exterior, ou desde que o filho venha a residir no Brasil e opte, após atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira. Contudo, a Nova Lei de Migração estabeleceu que o filho de pai ou mãe brasileira nascido no exterior pode, caso não tenha sido registrado no nascimento em repartição brasileira ou caso o(s) pai(s) não esteja(m) a serviço do Brasil, pode, ao vir a residir no Brasil, optar pela nacionalidade brasileira a qualquer tempo. Além disso, o Brasil também concede a nacionalidade brasileira pelo critério do ius solis, mesmo que de pais estrangeiros, desde que não estejam a serviço de outro país (como diplomatas estrangeiros que se mudam com frequência e não possuem vínculo efetivo com o Brasil). Com toda essa complexidade de direitos, o Brasil contribui para prevenir que potenciais brasileiros originários se tornem apátridas, isso é, não possuam nenhuma nacionalidade.

Mesmo as formas de perda da nacionalidade de brasileira originária não arriscam, por si só, a condição de apatridia. No art. 12 da Constituição Federal de 1988, está disposto que o brasileiro nato perderá a nacionalidade somente se adquirir outra, salvo se o outro Estado reconhecer a nacionalidade brasileira (como é o caso de duas nacionalidades originárias possíveis) ou se o outro Estado obrigar a aquisição da nacionalidade para o gozo de direitos concernentes à residência no outro Estado. Nesse contexto, a Cláudia Hoerig perdeu a nacionalidade de brasileira, por exemplo, mas manteve-se americana, ao invés de se tornar apátrida, uma vez que adquiriu a última por vínculo matrimonial.

Há alguns tratados do Direito Internacional que visam a evitar a apatridia. É o caso do Estatuto dos Apátridas e do Tratado para Prevenir os casos de Apatridia, além do Estatuto da Mulher Casada, celebrado no âmbito da ONU, dos quais o Brasil é parte. O problema quanto às normas neles dispostas não serem costumeiras, mas apenas convencionais, reside no fato de que os países que já adotam os critérios do ius solis e do ius sanguinis (como o Brasil) normalmente são partes, mas os Estados que adotam apenas um dos critérios não costumam aderir a eles. Os tratados mencionados não dispões que os Estados partes concederão a nacionalidade para pessoas que tenham chances de ser nacionais daquele país e que de outra forma, seriam apátridas. Adicionalmente, os Estados comprometem-se a evitar os casos de apatridia e a proteger pessoas apátridas. Não obstante isso, os Estados podem exigir residência, para isso. As Nações Unidas, assim como têm papel relevante para a proteção de refugiados, por meio do ACNUR, também propugnam pela salvaguarda dos apátridas, a que se insere no respeito a normas de direitos humanos, de que a função de órgãos como o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos e a Comissão dos Direitos Humanos é essencial. Os Pactos dos Direitos Civis e dos Direitos Sociais, Econômicos e Culturais, além da Declaração Universal dos Direitos Humanos dispões, ademais, que todo indivíduo tem direito à nacionalidade. Adicionalmente, o Estatuto da Mulher Casada inibe que o casamento e o divórcio provoquem a perda da nacionalidade da mulher, algo que era bastante comum.

A constituição brasileira de 1988 estabelece que todos os estrangeiros residentes têm direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, sendo que essa norma é interpretada de forma a abarcar estrangeiros não residentes também. Além disso, a norma infraconstitucional, conhecida como a Nova Lei de Imigração, de autoria do ex-Ministro das Relações Exteriores e senador, Aloysio Nunes, insere-se na lógica da proteção dos direitos humanos e tem como um de seus princípios o repúdio à xenofobia. Essa norma facilita a apátridas residentes no Brasil a adquirirem, se solicitarem perante o Ministério da Justiça, a nacionalidade brasileira secundária (naturalização), uma vez que falem português, o que já foi concedido a duas mulheres que fugiram da Síria. Além disso, essa lei prevê que a eventual repatriação de um apátrida, em caso de impedimento de ingresso, seja analisada com atenção especial.

Carolina Moreira da Costa Oliveira – 23,00

Desde a adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, o combate a apatridia é temática relevante para o Direito Internacional e para o direito interno dos Estados, uma vez que a referida Declaração determina o direito à nacionalidade como um direito humano. Nesse contexto, a evolução normativa da questão da apatridia no âmbito interno e internacional é relevante.

Na década de 1950, no âmbito da Organização das Nações Unidas, adotou-se Convenção sobre a Apatridia com intuito de garantir os direitos fundamentais e a dignidade humana dos indivíduos com o status de apátridas. Nesse sentido, apátrida é aquele indivíduo cujo vínculo de nacionalidade não é reconhecido por nenhum Estado. A Convenção também procurou garantir a condição de refugiado mesmo ao indivíduo apátrida, assegurando que os mecanismos protetivos da Convenção sobre Refúgio, como o princípio do non-refoulement, sejam aplicados a pessoas sem nacionalidade. Considerando que os apátridas estão em situação de particular vulnerabilidade, essas garantias mostram-se fundamentais para preservar a integridade física, a segurança e o mínimo de direitos para essas pessoas.

Imbuído com os compromissos aceitos após a adesão a Convenção sobre Apatridia, o Brasil passou por um processo de modernização de sua legislação interna com respeito a nacionalidade e a condição do migrante no país. A preservação dos direitos e o combate a condição de apatridia são disposições presentes igualmente no artigo 5º da Constituição Federal de 1988. Como forma de se adequar aos compromissos internacionais e constitucionais, o Brasil elaborou legislação infraconstitucional por meio da Lei de Migração de 2017.

A Lei de Migração, nesse contexto, representa um avanço fundamental, em relação ao Estatuto do Estrangeiro de 1980, em termos de proteção dos emigrantes, dos imigrantes, dos refugiados, dos asilados e, em foco nesse momento, dos apátridas, pois o espírito central dessa lei é a garantia da proteção dos direitos humanos desses indivíduos. No caso dos apátridas, a Lei de Migração confere uma série de direitos que permitem a preservação da dignidade humana. É previsto o direito de entrada facilitada, tendo em vista a dificuldade de obter documentos necessários para a entrada ordinária no Brasil. Os apátridas têm como prerrogativa a solicitação de visto de residência temporário ou definitivo, com o direito de acesso a serviços públicos e também direito ao trabalho.

A Lei de Migração, do mesmo modo, dispõe sobre a questão da nacionalidade e da apatridia inter-relacionadas. A legislação prevê que o apátrida, uma vez que o Estado brasileiro reconheça essa condição, pode solicitar o reconhecimento da nacionalidade originária brasileira, tornando-se brasileiro nato. Ainda no âmbito da naturalização, e considerando os compromissos emanados da Convenção sobre Apatridia e da Declaração Universal no que concerne ao combate à apatridia, o cancelamento de uma naturalização deve considerar se o indivíduo corre o risco de tornar-se apátrida, fato que impediria o processo de cancelamento por parte do Brasil.

O indivíduo pode adquirir nacionalidade originária brasileira se nascer no Brasil (a não ser que seja filho de estrangeiros a serviço de seu país); se nascer no exterior de pais em trabalho a serviço do Brasil ou se for registrado em repartição consular brasileira (se não for registrado, pode solicitar nacionalidade originária aos 18 anos e com residência no Brasil). Por outro lado, o indivíduo perde a nacionalidade originária brasileira se optar por adquirir outra nacionalidade, que não seja originária. Desse modo, o Brasil contribui para diminuir o número de apátridas no mundo, ao garantir, por meio das disposições do art. 12 da CF/88, que somente haverá perda de nacionalidade brasileira quando o indivíduo adquirir outra e que haja a possibilidade de dupla nacionalidade.

Lawrence Benaventana Póvoas – 23,00

Deve-se considerar a nacionalidade como um direito básico da pessoa humana. Essa perspectiva reflete-se na Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948, e no Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos de 1966, bem como em diversos sistemas e mecanismos de proteção ao direitos humanos em âmbito global e regional. Nesse contexto, a comunidade internacional tem envidado esforços para evitar a ocorrência do fenômeno da apatridia no mundo. As ações das Nações Unidas nessa temática, levadas a cabo pelo Alto Comissariado da Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), embasa-se na normativa internacional na matéria, em especial a Convenção sobre Apatridia, de 1954. No plano nacional, o Brasil tem empreendido esforços para combater a apatridia, o que se intensificou pela promulgação, em 2017, da Lei de Migração.

A Convenção de 1954 decorreu de um esforço da comunidade internacional em fortalecer a proteção aos direitos humanos, após a verificação do escopo das atrocidades perpetuadas pelos regimes totalitários durante a Segunda Guerra Mundial. Nesse contexto, constatou-se o uso da nacionalidade como forma de implementar ações sistemáticas de violações aos direitos humanos. A nacionalidade constitui vínculo político-jurídico entre o cidadão e o Estado, o que garante arcabouço de direitos e deveres entre o cidadão e seu Estado de nacionalidade. A condição de apatridia implica, portanto, a limitação dos direitos necessários à plenitude da pessoa humana, como participação política, proteções civis e integração social, cultural, econômica e laboral. Dessa forma, os regimes totalitários retiravam a nacionalidade de grupos subnacionais e perseguiam pessoas incapazes de comprovar a nacionalidade, pois se lhes retiravam os direitos e garantias inerentes à nacionalidade.

Por essa razão, a Convenção de 1954 buscou insculpir normativas basilares ao sistema de proteção aos direitos humanos e de combate à apatridia. Nesse sentido, reforça a nacionalidade como direito humano e insta os Estados a cooperar no combate a esse fenômeno e em sua redução. Essa normativa internacional coíbe, por exemplo, o uso político da perda da nacionalidade, orientando os Estados quanto ao dever de não tomar medidas que resultem na perda da nacionalidade, quando esse ato redundar na condição de apatridia. Além do mais, previu-se uma série de direitos e proteção análogos aos do Estatuto do Refugiado, de 1951. A entidade que ficou responsável pela fiscalização da normativa e pela coordenação dos esforços de cooperação internacional na matéria foi o ACNUR, que também compila os dados, monitora tendências e propõe projetos para reduzir a ocorrência da apatridia no mundo contemporâneo. Infelizmente, no entanto, tem-se constatado um aumento de pessoas sem nacionalidade na atualidade.

O Brasil, por sua vez, tem robustecido sua relação jurídica com a temática, em consonância com sua normativa constitucional, que determina a prevalência dos direitos humanos como princípio que rege o país em suas relações internacionais (art. 4, II). Nesse sentido, a legislação infraconstitucional foi significativamente fortalecida pela Lei de Migração, de 2017. A Lei garante direitos importantes aos apátridas, na perspectiva de projetar o Brasil à liderança nos esforços de combate à apatridia, em consonância com os tratados ratificados pelo país na temática, como o pacto interamericano que versa sobre a matéria, além das obrigações oriundas da já mencionada Convenção de 1954 e os compromissos posteriores dela decorrente.

A Lei estabelece, primeiramente, a necessidade de verificação da condição de apátrida, o que deve ser feito previamente pela produção de documentos e registro de declarações do interessado, consideradas suas condições. Após proceder à investigação junto a outros Estados, poder-se-á declarar a condição de apatridia. Neste momento, será oferecida à pessoa a opção da nacionalidade brasileira, em processo simplificado, porém dependente das condições previstas para a aquisição da nacionalidade ordinária: capacidade civil, comunicação em português, ausência de condenação penal (ou reformado) e residência de 4 anos no território nacional. Caso não se opte pela nacionalidade, será concedida autorização de residência permanente e estendidas as garantias previstas ao migrantes na Lei. Não poderá ser deportado ou expulso. Outras formas de aquisição de nacionalidade são: extraordinária (15 anos ininterruptos) e especial (cônjuge no Serviço Exterior); e temporária (menores que adentram quando crianças no território nacional). A nacionalidade originária só será perdida por: aquisição voluntária de outra, salvo nos casos permitidos; e denúncia voluntária.

Pior resposta – 15,80

A normativa internacional a respeito da apatridia e da nacionalidade envolve tratados, costume e jurisprudência. Em relação aos tratados, destacam-se o Tratado sobre Apatridia, a Convenção sobre o direito das Mulheres e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948 – essa última, embora formalmente documento de soft law, é considerada cogente por diversos autores. O Tratado sobre Apatridia e a DUDH reconhecem o direito de todo indivíduo a uma nacionalidade, a qual é fundamental para o exercício dos direitos humanos. O tratado prevê obrigações específicas para os Estados – cabe mencionar, houve poucas adesões – tais como o dever de não privar de nacionalidade uma pessoa que somente conta com uma nacionalidade e que se tornaria, portanto, apátrida, bem como o de facilitar a recepção e a obtenção de nacionalidade por indivíduos em condição de apatridia. A Convenção sobre o direito das Mulheres, por sua vez, proscreve a perda ou mudança automática da nacionalidade das mulheres em decorrência da perda ou mudança do status da nacionalidade dos maridos. No que diz respeito ao costume, cabe mencionar a normativa referente à dissolução, à fusão e a anexação de Estados, a qual prevê que os antigos nacionais receberão automaticamente a nova nacionalidade, quando seus Estados originais deixarem de existir, ou poderão optar por uma das nacionalidades, no caso, por exemplo, de seus territórios de residência serem transferidos para outra nação. Por fim, há a jurisprudência relativa ao caso Nottembohn, o qual prevê o critério do vínculo concreto – familiar, de residência, histórico – para que a nacionalidade seja reconhecida e os direitos dela decorrentes possam ser opostos a outra nação. Anne Peters aponta que a normativa internacional coloca poucos limites à liberdade dos Estados de definirem os critérios de atribuição de nacionalidade, o que fica evidente na flexibilidade do critério reconhecido no caso Nottembohn, que aceita vínculos substanciais de diferentes tipos. Cabe mencionar, ainda, as ações da ONU na organização da Conferência sobre o Direito das Mulheres, no estabelecimento de sistema definido por Carvalho Ramos como quase-judicial de recebimento de petições individuais sobre violações do Acordo de Direitos Civis e Políticos de 1966 e na proteção aos refugiados por meio do ACNUR e da agência responsável pela proteção aos refugiados palestinos.

A relação jurídica do Brasil com a temática envolve normas constitucionais, infraconstitucionais e internacionais. No âmbito internacional, o Brasil submete-se às previsões do Tratado de 1966 e da Declaração de 1948, aos costumes relativos à fusão, dissolução ou anexação de Estados e ao tratado sobre o Direito das Mulheres. No plano constitucional, o art. 12 prevê os meios de obtenção da nacionalidade brasileira com base no jus soli e no jus sanguinis. O Jus atribui a nacionalidade aos indivíduos nascidos em território brasileiro, desde que o pai e a mãe não estejam à serviço de outra nação. O jus sanguinis possibilita a aquisição da nacionalidade para os nascidos no exterior, desde que o pai ou a mãe estejam a serviço do Brasil, que sejam registrados em repartição pública competente ou que venham morar no Brasil e depois da maioridade optem pela nacionalidade brasileira. A CF/88 prevê que apenas o próprio texto constitucional estabelecerá discriminação entre indivíduos com nacionalidade originária e os naturalizados, como no caso do acesso a certos cargos públicos (presidente e vice-presidente, ministro do STF, presidente da Câmara e do Senado, diplomata, etc) e nas condições distintas para a extradição, possibilitada apenas para os naturalizados, nos casos de crime comum cometido antes da naturalização ou de comprovado envolvimento com o tráfico de drogas. Em relação à legislação infraconstitucional, destaca-se a lei de Migração, a qual prevê quatro formas de obtenção da naturalização: a ordinária, com critérios como o domínio da língua portuguesa, a ausência de condenação por crime grave e a residência por 4 anos (reduzida para 1 quando a pessoa tem cônjuge, companheiro ou filho nacional); a extraordinária, para o caso de residência ininterrupta por 15 anos (caráter meramente declaratório); a especial, para pessoas casadas com membro do serviço exterior por 5 anos ou empregados em representação brasileira por 10; e provisória, para crianças que venham morar no país até os 10 anos e que optem pela nacionalidade até 2 anos após a maioridade (direito personalíssimo). A lei facilitou muito a aquisição da nacionalidade pelos apátridas, estabelecendo o prazo de 36 dias após o reconhecimento da apatridia. Por fim, a perda da nacionalidade ocorre por ação contrária aos interesses nacionais.

Questão 3

As normas do art. 4º da Constituição Federal constituem a identidade e uma das aberturas do ordenamento jurídico brasileiro à esfera internacional, como espécies de normas complementares. São valores normativos oriundos do direito das gentes e radicados no direito constitucional pátrio.

MASSAU, Guilherme. *Princípios constitucionais e relações internacionais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2018, p. 26-27, com adaptações.

Com base no contexto apresentado em torno dos valores a serem observados nas relações internacionais do Estado brasileiro, elenque descritivamente os princípios que devem reger as relações internacionais da República Federativa do Brasil, previstos no art. 4º da Constituição Federal de 1988. Aborde, necessariamente, os seguintes tópicos:

a) discorrer reflexivamente a respeito do conteúdo normativo de cada um dos referidos princípios; e

b) escolher somente três dos princípios elencados no art. 4º da Constituição Federal de 1988, dando – a cada um deles – um exemplo histórico da respectiva incidência na política exterior do Estado brasileiro.

Extensão do texto: até 40 linhas.
Valor: 20 pontos.
Média: 17,26 (total); 17,01 (ampla); 18,00 (cotas/PNE)
Desvio padrão: 1,791 (total); 1,985 (ampla); 0,735 (cotas/PNE)

Rodrigo Lara Pinto – 19,20

A Constituição Federal de 1988 (CF88) inovou ao prever, em seu artigo 4., os princípios que devem reger as relações internacionais da República Federativa do Brasil. Tais princípios têm natureza híbrida, já que, embora sua forma seja de direito interno constitucional, seu conteúdo é de direito internacional, devendo-se recorrer a este para apreender seu significado.

Entre os dez princípios elencados no artigo 4., estão aqueles que determinam o pacifismo do Estado brasileiro nas relações internacionais. A defesa da paz e a solução pacífica de controvérsias são máximas que devem guiar o Estado brasileiro no engajamento em meios políticos, jurídicos e diplomáticos de resolução de conflitos e ater-se à proibição do uso da força no cenário internacional como regra.

O Estado brasileiro, por tal artigo, também assume compromissos no âmbito dos direitos humanos. Entre suas previsões estão a prevalência dos direitos humanos, o repúdio ao terrorismo e ao racismo e a concessão de asilo político. Tais princípios devem guiar a atuação brasileira no sentido de garantir e monitorar direitos humanos consagrados internacionalmente em seu território, atuar de forma a coibir o terrorismo, incluindo em cooperação com outros países, ater-se à proibição do apartheid consagrada em *jus cogens* e promover luta interna contra o racismo, além de garantir os meios para que os pedidos de asilo possam ser analisados e, se forem pertinentes pela discricionariedade da administração pública, concedidos.

Por fim, há princípios que regem a relação do país com outros Estados. Trata-se dos princípios da independência nacional, da igualdade entre as nações, da não intervenção, da cooperação dos povos para o progresso da humanidade e da igualdade soberana, além do compromisso do parágrafo único de cooperar para a formação de uma comunidade latino-americana de nações. O Brasil deve atuar, portanto, pautado nos valores de respeito e cooperação com os demais Estados, sem imiscuir-se em seus assuntos internos, de forma a promover o interesse e o desenvolvimento de todos conjuntamente.

Alguns dos princípios previstos no artigo 4. da CF88 tiveram importância relevante para a política externa brasileira. O princípio da defesa da paz, por exemplo, orientou a relevante participação do Brasil em operações de paz recentes das Nações Unidas, como a da MINUSTAH, no Haiti. A prevalência dos direitos humanos foi observada no contexto de adesão aos diversos tratados sobre o tema na década de 1990, como os Pactos Internacionais de 1966, o Pacto de San José da Costa Rica e o reconhecimento da jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Por fim, a cooperação dos povos para o progresso da humanidade é vetor essencial da política externa dos anos 2000, sobretudo por meio de iniciativas de cooperação sul-sul lideradas pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC).

Bruna Veríssimo Lima Santos – 19,00

O artigo 4º da Constituição Federal (CRFB) apresenta natureza "sui generis". Embora tenha sido criado pelo poder constituinte originário, por natureza doméstico, atende a imperativos do direito das gentes, consolidando-se como diretriz capaz de orientar a atuação brasileira nas relações internacionais.

De acordo com o professor João Christófolo, as disposições do art. 4º, CRFB, têm natureza dúplice. De um lado, apresentam normatividade constitucional e ocupam posição hierarquicamente superior no direito brasileiro; de outro, apresentam normatividade própria do direito internacional, sendo reflexo de costumes entre os Estados, notadamente da Resolução 2625 da Assembleia Geral da ONU. Dada sua natureza principiológica, são mandados de otimização, consoante a professora Ana Paula de Barcelos e apresentam caráter programático, segundo o professor José Afonso da Silva.

Todos os princípios revelam a dupla normatividade acima referida. Independência nacional, não intervenção e igualdade entre os Estados são emanações da soberania estatal (art. 1º, I, CRFB), bem como da "ratio dicidendi" dos casos Lótus e Nicarágua. Autodeterminação dos povos, prevalência dos direitos humanos e concessão de asilo político refletem os direitos e garantias fundamentais, assim como a Carta da ONU e o costume internacional. Trata-se do mesmo perfil do princípio do repúdio ao terrorismo e ao racismo. Defesa da paz, solução pacífica de controvérsias e cooperação dos povos para o progresso da humanidade advêm da juridicidade brasileira e do esforço pacifista da comunidade internacional. A formação de comunidade latino-americana de nações tem por fulcro questões de foro doméstico e de cooperação internacional.

Considerada a ambivalência geral das disposições do artigo 4º, CRFB, sua materialização pode ser comprovada na prática diplomática brasileira. O princípio da autodeterminação dos povos ficou evidente quando o Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência de Angola. Afastando-se do colonialismo português, o Brasil privilegiou a necessidade de autodeterminação externa daquele povo. A solução pacífica de controvérsias é outro princípio que, há muito, integra a prática brasileira. As soluções para conflitos lindeiros durante a gestão do Barão do Rio Branco são exemplos disso. Em vez do uso da força, utilizou-se de arbitragem e negociação bilateral, mecanismos que, hoje, estão presentes em boa parte dos regimes internacionais, a exemplo do sistema ONU e da OMC. Por fim, a concessão de asilo político se consubstancia na adoção de costume regional. Por meio da Convenção de Caracas, o Brasil assumiu o compromisso de concessão de asilo diplomático, em consonância com a prática latino-americana.

O art 4º, CRFB é, pois, instrumento de diálogo entre a ordem jurídica interna e a externa. A concretização de suas normas é facilmente aferida do passivo histórico e da política externa brasileira.

Bárbara Policeno Pereira – 18,90

O artigo 4º da Constituição Federal de 1988 (CF/88) elenca os seguintes princípios que devem reger as relações internacionais do Brasil: independência nacional, não intervenção, igualdade entre Estados, autodeterminação dos povos, defesa da paz, solução pacífica de controvérsias, prevalência dos direitos humanos, repúdio ao racismo e ao terrorismo, cooperação entre os povos para o progresso da humanidade e concessão de asilo político. Esses princípios aduzem o aumento do diálogo entre as constituições nacionais e o direito das gentes, fenômeno que Peter Häberle chaou de internacionalização das constituições nacionais e que é cada vez mais presente no constitucionalismo contemporâneo.

Quanto à forma, esses princípios do artigo 4º são princípios constitucionais. Como consequência, são normas abertas e programáticas, que não comportam a regra do "tudo ou nada". Servem de baliza para o funcionamento do ordenamento jurídico brasileiro. Sua aplicação na prática, contudo, depende do caso concreto, de modo que pode haver necessidade de sopesamento desses princípios, a fim de definir qual prevalecerá.

Quanto à matéria, o rol do artigo 4º reflete princípios do direito das gentes, conforme resolução 2625 da ONU. A autodeterminação dos povos, por exemplo, é princípio geral do direito e um dos alicerces da Carta das Nações Unidas. A defesa da paz e da solução pacífica de controvérsias, por sua vez, evidencia a proibição geral do uso da força no direito internacional contemporâneo.

O sopesamento entre dois desses princípios é evidenciado na participação brasileira na MINUSTAH, em que "não intervenção" colidia com "prevalência dos direitos humanos". o juízo de ponderação exigiu análise do caso concreto. Após a manifestação de consentimento do governo haitiano quanto à atuação da operação de paz da ONU, prevaleceu o princípio da prevalência dos direitos humanos nas relações internacionais do Brasil, para esse caso específico.

Exemplo histórico do princípio da autodeterminação dos povos na política exterior brasileira foi o reconhecimento da independência de Angola, sob o regime do MPLA, em 1945, durante o governo Geisel.

O princípio da igualdade entre Estados, por sua vez, foi defendido por Rui Barbosa na II Conferência da Haia, em 1907. O jurista, contrariando o posicionamento de potências como o Estados Unidos, ficou conhecido por "águia de Haia" ao defender a igualdade jurídica entre as nações.

Finalmente, o repúdio ao terrorismo na política externa do Brasil se verifica na esteira dos atentados de 11 de setembro de 2001. O Brasil invocou o TIAR e manifestou seu repúdio por essas práticas.

Os princípios constitucionais do artigo 4º da CF/88, portanto, refletem normas do direito das gentes. De fato, muitos se coadunam com a resolução 2625 da AGNU, bem como com as normas do atual DIP, como a proibição do uso da força. Refletem o fenômeno de internacionalização das constituições nacionais, como mostrou Häberle.

Pior resposta – 12,40[24]

A Constituição Federal de 1988 inovou na história do constitucionalismo brasileiro, ao prever um conjunto de princípios que regem as relações internacionais do país. O art. 4º da CF/88 elenca dez princípios, além de contar com um parágrafo único, que prevê a busca da integração econômica, social e cultural com os países da América Latina. Os princípios são a defesa da paz, a solução pacífica de controvérsias, a cooperação para o progresso da humanidade, o repúdio ao terrorismo e ao racismo, a concessão do asilo político, a igualdade entre os Estados, a soberania nacional e a prevalência dos direitos humanos.

Esses princípios possuem uma natureza jurídica dupla, uma vez que, materialmente, são princípios consagrados pelo direito internacional, e, formalmente, são princípios constitucionais brasileiros. Eles estão, em grande medida, consubstanciados na Resolução 2625 da AGNU, a qual, a despeito de seu caráter não vinculante, já foi reconhecida pela CIJ como expressão do costume internacional. Dessa forma, a soberania nacional e a igualdade entre os Estados são um princípio basilar do Direito das Gentes (par in parem non habet judicium) e foram reafirmados no caso Lotus, que previu a jurisdição territorial dos Estados. A atuação de Rui Barbosa na Conferência de Haia, em 1907, é um exemplo da histórica defesa feita pelo Brasil da soberania nacional e da igualdade jurídica dos Estados no sistema internacional, independentemente dos recursos de poder de que dispõem.

A defesa da paz e a solução pacífica de controvérsias encontram respaldo na Carta da ONU, que, em seu artigo 33 estabelece os meios pacíficos de solução de controvérsias, além de ter proscrito o direito ao uso da força no direito internacional, salvo nos casos de legítima defesa ou em que haja autorização do Conselho de Segurança. A resolução do litígio a respeito da questão de Itaipu, por meio do Acordo Tripartite, firmado entre Brasil, Argentina e Paraguai exemplifica a atuação brasileira em defesa da paz e na busca de soluções pacíficas de controvérsias. A cooperação para o progresso da humanidade, por sua vez, faz parte da histórica busca do desenvolvimento pelo Brasil, verdadeiro vetor axiológico da diplomacia brasileira. Um exemplo de atuação do Brasil nesse sentido diz respeito à defesa, na década de 1970, de uma Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI) que pudesse viabilizar maior simetria nas relações entre os Estados desenvolvidos e os Estados em desenvolvimento. Outro princípio fundamental diz respeito à prevalência dos direitos humanos, uma vez que essa orientação guia a política nacional e internacional do Brasil.

Todos os demais princípios integrantes do art.4º da CF/88 possuem longa tradição na atuação externa do país. O repúdio ao terrorismo e a todas as formas de discriminação é condizente com a orientação pacifista e não discriminatória do Brasil. Tradicionalmente, o país foi um vocal defensor da descolonização, do desenvolvimento e do desarmamento. A concessão de asilo político coaduna-se à importância atribuída aos direitos humanos e ao interesse do Brasil em garantir que nenhum indivíduo seja perseguido por suas opiniões políticas. Esses princípios são a materialização da busca de relações amistosas no sistema internacional.

À guisa de conclusão, é importante evidenciar que os princípios elencados no art. 4º da CF/88 orientam a ação externa do país de forma condizente om a Declaração de Princípios 2625 da AGNU. Nesse sentido, trata-se de um conjunto de princípios previstos na Constituição, mas que conformam verdadeiros princípios do Direito das Gentes. Não são, desse modo, princípios gerais de direito interno, porquanto os princípios gerais de direito interno constituem verdadeiras fontes do Direito Internacional, em conformidade com o Art. 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça. Essa inovação do constitucionalismo brasileiro foi medida positiva, porquanto fornece respaldo jurídico para a ação internacional dos representantes do Brasil no exterior.

[24] No momento de responder esta questão, o candidato percebeu que havia transcrito, integralmente, a resposta da questão 4 da prova de Direito no campo destinado para a resposta da questão 3. Após o grande susto inicial, transcreveu a resposta da questão 4 no espaço correto, riscou a resposta que havia fornecido, erroneamente, e respondeu, no espaço possível, a questão 3. A pouca legibilidade da resposta pode ter prejudicado a nota final do candidato nesta questão. De qualquer maneira, ficam duas lições importantes: i) tomar sempre o máximo de cuidado no momento de transcrição da resposta para a folha definitiva e ii) não achar que as chances de aprovação acabaram caso, eventualmente, cometa um erro parecido.

Questão 4

Direitos fundamentais são o conjunto de normas, princípios, prerrogativas, deveres e institutos, inerentes à soberania popular, que garantem a convivência pacífica, digna, livre e igualitária, independentemente de credo, raça, origem, cor, condição econômica ou *status* social. Sem os direitos fundamentais, o homem não vive, não convive e, em alguns casos, não sobrevive.

BULOS, Uadi Lammêgo. *Curso de direito constitucional*. 11. ed., 2018, p. 526.

Considerando o fragmento de texto apresentado e o dispositivo citado como referência, responda às perguntas a seguir.

1) Pode-se considerar que os direitos fundamentais consagrados na Carta Federal, pela respectiva proeminência, são, como regra, direitos absolutos que não comportam relativização?

2) É possível dizer que as pessoas jurídicas, tanto quanto as pessoas físicas, também são beneficiárias dos direitos e das garantias individuais?

3) A Constituição deve ser interpretada no sentido de que apenas os estrangeiros que possuem domicílio no País são destinatários dos direitos e das garantias fundamentais?

4) Como diferenciar direitos de garantias individuais?.

Extensão do texto: até 40 linhas.
Valor: 20 pontos.
Média: 17,53 (total); 17,55 (ampla); 17,50 (cotas/PNE)
Desvio padrão: 1,023 (total); 1,043 (ampla); 1,079 (cotas/PNE)

Gabriel Clemente de Oliveira Bellato – 20,00

Os direitos e garantias fundamentais limitam a atuação do Estado em favor do indivíduo, com o intuito de assegurar a dignidade da pessoa humana. Foram introduzidos no constitucionalismo moderno pela Constituição dos Estados Unidos da América, inspirando o constitucionalismo brasileiro. Na Constituição Federal de 1988, com efeito, os direitos e garantias fundamentais estão presentes ao longo de todo o texto constitucional, e não se esgotam neles, porquanto novos direitos e garantias fundamentais podem ser oriundos de tratados e normais internacionais pelo Brasil, além de estarem protegidos pelo manto de cláusula pétrea.

Os direitos e garantias fundamentais consagrados na Lei Maior não são absolutos e comportam relativização. Em primeiro lugar, em caso de conflitos entre direitos e garantiais fundamentais incidentes no caso congreto, o juiz desse caso deverá decidir qual deles irá prevalecer, com base em um juízo de razoabilidade e de proporcionalidade. O direito ou a garantia fundamental não aplicado será apenas afastado do caso concreto. Outrossim, conforme aventou Hannah Arendt, os direitos humanos não são dados, e, sim, construídos. Com efeito, novos direitos e garantias fundamentais podem ser acrescentados ao ordenamento jurídico brasileiro a partir de normas de direito internacional.

Tanto pessoas físicas quanto pessoas jurídicas são beneficiários de direitos e de garantias fundamentais. As pessoas físicas gozam de todos os direitos e garantias fundamentais presentes no ordenamento jurídico brasileiro. Já as pessoas jurídicas gozam daqueles que são condizentes com sua natureza, como o direito à propriedade e ao contraditório e à ampla defesa. Caso os direitos e as garantias fundamentais tanto das pessoas físicas quanto das pessoas jurídicas não estejam sendo respeitados, pode-se impetrar um mandado de injunção para que eles sejam cumpridos.

Ademais, a Constituição não deve ser interpretada no sentido de que apenas os estrangeiros domiciliados no país são destinatários de direitos e garantias fundamentais. Conquanto a Lei Maior avente que os brasileiros e os estrangeiros residentes no país sejam beneficiários de direitos e garantias fundamentais, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é cediça quanto ao entendimento de que todos os estrangeiros que se encontram no território nacional são beneficiários de direitos e garantias fundamentais. Destarte, trata-se de mutação constitucional levada a cabo pelo Pretório Excelso, que entendeu que o desejo do Poder Constituinte Originário não era o de limitar o gozo de direitos e garantias fundamentais apenas aos estrangeiros residentes no Brasil.

Há uma diferenciação simples entre os direitos e as garantias individuais. Os direitos são medidas a serem desfrutadas tanto pelas pessoas físicas quanto pelas pessoas jurídicas, pois são inerentes a sua condição. Já as garantias individuais são os meios que permitem o gozo dos direitos individuais. Com efeito, os direitos individuais são desfrutados graças às garantias individuais, porquanto estas são os instrumentos de exercício daqueles.

Os objetivos dos direitos e das garantiais individuais é assegurar a dignidade da pessoa humana. Conforme aventa Daniel Sarmento, a dignidade da pessoa humana é o epicentro axiológico do ordenamento jurídico brasileiro. Com efeito, embora estejam concentrados no Art. 5º da Carta Magna, a doutrina e a jurisprudência reconhecem que há direitos e garantias individuais encartados ao longo de todo o texto constitucional, estando, outrossim, protegidos pelo manto de cláusula pétrea, sendo um óbice ao Poder Constituinte Reformador e aos arbítrios do Estado.

Carolina Moreira da Costa Oliveira – 18,70

A existência, a garantia e a promoção de direitos fundamentais são condições imprescindíveis para a concretização do Estado Democrático de Direito. Para assegurar tal concretização, a aplicação desses direitos deve também observar o caso concreto e os fatos da realidade.

Os direitos fundamentais caracterizam-se por ser indivisíveis, irrenunciáveis, indisponíveis e relativos. Portanto não é possível considerar que os direitos previstos na CF/88 são absolutos, uma vez que se deve observar o caso concreto para a aplicação do direito. À título de exemplificação, pode-se afirmar que, segundo as proposições constitucionais, o direito à vida não é absoluto, pois no próprio texto da CF há previsão de pena de morte em caso de guerra. Desse modo, quando há o conflito entre direitos fundamentais, dado seu caráter relativo, cabe ao juiz responsável por julgar o caso concreto realizar o juízo de discernimento para decidir qual direito deve prevalecer.

O avanço da promoção dos direitos fundamentais previstos na CF/88 igualmente atinge as pessoas jurídicas, uma vez que essas, assim como as pessoas físicas, também podem ser beneficiárias de direitos individuais. Nesse diapasão, as pessoas jurídicas podem ser titulares de direitos que garantam a segurança jurídica de suas atividades, como o direito a propriedade e o direito de estabelecer ação indenizatória.

Com o objetivo de concretizar os desígnios dispostos na CF/88, o entendimento da doutrina e da jurisprudência avançou no sentido de as possíveis interpretações do caput do art. 5º da CF/88, na medida em que, hodiernamente, se entende que devem ser garantidos os direitos fundamentais de todos os estrangeiros que se encontram em território nacional, seja de modo permanente, temporário ou em trânsito. Dessa forma, não se admite a não proteção da dignidade humana em território nacional somente porque o indivíduo estrangeiro não é residente.

É possível diferenciar direitos de garantias individuais por meio da análise do fato concreto. Desse modo, pode-se afirmar que a garantia individual é instrumento que permite a concretização do direito daquele indivíduo. Assim, os indivíduos titulares de direitos podem necessitar de condições específicas para garantirem a eficácia desses direitos, de modo que as garantias individuais atuam, assim, como instrumentos de eficácia dos direitos fundamentais.

Lawrence Benaventana Póvoas – 18,40

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/88), conhecida como Constituição-Cidadã, garantiram-se um conjunto de direitos fundamentais que balizam o Estado democrático de direito que desde então vigora no país. Grande parte desses direitos encontram-se elencados no art. 5º da CF/88, que abre a possibilidade, ademais, de incluírem-se nos direitos, por exemplo pela ratificação de tratados de direitos humanos (art. 5º, § 2).

Como regra, esses direitos não são absolutos, pois podem ser ponderados entre si, de modo a permitir averiguar o alcance normativo desses dispositivos, que, inclusive, podem sofrer de antinomias entre si. Nesse sentido, os direitos fundamentais comportam, sim, relativização, conforme confirmado reiteradas vezes na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), intérprete máximo das normas constitucionais. Dessa forma, o STF já assentou, por exemplo, a relativização do próprio caput do art. 5º, no âmbito da avaliação da constitucionalidade de cotas, vez que o texto constitucional garantiria a igualdade de todos, sem distinção de qualquer natureza.

É possível considerar que as pessoas jurídicas também são beneficiárias de alguns dos direitos e garantias individuais. As cortes superiores já ratificaram o entendimento de que as pessoas jurídicas, inclusive as privadas, como as empresas, pode valer-se dos diversos remédios constitucionais, como o habeas data e o mandado de segurança, por exemplo. No entanto, a abrangência dos direitos e garantias individuais na proteção de pessoas jurídicas é relativamente limitada em relação às pessoas físicas.

A Constituição não deve ser interpretada no sentido de que apenas os estrangeiros que possuem domicílio no País são destinatários dos direitos e das garantias fundamentais. Por certo, o próprio STF já assentou seu entendimento quanto à correta interpretação do texto constitucional, de modo que todos os estrangeiros, mesmo os visitantes e sem domicílio, gozam das proteção dos direitos e garantias fundamentais, quando sujeitos à jurisdição brasileira.

Pode-se conceituar a diferenciação de direitos e garantias individuais de diversas formas. Nessa perspectiva, as garantias visam à proteção do cidadão contra eventuais arbitrariedades do Estado, caracterizando-se, de modo geral, pela aplicabilidade plena e imediata de sua eficácia. Por essa razão, o próprio texto Constitucional fornece os chamados "remédios constitucionais" -- habeas corpus, habeas data e mandado de segurança, por exemplo -- para resguardar as garantias individuais. Os direitos, por sua vez, podem ter sua força normativa limitada, quando necessitam de regulamentação infraconstitucional, ou contida, quando podem ser restringidos ou relativizados por outros direitos positivados. Frequentemente, essa diferenciação será analisada em sede jurisdicional.

Bárbara Policeno Pereira – 18,40

A consagração dos direitos fundamentais na CF/88 reflete a dignidade da pessoa humana como epicentro axiológico do ordenamento jurídico brasileiro, como aduz Daniel Sarmento. A natureza desses direitos, no entanto, é principiológica, o que afasta sua configuração como "direito absoluto". São normas abertas e programáticas, o que pode engendrar colisão em casos concretos. Portanto, sua aplicação pode ser submetida a um juízo de ponderação, abalizada pelo sopesamento desses direitos. Consequentemente, não são direitos absolutos e comportam relativização. Exemplo clássico é a relativização do direito à vida pela CF/88, quanto esta prevê a pena de morte para casos de deserção em guerra.

As pessoas jurídicas podem titularizar determinados direitos fundamentais, bem como beneficiar-se de garantias individuais. A proteção da honra e da imagem, por exemplo, permite que pessoas jurídicas pleiteiem indenização por calúnia ou difamação. Ainda, as pessoas jurídicas gozam do direito de propriedade tanto quanto os indivíduos. Para assegurá-lo, dispõem de meios jurídicos para impedir que sua propriedade seja violada. Podem também utilizar remédios constitucionais, como o mandado de segurança. Alguns direitos e garantias, no entanto, são inerentes às pessoas físicas, como o direito à vida e o *habeas corpus*. As pessoas jurídicas, portanto, são beneficiárias de direitos e garantias na medida de suas possibilidades.

A Constituição não deve ser interpretada no sentido de que apenas os estrangeiros residentes no País são destinatários dos direitos e garantias fundamentais. Esse entendimento foi consagrado pelo STF, em processo de hermenêutica conhecido por mutação constitucional. Sem alterar o texto da CF/88, o Pretório Excelso atualizou a interpretação acerca do artigo 5º. Como corolário do princípio da dignidade da pessoa humana, a jurisprudência confirma que os direitos fundamentais se aplicam mesmo a estrangeiros não domiciliados no Brasil. De fato, esses direitos têm aplicação ampla e todos aqueles que estiverem no país são destinatários de sua aplicação.

Os direitos fundamentais se diferenciam das garantias individuais. Os primeiros são prerrogativas dos indivíduos perante o Estado; são direitos subjetivos dos titulares. Por sua vez, as garantias são os meios dos quais o indivíduo dispõe para efetivar sua pretensão. São instrumentos jurídicos que permitem a efetivação do direito subjetivo. Para exemplificar, cita-se o direito à liberdade de locomoção. Esse direito é tipificado no artigo 5º da CF/88 e é uma prerrogativa individual. Acaso ele seja tolhido ou prejudicado, o indivíduo dispõe do *habeas corpus* para garantir sua implementação. O mandado de segurança é outro exemplo de garantia, e visa a proteger direitos líquidos e certos que estejam lesionados ou sob ameaça de lesão. Os direitos e garantias, portanto, são complementares na proteção da pessoa humana e sua implementação na prática.

Pior resposta – 15,50

De acordo com Uadi Bulos os direitos fundamentais são um conjunto de normas, princípios e deveres que são inerentes à soberania popular e são capazes de assegurar uma convivência pacífica e digna. Esses direitos, que incluem as garantias individuais, não são absolutos e podem ter como destinatários pessoas físicas e jurídicas, nacionais ou estrangeiras, ainda que não residentes.

Esses direitos, consagrados mormente no artigo 5º da Constituição Federal (CF), a despeito de sua proeminência, não são direitos absolutos. Assim como os princípios, a aplicação deles depende do caso concreto. Muitos deles são, inclusive, potencialmente conflitantes como o direito de livre expressão e o direito à honra (o que inclui a proteção contra a difamação); o direito à vida e o direito a seguir uma religião (se houver preceitos que obstem procedimentos médicos, por exemplo).

Embora concebidos tendo os seres humanos como destinatários, os direitos fundamentais se aplicam, no que couber, a pessoas físicas. São exemplos disso o direito a honra e a proteção contra a difamação e o direito a garantias processuais, como a ampla defesa e o contraditório. Esse fenômeno é amplamente reconhecido pela jurisprudência.

O “caput" do artigo 5º faz referência a brasileiros e a estrangeiros residentes nos país como destinatários dos direitos fundamentais, a jurisprudência, contudo, não limita o alcance desses direitos aos brasileiros e aos estrangeiros residentes. Estrangeiros não residentes no território nacional também são destinatários desses direitos e até mesmo estrangeiros fora do território nacional. Há algumas formas de exercício extraterritorial da jurisdição, como pelos princípios da bandeira, da nacionalidade ativa e passiva, da defesa ou interesse e também pelo princípio da jurisdição universal. Em alguns desses casos, com destaque para o princípio da defesa, não é necessário que o indivíduo seja nacional ou esteja no território nacional para que o Brasil exerça jurisdição sobre o caso. Tendo isso em consideração, o Supremo Tribunal Federal (STF) entendeu que, se a jurisdição brasileira alcança para criar obrigações, alcança também para conceder direitos. De outro modo, seria possível o julgamento pelo Brasil sem se levar em conta direitos e garantias judiciais.

Um dos entendimentos doutrinários difundidos sobre os direitos fundamentais é a teoria sobre as dimensões de direitos. Os direitos de primeira dimensão seriam os direitos civis (como garantias processuais, vida, propriedade, igualdade jurídica e liberdade) e políticos (como votar e ser votado), ao passo que os direitos de segunda dimensão são os direitos sociais (como o direito a moradia, saúde, educação e trabalho) e a terceira dimensão seriam os direitos difusos (como o direito à autodeterminação, a um meio ambiente equilibrado e ao desenvolvimento). As garantias individuais coincidem, em larga medida, com os direitos civis ao passo que os direitos individuais incluem todos os direitos de primeira dimensão. Dessa forma, os direitos individuais abarcam as garantias individuais.

A construção histórica dos direitos fundamentais começou pela defesa das garantias individuais, expandiu-se para os direitos individuais como um todo e também para os sociais e difusos. São direitos abrangentes, tendo como destinatários pessoas físicas e jurídicas até estrangeiros.

Espanhol e Francês

Español - Resumen

Aumenta consumo de alcohol entre jóvenes

La falta de comunicación entre familias e hijos, buscar aceptación social, desconocer riesgos, la depresión, la carencia afectiva y la accesibilidad de los productos, han aumentado el consumo de alcohol entre los jóvenes, señalaron expertos relacionados con la materia y recordaron que más allá de una resaca, quienes incurren en esta adicción, pueden presentar cirrosis y ser más susceptibles a actos relacionados con la violencia. Coincidieron en no satanizar el consumo de alcohol ni en mujeres ni en hombres, pues la ingestión de esta sustancia legal se puede hacer sin excesos; amén de ello, corresponsabilizaron a los medios informativos, quienes promueven en sus espacios todo tipo de bebidas, barras libres y promociones.

Los especialistas dijeron que el tema de ingerir alcohol no debe juzgarse a la ligera, pues éste se consume incluso para la prevención de infartos en el caso del vino, pero se debe poner mayor atención a los límites para beberlo, debido al entorno de riesgos que, en recientes fechas, han sido notables. Tal fue el caso de una joven estudiante, quien habría fallecido por consumo excesivo de bebidas embriagantes.

En este contexto, los consultados por este medio, opinaron que es una realidad que el consumo de alcohol va en aumento en las personas jóvenes, porque ellas creen que los hace *cool*, pero no se detienen a pensar que podrían estar ingiriendo producto adulterado, o que si pasan de su estándar, más allá de ser "el alma de la fiesta" por unas horas, su vida podría tornarse en una enfermedad crónica que les cause fatiga, acumulación de líquido en las piernas o en el abdomen, coloración amarillenta, impotencia sexual, encogimiento de los testículos, sangrado anormal y problemas en la concentración -que son los síntomas de la cirrosis. Además, el exceso del consumo de alcohol puede ser causante de un accidente de auto que deje parapléjico a los ocupantes, de truncar una carrera por un embarazo no deseado, o resultar contagiado del Virus de Inmunodeficiencia Humana (VIH), entre otras consecuencias, dijeron los entrevistados.

La académica de la Benemérita Universidad Autónoma de Puebla (BUAP), Josefina Manjarrez, señala que los medios informativos tienen gran responsabilidad en que el consumo de alcohol vaya a la alza, por la excesiva publicidad que en los mismos aparece, amén de que los productos televisivos o cinematográficos colocan este elemento como aparente indicador de estatus.

El jefe de Medicina Interna del Instituto Mexicano del Seguro Social (IMSS), delegación Puebla, Víctor Martínez Ahuejote, plantea que cuando se prueba el alcohol, primero es un juego pero si esto se hace en exceso, cambia la vida porque hay faltas en la escuela, la persona solo espera el fin de semana, puede haber depresión, ansiedad, desorientación y otras consecuencias. Beber es un problema cuando esta acción es una válvula de escape a los problemas, la cual puede iniciar por el deseo de pertenecer a un grupo social, o ser aceptado, agrega. Mareos, vómitos, somnolencia y debilidad generalizada son los síntomas de una intoxicación por alcohol. El efecto pasa luego de 72 horas, señala el médico. Aclara que ésta no es la peor parte, sino que es la depresión, la ansiedad, la exposición a los accidentes viales, tener una Enfermedad de Transmisión Sexual (ETS), mudarse a otras drogas y morir.

Los Centros de Integración Juvenil (CIJ) atienden a los menores que adquieren alguna adicción, como al alcohol o drogas ilegales. El representante de este organismo en Puebla, José Antonio Vicuña, dice que, 2010 a 2016, las atenciones que se brindaron en la entidad aumentaron un 22%. Considera que el factor que influye para el consumo de bebidas embriagantes es la accesibilidad de las sustancias, es decir, que se encuentran desde 10 pesos en las tiendas, además de que algunos lugares no respetan la restricción para venderles a los menores de edad. En 2010 el CIJ atendió a 404 pacientes, mientras que al cierre de 2016 se habían recibido a 495 por problemas con su manera de beber alcohol. En el primer semestre de 2017, la cifra de enciones oscilaba en los 300 pacientes, y eso que todavía faltaban por correr seis meses del año al momento de calcular esos datos.

Vicuña explica que la edad de iniciación para el consumo de alcohol es a los 10 años en Puebla y en el país, aunque se tiene detectado que los jóvenes de entre 15 y 19 años, son proclives a tener un mayor impacto. El entrevistado especifica que, de acuerdo a los testimonios que se han recabado con los pacientes del CIJ, otros factores que inciden para el consumo de embriagantes son la problemática social, disfunción familiar, falta de comunicación con los padres, no conocer límites, violencia intrafamiliar, dificultades económicas, carecer de un empleo, falta de apego escolar, estar sometidos a excesiva publicidad que insinúa que el consumo de alcohol da estatus social y minimizar la percepción de riesgo.

La sicóloga Mara Rodríguez Masdefiol dice que mientras un joven conozca los riesgos de los excesos, puede tener botellas en casa y simplemente no consumirlas. Señala que el origen del exceso en el alcohol está relacionado con carencias afectivas (que a su vez causa falta de conocimiento de uno mismo), por herencia (por fidelidad al comportamiento de uno de los miembros de la familia) y miedo al rechazo o inseguridad. Opina que el problema puede resolverse si los padres hablan con sus hijos, buscan apoyo psicológico y algunas actividades para canalizar la energía de los jóvenes, como algún deporte, clases de música o algún pasatiempo que impida que los chicos se enfoquen en beber. En lo que sí coincide con Vicuña es en que la publicidad ha marcado la pauta para que beber alcohol sea una moda que no mide el riesgo.

Disponível em: <https://www.elsoldemexico.com.mx/republica/sociedad/aumenta-consumo-de-alcohol-entre-jovenes-313306.htm>.

Extensão do texto: até 60 linhas.

Valor: 25 pontos.

Média: 22,28 (total); 22,75 (ampla); 20,88 (cotas/PNE)

Desvio padrão: 2,41 (total); 1,322 (ampla); 4,267 (cotas/PNE)

Gabriel Clemente de Oliveira Bellato – 25,00

El periódico El Sol de México subraya que la falta de comunicación entre las familias e hijos, la búsqueda de aceptación social, el desconocimiento acerca de los riesgos, la depresión, la carencia afectiva y la accesibilidad a los productos han intensificado el consumo de alcohol entre los jóvenes, según expertos relacionados con la materia. Además, los estudiosos afirman que el alcohol causa no solo una resaca, sino también la cirrosis y los actos de violencia. Sin embargo, ellos no satanizan el consumo de bebidas, puesto que se puede tomarlas sin excesos. También corresponsabilizaron a los medios informativos por el consumo excesivo de alcohol. De esta manera, aunque haya posibles beneficios para la salud, como la prevención de infartos, el consumo de alcohol es un factor de riesgos.

Además, la materia hace hincapié en que los consultados opinaron que existe una tendencia de crecimiento del consumo de alcohol entre los jóvenes, ya que lo consomen por motivos sociales, sin pensar en las consecuencias. Entre las enfermedades causadas por el alcohol está la cirrosis, cuyos sintomas son fatiga, acumulación de líquido en las piernas o en el abdomen, coloración amarillenta, impotencia sexual, encogimiento de los testículos, sangrado anormal y problemas en la concentración. El consumo de alcohol también suele ser la causa de accidentes de auto, de embarazos indeseados y de contagios del virus de Imunodeficiencia Humana (VIH). Además, la académica de la Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, Josefina Manjarez, recuerca que los medios informativos, por medio de la publicidad, tienen gran responsabilidad por el crecimiento del consumo de alcohol, puesto que lo venden como un indicador de estatus.

El periódico aún afirma que, tras consultar el jefe de Medicina Interna del Instituto Mexicano del Seguro Social, delegación Puebla, Víctor Martínez, el primer consumo de alcohol es un juego. Empero, el consumo frecuente resulta en cambios en la vida, ya que puede haber problemas como la depresión. En efecto, una persona puede empezar a beber para evitar sus problemas. Además, aunque los efectos de la resaca pasen en 72 horas, la depresión, la ansiedad, la exposición a los accidentes viales y el contagio de una Enfermedad de Transición Sexual suelen ser las consecuencias permanentes de alcohol. Finalmente, el representante del Centro de Integración Juvenil de Puebla, José Antonio Vicuña, recuerda que las atenciones de la institución han aumentado.

Como colofón, El Sol de México subraya que, según Vicuña, la edad de iniciación para el consumo de alcohol es a los 10 años en Puebla. No obstante, el mayor impacto observado es entre los jóvenes entre 15 y 19 años. Además, otras causas del consumo de embriagantes son los problemas sociales y familiares y la publicidad excesiva. Finalmente, la socióloga Mara Rodriguez Masdefio afirma que el conocimento de los riesgos de la bebida impide el consumo sin límites de los jóvenes. En efecto, teniendo en cuenta que el consumo de alcohol comienza por problemas emocionales, el diálogo familiar y los pasatiempos son las mejores maneras de informar a los jóvenes acerca de los riesgos de la bebida, aunque la publicidad venda el alcohol como una moda.

CSC: 10. Erros: 0. Total de linhas: 49.

Ronney Almeida e Silva Filho – 24,50

El consumo de alcohol entre los jóvenes aumentó debido a factores como la ausencia de diálogo entre familias e hijos, la búsqueda de pertenencimiento social, el desconocimiento de los riesgos, la depresión, la carencia afectiva y el fácil acceso a los productos. Además de hacer hincapié en estos factores, los especialistas en el asunto resaltaron que las consecuencias del consumo excesivo de alcohol no se limitan a una resaca, sino que puede resultar en una cirrosis y aumentar el riesgo de prácticas violentas. De hecho, el consumo de alcohol de manera responsable no constituye un problema. Dichos expertos opinan que los medios de comunicación también son responsables por el consumo excesivo de alcohol, ya que divulgan estos productos de manera amplia.

Según los especialistas, la ingestión de alcohol puede contribuir a la prevención de enfermedades, pero es importante que los individuos no consuman alcohol de manera excesiva, debido a los riesgos asociados a dicho exceso. Exemplifican esta opinión con el caso de una joven estudiante cuya muerte estuvo relacionada con la ingestión abusiva de alcohol. Este medio realizó consultas en las que las personas opinaron que el consumo de alcohol entre los jóvenes está en alza porque dichos jóvenes buscan prestigio entre sus amigos, pero se olvidan de los riesgos asociados a esta decisión. El exceso del consumo de alcohol puede generar enfermedades crónicas, como la cirrosis, causar accidentes en las carreteras, llevar a un embarazo no planeado y incluso resultar en el contagio del Virus de Inmunodeficiencia Humana (VIH), señalaron los entrevistados.

Josefina Manjarrez, académica de la Benemérita Universidad Autónoma de Puebla (BUAP), explica que los medios de comunicación también son responsables del alza en el consumo de alcohol, ya que dichos medios hacen la publicidad frecuente de bebidas embriagantes y asocian el consumo de alcohol a una posición social importante. Víctor Martínez Ahuejote, jefe de Medicina Interna del Instituto Mexicano del Seguro Social (IMSS), defiende que el consumo en exceso de alcohol puede cambiar la vida de una persona de manera muy negativa, tanto en lo que concierne a su aprovechamiento educacional como en lo que se refiere a sus condiciones de salud. El consumo de alcohol es problemático cuando el individuo utiliza la bebida como una válvula de escape a los desafíos diarios. Los síntomas inmediatos de la intoxicación por alcohol no son los problemas más graves, sino que los efectos de **longa** duración, como la depresión, la ansiedad, los riesgos de accidentes y incluso la muerte.

Los jóvenes adictos al alcohol o a otras drogas ilegales pueden encontrar ayuda en los Centros de Integración Juvenil (CIJ). José Antonio Vicuña, representante de esta institución en Puebla, señala que se produjo un alza, entre los años de 2010 a 2016, de un 22% en las atenciones de dicha institución. Para él, el consumo excesivo de bebidas embriagantes es una consecuencia de los precios bajos de estas bebidas y de la falta de respeto a las reglas que impiden que los menores de edad compren dichas sustancias. Además, Vicuña señala que el consumo de alcohol empieza alrededor de la edad de 10 años en Puebla y en México, aunque sean los jóvenes de entre 15 y 19 años quienes están susceptibles a los mayores riesgos. Su experiencia con los pacientes del CIJ demuestra que otros elementos que llevan al consumo de alcohol son los problemas sociales y familiares, la dificultad en establecer límites, dificultades económicas y la promoción de bebidas en los medios de comunicación.

La sicóloga Mara Rodríguez Madesfiol señala la importancia de que los jóvenes conozcan los riesgos del consumo abusivo para que sepan convivir con dichas sustancias con moderación, lo que permitiría, por ejemplo, tener bebidas en casa y no consumirlas. La causa del consumo abusivo está relacionada con dificultades afectivas, con la repetición de patrones de algún integrante de la familia y con problemas personales. La participación de los padres en la vida de sus hijos, la búsqueda de apoyo psicológico y otros pasatiempos pueden ayudar a resolver el problema. Finalmente, tal y como Vicuña, Madesfiol está de acuerdo cuanto a la responsabilidad de los medios de comunicación en lo que se refiere al aumento del consumo de alcohol entre los jóvenes.

CSC: 10. Erros: 1. Total de linhas: 60.

Jonathan de Assis Paz Braga – 23,80

Según los expertos, creció el consumo de alcohol entre los jóvenes, debido a cuestiones como la falta de diálogo con los hijos, la búsqueda de aceptación social, el desconocimiento de los riesgos y la facilidad de acceso a esos productos. Mas allá de una resaca, esta adicción puede causar cirrosis y convertir a alguien en una persona violenta. No se defiende prohibir el consumo, pero hay que contener los excesos, una buena noticia para los medios de comunicación. El alcohol puede incluso ayudar en contra de los infartos, como en el caso del vino, pero los límites deben de ser respetados.

Las personas consultadas por el sol de México refuerzan esa realidad, ya que los jóvenes creen que beber los vuelve chulos, sin preocuparse si consumen productos adulterados ni si pasan de los límites, lo que puede causar una enfermedad crónica, como la cirrosis, un accidente de coche o el contagio de la SIDA. Josefina Manjarrez apunta el papel de los medios de comunicación, debido a la publicidad exagerada.

El médico del Instituto Mexicano del Seguro Social señala que beber es inicialmente como un juego, pero pronto se convierte en problema si hay exceso, lo que puede traer consecuencias como la depresión y la ansiedad, además del riesgo de intoxicación, lo que puede incluso causar la muerte.

José Antonio Vicuña, jefe del Centro de Integración Juvenil de Puebla, dice que los pacientes del centro, que atiende a menores con alguna adicción, crecieron un 22% entre 2010 y 2016. Solamente en el primer semestre de 2017, ya se contabilizaban 300 pacientes, en comparación con los 495 de todo el año de 2016. Vicuña apunta que la edad media de iniciación es de 10 años en México, pero el problema es más grande entre los 15 y 19 años. Según los testimonios que recibió, el jefe señala factores como la disfunción familiar, el desconocimiento de los límites, la violencia, problemas económicos y la execiva publicidad.

Según la sicóloga Mara Rodrígues Masdefiol, si uno conoce los riesgos del exceso, el acceso no es un problema. Lo que sí causa el exceso son las carencias afectivas, la herencia, el miedo al rechazo y la inseguridad. Se puede resolver estas cuestiones por medio del apoyo psicológico y de la ocupación de los jóvenes. En común con Vicuña, Masdefiol señala el papel de la publicidade.

CSC: 8,80. Erros: 0. Total de linhas: 33.

Pior resposta – 13,50

Recientes estudios señalaron para consumo demasiado de alcohol entre jóvenes, lo que **hay** preocupado expertos en la materia de universidades mexicanas, autoridades de **la area** de salud y centros especializados en jóvenes.

Aunque el consumo no debe ser completamente banido, es necesario que las familias, los medios de comunicación, como productos televisivos y cinematográficos **empenzen** a intensificar acerca de los riesgos a la vida y a la **salude** derivados de consumo abusivo de y adicción al alcohol, como afirma Josefina Martínez, una académica de la Benemérita Universidad autónoma de Puebla (BUAP).

Para allá de eso, muchas otras razones llevan // los jóvenes a aumentar su consumo de alcohol. Entre ellas, podríamos mencionar la falta de comunicación entre familias e hijos, la busca de aceptación social, el desconocimiento de los riesgos, la depresión, la carencia afectiva y la **accessbilidad** a los productos.

Según los Centros de Integración Juvenil (CIJ), una organización que **atienden** a los menores que desarrollan alguna adicción, el **numero** de pacientes creció el 22% entre 2010 y 2016, lo que **demonstra** la **gravidad** del problema.

La adicción al alcohol no implica solo enfermedad **diretamente** relacionada con la sustancia, sino también con muchas otras, como el contagio del Virus de Inmunodeficiencia Humana (VIH).

Es necesario que la familia y amigos del joven observe su comportamiento con señal de una posible adicción. Ansiedad, desorientación y cambios repentinos del humor pueden señalar una dependencia por la sustancia.

CSC: 6,30. Erros: 16. Total de linhas: 34.

Español - Versión

Primeiramente, Dadinha falou em pormenores sobre como o dia estava fresco, devendo ter sido a mesma coisa havia exatamente cem anos, quando ela nascera. Não sabia se também tinha sido um domingo, não lhe disseram ou, se lhe disseram, esquecera. Abanou a mão junto à orelha direita, como fazia sempre que se aborrecia por haver esquecido alguma coisa. Finalmente, afirmou que, sem dúvida, tinha sido um domingo, não só porque ouvira falar que, de cem em cem anos, todas as datas caem certo com os dias da semana, mas também porque a mãe dela, cujo nome nunca lhe revelaram, tinha contado a alguém que fazia muito fresco naquele dia em que ela nascera. Como os domingos são sempre mais frescos, explicou, deve ter sido mesmo um domingo, bem na hora do toque das vésperas. Divergiram dela, opinaram que o domingo era tão quente ou fresco quanto qualquer outro dia, apenas não se trabalhava muito, então o corpo não esquentava tanto. Apois, respondeu ela, apois não é a mesma coisa? Assim fresquinho, a viração entrando pela janela e panejando as fraldas da bata de madrasto que lhe descia do pescoço como os flancos de uma pirâmide. Fazia tempo que não andava mais, pois para levantar-se tinha de arregimentar a ajuda de muitos e permanecer de pé era necessário que a escorassem. Mas não parecia ter cem anos, não parecia ter idade nenhuma, remoçando e envelhecendo para lá e para cá várias vezes durante o dia, ou no decorrer de uma simples conversa.

RIBEIRO, João Ubaldo. *Viva o povo brasileiro*. Alfaguara, 5. ed., p. 65.

Valor: 25 pontos.
Média: 20,27 (total); 20,4 (ampla); 19,86 (cotas/PNE)
Desvio padrão: 1,731 (total); 1,954 (ampla); 0,770 (cotas/PNE)

Rodrigo Lara Pinto – 23,20

Primeramente, Dadinha habló en detalles sobre cómo el día estaba fresco, debendo de ser la misma cosa hacía exactamente cien años, cuando ella había nacido. No sabía si también había sido un domingo, no se lo dijeron o, si se lo dijeron, ella se había olvidado. Abanó la mano junto a la oreja derecha, como lo hacía siempre que se enojaba por haber olvidado algo. Finalmente, afirmó que, sin duda, había sido un domingo, no solo porque había oído decir que, en cada cien años, todas las fechas se encajan con los días de la semana, sino también porque su madre, cuyo nombre nunca le dijeron, había dicho a alguien que hacía un tiempo muy fresco aquel día en que ella había nacido. Como los domingos son siempre los más frescos, explicó, debe haber sido de hecho un domingo, exactamente en la hora del toque para las plegarias. Divergieron de ella, opinaron que el domingo era tan caliente o fresco como cualquier otro día, con la excepción de que no se trabajaba mucho, entonces el cuerpo no se calentaba tanto. Pues, respondió, ¿pues no es la misma cosa? Así fresquito, el viento entrando por la ventana y refrescando las partes interiores del vestido de madrasto que le decía desde el cuello como los flancos de una pirámide. Hacía tiempo que no andaba más, pues para levantarse había que reunir la ayuda de muchos y para quedarse de pie era necesario que le apoyaran. Pero no parecía tener cien años, no parecía tener ninguna edad, moviéndose y poniéndose vieja de un lado al otro muchas veces durante el día, o durante una simple charla.

FID: 9,70. Erros: 3. Total de linhas: 22.

Lawrence Benaventana Póvoas – 23,10

En primer lugar, Dadinha habló con detalles sobre como el día estaba fresco, debiendo haber sido la misma cosa hacía exactamente cien años, cuando nació. No sabía si también hubiera sido un domingo, no se le dijieron o, si se le dijieron, había olvidado. Movió la mano junto a su oreja derecha, como hacía siempre que se enojaba por haber olvidado algo. Finalmente, afirmó que, sin duda, había sido un domingo, no sólo porque escuchó hablar de que, a cada cien años, todas las fechas coinciden justo con los días de la semana, pero también porque su madre, cuyo nombre nunca se le reveló, había contado a alguien que estaba muy fresco aquel día en el que nació. Como los domingos son siempre más frescos, explicó, debe haber sido deveras un domingo, justo en la hora del toque de las vísperas. No estaban de acuerdo con ella, y opinaron que el domingo era tan caliente o fresco como cualquier otro día, solo no se trabajaba mucho mucho, entonces el cuerpo no acalentaba[25] tanto. ¿Pues? contestó, ¿pues no es la misma cosa? Así fresquito, el viento entrando por la ventana y movimentando el collar de su camisa que se le bajaba por el cuello con los flancos de una pirámide. Hacía tiempo que no andaba más, pues para levantarse tenía que buscar la ayuda de muchos, y para quedarse de pie era necesario sotenerla. Pero no parecía tener cien años, no parecía tener cualquier edad, quedándose más joven y más vieja para allá y para acá varias veces durante el día, o a lo largo de una simple charla.

FID: 9,1. Erros: 2. Total de linhas: 22.

25 Provável erro da linha (seria: "calentaba")

Ronney Almeida e Silva Filho – 22,00

Primeramente, Dadinha habló, en pormenores, sobre como el día estaba agradable, y sobre como probablemente fue de la misma manera hace exactamente cien años, cuando ella nació. No sabía si también había sido un Domingo, no se lo dijeron a ella o, si se la dijeron, había olvidado. Abanó la mano junto a la oreja derecha, como hacía siempre que se **aburría** en razón de haberse olvidado alguna cosa. Finalmente, afirmó que, sin dudas, había sido un Domingo, no solo porque había oído decir que, a cada cien años, todas las **datas** caen exactamente en los **mismo** días de la semana, pero también porque su madre, cuyo nombre nunca se lo dijeron, había dicho a alguien que el día en el que ella nació estaba muy agradable. Como los Domingos son siempre más agradables, explicó, fue probablemente un Domingo, en la hora exacta del toque de las vísperas. Discordaron de ella, opinaron que el Domingo era tan caliente o tan agradable como cualquier otro día, solo no se trabaja mucho, luego el cuerpo no se calentaba tanto. Pues, ella respondió, pues no es la misma cosa? Agradable como está, los vientos entrando por las ventanas y **balanzando** sus vestimentas que **descían** desde el cuello como los flancos de una pirámide. Desde hace mucho tiempo, no caminaba más, ya que para levantarse necesitaba de la ayuda de muchas personas y para que se quedara en **pié** era necesario que la seguraran. Pero no aparentaba tener cien años, no aparentaba tener ninguna edad, se volvía más joven y más vieja aquí y allí varias veces durante el día, o durante una simple charla.

FID: 10. Erros: 6. Total de linhas: 22.

Pior resposta – 17,20

Primeramente, Dadinha habló **[**de cosas sin importancia**]**[26] sobre como el día estaba bueno, lo que debía ser la misma cosa hacía cien años, cuando ella había nacido. No sabía si también había sido un domingo, no le habían dicho o, si le hubiesen dicho, se **le** había olvidado. **Balanzó** la mano cerca de la orilla derecha, como hacía siempre que se **aburría** por olvidar algo. Finalmente, afirmó que, sin duda, había sido un domingo, no sólo porque había escuchado que, cada cien años, todas las **datas convirgen** con los días de la semana, sino también porque su madre, cuyo nombre jamás le habían dicho, había dicho a **alguién** que estaba muy bueno el día que ella había nacido. Como los domingos son siempre los días más buenos, explicó, debía ser un domingo, exactamente en la hora del señal de las vésperas. **[**Algunos**]**[27] no concordaron, **dicieron** que el domingo era tan caliente o bueno como cualquier otro día, solamente no se trabajaba mucho, así el cuerpo no sufría tanto. ?Dios, ella retrucó, no es la misma cosa? Así muy bueno, el viento entrando por la ventana y temblando los pañuelos y cueros que le bajaban por el cuello como los flancos de una **piramide**. Hacía tiempo que no caminaba más, pues para levantar necesitaba de la ayuda de muchas personas y para quedarse en pie era necesario que **le** segurasen. Pero no aparentaba tener cien años, no aparentaba tener edad alguna, **poniendose** joven y vieja muchas veces a lo largo del día, o a lo largo de una simple charla.

FID: 7,2. Erros: 10. Total de linhas: 22.

[26] Indicação de trecho dispensável, mas sem penalização.

[27] Indicação de trecho dispensável, mas sem penalização.

Français - Résumé

Intégration, la grande obsession

Dans l'incessant débat sur l'intégration des personnes d'origine arabe et africaine, certains prétendent que les Italiens, les Portugais, les Polonais étaient « moins différents » et s'assimilaient donc sans trop d'encombre. En faisant de cette question un enjeu essentiellement culturel, cette lecture néglige les leçons prodiguées par plus d'un siècle d'histoire de l'immigration.

Comparer l'intégration des diverses vagues d'immigration a toujours été un jeu très prisé des commentateurs. Dans les années 1930, les démographes s'amusaient à mesurer le « degré d'assimilabilité » des étrangers ; après la guerre, les experts vantaient les mérites des Nordiques au détriment des Européens du bassin méditerranéen. Depuis trente ans, un consensus semble se dégager pour diagnostiquer une « crise de l'intégration » inédite dans l'histoire de France.

Cette mise en scène de l'histoire conjugue deux présupposés. Le premier consiste à penser que les étrangers s'intégraient plus aisément et plus rapidement hier qu'aujourd'hui. À n'en pas douter, les descendants d'immigrés musulmans subissent actuellement d'importantes discriminations en matière d'emploi, de logement, de contrôles policiers. Mais affrontent-ils réellement un rejet plus important que leurs prédécesseurs ? Il paraît vain d'établir une gradation de la xénophobie, et aucun historien ne s'y risquerait. Mais nombre de chercheurs mettent en avant la permanence des mécanismes d'exclusion (sociale, urbaine, symbolique) et des stigmates frappant les personnes d'origine étrangère. Brutaux, sales, voleurs d'emplois, agents de l'extérieur : les Italiens, les Polonais, les Portugais, les Espagnols durent aussi en passer par là, et, bien qu'ils soient chrétiens, on les trouvait trop religieux, superstitieux, mystiques. Le rejet a parfois duré plusieurs décennies. Apparu dans le dernier quart du XIX e siècle, le racisme anti-Italiens ne s'est véritablement éteint qu'après la seconde guerre mondiale.

Selon le second présupposé, moins souvent discuté, les immigrés européens auraient été plus enclins à « s'assimiler », à abandonner leur identité d'origine pour embrasser pleinement la culture française, que leurs homologues originaires des colonies. Rien n'est plus faux. Chaque génération d'immigrés a eu le souci de préserver son identité d'origine et de la transmettre à ses enfants ; chaque génération a été traversée par des clivages entre ceux qui voulaient s'assimiler et ceux qui restaient attachés à leurs particularismes.

À la fin du XIX e siècle, il n'était pas rare que les Italiens renvoient leurs enfants au pays jusqu'à l'âge de 12 ans, avant de les faire revenir en France. À Paris, Montreuil, Marseille, Nice ou Nogent-sur-Marne, certains quartiers regorgeaient de boutiques de produits transalpins, de cafés-hôtels qui accueillaient les nouveaux arrivants, de bars où les exilés se retrouvaient pour jouer à la *morra* (« mourre ») — un jeu de cartes traditionnel — ou pour écouter de l'accordéon, instrument alors typiquement italien. Grâce au libéralisme de la loi du 1er juillet 1901, les Italiens ont pu cultiver cet entre-soi en fondant des dizaines d'associations culturelles, sportives, récréatives, de bienfaisance réservées à leurs compatriotes. Pour satisfaire l'état civil — qui imposait alors de choisir des noms du calendrier français —, les immigrés appelaient certes leurs enfants Albert et Marie, mais, dès la sortie de l'école, tout le monde les appelait Alberto et Maria.

Les Polonais arrivés après la première guerre mondiale entendaient encore davantage préserver leur « polonité ». Ils se mariaient entre eux, refusaient toute naturalisation, interdisaient à leurs enfants de parler français à la maison. Certaines villes du Pas-de-Calais comptaient deux clubs de football : le premier pour les Polonais, le second pour les Français et les autres étrangers. Lors des grandes fêtes religieuses, durant l'entre-deux-guerres, les membres de la communauté revêtaient des costumes traditionnels, puis défilaient en chantant des cantiques, ce qui ne manquait pas de déplaire à la population locale.

Loin de l'assimilation fantasmée par certains, l'« intégration à la française » s'apparente plutôt à un cheminement vers *«l'invisibilité, qui ne veut pas dire la fin des différences, mais l'acceptation par le milieu d'accueil, où personne ne se préoccupe plus des différences»*. Or ce *«chemin vers la transparence»* n'a pas été tracé à coups de circulaires ministérielles, de colloques universitaires ou de tribunes ronflantes dans la presse: il a été le résultat de contacts et d'échanges quotidiens entre les populations minoritaires et leur milieu d'insertion, c'est-à-dire le plus souvent un milieu urbain, populaire, ouvrier.

L'histoire a largement balisé les sentiers de cette intégration: le travail, à une époque où la solidarité ouvrière, le sentiment d'appartenance professionnelle et la conscience de classe étaient vifs; le service militaire et les deux guerres mondiales, qui réunirent sous le même drapeau Français et descendants d'étrangers; l'école, alors lieu d'acclimatation à la culture dominante et outil d'ascension sociale pour les enfants d'immigrés; l'Église catholique, qui tentait de s'attirer les fidèles étrangers en leur proposant patronage et services de bienfaisance; les luttes sociales et le militantisme au sein des organisations de gauche, quand le Parti communiste français, la Confédération générale du travail (CGT) et leurs associations satellites (Secours populaire français, Union des femmes françaises, Tourisme et travail...) servaient encore de *«machines à intégrer»*; la ville populaire ancienne, qui offrait une certaine mixité sociale et ethnique et dont les rues animées favorisaient les rencontres entre personnes de toutes origines.

La plupart de ces sentiers sont aujourd'hui barrés. Dans un contexte de chômage de masse et de concurrence généralisée au sein des classes populaires, le travail joue désormais un rôle de division plutôt que de rapprochement. Les bancs des églises sont désertés, les organisations progressistes vidées de leurs adhérents, et les banlieues populaires connaissent une ségrégation socio-ethnique toujours plus importante, qui se répercute sur l'école à travers la carte scolaire (ou à travers son contournement par les familles les plus aisées). Faire de l'origine des descendants d'immigrés l'unique source de leurs « problèmes d'intégration » conduit à négliger le contexte social de cette intégration. Et à transformer en questions identitaires des demandes qui sont pour la plupart profondément sociales : l'égalité face à l'emploi, l'école, la police, la justice, le logement, le droit de pratiquer (ou non) sa religion.

ILLE, Benoît. *Le Monde Diplomatique*. Février 2018. Internet : <www.monde-diplomatique.fr> (texte adapté).

Extensão do texto: até 60 linhas

Valor: 25 pontos

Média: 19,36 (total) ; 20 (ampla) ; 17,42 (cotas/PNE)

Desvio padrão: 3,213 (total) ; 2,682 (ampla) ; 3,232 (cotas/PNE)

Ronney Almeida e Silva Filho – 23,60

L'idée selon laquelle les immigrés d'origine européenne se sont assimilés plus facilement à la société française à cause d'une plus grande similarité culturelle est erronée. L'assimilation des immigrés d'origine arabe et africaine n'est pas liée à une question culturelle, ce qui peut être démontré para une analyse de l'histoire de l'immigration au long d'un siècle. Il faut souligner deux aspects fondamentaux. Premièrement, il n'est pas vrai que les étrangers s'assimilaient plus facilement et d'une manière plus rapide auparavant que maintenant. Il n'est pas question de nier la discrimination envers les personnes d'origine musulmane ou d'essayer de faire une gradation de la xénophobie, mais les recherches démontrent que l'exclusion et la stigmatisation des étrangers sont une pratique ancienne. Deuxièmement, il est totalement faux que les immigrés européens ont abandonné leurs identités culturelles plus aisément que les personnes qui venaient des colonies. En fait, toutes les générations d'immigrés ont eu une préoccupation à l'égard de la préservation de leurs identités.

À la fin du XIXe siècle, les enfants des Italiens étaient envoyés **à l'**Italie jusqu'à l'âge de 12 ans, avant de rentrer en France. Les produits étrangers, les boutiques où les nouveaux arrivants se rencontraient et plusieurs associations pourraient être fréquemment trouvés à Paris, à Montreuil, à Marseille, à Nice ou à Nogent-sur-Marne. Cela était possible à cause du caractère libéral de la loi du 1er juillet 1901. Certes, les immigrés adoptaient des noms du calendrier français pour leurs enfants, afin de respecter l'état civil, mais, chez eux, c'était la version étrangère de ses noms qu'ils utilisaient. Les Polonais aussi n'hésitaient pas à trouver des manières pour garder leur « polonité », comme se marier seulement entre eux, refuser les options de naturalisation voire interdire la communication en français chez eux. Ils avaient aussi des clubs de football polonais et gardaient les traditions religieuses de la Pologne.

L'histoire prouve que le diagnostique d'une « crise de l'intégration » inédite en France est un discours erronné. Effectivemente, l' « intégration à la française » a été réalisé à travers un « chemin vers la transparence ». Cela signifie que les différences ont été progressivemente acceptées, au lieu de ne plus exister. Le processus a été produit à travers les contacts entre les immigrés et la population locale au long du temps.

Plusieurs institutions ont aidé directement a promouvoir cette intégration : le travail, le service militaire et les deux guerres mondiales, l'école, l'Église catholique, les luttes sociales et le militarisme de gauche et l'ancienne ville populaire, où on trouvait un certain degré de mélange social et ethnique et où les gens de toutes les origines se rencontraient dans les rues animées. Actuellement, ces institutions ne fonctionnent plus comme auparavant. Le travail est devenu un sujet de division et non pas de rapprochement, car il y a trop de chômage et une concurrence généralisée parmi les classes populaires. Les gens ne vont plus aux églises et les organisation progressistes n'on presque pas de membres. Les quartiers sont de plus en plus **ségrégrés** selon des critères socio-ethniques, ce qui change aussi l'ancien rôle de l'école.

En conséquence, le context social de l'intégration aide à la compréhension des « problèmes d'intégration » beaucoup mieux que l'idée que ses problémes sont le résultat exclusif de l'origine des descendants d'immigrés. Il s'agit donc d'un ensemble de difficultés sociales, comme l'accès à des droits basiques (emploi, éducation, justice, parmi d'autres), et non pas justement des questions identitaires.

CSC: 9,60. Erros: 2. Total de linhas: 48.

Luiz Carlos Keppe Nogueira – 23,20

L'histoire de l'immigration montre que l'idée d'une relation directe entre l'origine des étrangers et leur "degré d'assimilabilité" est fausse. Plusieurs chercheurs ont étudié les vagues d'immigration et le processus d'intégration au moins depuis les années 1930, contribuant à la formation d'une mise en scène de l'histoire qui conjugue deux prémisses. La première consiste à penser que l'intégration était plus rapide et naturelle au passé qu'aujourd'hui. Néanmoins, les études historiques affirment que les immigrés italiens, polonais, portugais et espagnols ont été également stigmatisés par des mécanismes d'exclusion sociale, urbaine et symbolique qui actuellement portent préjudice aux individus d'origine arabe et africaine.

Le second[28] présupposé est fonde sur l'idée que les immigrants européens auraient été plus capables de s'assimiler et d'abandonner leur identité d'origine que les personnes provenants des colonies. En réalité, toutes générations d'immigrés ont valorisé la préservation de leur identité et ont fait face aux clivages entre ceux qui voulaient s'assimiler et ceux qui ne le voulaient point. Les italiens de la fin du XIXe siècle, par exemple, ont créé plusieurs associations culturelles, sportives, récréatives et de bienfaisance. En outre, les Polonais arrivés après la première guerre mondiale se mariaient entre eux et refusaient toute naturalisation.

L'intégration à la française est caractérisée par l'acceptation par le milieu d'accueil – les différences sont devenues "invisibles". Il s'agit d'un processus occasionné par les contacts et les échanges quotidiens entre les immigrés et leur milieu d'insertion. L'histoire française montre l'importance, pour l'intégration, du travail, à une époque où la conscience de classe était forte; du service militaire, qui rapprochait les Français et les descendants d'étrangers, surtout dans le contexte des deux guerres mondiales; de l'école, qui permettait l'acclimation à la culture du pays et l'ascension sociale; l'Église catholique, qui cherchait à attirer les fidèles étrangers; les organisations de gauche, responsables de la lutte populaire; et les villes anciennes. La situation de chacun de ces champs est actuellement beaucoup différente, comme le montrent le chômage de masse, l'affaiblissement de l'Église et des organisations progressistes et la ségrégation des banlieues populares. Par conséquent, il faut reconnaître que les "problèmes d'intégration" ne sont pas uniquement causés par l'origine des immigrés. Une fois que le contexte social a une influence considérable[29] sur l'intégration, la promotion de l'égalité face à l'école, l'emploi, la police, la justice, le logement et le droit de pratiquer la religion est essentielle.

CSC: 9,20. Erros: 2. Total de linhas: 44.

[28] Grafia errada – foi escrito "seconde"

[29] Considérable foi escrito sem o acento

Gabriel Clemente de Oliveira Bellato – 23,10

Dans le contexte du débat sur l'intégration des personnes d'origine arabe et africaine, **certains** personnes disent que les Italiens, les Portugais et les Polonais sont « moins différents » et s'assimilent de manière plus facile. Sous l'égide d'un argument essentiellement culturel, cette perspective oublie plus d'un siècle d'histoire de l'immigration. Or, il y a deux présupposés qui s'avèrent les pierres angulaires de cette lecture. Le premier est penser que l'intégration des étrangers était plus rapide et plus facile dans le passé qu'aujourd'hui. Malgré la xénophobie de nos jours vers les descendants d'immigrés musulmans, les Italiens, les Polonais, les Portugais et les Espagnols ont été les victimes des xénophobes du passé. De la même manière, selon le second présupposé, les immigrés européens ont été plus enclins à accepter la culture française. Rien n'est plus faux, ayant en vue la forte identité culturelle des Italiens et des Polonais du passé, évidente à travers le football et les associations culturelles.

De surcroît, l'« intégration à la française » veut créer un contexte dans lequel personne ne se préoccupe plus des différences. Toutefois, ce « chemin vers la transparence » n'a pas été tracé par les institutions de l'État. Il s'agit d'un processus naturel d'intégration, qui a été le résultat de contacts et d'échanges quotidiens entre les populations minoritaires et leur milieu d'insertion, surtout in milieu urbain, populaire et ouvrier. De cette manière, les piliers de cette intégration ont été le travail, sous l'égide d'une conscience de classe ; le service militaire, qui a intégré les Français et les descendants d'étrangers dans une même armée ; l'école, qui s'avère un outil d'ascension sociale ; l'église catholique, qui tentait de s'attirer les **fideles** étrangers ; les luttes sociales et le militarisme ; et la ville populaire ancienne.

Toutefois, la plupart de ces institutions sont aujourd'hui barrés, ayant en vue le contexte contemporain de chômage de masse et de concurrence généralisée. Or, le travail aujourd'hui est plus un facteur de division que de rapprochement. De la même manière, les églises sont vides. Au-delà, les organisations progressistes sont faibles et les banlieues populaires connaissent une ségrégation socio-ethnique **térrible**. En disant que l'origine des descendants d'émigrés s'avère l'unique source de leurs problèmes d'intégration, on néglige le contexte social de cette intégration. De surcroît, on transforme en questions identitaires plusieurs questions sociales, comme l'égalité en ce qui concerne l'emploi, l'école, la police le logement et la liberté religieuse.

CSC: 9,60. Erros: 3. Total de linhas: 38.

Pior resposta – 12,90

La croyance que l'intégration des Africains et des Arabes est plus difficile que celle des Italiens, des Portugais et des Polonais néglige la réalité historique de l'immigration. Les démographes des années 1930 parlaient d'un <<dégré d'assimilabilité>> et des mérites des Nordiques, au contraire des **nationnels** du bassin **méditerrané**.

On parle aujourd'hui d'une <<crise de l'intégration>> en France, selon deux **préssuposés**. Le premier concerne la pensée selon laquelle les étrangers s'intégraient d'une manière plus facile. Les descendants musulmans **sont subis à** des **discrimination** d'emploi et de contrôles policiers, mais personne ne peut pas établir une **hierarchie** de xénophobie. Ce **qui** les chercheurs affirment est que les mécanismes d'exclusion continuent. Le racisme a émergé à la fin du XIXe siècle et on trouvait les Méditerranées trop religieux, **supertitieux** et mystiques. Le second comprend la croyance fausse que les immigrés européens se **sont assimilé** plus facilement que ceux originaires des colonies. Les **Européens** font plus d'effort pour la préservation de leurs identités d'origine.

Pendant la fin du XIXe siècle, les Italiens préféraient **d'**envoyer leurs enfants **à** Italie jusqu'à l'âge de 12 ans. D'ailleurs, il y a des boutiques de produits nationaux et la continuation des traditions **italienne**. Après la loi de 1901, les Italiens ont ouvert des associations culturelles et de bienfaisance. **Au** cas des Polonais, ils ont éssayé des préserver leur identité par l'**interdition** de s'assimiler **à les** Français et par la célébration des **costumes** traditionnels.

L'idée d'une intégration à la française, où les différences ont disparu, ne découle pas des événements officiels, mais des échanges du quotidien. L'histoire a souligné le rôle du travail, du service militaire, de l'école, de l'Église catholique, des organisations de gauche et de la ville populaire ancienne. En fait, cela ne se passe pas aujourd'hui, car il y a beaucoup de concurrence et de ségrégation dans la société. L'origine n'est pas la seule cause des problèmes d'intégration, mais les faits sociaux.

CSC: 5,90. Erros: 16. Total de linhas: 31.

Français - Version

A obra de Rio Branco

Para Rio Branco, o diplomata e o soldado são, ambos, expressão da soberania, e elementos decisivos na defesa do território nacional. Essa percepção, que é a da visão de um sistema internacional de natureza intergovernamental e interestatal, que era basicamente aquele no qual Rio Branco atuou, não excluía uma antecipadora preocupação com aquilo que hoje chamamos de *soft power*, para falar com Joseph Nye. O Barão tinha perfeita noção da importância da imprensa, da publicidade e da agenda da opinião pública, de cujos meios soube valer-se para consolidar e legitimar a presença do Itamaraty como instituição do Estado. A obra de Rio Branco – e ao dizer obra penso não propriamente em obra literária, mas, seguindo o exemplo de Álvaro Lins, na obra como instrumento da ação – constitui, por isso, também, para continuarmos com o paradigma estabelecido por Pierre Nora, uma *mémoire d'État*. Como as obras de Luís XIV, Napoleão ou de Gaulle, a obra de Rio Branco é expressão de Poder – com "P" maiúsculo –, e encarnação de um momento do Estado. Sendo *sua obra*, ela é, também, fragmento da nossa própria história.

Os depoimentos de seus sucessores, as palavras de seus contemporâneos e a própria reflexão histórica em torno do período em que Rio Branco esteve à frente do Itamaraty demonstram o prestígio unânime de que desfruta o Barão em nosso País.

ER, Celso. *Relações internacionais, política externa e diplomacia brasileira*: pensamento e ação. Brasília: FUNAG, 2018, p. 194-195.

Valor: 25 pontos
Média: 14,44 (total) ; 14,61 (ampla) ; 13,92 (cotas/PNE)
Desvio padrão: 3,320 (total) ; 3,232 (ampla) ; 3,920 (cotas/PNE)

Ronney Almeida e Silva Filho – 19,70

L'oeuvre de Rio Branco

Pour Rio Branco, le diplomate et le soldat sont, les deux, l'expression de la souvérainété, et des éléments décisifs dans la défense du territoire national. Cette perception, qui est celle de la vision d'un système international de nature intergouvernementale et inter-étatique, qui était basiquement celui où Rio Branco a joué, n'excluait pas une préoccupation antécipée à l'égard de ce qu'aujourd'hui nous appelons « soft power », pour établir un lien avec Joseph Nye. Rio Branco avait une notion parfait de l'importance de la presse, de la publicité et de l'agenda de l'opinion publique, dont les moyens il a su utiliser afin de consolider et de légitimer la présence de l'Itamaraty comme institution étatique.

L'oeuvre de Rio Branco – et quand je dis oeuvre je ne pense pas proprement à l'oeuvre littéraire, mais, suivant l'example d'Álvaro Pierre Nora, une « mémoire d'État ». Comme les oeuvres de Louis XIV, de Napoléon ou de de Gaulle, l'oeuvre de Rio Branco est l'expression de Pouvoir – avec « P » majuscule –, et l'encarnation d'un moment de l'État. Étant son oeuvre, elle est aussi une partie de notre propre histoire.

Les témoignages de ses successeurs, les mots de se contemporains et la propre refléction historique à l'égard de la période où Rio Branco était en contrôle de l'Itamaraty démontrent le prestige unanime que Rio Branco possède dans notre pays.

FID: 9,20. Erros: 9. Total de linhas: 20.

Rodrigo Lara Pinto – 19,60

L'oeuvre de Rio Branco

Pour Rio Branco, le diplomate et le soldat sont, tous les deux, une expression de la souveraineté, et des éléments décisifs dans la défense du territoire national. Cette perception, qui est celle de la vision d'un système international de nature intergouvernamentale et interestatale, qui était basiquement celui dans lequel Rio Branco a actué, n'excluait pas une préoccupation avant la lettre avec ce qu'aujourd'hui nous appelons soft power, pour dialoguer avec Joseph Nye. Le Baron avait une parfaite notion de l'importance de la presse, de la publicité et de l'agenda de l'opinion publique, dont il a su s'aproprier des moyens pour consolider et légitimer la présence de l'Itamaraty comme institution de l'État.

L'oeuvre de Rio Branco - et en disant oeuvre je ne pense pas proprement à l'oeuvre littéraire, mais, en suivant l'exemple d'Alvaro Lins, à l'oeuvre comme instrument de l'action - constitue, pour cette raison, aussi, pour continuer avec le paradigme établi par Pierre Nora, une mémoire d'État. Comme les oeuvres de Louis XIV, Napoléon ou de Gaulle, l'oeuvre de Rio Branco est une expression de Pouvoir - avec le "P" majuscule -, et une encarnation d'un moment de l'État. En étant son oeuvre, elle est, aussi, une partie de notre propre histoire.

Le témoignage de ses successeurs, les mots de ses contemporains et la réflexion historique même autour de la période dans laquelle Rio Branco a été à la tête de l'Itamaraty montrent le prestige unanime dont se jouit le Baron dans notre Pays.

FID: 9,60. Erros: 10. Total de linhas: 22.

Paulo Henrique de Sousa Cavalcante – 19,00

L'œuvre de Rio Branco

Pour Rio Branco, le diplomat// et le soldat//, les deux, sont d'expression de souveraineté, et les elements[30] décisives pour la saufgarde du territoire national. Cette perception, qui est cela de la vision d'un système international de nature base// sur les gouvernements et sur les États, qui a simplement[31] été celui dans lequel Rio Branco a travaillé, n'éliminati pas une préocupation émergeante pour ce qui s'appelle « soft power », pour parler avec Joseph Nye. Rio Branco comprennait bien l'importance de la presse, de la publicité et de l'agenda de l'opinion publique, dont les moyens il a su comment utiliser pour consacrer et rendre légitime la présence de l'Itamaraty comme une institution de l'État[32].

L'œuvre de Rio Branco – et en parlant de l'œuvre, je ne pense pas à l'œuvre litteraire proprement, mais, en suivant, l'exemple de Alvaro Lins, à l'œuvre comme d'instrument de l'action – constitue, pour cela, aussi, pour continuer avec le paradigme établi par Pierre Nora, une mémoire d'État. Comme les œuvres de Louis XIV, de Napoleon ou de de Gaulle, l'œuvre de Rio Branco est une expression[33] de Pouvoir – avec un « P » majuscule -, et concrétisation d'un moment de l'État. En étant son œuvre, elle est, aussi, un fragment de notre propre histoire.

FID: 9,20. Erros: 9. Total de linhas: 20.

Pior resposta – 9,60

L'oeuvre de Rio Branco

Pour Rio Branco, le diplomate et le **soldad** sont, **[tout]** les deux, l'expression de souveraineté et des **élements** décisifs dans la défense du territoire national. Cette perception, qui est **le visage** d'un système international de nature **gouvernamentale** et entre les États, qui était **basiquement cela** dans lequel Rio Branco a opéré, n'excluait pas une préoccupation **antérieure** avec **cela** que nous appelons aujourd'hui soft power, selon le concept de Joseph Nye. Le Baron **ait la** notion claire de l'importance de la presse, de la publicité et de l'agenda de l'opinion publique, dont **les milieux** il a **s'utiliser** pour consolider et pour légitimer la présence de l'Itamaraty comme institution de l'Etat.

L'oeuvre de Rio Branco - et en **dissant** oeuvre je pense non directement à une oeuvre **litéraire**, mais **ainsi comme** l'a fait Álvaro Lins, à une oeuvre comme un outil d'action - **a constitué**, pour cela, aussi, pour continuer avec le paradigme établi **pour** Pierre Nora, une mémoire d'État. Comme les oeuvres de Louis XIV, Napoléon o de Gaulle, l'oeuvre de Rio Branco est **l'expression** de Pouvoir - avec un P majuscule -, et l'incarnation d'un moment de l'État. **En** s'agissant de "son oeuvre", **elle** est aussi une **pièce** de notre propre histoire.

Les écrits de ses successeurs, les mots de ses **contemporaines** et la propre réflexion historique sur la période **que** le Baron était à la tête de l'Itamaraty montrent le prestige unanime **qui** le Baron possède dans notre pays.

FID: 7,60. Erros: 26 Total de linhas: 20.

[30] Por vezes, a acentuação em francês parece não fazer sentido; no entanto ela segue regras simples e bastante regulares. Domine-as, sobretudo no que diz respeito às sílabas terminadas em "e", e isso te garantirá (deixo as mesóclises para algum ex-presidente que delas goste) alguns pontos valiosos.

[31] Advérbio em francês vai depois do verbo ou entre os verbos nos casos de perífrase.

[32] Uso de artigos pode ser outro ponto a atentar-se, a fim de evitarem-se erros simples, mas que tiram muitos pontos. Faça ou tenha em mente uma lista das faltas mais recorrentes que você comete, e.g.: acentuação, artigos, desinência verbal e por aí vai, para que você confira atenção especial a esses aspectos, ao escrever e ao revisar seu texto.

33 Sobre acentos: jamais se põe acento agudo sobre "e" fechado seguido de "x" ou por consoantes duplas, por exemplo "ss".

Homenagem às vítimas do COVID-19

Em muitos aspectos, a vida do diplomata é igual à de todo mundo. Temos preocupações, medos, ansiedades; amamos, ansiamos pelo porvir, decepcionamo-nos. A diferença é que, às vezes, não conseguimos estar perto daqueles que mais amamos, sobretudo se consideradas as mudanças ao longo da carreira e, para muitos de nós, a mudança para Brasília. Em 2020, o distanciamento atingiu níveis inimagináveis e deixou marcas profundas nas nossas famílias e na sociedade brasileira. Assim como vocês, nós também lamentamos as perdas irreparáveis decorrentes da COVID-19 e fazemos votos para que a crise passe o mais rápido possível. Assim como vocês, tivemos de lidar com as incertezas de nossa época. Assim como vocês, alguns de nós sofreram com o luto em meio à pandemia.

Este guia não estaria completo se passasse ao largo do que ocorre no Brasil e no mundo em nosso primeiro ano como diplomatas. Hoje, a "esperança equilibrista" caminha com sua sombrinha, convidando-nos a não perdê-la de vista, lembrando-nos de que dias melhores virão. Gostaríamos de expressar nossa solidariedade a cada pessoa que perdeu algum ente querido neste período tão difícil. Como, infelizmente, não podemos incluir o nome de todos que se foram, decidimos eternizar, nestas páginas, nossos familiares que partiram desta vida, mas cujas trajetórias jamais serão esquecidas.

Hélio Alvim Tostes

Sônia Maria Veríssimo

Lúcia Silveira Peixoto

E tantas outras pessoas que se foram em função da pandemia,

Vocês estarão sempre em nossos corações

T 945
Turma do Instituto Rio Branco 2020-2021

O Guia da Esperança Equilibrista: as melhores (e as piores) respostas dos aprovados no CACD 2019. Turma do Instituto Rio Branco 2020 – 2021

2020 – Permitida a reprodução parcial ou total, sem fins lucrativos, por qualquer meio, desde que divulgada a fonte.